



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: ENSINO DE LÍNGUA  
LITERATURA**

**CARLA BASTIANI**

**ESTUDO DOS NOMES DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL DE PALMAS -  
TO: ENCAMINHAMENTOS DIDÁTICOS APLICADOS AO CONTEXTO DO  
ENSINO FUNDAMENTAL**

**Araguaína (TO)  
2022**

**CARLA BASTIANI**

**ESTUDO DOS NOMES DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL DE PALMAS -  
TO: ENCAMINHAMENTOS DIDÁTICOS APLICADOS AO CONTEXTO DO  
ENSINO FUNDAMENTAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Ensino de Língua e Literatura – PPGL, Doutorado em Letras: Ensino de Língua e Literatura, da Universidade Federal do Tocantins – UFT, Campus Universitário de Araguaína, como requisito para a obtenção do título de Doutora.

Orientadora: Profa. Dra. Karylleila dos Santos Andrade.

Coorientadora: Profa. Dra. Roseli Bodnar.

**Araguaína (TO)  
2022**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

- B326e Bastiani, Carla.  
ESTUDO DOS NOMES DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL DE  
PALMAS -TO: ENCAMINHAMENTOS DIDÁTICOS APLICADOS AO  
CONTEXTO DO ENSINO FUNDAMENTAL . / Carla Bastiani. – Araguaína,  
TO, 2022.  
221 f.
- Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus  
Universitário de Araguaína - Curso de Pós-Graduação (Doutorado) em Letras  
Ensino de Língua e Literatura, 2022.  
Orientadora : Karylleila Dos Santos Andrade  
Coorientadora : Roseli Bodnar
1. Toponômica. 2. Patrimônio Cultural Material. 3. Educação  
Patrimonial . 4. Encaminhamentos didático-pedagógicos . I. Título

**CDD 469**

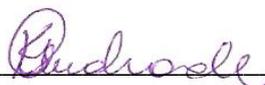
---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer  
forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte.  
A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184  
do Código Penal.

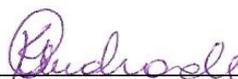
**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os  
dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

**ATA Nº. 038/PPGL/UFNT/2022 DE DEFESA DE TESE**

Ata da sessão pública de Defesa de Tese de Doutorado, no Programa de Pós-Graduação em Letras: Doutorado em Ensino de Língua e Literatura da UFT *de Carla Bastiani*, orientada pela Profa. Dra. *Karylleila dos Santos Andrade Klinger*, perante a Banca Examinadora designada pela Portaria nº 038 de 10 de Novembro de 2022. Aos treze dias de dezembro de dois mil e vinte e dois, às quinze horas, reuniu-se virtualmente, por videoconferência (<https://meet.google.com/ano-ascv-vav>), a Banca Examinadora da Tese de Doutorado, designada pela Coordenação do Programa de Pós-Graduação, aqui representada pela Coordenadora, Dra. Luiza Helena Oliveira da Silva, composta pelos professores: Profa. Dra. Karylleila dos Santos Andrade Klinger, presidenta e orientadora; Profa. Dra. Roseli Bodnar (PPGLETRAS/UFT), coorientadora; Profa. Dra. Márcia Sipavicius Seide (UNIOESTE), Profa. Dra. Patrícia de Jesus Carvalhinhos (USP), Profa. Dra. Roseli Bodnar (PPGLETRAS/UFT), membros externos; e Profa. Dra. Ana Claudia Castiglioni (PPGLLIT/UFNT) e Profa. Maria José de Pinho (PPGLLIT/UFNT), membros internos. A banca examinadora se reuniu, com a participação por videoconferência de todos os membros, conforme Art. 1ª da Portaria nº **238, de 25 de março de 2020**, para julgar o trabalho de doutorado intitulado: “**ESTUDO DOS NOMES DO PATRIMÔNIO CULTURAL MATERIAL DE PALMAS-TO: ENCAMINHAMENTOS DIDÁTICOS APLICADOS AO CONTEXTO DO ENSINO FUNDAMENTAL**”, apresentada por Carla Bastiani. A presidenta deu por aberta a sessão e, em seguida, passou a palavra à doutoranda, para que, no prazo máximo de trinta minutos, expusesse o trabalho de pesquisa que resultou na tese a ser defendida. Terminada a exposição, a presidenta autorizou a arguição pela Banca Examinadora. Finalizada a arguição, a presidenta suspendeu a sessão para que fosse efetivado o julgamento da Tese apresentada. Recolhidos os resultados, A presidenta retomou os trabalhos públicos da sessão e anunciou o resultado final do julgamento da Tese apresentada: a banca **APROVA** a Tese. A banca, às dezoito horas e trinta minutos, encerra a sessão, cuja ata vai assinada pelos membros da banca examinadora e pela doutoranda. Araguaína (TO), 13 de dezembro de 2022.



Profa. Dra. Karylleila dos Santos Andrade Klinger (Orientadora)

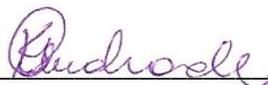


Profa. Dra. Roseli Bodnar (PPGLETRAS/UFT)  
Participação por videoconferência



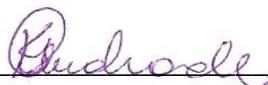
---

Profa. Dra. Márcia Sipavicius Seide (UNIOESTE)  
Participação por videoconferência



---

Profa. Dra. Patrícia de Jesus Carvalhinhos (USP)  
Participação por videoconferência



---

Profa. Dra. Ana Claudia Castiglioni (UFNT)  
Participação por videoconferência



---

Profa. Dra. Maria José de Pinho (UFNT)  
Participação por videoconferência



---

Doutora Carla Bastiani

*À minha querida orientadora, Professora Doutora Karylleila dos Santos Andrade. Com a mais genuína certeza, eu só cheguei até aqui graças a você. Muito obrigada.*

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por sempre iluminar o meu caminho, guiar os meus passos e me proporcionar as forças necessárias para superação de todas as adversidades que surgiram no decorrer desta jornada.

À Karylleila dos Santos Andrade, minha querida- orientadora, por tanto me encorajar e pela confiança no meu trabalho. Suas palavras sempre foram gotas de motivação. Professora, você foi a pessoa mais marcante em toda a minha formação, foi alguém que me fez repensar o meu lugar no mundo e a importância do meu modo de estar no mundo. Eu a admiro profundamente e me inspiro no exemplo de profissional e de ser humano que é.

Às professoras Ângela Francine Fuza, Ana Cláudia Castiglioni, Márcia Sipavicius Seide, Patrícia Carvalhinhos e Roseli Bodnar, pelas valorosas orientações e pronta disponibilidade. Sou muito grata a vocês, queridas professoras, pela maneira empática com a qual sempre me trataram, orientando este trabalho sem jamais se esquecerem de que, por trás deste texto, repleto de palavras tão abstratas, havia um ser humano de carne e osso, cheio de falhas, mas buscando o seu melhor. Obrigada pela enorme gentileza.

Ao meu amado filho Davi, atualmente com dez anos de idade, o qual, ao longo de quase seis anos, transcorridos entre o mestrado e o doutorado (anos esses que representam mais da metade da vida dele até aqui), precisou renunciar à presença e ao cuidado maternos por tantas vezes. Espero, a partir de agora, tendo finalizado esta etapa, voltar plena para me dedicar a você, meu querido, e compensar todas as lágrimas que você verteu durante minha necessária ausência.

Ao Ronalt, por ser meu maior companheiro. Sem a sua paciência, colaboração e carinho, este trabalho não teria logrado êxito. Obrigada por acreditar em mim quando eu mesma já não acreditava. Obrigada por entender minhas incertezas e angústias e sempre me ajudar a reencontrar o equilíbrio necessário ao enfrentamento das adversidades da vida. Obrigada por vibrar e chorar comigo quando eu precisei, sempre me lembrando de que a vida é periódica e de que tudo passa, tanto o que é bom quanto o que é ruim.

À minha amada mãe e às minhas queridas irmãs, por depositarem uma inabalável fé em mim.

A todos os meus amigos, pelas palavras de incentivo e pela partilha de momentos tão significativos. Em especial a: Camila Rodrigues, que me brindou com sua tão generosa amizade, nascida entre as paredes do PPGL, mas que ultrapassou tais barreiras físicas e se expandiu para vida. Obrigada por me incentivar tanto e acreditar tanto em mim. Você foi (e é) fundamental em minha trajetória. À Elizângela Quintana, amiga de palavras sábias e gentis. Obrigada por ser um exemplo de gentileza e de humildade, mostrando-se sempre pronta a compartilhar uma profunda esperança na humanidade e em dias melhores. À Érica Carvalho, minha irmã de alma, a qual, mesmo em um continente diferente, se fez presente, quase que diariamente, no decorrer desse percurso, aconselhando-me e curando-me com suas palavras edificantes. Você sempre foi minha fortaleza. Aos meus amados companheiros de pesquisa, Rodrigo Vieira Nascimento e Verônica Ramalho Nunes, agradeço imensamente por serem dois grandes pilares em minha vida. Obrigada por compartilharem comigo momentos tão significativos. Gratidão por se tornarem verdadeiros amigos e parceiros de vida. Ao meu amigo

Wilmar Borges Leal, o qual, nas inúmeras vezes, ao longo das centenas de quilômetros que percorríamos semanalmente rumo ao nosso trabalho, fazia a gentileza de me ajudar a suportar esse penoso fardo com conselhos sábios, partilhando comigo uma visão bondosa de futuro.

Aos professores Adriano Batista Castorino e José Carlos da Silveira Freire, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Tocantins (PPGL-UFT), por me inspirarem tanto, fazendo-me não perder a fé na educação. Se eu continuei nesta jornada tão difícil que é a pós-graduação, isso se deve, em grande medida, a ter cursado, quando mais precisava, a disciplina ministrada por vocês dois. Obrigada, mestres.

Aos colaboradores do Museu Casa da Cultura de Palmas. Especialmente a Antônio F. da Silva Machado, Marcelo Lopes, Fábio Oliveira Santos e Maria Ângela da Mota Siqueira, os quais tão gentilmente me receberam e compartilham comigo saberes e materiais necessário a esta pesquisa. Agradeço também a Rivair Tavares, da Secretaria Estadual de Cultura, por me fornecer informações valiosas e pela pronta disponibilidade para contribuir com este estudo.

Agradeço ao Instituto Federal do Tocantins (IFTO), por haver me concedido cinco meses de afastamento das atividades acadêmicas para conclusão do meu doutorado. Uma educação de qualidade se faz com professores qualificados e com saúde mental plena. Esse afastamento foi um verdadeiro bálsamo em um contexto de estafa mental pós-pandemia.

Agradeço imensamente às minhas colegas do Colegiado de Letras do Campus Gurupi, Ana Maria dos Santos, Leide Lene Santos Silva, Michele Pereira Vilas Novas, Mônica Lopes Névoa Guimarães e Silvia Helena Marrafon, as quais colaboraram com a minha solicitação de afastamento para conclusão do doutorado. Agradeço também ao gerente de ensino, Ageu Pereira, e à diretora do campus Gurupi, Milene Queta, por compreenderem a real necessidade desse afastamento, pelas palavras de incentivo e por darem celeridade à minha solicitação na medida em que foi possível. Não posso me esquecer de agradecer a uma pessoa muito especial, que muito me auxiliou com palavras de encorajamento e de apoio em um momento de crise, meu querido colega Ademil Domingos do Nascimento. Gratidão a todos vocês!

*Olho de relance o saco de juta de Mama, o mapa lá dentro. Penso comigo o quanto é estúpido tintas de acrílico secarem tão rápido. As coisas mudam demais. Sempre temos que consertar os mapas, repintar as fronteiras de nós mesmo. (Joukhadar, Zeyn. O mapa de sal e estrelas, 2020, p.78).*

## RESUMO

O objetivo geral desta tese é compreender os estudos toponomásticos no contexto da Educação Básica, especificamente voltados ao Ensino Fundamental, na linha do que propõe a abordagem dos multiletramentos. Assim, visando integrar a Toponomástica ao rol de objetos do conhecimento abordados em sala de aula, foram elaborados alguns encaminhamentos didático-pedagógicos para o desenvolvimento de tal trabalho, todos em consonância com as aprendizagens essenciais estabelecidas pelos documentos oficiais que norteiam a Educação Básica, tanto em nível nacional, com destaque para Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), quanto regional, com ênfase no Documento Curricular do Tocantins para Educação Fundamental (DCT, 2019). Tais encaminhamentos envolvem a leitura e a produção de gêneros discursivos, o que, além de fomentar o desenvolvimento da competência do aluno enquanto usuário da língua, a partir do eixo norteador do topônimo, pode levá-lo a perceber como este se integra à história do lugar, conduzindo-o à compreensão da importância das raízes culturais para a constituição de sua própria identidade. A base temática para o desenvolvimento de tais encaminhamentos foram os nomes dos bens patrimoniais materiais da cidade de Palmas - TO. A justificativa para escolha desse conjunto toponímico foi a premente necessidade de realizar ações voltadas ao despertar da consciência sobre a importância de valorizar a história da comunidade, fomentando, sobretudo, a educação patrimonial. Nesse sentido, aqui se defende a tese de que os bens patrimoniais representam para a comunidade muito mais do que espaços indiferenciados, devendo ser compreendidos como verdadeiros lugares segundo o prisma da Geografia Humanista. Tendo em vista o contexto de sociedade digital e o anseio de trabalhar com os nomes de lugares no Ensino Fundamental de forma significativa, gestou-se a ideia de desenvolver um recurso didático digital pautado nos nomes dos lugares patrimoniais dessa cidade. Dessa aspiração, nasceu o software toponomástico “Na trilha do patrimônio”, cuja ideia é servir como um expediente a mais para inserção da Toponomástica no âmbito escolar, tornando experiência do aluno com a abordagem dos topônimos mais interativa ao mobilizar uma ferramenta digital a favor da construção da aprendizagem. Quanto à metodologia, esta pesquisa se caracteriza como qualitativa, tendo sido o método indutivo utilizado para a construção das hipóteses no decorrer das descrições onomásticas. O corpus da pesquisa foi levantado a partir de uma coleta realizada em fontes oficiais do município e consiste em sete nomes de bens patrimoniais. As motivações desses topônimos foram buscadas em fontes documentais e bibliográficas e sistematizadas em fichas. A ficha apresentada foi adaptada dos modelos elaborados por Dick (2004), Faria (2017) e Ferreira (2019). Os resultados apontam para o fato de que é possível desenvolver ações que contemplem o trabalho com o topônimo no contexto da Educação Básica alinhadas ao que é disposto nos documentos educacionais normativos. Especificamente no que concerne aos nomes dos bens patrimoniais, esse trabalho pode colaborar para o despertar da consciência de valorização e de preservação desses lugares, na medida em que o aluno pode reconhecê-los como arcabouço da sua herança cultural, essência do que se caracteriza como educação patrimonial.

**Palavras-chave:** Toponomástica. Patrimônio cultural material. Geografia Humanista. Educação patrimonial. Encaminhamentos didático-pedagógicos.

## ABSTRACT

The general objective of this thesis is to understand toponomastic studies in the scope of Basic Education, specifically aimed at Elementary School, in the context of what the multiliteracies approach proposes. Aiming of integrating Toponomastics in the range of contents covered in the classroom, didactic proposals were elaborated for the development of such work, in accordance with the essential learning that have been established by the official documents that guide Basic Education, both nationally, such as the BNCC (2017), and regionally, with emphasis on DCT - Elementary Education (2019). These didactic proposals involve the reading and production of discursive genres, which, besides contributing to the development of the student's competence as a language user, from the guiding axis of the toponym, can lead him to perceive how it is integrated to the history of the place, leading him to understand the importance of cultural roots for the constitution of his own identity. The thematic basis for the development of such proposals were the names of the material heritage assets of the city of Palmas - TO. The justification for the choice of this toponymic set was the urgent need to carry out actions aimed at raising awareness about the importance of valuing the history of the community, fostering, above all, heritage education. In this sense, we defend the thesis that heritage assets represent for the community much more than undifferentiated spaces and should be understood as real places according to the prism of Humanistic Geography. Considering the context of the digital society and the desire to work with place names in elementary school in a meaningful way, the idea of developing a digital didactic resource based on the names of the city's heritage places was conceived. From this aspiration, the topomastic software "On the Heritage Trail" was born, whose idea is to serve as another expedient for the insertion of Toponymy in the school environment, making the student's experience with the approach of toponyms more interactive by mobilizing a digital tool in favor of the construction of learning. As for the methodology, this research is characterized as qualitative, and the inductive method was used for the construction of the hypotheses in the onomastic descriptions. The research corpus was collected from official sources in the municipality and consists of seven names of heritage properties. The motivations for these toponyms were sought in documental and bibliographic sources and systematized in sheets. The sheet presented was adapted from the models elaborated by Dick (2004), Faria (2017) and Ferreira (2019). The results point to the fact that it is possible to develop actions that contemplate the work with the toponym in the context of Basic Education in agreement with what is laid out in the normative educational documents. Regarding the names of heritage assets, this work can contribute to the awakening of awareness of appreciation and preservation of these places, to the extent that students can recognize them as a framework of their cultural heritage, the essence of what is characterized as heritage education.

**Keywords:** Toponomastics. Material cultural heritage. Humanistic Geography. Heritage education. Didactic proposals.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Toponomástica, toponímia e topônimo: definição dos conceitos.....	35
Figura 2 - Continuum terminológico dos prefixos pluri, inter e trans.....	57
Figura 3 - Multidisciplinaridade.....	59
Figura 4 - Pluridisciplinaridade.....	59
Figura 5 - Interdisciplinaridade.....	59
Figura 6 - Transdisciplinaridade.....	60
Figura 7 - Onomástica e interdisciplinaridade.....	61
Figura 8 - Perspectiva da experiência para Tuan.....	70
Figura 9 - Sumário dos diferentes passos no processo de candidatura e as principais responsabilidades do Estado-parte e do Comitê do Patrimônio.....	80
Figura 10 - Igreja da Matriz de Natividade.....	88
Figura 11 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos.....	89
Figura 12 - Catedral Nossa Senhora das Mercês.....	91
Figura 13 - Seminário São José.....	92
Figura 14 - Localização geográfica da cidade de Palmas.....	93
Figura 15 - Lançamento da pedra fundamental de Palmas- maio de 1989.....	94
Figura 16 - Solenidade de posse do primeiro prefeito.....	94
Figura 17 - Vista área de Palmas no ano de 1992.....	95
Figura 18 - Vista área de Palmas no ano de 2021.....	95
Figura 19 - Sistema de busca de leis do site da Prefeitura de Palmas.....	108
Figura 20 - Pesquisa no banco de leis por palavra-chave.....	109
Figura 21 - Pesquisa no banco de leis por palavra-chave.....	109
Figura 22 - Pesquisa de campo na Casa da Cultura.....	111
Figura 23 - Inserção de ponto no Google Maps.....	113
Figura 24 - Localização da 1ª sede da Assembleia Legislativa do Tocantins no mapa.....	114
Figura 25 - Prédio da Antiga Assembleia Legislativa do Tocantins (Assembleinha).....	114
Figura 26 - Localização da Casa da Cultura Prof. Maria dos Reis no mapa.....	116
Figura 27 - Casa da Cultura Professora Maria dos Reis.....	116
Figura 28 - Localização da Escola Municipal Irmã Aspázia no mapa.....	118
Figura 29 - Escola Municipal Irmã Aspázia.....	118
Figura 30 - Localização do Museu Casa Suçuapara no mapa.....	120
Figura 31 - Museu Casa Suçuapara.....	120

Figura 32 - Localização do Museu Casa Vitor no mapa .....	122
Figura 33 - Museu Casa Vitor .....	122
Figura 34 - Localização do Museu Histórico do Tocantins (Palacinho) no mapa .....	124
Figura 35 - Museu Histórico do Tocantins (Palacinho) .....	124
Figura 36 - Localização do Teatro de Arena no mapa .....	126
Figura 37 - Teatro de Arena .....	126
Figura 38 – Primeira sede da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.....	129
Figura 39 - Incêndio que acometeu a Assembleinha em 2017 .....	131
Figura 40 - Incêndio que acometeu a Assembleinha em 2020 .....	131
Figura 41 - Casa da Cultura Professora Maria dos Reis.....	133
Figura 42 - Interior da Casa da Cultura Professora Maria dos Reis: sala de pintura.....	134
Figura 43 - Escola Municipal Irmã Aspázia.....	135
Figura 44 - Interior do Memorial Luiz Nunes .....	136
Figura 45 - Museu Casa Suçuapara .....	137
Figura 46 - Fazenda Triângulo - atual Casa Suçuapara.....	138
Figura 47 - Fachada sul da casa - janelas de madeira e paredes de adobe .....	139
Figura 48 - Interior do Museu Casa Suçuapara .....	141
Figura 49 - Museu Casa Vitor .....	141
Figura 50 - Interior do Museu Casa Vitor: vista da sala.....	143
Figura 51 - Interior do Museu Casa Vitor: cozinha.....	143
Figura 52 - Museu Histórico do Tocantins (Palacinho) .....	144
Figura 53 - Primeiros anos do Palacinho.....	145
Figura 54 - Mobiliário do gabinete do primeiro governador do Estado do Tocantins .....	146
Figura 55 - Bonecas “Ritxòkò” criadas pelo Povo Karajá .....	147
Figura 56 - Teatro de Arena de Taquaruçu.....	148
Figura 57 - Apresentação artística durante o 6º Festival de Circo de Taquaruçu no Teatro de Arena .....	149
Figura 58 - Mapa dos Multiletramentos .....	170
Figura 59 - Tela inicial do aplicativo "Roteiro Toponímico" .....	180
Figura 60 - Home do aplicativo "Roteiro Toponímico" .....	180
Figura 61 - Home do aplicativo.....	182
Figura 62 - Buscador textual .....	183
Figura 63 - Correspondência de pesquisa.....	183
Figura 64 - Informações pertinentes ao bem pesquisado .....	184

Figura 65 - Aba com informações contextuais.....	185
Figura 66 - Aba com informações técnicas .....	185
Figura 67 - Abas que integram a barra lateral .....	186
Figura 68 - Exemplo de rota.....	187
Figura 69 - Apresentação do sistema.....	187
Figura 70 - Ficha técnica do sistema .....	188
Figura 71 - Política de privacidade.....	189
Figura 72 - Contato.....	189

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - critérios relativos à inscrição de um bem como Patrimônio Cultural Mundial.....	81
Quadro 2 - Patrimônio Cultural Mundial no Brasil.....	82
Quadro 3 - Inventário do patrimônio cultural material da cidade de Palmas -TO .....	96
Quadro 4 - Ficha lexicográfico-toponímica proposta por Dick (2004). .....	104
Quadro 5 - Ficha toponímica proposta por Faria (2017).....	104
Quadro 6 - Ficha toponímica elaborada por Ferreira (2019).....	105
Quadro 7 - Ficha toponímica utilizada na pesquisa.....	105
Quadro 8 - Ficha lexicográfico-toponímica do bem patrimonial prédio da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins (Assembleinha) .....	114
Quadro 9 - Ficha lexicográfico-toponímica do bem patrimonial Casa da Cultura Professora Maria dos Reis.....	116
Quadro 10 – Quadro Ficha lexicográfico – toponímica do bem patrimonial Escola Municipal Irmã Aspázia.....	118
Quadro 11 - Ficha lexicográfico-toponímica do bem patrimonial Casa Suçupara.....	120
Quadro 12 - Ficha lexicográfico-toponímica do bem patrimonial Museu Casa Vitor .....	122
Quadro 13 - Ficha lexicográfico-toponímica do bem patrimonial Museu Histórico do Tocantins (Palacinho).....	124
Quadro 14 - Ficha lexicográfico-toponímica do bem patrimonial Teatro de Arena .....	126
Quadro 15 - Classificação taxionômica dos nomes dos bem patrimoniais da cidade de Palmas - TO.....	129
Quadro 16 - Design de sentidos.....	169
Quadro 17 - Língua Portuguesa - 6º ano do Ensino Fundamental - 1º bimestre .....	191
Quadro 18 - Unidade temática “O sujeito e seu lugar no mundo” - Geografia - 6º ano .....	193
Quadro 19 - Geografia - 6º ano - 1º bimestre .....	193
Quadro 20 - Campo jornalístico-midiático - Língua Portuguesa - 6º ano .....	195
Quadro 21 - Campo jornalístico-midiático - Língua Portuguesa - 6º ano .....	196
Quadro 22 - Língua Portuguesa - 6º ano do Ensino Fundamental – 1º bimestre .....	197
Quadro 23 - Campo jornalístico-midiático - Língua Portuguesa - 6º ano .....	199
Quadro 24 - Língua Portuguesa - 6º ano do Ensino Fundamental - 1º bimestre .....	200

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>ATT</b>	Atlas Toponímico do Tocantins
<b>BNCC</b>	Base Nacional Comum Curricular
<b>EG</b>	Elemento geográfico
<b>GNL/ NLG</b>	Grupo de Nova Londres/New London Group
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>ICOMOS</b>	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
<b>IPHAN</b>	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
<b>Lat.</b>	Latim
<b>NSL</b>	Novos Estudos do Letramento
<b>OCDE</b>	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico de Países Desenvolvidos
<b>PCN</b>	Parâmetros Curriculares Nacionais
<b>Prep.</b>	Preposição
<b>s.</b>	Singular
<b>Sf</b>	Substantivo feminino
<b>Sm</b>	Substantivo Masculino
<b>SISTOP</b>	Sistema Toponímico do Tocantins
<b>SPHAN</b>	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
<b>UNESCO</b>	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
<b>UNESP</b>	Universidade Estadual Paulista
<b>Vb</b>	Verbo

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>19</b>
<b>2 LÉXICO, TOPONOMÁSTICA E CULTURA: ASPECTOS QUE PERMEIAM A NOMEAÇÃO DE LUGARES .....</b>	<b>25</b>
2.1 Língua e sociedade: o léxico como produto cultural .....	25
2.2 Toponímia e Toponomástica: paradigmas conviventes .....	30
2.3 O signo toponomástico e suas particularidades .....	36
2.4 Os nomes e a cultura do lugar: o que a toponímia de uma cidade pode nos revelar?.....	47
<b>3 LUGAR, TOPONOMÁSTICA E PATRIMÔNIO CULTURAL .....</b>	<b>55</b>
3.1 Toponomástica e Geografia Humanista: ensaio de uma proposta de ressignificação do conceito de lugar à luz da teoria da interdisciplinaridade.....	55
3.2 O conceito de lugar na Geografia Humanista: breves reflexões .....	64
3.3 Contribuições da Geografia Humanista para a nova concepção de lugar que se propõe nos estudos toponomásticos: experiência e identidade como dimensões balizadoras .....	69
3.4 O lugar como patrimônio: definição de patrimônio e critérios de análise para que se considere que um lugar é um bem patrimonial .....	77
3.5 Patrimônio cultural material tocantinense.....	87
3.6 Patrimônio cultural material palmense.....	92
<b>4 PERCURSO METODOLÓGICO .....</b>	<b>98</b>
4.1 O método nas pesquisas científicas .....	98
4.2 Objetivos de pesquisa .....	99
4.3 Abordagem metodológica .....	100
4.4 Constituição do corpus e fontes de dados.....	102
4.5 Procedimentos utilizados para tratamento e análise do corpus: a ficha lexicográfico-toponímica .....	103
4.6 Técnicas de pesquisa.....	107
4.6.1 Pesquisa Bibliográfica.....	107
4.6.2 Análise Documental .....	108
4.6.3 Pesquisa de Campo.....	110
<b>5 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO CORPUS .....</b>	<b>114</b>
5.1 Fichas lexicográfico-toponímicas dos bens patrimoniais da cidade de Palmas - TO.....	114
5.2 Considerações sobre a classificação taxionômica dos nomes dos bens patrimoniais da cidade de Palmas - TO .....	127
5.2.1 Os lugares patrimoniais como berço da memória da comunidade .....	150

<b>6 LÉXICO EM ATIVIDADE: ENCAMINHAMENTOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS PARA O ESTUDO DOS NOMES DE LUGARES PELA PERSPECTIVA DOS MULTILETRAMENTOS E DA INOVAÇÃO.....</b>	<b>154</b>
<b>6.1 A língua(gem) como um processo interativo: a concepção sociointeracionista .....</b>	<b>154</b>
<b>6.2 Do letramento aos letramentos e dos letramentos aos multiletramentos: panorama sócio-histórico e perspectivas teóricas .....</b>	<b>156</b>
<b>6.3 Multiletramentos: caracterização e relevância no atual contexto da educação.....</b>	<b>164</b>
6.3.1 Encaminhamentos de uma pedagogia dos multiletramentos.....	169
<b>6.4 Ecos do discurso do <i>New London Group</i> na Base Nacional Comum Curricular (BNCC): algumas considerações .....</b>	<b>172</b>
<b>6.5 “Na trilha do patrimônio”: uma ferramenta toponomástica digital voltado à educação patrimonial em sala de aula.....</b>	<b>177</b>
6.5.1. Visão geral do produto .....	181
6.5.2 Home do aplicativo .....	181
<b>6.6 A Toponomástica no contexto do Ensino Fundamental: apontando caminhos.....</b>	<b>189</b>
6.6.1 “Os nomes dos lugares patrimoniais e a nossa história”: encaminhamentos didático-pedagógicos para abordagem dos topônimos no Ensino Fundamental.....	192
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>202</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>207</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A identidade de um grupo se constrói, social e historicamente, a partir do compartilhamento de elementos culturais pelos sujeitos que interagem no interior de uma sociedade. Entre os elementos que podem ser considerados matéria-prima desse processo de construção identitária, a língua se destaca como produto e atividade da ação humana mediadora de trocas simbólicas. Nesse sentido, pode-se afirmar que o mundo e as relações sociais se organizam com base nos significados instituídos pela língua.

É a língua, pois, que possibilita ao homem nomear sua realidade circundante e, a partir dessa atividade, organizá-la em um todo significativo e coerente com sua cultura, a qual determina a maneira como uma comunidade vê e interpreta o mundo, engendrando um conjunto de costumes, crenças, normas, valores e conhecimentos que definem e particularizam o modo desse sujeito estar no mundo. O repertório lexical de um grupo é, portanto, um exemplo de como o homem interpreta a realidade.

Afirma Seabra (2015, p.79) que, “Como portadoras de significado, as unidades lexicais refletem os diferentes momentos da história de uma sociedade, enquanto recortam o universo em categorias que variam exprimindo visões particulares de mundo”. Esse predicado do léxico como portador de significados ganha relevo quando se trata de nomes de lugares, uma vez que essa categoria de nomes, dado o seu caráter de conservação transcendente ao momento da nomeação, fornece ao estudioso a possibilidade de desvelar não apenas particularidades linguísticas de outrora, como também compreender um pouco do modo de viver dos participantes de uma comunidade.

Cientificamente, os nomes de lugares são estudados pela disciplina denominada Toponomástica. No âmbito dessa disciplina, o termo toponímia diz respeito a um conjunto de nomes de lugares de uma região, enquanto topônimo é o termo empregado para fazer referência a um nome de lugar propriamente dito. Vale lembrar, todavia, que os estudos que enveredam pela seara dos denominativos de lugares podem ser feitos sob vários prismas, ainda que não exclusivamente, pela disciplina que os têm como objeto de investigação. Em matéria de toponímia urbana, por exemplo, podem ser orientados por muitas perspectivas, as quais se relacionam ao perfil do pesquisador e aos seus objetos de interesse quanto à investigação a ser realizada.

De tal maneira, os recortes possíveis de pesquisa são diversos, indo desde o estudo dos nomes das ruas e avenidas de um bairro, nomes de praças, nomes de escolas, nomes de bens patrimoniais, até o exame de nomes de estabelecimentos privados, por exemplo. Embora

distintas essas linhas de análise quanto ao objeto de estudo, é possível que elas se conectem em um ponto: na constatação de que a maneira de interpretar o mundo feita por um grupo social em um determinado momento sócio-histórico pode ser revelada por meio do exame dos topônimos.

Nesse contexto, incluindo-se no campo de interesse da toponímia urbana, esta pesquisa se volta ao estudo dos nomes dos lugares que integram o patrimônio cultural material da cidade de Palmas, capital do Estado do Tocantins. O interesse dessa investigação se assenta no fato de que, enquanto um produto cultural, o patrimônio de uma comunidade não é alheio ao contexto em que se insere. Pelo contrário, corporifica a identidade desse grupo, carregando, por isso, marcas do constructo simbólico que espelha a maneira pela qual a realidade foi apreendida.

Aqui defende-se a tese de que os bens patrimoniais representam para a comunidade muito mais do que espaços indistintos, devendo ser compreendidos como verdadeiros lugares segundo o prisma da Geografia Humanista, tendo em vista que deles emanam significados em grandezas variadas, frutos da vivência particular do sujeito no ambiente. Como herança da produção humana em uma sociedade, uma possível relação que se estabelece entre indivíduo e tais ambientes constitui um campo fértil para estudo no que se refere ao laço de topofilia, vínculo esse que passa necessariamente pelo nome atribuído ao lugar, uma vez que este projeta o universo de significados e experiências inerentes ao contexto de mundo da comunidade na qual se incluem.

Afirma Saviani (2000) que a humanidade se constrói social e historicamente mediante as relações que os sujeitos possuem com a produção humana, não sendo ela, portanto, uma característica naturalmente dada ao homem. Partindo do entendimento do autor, justifica-se o fortalecimento de ações voltadas à valorização patrimonial nos diversos ambientes que compõem a sociedade, incluindo-se neste rol a escola. Esta, pelo importante papel como instituição agenciadora de trocas por excelência, sejam estas de conhecimentos, de valores e de vivências, pode servir como espaço para o desenvolvimento de processos intencionais orientados à socialização e à conscientização dos significados do patrimônio cultural.

Destaca-se que, na esfera escolar, ações com foco na educação patrimonial encontram subsídio na concepção de conhecimento curricular contextualizado, que mobiliza saberes regionais e locais da sociedade e da cultura dos alunos para composição da parcela de conhecimentos complementares à base comum, consolidando uma educação democrática, na medida em que insere o universo do aluno no quadro das aprendizagens essenciais, em conformidade com o que postula a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017).

Em face do exposto, partindo dos nomes dos lugares do patrimônio cultural material da cidade de Palmas – TO, o objetivo geral desta tese é compreender os estudos toponomásticos no contexto da Educação Básica, especificamente voltados ao Ensino Fundamental, na linha do que propõe a abordagem dos multiletramentos.

Caminhando ao encontro desse objetivo e do anseio crescente, enquanto docente e pesquisadora, de integrar a Toponomástica à gama de objetos do conhecimento abordados em sala de aula, em uma tentativa embrionária de romper algumas fronteiras que separam os conhecimentos desenvolvidos na academia do chão da escola, foram elaborados alguns encaminhamentos didáticos para o desenvolvimento de tal trabalho, todos em consonância com as aprendizagens estabelecidas pelos documentos parametrizadores da Educação Básica, tanto em nível nacional, como destaque para Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), quanto regional, com ênfase no Documento Curricular do Tocantins (DCT, 2019).

Tais encaminhamentos envolvem a leitura e a produção de gêneros discursivos, entre estes, gêneros digitais. Esclarece-se que o trabalho com gêneros discursivos digitais parte do princípio de que, se o objetivo da escola é formar integralmente o sujeito, essa instituição não pode se furtar da tarefa de contemplar as novas configurações discursivas em seu currículo, visto que elas integram a atual realidade e são condição para uma participação ativa nela.

Assim, como forma de suprir essa necessidade, a abordagem dos multiletramentos ganha foco, na medida em que visa ampliar o contato do estudante com novos recursos e tecnologias digitais que podem ser usadas a favor do aprendizado, preparando-o para uma participação consciente nas práticas contemporâneas de linguagem que têm lugar em uma sociedade globalizada, o que vai ao encontro dos ideais de democracia e de inclusão sustentados pela BNCC.

Acredita-se, pois, que o trabalho com os topônimos no contexto da Educação Básica possa se tornar ainda mais significativo se orientado pelo viés da inovação pedagógica, isto é, pautado em práticas subsidiadas por ferramentas digitais, que podem ser exploradas a favor da construção da aprendizagem. Pelo fato de essas tecnologias já integrarem o universo da cultura digital em que os alunos estão imersos, o uso mediado delas como recurso didático pode não só enriquecer o trabalho com os nomes de lugares, como também servir como fator de motivação para esse aprendizado. É justamente nesse contexto que os multiletramentos ganham relevo, na medida em que possibilitam que se desenvolvam atividades pedagógicas relacionadas às novas práticas de linguagem contemporâneas, as quais se relacionam, em grande medida, à expansão das tecnologias da informação e da comunicação.

Na esteira desse raciocínio, pensando na conjuntura de sociedade digital e na aspiração de trabalhar com os nomes de lugares no Ensino Fundamental de forma significativa, surgiu a ideia de desenvolver um recurso didático digital pautado nos nomes dos lugares patrimoniais da cidade de Palmas – TO. Dessa aspiração, nasceu o aplicativo batizado de “Na trilha do patrimônio”, desenvolvido em parceria com o Curso de Ciências da Computação da Universidade Federal do Tocantins, campus Palmas. A ideia do aplicativo é exatamente a de servir como um expediente a mais para inserção da Toponomástica no âmbito escolar.

Ressalta-se que o objetivo desse software não se vincula a mera transposição, para a tela do celular, de conhecimentos que poderiam estar dispostos em outros suportes. O propósito primeiro do aplicativo é tornar a experiência do aluno com a abordagem dos topônimos em sala de aula mais interessante e, para isso, o aplicativo conta com recursos que favorecem a interatividade, possibilitando a participação ativa do discente no processo de construção do conhecimento.

É importante destacar que este trabalho não é pioneiro no que concerne à tentativa de aproximar a Toponomástica do contexto do ensino. Nesse sentido, publicações recentes têm trazido propostas mirando esse propósito em suas mais variadas perspectivas. Entre essas, citam-se aqui apenas algumas desenvolvidas em âmbito nacional: Andrade e Nunes (2012, 2015), Nunes (2016), Reis (2017), Reis e Andrade (2019a, 2019b), Andrade, Nunes, Nascimento e Bastiani (2019), Andrade e Nascimento (2020), Nascimento (2020), Sousa (2017, 2018, 2019) e Sousa e Gouveia (2018). Os estudos mencionados guardam entre si semelhanças entre a tentativa de ampliação do alcance das pesquisas de viés toponomástico e a explicitação de possíveis caminhos para que tal campo do saber seja aplicado ao ensino.

Portanto, conceder espaço para a Toponomástica na Educação Básica pode favorecer a ampliação do repertório de conhecimentos dos alunos, na medida em que pode guiá-los rumo à compreensão da rede de fatores históricos, sociais, culturais que concorre e está por trás do processo de nomeação de lugares. Diante do exposto, a relevância deste estudo se encontra no intento de contribuir para promoção da educação patrimonial na escola mediante a aproximação dos alunos com o legado cultural na forma de patrimônio a partir do nome de lugar. A partir desse movimento, espera-se promover a apropriação consciente e a valorização dessa herança cultural, fortalecendo o sentimento de identidade e ensejando o próprio exercício de cidadania pela construção de novos significados com os lugares, na medida em que o contato com a memória do grupo é uma dimensão fundamental da formação cidadã.

Apresentados, pois, o objetivo geral deste estudo, a sua justificativa e relevância social, elencam-se como os objetivos específicos:

- Reconhecer o topônimo como um meio de preservação da memória de uma comunidade;
- Apresentar uma proposta de ampliação do conceito de lugar nos estudos Toponomásticos, concebendo-o a partir de um ponto de vista interdisciplinar e afinado com os preceitos da Geografia Humanista, como base para se analisar a toponímia que se relaciona ao patrimônio cultural material da cidade de Palmas – TO;
- Investigar a motivação dos topônimos que nomeiam os bens que formam o patrimônio cultural da cidade de Palmas – Tocantins, levando em consideração a influência particular que os fatores históricos, sociais, identitários e regionais estabeleceram no processo de nomeação desses locais;
- Apresentar encaminhamentos didático-pedagógicos, envolvendo gêneros discursivos, para abordagem dos nomes de lugares no contexto do Ensino Fundamental;
- Inserir a inovação ao estudo do patrimônio cultural material da cidade de Palmas – TO no âmbito da escola, por meio da utilização de um aplicativo toponomástico interativo, a ser mobilizado como ferramenta de educação patrimonial informal.

A partir dos objetivos elencados, esta tese foi organizada em seis seções. Nesta primeira seção, faz-se a introdução da pesquisa. Na seção 2, são apresentadas as principais orientações teóricas de ordem linguística que nortearam o desenvolvimento deste estudo. Na seção 3, apresenta-se uma proposta de ampliação conceitual do lugar nos estudos toponomásticos, concebendo-o a partir de um ponto de vista interdisciplinar, afinado com os preceitos da Geografia Humanista, como base para se analisar a toponímia que se relaciona ao patrimônio cultural material da cidade de Palmas - TO.

Na seção 4, é descrito o percurso metodológico que orientou a efetivação desta pesquisa, com a devida apresentação da abordagem metodológica escolhida e a razão de sua escolha. Ademais, são detalhadas a constituição do corpus e as fontes de coleta dos dados, como também os procedimentos adotados para o levantamento, o tratamento, a análise e a interpretação dos dados, bem como as técnicas de pesquisa empregadas. Na seção 5, são apresentadas a catalogação e a descrição dos topônimos, os quais foram sistematizados por meio de fichas. Nessa mesma seção, procede-se com a análise e com a interpretação dos dados que compõem o corpus da pesquisa.

Na seção 6, é feita uma discussão a respeito de como os multiletramentos podem subsidiar a elaboração de encaminhamentos didático-pedagógicos para abordagem dos nomes de lugares no contexto do Ensino Fundamental, bem como é apresentado o aplicativo

toponômico interativo que foi desenvolvido para ser utilizado como ferramenta de educação patrimonial informal.

Finalmente, na seção 7, são apresentadas as considerações finais do trabalho, que apontam para o fato de que conhecer a motivação dos nomes dos bens patrimoniais da cidade de Palmas pode revelar aspectos sobre a história e a cultura dessa comunidade, contribuindo para que tais bens sejam apreendidos a partir do prisma de lugar significativo e repertoriado, como concebe a Geografia Humanista. Tal compreensão, por consequência, coaduna com os princípios da educação patrimonial, na medida em que contribui para o despertar da consciência de valorização desses lugares.

## 2 LÉXICO, TOPONOMÁSTICA E CULTURA: ASPECTOS QUE PERMEIAM A NOMEAÇÃO DE LUGARES

*Então ouço o nome daquela cidade em uma conversa  
que toma corpo perto de mim. Deixo apenas ouvir e passo a escutá-la.  
Aquele nome mencionado por aquelas pessoas que desconheço eu conheço bem.  
É o nome da minha cidade. Cidade em que nasci, em que cresci, em que vivi.  
Uma profusão de aromas, imagens e sensações é evocada pela minha memória.  
Essa memória tem mais que cheiro, imagens e impressões. Essa memória tem vida.  
E ela tem vida porque se refere a um lugar, ao meu lugar. Um lugar que conta histórias.  
Alguns minutos decorrem desde que ouvi o nome daquele lugar ser dito...  
Só então me dou conta do efeito que ele tem sobre mim.  
Ele não é apenas um nome, ele encapsula reminiscências.  
Quem diria que dentro de um nome coubesse uma vida.  
(BASTIANI, C. 2021).*

Nesta seção, serão apresentadas as principais orientações teóricas que nortearam o desenvolvimento deste estudo. Primeiramente, são abordadas as relações existentes entre léxico e cultura; em seguida, são tecidas considerações a respeito da Toponomástica enquanto uma terminologia que começa a ser incorporada nos estudos onomásticos brasileiros; posteriormente, são delineadas as particularidades que tocam o signo toponomástico, bem como é lançado um olhar sobre a toponímia urbana, enfatizando o topônimo como uma forma privilegiada de registro e de preservação do repertório histórico e identitário de uma comunidade.

### 2.1 Língua e sociedade: o léxico como produto cultural

No interior das relações que se estabelecem entre língua e cultura, depreende-se que cada grupo social interpreta a realidade de uma forma particular, realidade esta que é moldada por um sistema linguístico, no qual os signos se definem a partir das relações que estabelecem uns com os outros no interior de uma lógica de funcionamento que baliza o pensamento.

Dizer então que cada língua recorta a realidade de uma maneira singular significa que o olhar que cada grupo social lança para o mundo extralinguístico é também único, advindo de suas necessidades comunicativas. Nesse processo, não há, todavia, uma relação de espelhamento entre signo e mundo sensível, em que o primeiro retrata fielmente a essência do segundo. Sobre essa questão, Corneille (1982, p. 109) já assegurava que “[...] não é o real que impõe sua significação ao signo; é o signo que nos permite dotar de significação o real”, o que vai ao encontro da tese proposta por A. Martinet em “A linguística sincrônica” (1971), segundo a qual é a linguagem que molda o pensamento, não o contrário. Sobre tal subordinação do

pensamento à linguagem, em “Le Langage et la construcion du monde des objects<sup>1</sup>”, diz-nos E. Cassirer (1933) que:

O papel da linguagem não se limita, de maneira nenhuma, a comunicar pensamentos pré-existentes, mas antes é o mediador indispensável para a formação do pensamento (...). A linguagem não é uma simples transposição do pensamento para a forma verbal (...). A ideia não pré-existe à linguagem, forma-se nela e por ela (...) a ideia surge quando se fala. (E. CASSIRER, 1933, 66, apud CORNEILLE, 1982, p. 111).

Essa linha de pensamento foi legitimada pelos trabalhos desenvolvidos por linguistas americanos de base antropológica, como Edward Sapir (1884-1939) e Benjamin Lee Whorf (1897-1841). Enquanto discípulo do primeiro, Whorf desenvolveu as elaborações teóricas do mestre acerca da relação entre língua e cultura. Essas teorizações materializaram o que hoje se conhece por hipótese Sapir-Whorf, que considera que o universo mental dos falantes é configurado pelas estruturas a que um determinado sistema linguístico o submete ao recortar de forma arbitrária a realidade.

Corneille (1982) avalia que a maior contribuição advinda dos pesquisadores norte-americanos para a linguística estrutural advém da originalidade com que conceberam as relações entre língua e sociedade. Sapir (1969), por exemplo, discorre sobre as influências do ambiente sobre a língua. Vale destacar que o conceito de ambiente em Sapir, em se tratando especificamente de língua, é abrangente, uma vez que engloba tanto fatores físicos quanto sociais. Conforme explica,

Não obstante, tratando-se da língua que se pode considerar um complexo de símbolos refletindo todo o quadro físico e social em que se acha situado um grupo humano, convém compreender no termo ‘ambiente’ tanto os fatores físicos como os sociais. Por fatores físicos se entendem aspectos geográficos como a topografia da região (costa, vale, planície, chapada ou montanha), clima e regimes de chuvas, bem como o que se pode chamar a base econômica da vida humana, expressão em que se incluem a fauna, a flora e os recursos minerais do solo. Por fatores sociais se entendem as várias forças da sociedade que modelam a vida e o pensamento de cada indivíduo. Entre as mais importantes dessas forças sociais, estão a religião, os padrões éticos, a forma de organização política e a arte. (SAPIR, 1969, p.44).

Partindo desse esclarecimento, o linguista pondera que o ambiente físico, para ser refletido na língua, está condicionado às forças sociais. Em outras palavras, para que um determinado elemento do ambiente físico possa ser referenciado por um signo linguístico

---

<sup>1</sup> A linguagem e a construção do mundo dos objetos. (Tradução nossa).

particular, esse elemento precisa ser relevante para os integrantes de uma comunidade. Tal asserção pode ser ilustrada pela seguinte reflexão:

A mera existência, por exemplo, de uma espécie animal no ambiente físico de um povo não basta para fazer surgir um símbolo linguístico correspondente. É preciso que o animal seja conhecido pelos membros do grupo em geral e que eles tenham nele algum interesse, por mínimo que seja, antes da língua da comunidade ser levada a reportar-se a esse elemento particular físico. (SAPIR, 1969, p.45).

Essa reflexão sintetiza o conceito de relativismo linguístico, que, dito de outra forma, diz respeito às representações que os sujeitos constroem, de modo inconsciente, sobre o mundo sensível e imaginário, as quais influem sobre os seus padrões linguísticos. Dando continuidade à linha de pensamento de seu mestre Sapir, de acordo com López (1995), dois fundamentos podem ser extraídos das teorizações de Whorf:

1. Todos os altos níveis de pensamento dependem da linguagem;
2. A estrutura da linguagem que se usa habitualmente influencia a maneira de compreender o ambiente circundante. A imagem do universo varia de língua para língua. (LÓPEZ, 1995, p.123, tradução nossa)<sup>2</sup>.

Uma ilustração concreta sobre como as projeções acerca do mundo físico e psíquico influem sobre o nível lexical da língua de forma diversa de cultura para cultura é fornecido por Whorf<sup>3</sup> com a análise do material linguístico Hopi.

Acredito ser sem fundamento supor que um Hopi que conhece apenas a língua Hopi e as ideias culturais de sua própria sociedade compartilhe as mesmas noções, muitas vezes consideradas intuições, de tempo e espaço que nós temos, e que geralmente são consideradas universais. [...] Após estudo e análise exaustivos e cuidadosos, a língua Hopi aparentemente não contém palavras, formas gramaticais, construções ou expressões que se referem diretamente ao que entendemos como tempo, ou passado, presente e futuro, ou à duração ou permanência, ou ao movimento como cinemático, em vez de dinâmico [...] ou, até mesmo, qualquer referência ao espaço como uma maneira de excluir esse elemento da extensão ou da existência que chamamos tempo e que assim, por implicação, deixa um resíduo que poderia ser referido como tempo. Portanto, a língua Hopi não conta com nenhuma referência ao tempo, seja explícita ou implícita. (WHORF, p. 27, 1950, tradução nossa).<sup>4</sup>

---

<sup>2</sup> No original: 1. Todos los altos niveles del pensamiento dependen del lenguaje. 2. La estructura del lenguaje que no uno utiliza habitualmente influye sobre la forma de comprender el medio ambiente circundante. La imagen del universo varía de lengua a lengua.

<sup>3</sup> Vale enfatizar que a língua em que o artigo de Benjamin Lee Whorf foi publicado é o inglês, todavia é possível considerar que essa mesma conclusão poderia ser estendida à língua portuguesa.

<sup>4</sup> No original: I FIND IT gratuitous to assume that a Hopi who knows only the Hopi language and the cultural ideas of his own society has the same notions, often supposed to be intuitions, of time and space that we have, and that are generally assumed to be universal. After long and careful study and analysis the Hopi language is seen to contain no words, grammatical forms, constructions or expressions that refer directly to what we call time, or to past, present, or future, or to enduring or lasting, or to motion as kinematic rather than dynamic or that even refer

É importante ressaltar, explica López (1995, p.124), que essa suposta falta de transparência acerca dos correspondentes linguísticos para noções temporais na língua Hopi não significa que ela seja inferior ou menos desenvolvida que qualquer outra, apenas é um indicativo de que a forma de essa comunidade interpretar o mundo é diferente.

Aceitando a validade dessas considerações, observam-se os significados e as experiências inerentes a um grupo refletidos no léxico, na medida em que

O léxico da língua é que mais nitidamente reflete o ambiente físico e social dos falantes. O léxico completo de uma língua pode se considerar, na verdade, como o complexo inventário de todas as ideias, interesses e ocupações que açambarcam a atenção da comunidade; e, por isso, se houvesse à nossa disposição um tesouro assim cabal da língua de uma dada tribo, poderíamos daí inferir, em grande parte, o caráter do ambiente físico e as características culturais do povo considerado. (SAPIR, 1969, p. 45).

Em vista do exposto, é necessário esclarecer que discorrer sobre as relações entre língua e cultura não é tarefa das mais simples, o que encontra razão no fato de que conceituar cultura<sup>5</sup> é um fazer complexo, haja vista os desdobramentos teóricos que suscita a depender do prisma de análise do pesquisador. Laraia (2001), na obra “Cultura: um conceito antropológico”, na primeira parte do livro, inventaria teorias que versam sobre o conceito de cultura, em uma linha do tempo que se inicia nos iluministas e finda nos autores contemporâneos.

Segundo o autor, o termo germânico “Kultur”, no final do século XVIII e início do século XIX, era “utilizado para simbolizar todos os aspectos espirituais de uma comunidade, enquanto a palavra francesa “Civilization” referia-se principalmente às realizações materiais de um povo” (LARAIA, 2001, p. 25). Este autor ainda esclarece que o antropólogo britânico

---

to space in such a way as to exclude that element of extension or existence that we call time, and so by implication leave a residue that could be referred to as time. Hence, the Hopi language contains no reference to time, either explicit or implicit.

<sup>5</sup> O Dicionário Houaiss (versão online), apresenta a seguinte etimologia para o verbete “cultura”: lat. *cultūra*, *ae* no sentido de ação de cuidar, tratar, venerar (no sentido físico e moral); ver *cult-*. (HOUAISS ONLINE). No Glossário de Cultura do SESI, encontra-se a seguinte significação da palavra cultura a partir de uma análise etimológica: “Outra consulta aos dicionários, feita na Enciclopédia Mirador Internacional, ajuda-nos a compreender as concepções até aqui apresentadas pela análise da etimologia da palavra cultura. Cultura vem do latim *cultu:ra*, que significa “lavoura, cultivo dos campos, instrução, conhecimentos adquiridos”, derivado do latim *cole:re*, “cultivar, cuidar de, tratar”, representado em grego por dois vocábulos distintos, *geo:rgía*, “lavoura, cultivo dos campos” e *máthema*, *mathe:mata*, “conhecimentos adquiridos”. Opõe-se, desde a época clássica, à palavra latina *natura*, “natureza, ordem estabelecida pela natureza, curso natural das coisas”. A diferença fundamental entre *cultu:ra* e *natu:ra* é que a *cultu:ra*, “lavoura, conhecimentos adquiridos”, só se realiza com a participação direta do homem, agindo sobre a *natu:ra*, enquanto esta existe independentemente da ação humana.” (CASCÃO et al, 2007, p.14).

Edward Tylor (1832-1917) foi quem definiu, pela primeira vez, o conceito de cultura, sintetizando essas duas concepções – Kultur e Civilization - em um único termo da língua inglesa “Culture”, que: "tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade".

Na obra “O crisântemo e a espada: Padrões da cultura japonesa”, Ruth Benedict registrou que “a cultura é como uma lente através da qual o homem vê o mundo” (BENEDICT, 1972, apud LARAIA, 2001, p. 67). Considerando essa asserção, vê-se, então, que a cultura determina a maneira como uma comunidade vê e interpreta o mundo, engendrando um conjunto de costumes, crenças, normas, valores e conhecimentos que definem e particularizam o modo deste grupo estar no mundo. Por conseguinte, enquanto um produto cultural, a língua integra esse macrossistema, sendo que “não existiria cultura se o homem não tivesse a possibilidade de desenvolver um sistema articulado de comunicação oral (LARAIA, 2001, p.55).

É essa visão particular do contexto circundante que leva o grupo a utilizar a língua de uma forma também singular, sendo o léxico, portanto, um produto sociocultural. Por léxico, Trask (2006, p.155) entende “[...] o inventário total de palavras disponíveis aos falantes”. Nesse rol, incluem-se as palavras que o falante utiliza e aquelas que ele compreende, porém não faz uso. Para Seabra (2006),

Considerada como um produto histórico e, portanto, devendo ser entendida dentro do contexto do processo em que se produz, a linguagem, como objeto de mediação que se interpõe entre o homem e o seu entorno, é uma “ferramenta” (aspas da autora) fundamental para podermos conhecer a memória participativa de uma determinada sociedade, vinculando-nos às suas histórias sociais e concretas e a suas instituições. (SEABRA, 2006, p.1957).

Como se observa, na materialidade do léxico, encontram-se marcas de uma cultura, isso porque entre eles há uma relação de retroalimentação, isto é, de interdependência. Sobre isso, Saussure (1969, p.29) já dizia que “os costumes duma nação têm repercussão na língua e, por outro lado, é em grande parte a língua que constitui a nação”. Torna-se evidente, pois, a importância da qual a língua se reveste para o desenvolvimento e a preservação de um quadro cultural. Em consonância com Oliveira e Isquardo (2001),

O léxico, saber partilhado que existe na consciência dos falantes de uma língua, constitui-se no acervo do saber vocabular de um grupo sócio-linguístico-cultural. Na medida em que o léxico configura-se como a primeira via de acesso a um texto, representa a janela através da qual uma comunidade pode ver o mundo, uma vez que esse nível da língua é o que mais deixa transparecer os valores, as crenças, os

hábitos e costumes de uma comunidade, como também, as inovações tecnológicas, transformações sócio-econômicas e políticas ocorridas numa sociedade. (OLIVEIRA; ISQUERDO, 2001, p. 9).

É necessário assinalar que, se o léxico se ajusta a uma cultura, isso é viabilizado pela atividade de nomeação. É esse processo que imprime sentido à vida dos sujeitos, uma vez que transforma a realidade em um todo ordenado e significativo. Sabe-se que tudo o que já existe ou que ainda vai ser criado e que apresenta relevância para um conjunto social necessita de um nome, e é por meio da nomeação que se singularizam os referentes em um determinado contexto espaço-temporal.

Os nomes veiculam significados, evocam memórias. Diz Seabra (2015, p.79) que, “[...] como portadoras de significado, as unidades lexicais refletem os diferentes momentos da história de uma sociedade, enquanto recortam o universo em categorias que variam exprimindo visões particulares de mundo”. Esse predicado do léxico ganha relevo quando se trata de nomes de lugares, uma vez que essa categoria de nomes, dado o seu caráter de conservação transcendente ao momento da nomeação, fornece ao estudioso a possibilidade de desvelar não apenas particularidades linguísticas de outrora, como também, através desse estudo, compreender um pouco do modo de viver dos participantes de uma comunidade. Em vista disso, seu estudo pode ser feito sob vários prismas, ainda que não exclusivamente, pela disciplina que os têm como objeto de investigação: a Toponomástica.

## **2.2 Toponímia e Toponomástica: paradigmas conviventes**

Kuhn (1998, p.13) define paradigma como “as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, oferecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”. Em outras palavras, trata-se de um modelo de ciência que, durante um determinado período, torna-se referência para todo o fazer científico. A esse modelo de ciência o autor atribui o nome de “ciência normal”, cujo objetivo é incrementar o paradigma vigente, articulando as teorias e os fenômenos que já foram propostos, refinando-o a fim de aumentar seu alcance e precisão.

Essa noção de paradigma científico aproxima-se daquilo que Latour (2011) denomina de caixa-preta. Tomando de empréstimo esse termo da cibernética, o autor chama de “caixa-preta” aquilo que já está estratificado como verdade, consolidado de forma indubitável, apesar de toda complexidade e controvérsia relacionadas à sua constituição. Em suas próprias palavras, “[...] um caso encerrado, uma asserção indiscutível, uma caixa-preta” (LATOUR, 2011, p.43).

Em vista do exposto, paradigma científico e caixa-preta podem apresentar uma possível relação a partir do momento em que a noção de estrutura fechada de complexidade potencialmente alta se apresenta como um axioma comum a ambos.

A partir do momento em que um paradigma estabelecido não consegue responder aos problemas que se apresentam no interior de seu campo de conhecimento, um novo paradigma começa a emergir (KUHN, 1998). Tem-se início, por consequência, uma cisão com o convencional, a qual abre possibilidades para que novos olhares e perspectivas sejam lançados sobre o objeto de pesquisa.

Conduzindo essa discussão para âmbito em que esta pesquisa se assenta, é possível relacionar a noção de paradigma proposta por Kuhn (1998) ao movimento incipiente que tem acontecido no campo dos estudos onomásticos, especificamente ao que tange às investigações que se ocupam do estudo dos nomes de lugar. Tem sido convencional, no Brasil, denominar Toponímia como sendo a disciplina que se ocupa do estudo dos nomes de lugares, como se pode observar nos primeiros estudos aqui desenvolvidos.

Sob um ponto de análise cronológico, os estudos sobre os nomes de locativos têm início, no Brasil, com uma perspectiva de análise etimológica dos denominativos em língua indígena tupi, realizada por Teodoro Sampaio. Este pesquisador, um dos precursores dessa vertente de pesquisa neste país, publica, em 1901, “O tupi na geografia nacional”, obra essa que viria a se tornar um clássico da área.

Com Plínio Ayrosa, os estudos toponomásticos caminham em uma perspectiva dialetológica. Em 1934, momento da fundação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em razão de sua valorosa contribuição aos estudos da família linguística tupi, reconhecida não somente no âmbito brasileiro, mas também além das fronteiras desse país, o professor Ayrosa passa a reger a cadeira de Etnografia Brasileira e Língua Tupi-Guarani, a qual se vincula, então, a disciplina de “Toponímia”. Assinala Dick (1994) que:

Em sua origem, a Toponímia não constitui um corpo disciplinar autônomo, à semelhança do que ocorre hoje, vinculando-se à antiga cadeira de Etnografia e Língua Tupi, no âmbito dos cursos de História e Geografia. Mas o ponto vital e ordenador de todo o questionamento que se colocava era a preocupação latente com a dialetologia indígena brasileira, especialmente a tupi. A Toponímia nascente conformava, porém, um duplo objetivo: não só o ensino de suas básicas e de seus fundamentos gerais, segundo os modelos assentados pelo ramo europeu da Onomástica, mas, principalmente, a função instrumental de um marcador vocabular brasílico (estudo etimológico dos topônimos tupis), cuja frequência, no sistema lexical português, sempre atingiu índices expressivos nos mais variados itens semânticos (a exemplo de zoonímia, fitonímia, hidronímia, geomorfonímia, ergonímia). (DICK, 1994, p.435).

Em 1961, seguindo uma perspectiva de investigação ameríndia, Levy Cardoso publica a obra “Toponímia Brasília”, cujo interesse se assenta nos étimos não tupis da toponímia brasileira, especialmente os caribes, aruacos e borôros. Em suas palavras:

Estudar e reviver essa quase ignorada toponímia, reminiscência das velhas tribos tapuias, foi a tarefa que me propus realizar, a fim de que não se perdessem, como prevejo para um futuro não remoto, a denominação e o significado de um grande número de locativos brasileiros, que revelam, na sua tradição, a admirável lucidez de nosso silvícola nas suas denominações geográficas. (CARDOSO, 1961, p.19).

Essa mesma linha de pesquisa tem prosseguimento com o professor Carlos Drumond, que dá continuidade aos estudos do pesquisador Plínio Ayrosa na Universidade de São Paulo, direcionando sua atenção aos nomes de lugares de origem bororo, como se materializa em sua tese de livre docência intitulada “Contribuição do bororo à toponímia brasileira”, que data de 1965. É digna de nota também a contribuição do professor Erasmo d’Almeida no que se refere à ampliação do estudo do nome próprio. Explicam Carvalhinhos e Santos (2021) que

[...] por volta de 1970, com as disciplinas onomásticas já caracterizadas como corpo disciplinar regularmente oferecido pela Universidade de São Paulo, tipifica-se pela ampliação do escopo do nome próprio e não apenas os nomes autóctones são estudados com vigor, mas também a Onomástica ibérica em sua intersecção com a língua portuguesa, com os raros estudos<sup>5</sup> de Erasmo D’Almeida Magalhães. Aqui há uma retomada da tradição portuguesa inaugurada com Leite de Vasconcelos e um diálogo com a tradição francesa (Auguste Longnon, Albert Dauzat e Charles Rostaing), a canadense, na figura de Henri Dorion, e a norte-americana, com George Rippey Stewart. (CARVALHINHOS; SANTOS, 2021, p.271).

Não obstante, os estudos sobre os nomes de lugares ainda não despertavam expressivo interesse dos pesquisadores, faltando às pesquisas até então empreendidas uma sistematização teórico-metodológica (DRUMOND, 1965, p.14). Tal sistematização emerge no clássico “A motivação toponímica e a realidade brasileira”, de 1990, tese de Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick, feita sob orientação de Carlos Drumond, a qual se torna uma das maiores representantes dos estudos toponímicos brasileiros e uma das principais referências para aqueles que se enveredam por esse complexo campo de estudos que abrange o nome de lugar.

Como nos textos precedentes, Dick (1990a) faz uso do termo Toponímia para se referir ao campo de investigações que se ocupa do estudo dos nomes de lugares, o que, por implicação, dá início a uma certa tradição quanto ao emprego dessa palavra com tal acepção. Já na introdução da mencionada obra, a autora elucida que a Toponímia é uma

*Disciplina* antiga, cuja significação começou a se delinear a partir do momento em que os núcleos humanos se distribuíram distintamente, em porções territoriais delimitadas, impondo-se a identificação das regiões que se iam ocupando, a Toponímia, nem sempre, porém, logrou ver reconhecida, no Brasil, a sua função conservadora das tradições e dos costumes de um povo, ou de um registro das características topográficas locais mais sensíveis (DICK, 1990a, p. 19, grifo nosso).

Conquanto tenha definido Toponímia como a disciplina que estuda os nomes de lugares e topônimo como o nome próprio de lugar, é oportuno enfatizar que a autora também faz uso da expressão linguística “estudo toponomástico” como análoga a “estudos toponímicos”, do mesmo modo que emprega o termo “toponomástico” como termo correlato a topônimo, isto é, como um nominativo<sup>6</sup> (DICK, 1990a, p. 22), o que, por extensão, conduz ao livre entendimento de que Toponímia e Toponomástica sejam tratadas como sinônimas no texto em questão.

No cenário europeu, não obstante, Coseriu (1999, p.15), no prólogo do clássico “Diccionario de toponimia canaria: léxico de referencia oronímica”, de M. Trapero, distingue Toponomástica e Toponímia. De acordo com o linguista, a fim de não restarem dúvidas terminológicas, para efeito do texto que escreve, a primeira deve ser entendida como disciplina que estuda os topônimos, enquanto a segunda como o conjunto dos nomes de lugar. Nas palavras do autor: “[...] distinguiremos estrictamente entre *toponimia*, como ‘conjunto de los nombres de lugar’, y *toponomástica* como disciplina que los estudia<sup>7</sup>”.

Essa mesma distinção é compartilhada por M. Trapero (2014). No texto “De la toponimia a la toponomástica” (p. 1), o autor explicita: “Contamos já, inclusive, com uma distinção explícita entre o termo toponímia, como conjunto dos nomes de lugar, e o de toponomástica como disciplina que os estuda<sup>8</sup>”. Outrossim, Cabrera (2002), no texto intitulado

---

<sup>6</sup> Entre os vários empregos do termo “toponomástico” como sinônimo de “topônimo” na obra em análise, figuram:  
1: Na toponímia, o genérico **cavalo** deu origem a vários *toponomásticos*, distribuídos nas áreas específicas do criatório Cavallo (AH MT; C. MT; C. do MG; Mo. do, GO; Rb. MT MG GO; Sa. Do, ES MG; Rcho, MA) (...) (p.275, grifo nosso.);

2: Se a presença de *toponomásticos* relativos à pecuária, nos centros de sua convergência sociocultural, conduz à constatação de uma área toponímica típica, em confronto à respectiva área geográfica, nem sempre é possível aplicar-se idêntico procedimento em relação aos zootopônimos restantes. A difusão, maior ou menor, de uma determinada espécie em pontos diversos do território, impede, muitas vezes, que se considere esta ou aquela zona ambiental como o seu habitat próprio (p.282, grifo nosso.);

3: Na análise distintiva dos *toponomásticos* existentes, a toponímia de origem religiosa foi referida, genericamente, pelo denominativo de **hierotoponía** (...) (p.310, grifo nosso.);

O toponomástico **Bom Jesus** parece contradizer a afirmação do tabu linguístico que se mencionou acerca do nome de Jesus (...) (p.326, grifo nosso.).

<sup>7</sup> No original: [...] distinguiremos estrictamente entre *toponimia*, como ‘conjunto de los nombres de lugar’, y *toponomástica* como disciplina que los estudia.

<sup>8</sup> No original: Contamos ya, incluso, con una distinción explícita entre el término toponimia, como conjunto de los nombres de lugar, y el de toponomástica como disciplina que los estudia.

“Sobre Toponomástica”, perfilha a mesma terminologia distinguida por Coseriu (1999) e Trapero (2014), qual seja, a de Toponomástica como sendo a disciplina científica que estuda os nomes de lugares. Integrando-se ao rol de autores que se filiam à vertente que particulariza os dois termos em foco, Pocklington (S/D) explica que,

A toponímia é um conjunto de topônimos. Na prática, trata-se sempre de um grupo de nomes de lugar que têm algo em comum. Pode tratar-se de todos os nomes pertencentes a uma área geográfica: a toponímia europeia, a toponímia espanhola, a toponímia da Mancha, a toponímia de Elche etc. Também pode referir-se ao conjunto de topônimos procedentes de uma mesma língua ou período histórico: toponímia árabe, toponímia catalã, toponímia pré-romana, toponímia medieval. (POCKLINGTON, S/D, p.3, tradução nossa)<sup>9</sup>.

Esse autor entende que, embora seja recorrente o emprego da palavra toponímia<sup>10</sup> para aludir ao estudo dos topônimos, nomes próprios de lugares, exemplificando tal afirmação com base no “Dicionário de Língua Espanhola da Real Academia Espanhola”, que traz como primeira acepção para tal termo “estudo da origem e significado dos nomes próprios de lugar”, como também o faz o “Dicionário de Linguística<sup>11</sup>”, de Jean Dubois, no qual se lê que é preferível restringir a utilização do termo toponímia à ideia de conjunto de topônimos que têm algo em comum<sup>12</sup>, da mesma forma como é feito no “Dicionário de Uso do Espanhol”, de María Moliner, que traz como primeira acepção de toponímia “conjunto dos nomes geográficos de um país, região, etc.”. Nas palavras de Pocklington:

A toponomástica será, pois, o estudo científico da toponímia. Indaga sobre todos os aspectos da vida dos nomes de lugar, desde a sua criação até ao seu desaparecimento, incluindo a coleta sistemática de fontes orais e escritas, ordenação taxonômica, localização geográfica, documentação histórica, análise linguística, estudo

---

<sup>9</sup> No original: La toponimia es un conjunto de topónimos. En la práctica se tratará siempre de un grupo de nombres de lugar que tienen algo en común. Puede tratarse de todos los nombres pertenecientes a un área geográfica: la toponimia europea, la toponimia española, la toponimia de La Mancha, la toponimia de Elche, etc. También puede referirse al conjunto de topónimos procedentes de una misma lengua o período histórico: la toponimia árabe, la toponimia catalana, la toponimia prerromana, la toponimia bajo-medieval.

<sup>10</sup> Aqui o termo foi grafado com iniciais minúsculas à maneira como Pocklington e os autores seguintes o fazem.

<sup>11</sup> Essa relação de sinonímia entre toponímia e Toponomástica pode ser verificada no “Dicionário de Linguística”, de Jean Dubois et al, de 2014. Na página 552, os autores definem “Toponímia” como “a parte da linguística que se ocupa da origem dos nomes de lugares, de suas relações com a língua do país, com as línguas de outros países ou com línguas desaparecidas (...) Já para a entrada “Toponomástica”, os autores explicitam “(V.TOPONÍMIA)”. Essa correspondência entre as entradas no dicionário em questão revela que toponímia e Toponomástica são consideradas sinônimas em sua substância.

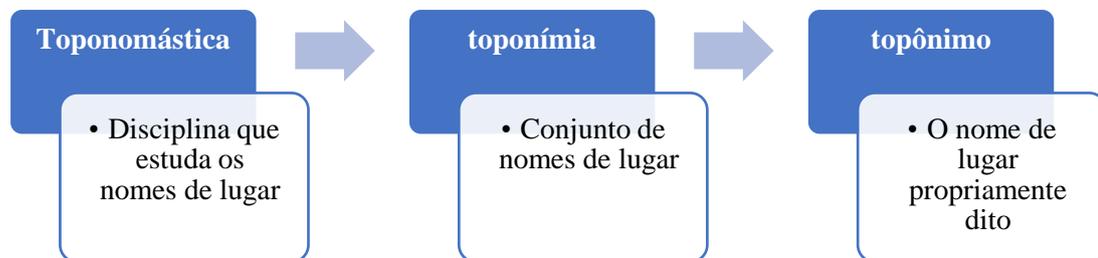
<sup>12</sup> No original: Y en realidad es preferible restringir la aplicación del término *toponimia* a la idea de ‘conjunto de topónimos’ y aprovechar la existencia del término *toponomástica* —de uso corriente y que, curiosamente, no aparece en ninguno de los léxicos mencionados— para el *estudio* de los nombres de lugar.

etimológico e classificação semântica. A toponomástica aplicada aproveita os resultados das pesquisas toponímicas para extrair informação de interesse para outras áreas e ciências, como a história, a geografia, a arqueologia, a linguística diacrônica, a dialetologia, a botânica, a zoologia e a geologia. (POCKLINGTON, S/D, p. 4, tradução nossa)<sup>13</sup>

Outrossim, o Conselho Internacional de Ciências Onomásticas (International Council of Onomastic Sciences) recomenda a utilização do termo Toponomástica para fazer referência ao ramo da Onomástica que estuda os topônimos de forma acadêmica, e toponímia para denominar o conjunto de topônimos dentro de um território/região específica, idioma, período de tempo etc. É necessário ressaltar, inclusive, que, de acordo com o Conselho em questão, o emprego do termo toponímia como correlato de Toponomástica não é adequado<sup>14</sup>.

Levando em consideração a diferenciação entre os termos estabelecida por Coseriu (1999), Cabrera (2002), Trapero (2014), Pocklington (S/D) e pelo próprio Conselho Internacional de Ciências Onomásticas, neste estudo, adotar-se-ão os termos Toponomástica, para referenciar a disciplina que estuda os nomes de lugares; toponímia, para reportar a um conjunto de nomes de lugares, e topônimo como o nome de lugar propriamente dito, conforme ilustra a figura 1 a seguir.

Figura 1- Toponomástica, toponímia e topônimo: definição dos conceitos



Fonte: Autora (2021).

A busca por esse refinamento terminológico se relaciona ao que é explicado por Kuhn (1998), quando menciona que

<sup>13</sup> No original: La toponomástica será, pues, el estudio científico de la toponimia. Indaga acerca de todos los aspectos de la vida de los nombres de lugar, desde su creación hasta su desaparición, incluyendo su recogida sistemática de fuentes orales y escritas, ordenación taxonímica, ubicación geográfica, documentación histórica, análisis lingüístico, estudio etimológico y clasificación semántica. La toponomástica aplicada aprovecha los resultados de las investigaciones toponímicas para extraer información de interés para otras áreas y ciencias, como la historia, la geografía, la arqueología, la lingüística diacrónica, la dialectología, la botánica, la zoología y la geología.

<sup>14</sup> Para mais informações, acessar: <https://icosweb.net/publications/onomastic-terminology/>. e [https://icosweb.net/wp/wp-content/uploads/2022/04/Brazilian-Portuguese\\_ICOS-Terms-pt.pdf](https://icosweb.net/wp/wp-content/uploads/2022/04/Brazilian-Portuguese_ICOS-Terms-pt.pdf).

[...] num nível mais elevado, existe um outro conjunto de compromissos ou adesões sem os quais nenhum homem pode ser chamado de cientista. Por exemplo o cientista deve preocupar-se em compreender o mundo e ampliar a precisão e o alcance da ordem que lhe foi imposta. Esse compromisso, por sua vez, deve levá-lo a perscrutar com grande minúcia empírica (por si mesmo ou através de colegas) algum aspecto da natureza. Se esse escrutínio revela bolsões de aparente desordem, esses devem desafiar-lo a um novo refinamento de suas técnicas de observação ou a uma maior articulação de suas teorias. Sem dúvida alguma existem ainda outras regras desse gênero, aceitas pelos cientistas em todas as épocas (KUHN, 1998, p.65).

Sem embargo, é importante frisar que conceituar a Toponomástica como o estudo científico dos nomes de lugares se trata de uma opção terminológica, não significando absolutamente a adoção de uma postura de confronto com outras perspectivas de entendimento ou mesmo de invalidação delas, mesmo porque, em uma realidade cujo panorama é a complexidade, é necessário pensar sob a perspectiva da complementaridade, e não da supremacia de uma vertente em relação a outra.

Conforme aponta Seide (2013, p.166), estudiosa da Onomástica que tem trabalhado com essa terminologia, dadas as suas nuances, o fazer científico atual “indica a convivência de paradigmas diferentes ou até mesmo conflitantes, sem que algum deles tenha esgotado suas possibilidades de investigação”. Além disso, acrescenta a autora que,

No caso dos estudos onomásticos, paradigmas diferentes são utilizados quer se trate de estudar os nomes próprios de lugares, objeto de estudo da Toponomástica, quer se trate do estudo dos nomes próprios de pessoas, objeto de estudo da Antroponomástica. O estudo do nome próprio sempre fez parte dos objetos de estudo da Linguística e da Filosofia da Linguagem, tendo tido, também, lugar de destaque nos estudos Filológicos. Cada escola ou corrente de pensamento propõe sua visão particular acerca daquilo que define um nome próprio como tal, bem como a metodologia a ser empregada quando se trata de estudá-los. (SEIDE, 2013, p. 166).

Em outras palavras, cada paradigma pode contribuir com os conhecimentos oriundos de seu prisma de análise para engrandecer o arcabouço teórico de uma determinada área como um todo. Justificada a escolha terminológica adotada neste estudo, conduzir-se-á a discussão para os aspectos que particularizam o signo toponomástico.

### **2.3 O signo toponomástico e suas particularidades**

Desde os tempos mais antigos, a inquietação acerca do vínculo que une nome e ente por ele referenciado é uma questão ontológica, suscitando profundas reflexões e diversas teorias. Enquanto uma das possibilidades da língua, a nomeação permite ao homem transformar a sua

realidade, esta pensada no interior de uma determinada cultura, em um todo ordenado e significativo. E esse processo de nomeação é feito por intermédio dos signos linguísticos.

Aqui, propõe-se discutir algumas compreensões sobre a linguagem, as quais se inter cruzam em alguns pontos e são necessárias ao entendimento do conceito de signo linguístico, para que, em seguida, torne-se possível estabelecer as particularidades do signo toponomástico. Em vista disso, serão revisitadas as ideias de Humboldt, Whitley e Saussure, estudiosos cuja legitimidade de suas ideias conduziram, à sua época, a verdadeiras viradas linguísticas e, até hoje, possuem um lugar de destaque na historiografia das reflexões de natureza linguística.

O primeiro desses estudiosos, Wilhelm von Humboldt, no século XVIII, ao criticar a forma como a linguagem era concebida pela filosofia moderna, visualiza uma nova relação entre ela, o pensamento e a razão. Essa nova forma de pensar a linguagem denota a superação de um paradigma segundo o qual ela figurava como instrumento de expressão de pensamentos pré-linguísticos, passando a ser entendida como constituinte fundamental do próprio pensamento e, de acordo com Segatto (2009, p.193), “como condição de possibilidade tanto da objetividade da experiência quanto da intersubjetividade da comunicação”.

Para Humboldt (2002, p. 416 e 418, apud SEGATTO, 2009, p.194), a linguagem “[...] não é um produto (Ergon), mas uma atividade (Energie)”. Isso significa intuí-la não como algo pronto, isto é, um sistema acabado, mas como uma atividade, a qual torna possível a criação de “novos ‘conceitos’, novos ‘conteúdos’” por meio dos quais o mundo se faz acessível.

Segundo essa teorização, é a faculdade da linguagem que possibilita o pensamento, dando a ele forma e sentido, o que, por sua vez, viabiliza a percepção da realidade. E os contornos dessa realidade são delineados pela palavra, que é definida por Humboldt como um signo que se vincula a um conceito (HUMBOLDT, 1990, p. 98). Milani (2015, p.57) esclarece que, em Humboldt, “o termo signo equivale à unidade sonora que leva à correspondência de um conceito”.

A palavra é, pois, um objeto que substitui na mente dos indivíduos outro objeto real. O objeto linguístico representa as características do objeto real, segundo o modo pelo qual esse objeto real foi percebido pelo indivíduo. Apesar de se representarem, há uma grande lacuna que separa o mundo dos objetos linguísticos do mundo dos outros objetos reais. A palavra é composta, então, de um conceito de algo que existe no mundo e que, ao se formar no interior do indivíduo, é dado a conhecer aos outros indivíduos através da articulação sonorizada. A articulação, antes de tudo, possui uma identidade que, reconhecida como um som, pertencente à língua. A articulação pode se tornar um signo, isto é, um símbolo que leva os indivíduos a identificar o conceito, a língua, o indivíduo, a nação etc. (MILANI, 2015, p.58).

Tomando como referência a citação acima, depreende-se que, para ser alçada ao status de signo, uma dada articulação sonora precisa, simultaneamente, 1- fazer sentido no contexto de uma língua, o que significa que ela precisa ser reconhecida pelos falantes como uma realização possível dessa língua, para que haja, então, identificação sonora, e 2- remeter a um conceito, ou seja, a um objeto do mundo. Logo, ainda que uma articulação faça sentido no contexto de uma língua, caso “não esteja clara suficiente para virar signo, o conceito não será identificado e o som não será palavra” (MILANI, 2015, p.58).

Avançando na discussão proposta, a segunda perspectiva de abordagem da linguagem e de conceituação de signo que interessa a este estudo é a William Dwight Whitney (1827-1894), linguista norte-americano que é apontado por muitos autores como sendo o responsável por gestar alguns princípios que irão contribuir para a formação e a consolidação dos estudos linguísticos.

No Brasil, entre outros estudiosos da linguagem, Milani (2000) realça a importância das ideias de Whitney para a constituição das bases da linguística moderna. Em sua tese de doutoramento, o autor afirma que o auge da carreira de Whitney se dá em 1885, ano em que publica a obra “The Life and Growth of Language”, com redação original na Língua Inglesa e, mais tarde, traduzida pelo próprio autor para o francês com o título “La Vie du Langage”. Para a Língua Portuguesa, via tradução de Márcio Alexandre Cruz, o livro recebeu o título de “A vida da linguagem”. Nesse texto, uma das ideias defendidas pelo linguista americano é a de que a língua é uma instituição social, sendo assim, está sujeita a transformações que decorrem da influência dos falantes, pondo em relevo a atuação destes sobre os processos linguísticos.

Esse novo olhar sobre a linguagem alça Whitney à posição de precursor de uma verdadeira virada epistemológica, na medida em que rompe com a tradição naturalista que concebia a língua como um organismo vivo sujeito a leis naturais que independem da vontade humana, conforme aponta Cruz (2010) no prefácio à edição brasileira da obra.

Esse posicionamento de Whitney influencia muitos de seus contemporâneos, entre eles Saussure, o qual, inclusive, fez menção à “visão superior” e à originalidade dos pensamentos do linguista norte-americano, enfatizando a percepção da dimensão humana da linguagem.

Alguns iluminados disseram: ‘a linguagem é uma coisa completamente extra-humana, organizada em si mesma, como um vegetal parasita espalhado sobre a superfície de nossa espécie’. Outros: ‘a linguagem é uma coisa humana, mas ao modo de uma função natural’. Whitney disse: ‘a linguagem é uma instituição humana. Isso mudou o eixo da linguística (SAUSSURE, 2002, p. 211, apud WHITNEY, 2010, p.11).

No clássico “The Life and Growth of Language”, Whitney defende a ideia de que o signo linguístico é arbitrário e convencional. Essa asserção é ilustrada por ele com o processo de aquisição vocabular por crianças. Partindo dessa contextualização, explica que, quando uma criança está aprendendo a falar, qualquer signo pode ser útil a um determinado propósito, não sendo um melhor que o outro. Um fato apresentado por ele para comprovar essa tese são as variedades possíveis de nomes que crianças de diferentes comunidades aprendem para se referirem a mesma coisa.

Em vez de *green*, a criança alemã aprende *grün*, a holandesa *groen*, a sueca *grön* - todas relacionadas ao nosso verde, mas não idênticas a ele; e a criança francesa aprende *vert*, a espanhola *verde*, a italiana *viride* - um grupo semelhante de nomes relacionados, mas diversos; enquanto o russo diz *zelenüi*, o húngaro *zöld*, o turco *ishil*, o árabe *akhsar* e assim por diante. (WHITNEY, 1875, p.18, tradução nossa, grifos no original)<sup>15</sup>.

O aprendizado de qualquer um desses signos é o mesmo: ocorre pela exposição do aprendiz, intermediada por um falante mais experiente, a um determinado som em um contexto que lhe permite com clareza apreender sua significação. Ideia e som passam, por conseguinte, a ser vinculados por um elo que não é natural, e sim externo, o que significa que esse mesmo processo de assimilação poderia ocorrer com qualquer outra palavra que fosse escolhida para referenciá-lo. O que determina a opção por um item lexical e não outro é o uso consentido que dele faz o grupo social que o aprendiz integra.

No verdadeiro e próprio significado dos termos, então, cada palavra transmitida em todas as línguas humanas é um signo arbitrário e convencional: arbitrário, porque qualquer uma das milhares de outras palavras correntes entre os homens, ou das dezenas de milhares que podem ser fabricadas, poderiam ser igualmente bem aprendidas e aplicadas a um mesmo propósito particular; convencional, porque a razão para o uso de uma palavra em vez de outra reside exclusivamente no fato de já ser usada na comunidade à qual o falante pertence (WHITNEY, 1875, p. 19, tradução nossa)<sup>16</sup>.

---

<sup>15</sup> No original: [...] instead of *green*, the German child learn *grün*, the Dutch *groen*, the Swedish *grön* – all related to our *green*, yet not identical with it; and the French child learns *vert*, the Spanish *verde*, the Italian *viride* – a similar group of related yet diverse names; while the Russian says *zelenüi*, the Hungarian *zöld*, the Turk *ishil*, the Arab *akhsar*, and so on.

<sup>16</sup> No original: In the true and proper meaning of the terms, then, every word handed down in every human language is an arbitrary and conventional sign: arbitrary because any one of the thousands other words current among men, or of the tens of thousands which might be fabricated, could have been equally well learned and applied to this particular purpose; conventional, because the reason for the use of the rather than another lies solely in the fact that it is already used in the community to which the speaker belongs.

Nesse ponto, depreende-se claramente a influência de Whitney sobre Saussure no que toca ao signo linguístico. De todo modo, vale recordar que, bem antes de Saussure desenvolver sua concepção a respeito das duas faces do signo linguístico, filósofos gregos do século II a. C já se envolviam em longos debates que buscavam chegar à conclusão se os nomes atribuídos às coisas eram convencionais ou as imitavam de alguma forma. A questão que orientava e perpassava as discussões era se a língua era regida pela natureza ou pela convenção (BASTIANI, 2016). De acordo com a leitura de Dietzsch (2007):

Ser *natural* significava ter origens em princípios eternos e imutáveis fora do próprio homem, e por isso invioláveis. Por *convencional* entendia-se o que resultava do costume e da tradição, advindos de algum acordo tácito, ou de um contrato social, praticado por membros da comunidade. Acordo que, se uma vez feito pelos homens, poderia por ele ser modificado, violado (DIETZSCH, 2007, p. 47, grifos da autora).

O fato é que a discussão sobre arbitrariedade e motivação dos signos linguísticos, relação entre as palavras e significados, prolongou-se por séculos. John Lyons, um dos grandes nomes da Linguística da segunda metade do século XX, sobre essa questão polemizada pelos filósofos antigos, explica que, quando se afirmava que uma instituição era natural, equivalia a dizer que a origem dela estava fundada em princípios inalteráveis; e quando se dizia que a instituição era convencional, era a mesma coisa que afirmar que ela era oriunda de um acordo firmado pelos membros de uma comunidade (LYONS, 1979, p.4).

Em “Curso de Linguística Geral”, cuja primeira publicação data de 1916, a concepção de signo linguístico, segundo os pressupostos de Saussure, é delineada. Por signo linguístico se entende, então, a união entre um conceito e uma imagem acústica. Imagem essa que não se restringe à acústica física, mas que se relaciona a uma impressão trazida à mente pelo som. Trata-se, portanto, de uma imagem sensorial, de uma representação. Essa imagem psíquica vincula-se a um conceito, a uma representação gráfica. Conceito e imagem acústica são, assim, indissociáveis. Juntos integram as duas faces do signo linguístico: significante e significado respectivamente. O primeiro diz respeito à parte material do signo, tanto do ponto de vista sonoro quanto gráfico; o segundo, à parte imaterial, conceitual.

Para Saussure, assim como o considera Whitney, o signo linguístico é arbitrário. Isso significa que entre significante e significado não existe uma relação direta. Essa relação é produzida pelo recorte da realidade feito pelos usuários de uma língua. Cumpre esclarecer que tal arbitrariedade não autoriza um indivíduo a atribuir livremente significados a significante e vice-versa, de acordo com as suas inclinações subjetivas. Por estar inserido em uma célula social, as relações entre as faces do signo linguístico se estabelecem por uma convenção do

grupo. Afirmar que o significante é imotivado quer dizer apenas que ele é arbitrário em relação ao significado, com o qual não possui laço natural (SAUSSURE, 1969, p.83).

Sobre essa questão, Andrade (2010, p. 123) destaca que, na própria afirmação do caráter da arbitrariedade, está subentendida a realidade extralinguística, ou seja, o referente. Para a linguista, “é entre o signo linguístico, ao realizar a associação significado e significante, e a realidade extralinguística que se dá a relação arbitrária do signo”. No que toca ao significado, para Trapero (2000), ele é relativo e se constitui no evento linguístico.

A “relatividade” do significado não depende, pois, da relação nome-coisa (ou, melhor dizendo, do significante-significado), mas da relação – e da oposição – que estabelece entre vários significados, sendo o significado resultante de um “valor” que não existe de antemão, senão que se constitui no funcionamento de uma língua (TRAPERO, 2000, p.1, tradução nossa)<sup>17</sup>.

Conduzindo essa discussão especificamente para o que diz respeito ao signo toponomástico, deve-se mencionar que este se difere dos demais signos no que tange à sua motivação. De acordo com Dick (1990a, p. 38), embora o topônimo seja, em sua estrutura, uma forma de língua da mesma forma que qualquer outro elemento do código em questão, apresenta uma particularidade quanto à função do seu emprego, uma vez que “[...] aquilo era arbitrário, em termos de língua, transforma-se, no ato do batismo de lugar, em essencialmente motivado, não sendo exagero afirmar ser essa uma das principais características do topônimo”. Para a autora,

[...] ainda que, na língua, o signo participe genericamente, de uma natureza convencional de significação, ao se aplicar o mesmo princípio à Toponímia notar-se-á uma diversidade de aspecto: o elemento linguístico comum, revestido de função onomástica ou identificadora de lugar, integra um processo relacionante de motivação onde, muitas vezes, se torna possível deduzir conexões hábeis entre o nome propriamente dito e a área por ele designada. (DICK, 1990a, p. 34).

Vale acrescentar que, ainda que aos estudos do léxico onomástico toque uma metodologia de pesquisa que lhe é inerente, o objeto de estudo desse campo, o topônimo, é uma unidade léxica pertencente a uma determinada língua, razão pela qual segue a lógica de funcionamento formal dessa língua. Sobre isso, explica Trapero (1995) que

---

<sup>17</sup> No original: La «relatividad» del significado no depende, pues, de la relación nombre-cosa (o, mejor dicho, del significante-significado), sino de la relación -y de la oposición- que se establece entre varios significados, siendo el significado resultante un «valor» que no existe de antemano, sino que se constituye en el funcionamiento de una lengua.

Em uma visão clara e panorâmica do corpus toponímico de um território, é possível chegar à conclusão de que qualquer palavra da língua, qualquer uma, pode ser parte de um nome de lugar. E, desse ponto de vista, a variedade e heterogeneidade desse léxico é comparável ao da língua comum; tudo está lá ou poderia estar: nomes pessoais, gentílicos, nomes comerciais, nomes de lugares próprios, adjetivos qualificativos, nomes comuns com referência ao mundo animal, vegetal ou mineral, nomes coletivos, nomes referentes ao mundo da cultura e até nomes que se referem ao universo do pensamento e o do mundo mágico-religioso. Na verdade, não poderia ser de outra forma, já que a toponímia se refere à vida total do homem, tanto em sua esfera individual quanto coletiva, e para isso ele se vale das possibilidades designativas que o léxico total da língua lhe oferece. (TRAPERO, 1995, p. 33, tradução nossa)<sup>18</sup>.

Ao discorrer sobre a estrutura e as funções do signo toponomástico no clássico “Toponímia e Antroponímia no Brasil”, Dick (1990b, p. 13) inicia sua explanação afirmando que o topônimo e o acidente<sup>19</sup> geográfico por ele identificado constituem uma relação binômica, isso porque dois elementos se vinculam no sintagma toponímico, os quais podem ser divididos a fim de particularizar seus termos formadores.

Vale salientar que essa mesma lógica se aplica aos acidentes de natureza cultural ou antrópica. Dessa interação, afirma a autora, depreendem-se os termos formadores do topônimo, quais sejam: um termo ou elemento genérico, que indica o referente geográfico que será nomeado, e um elemento ou termo específico, que se trata do nome do lugar especificamente, refletindo a motivação, o topônimo, o qual particulariza o local em questão. Para a autora, o termo genérico e o termo específico podem se apresentar de forma justaposta no signo toponomástico, como em “rio das Amazonas”, ou aglutinada, como se vê em “Paraúna”, cujo desmembramento e análise leva ao sentido de “rio negro”.

Se aglutinados, aparecem indissolúvelmente unidos, acidente e topônimo, de modo a constituir como que um bloco único, fechado em torno dos dois elementos, dos quais não se distingue mais o que é um e ou o que é o outro, principalmente, como explicam os canadenses, se a língua falada já excluiu do seu uso o vocábulo em questão. Frequentemente, nesses casos, adota-se, como recurso explicativo, o reforço de um novo genérico, para complementar a ideia daquele que foi absorvido por inteiro no interior do designativo, em seu núcleo complexo. Diz-se, então, que o termo genérico

---

<sup>18</sup> No original: En una visión ligera y panorámica del corpus toponymicus de un territorio se puede sacar la conclusión de que cualquier palabra de la lengua, cualquiera, puede formar parte de un topónimo. Y desde este punto de vista, la variedad y heterogeneidad de este léxico es comparable al del lenguaje común; ahí está o puede estar todo: nombres propios de persona, gentilicios, nombres de oficios, topónimos propiamente dichos, adjetivos calificativos, nombres comunes con referencia al mundo animal, vegetal o mineral, nombres colectivos, nombres referidos al mundo de la cultura y nombres incluso referidos al universo del pensamiento y al del mundo mágico-religioso. En realidad, no de otra forma podría ser, pues la toponimia se refiere a la vida total del hombre, tanto en su esfera individual como colectiva, y para ello echa mano de las posibilidades designativas que el léxico total de la lengua le brinda.

<sup>19</sup> Adotou-se, neste estudo, a mesma terminologia utilizada por Dick (1990a, 1990b).

tende a perder a sua função própria, tornando-se um mero complemento do termo específico (DICK, 1990b, p.13).

Partindo da reflexão acima, vê-se que, em muitos casos, com o passar do tempo, os motivos que concorrem para a escolha de um nome de lugar podem não estar evidentes de um ponto de vista semântico<sup>20</sup>. Nessas situações, um movimento de retrocesso histórico, servindo o estudo etimológico a esse fim, pode tornar possível o entendimento a respeito da motivação original desse topônimo. Sobre transparência e opacidade lexical, nos explica Sapir (1969) que:

A ação destrutiva das mudanças fonéticas há de ter desgastado, com o correr dos tempos, termos originariamente descritivos, reduzindo-os a meras etiquetas ou puras e simples palavras inanalísáveis. Aludo aqui a essa questão, porque o caráter transparente ou não transparente de um léxico pode nos permitir inferir, ainda que um tanto vagamente desde quando, para um grupo populacional dado, é familiar determinado conceito. [...] O caso ainda é mais claro quando voltamos a nossa atenção para os nomes de lugar. Só um estudioso de história linguística é capaz de analisar nomes como Essex, Norfolk e Sutton, decompondo-os em “East Saxon”, “North Folk” e “South Town”, enquanto para a consciência linguística do leigo esses nomes são etimologicamente unidade, exatamente como “butter” e “cheese” (manteiga e queijo”. (SAPIR, 1969, p.48-49).

Já no que tange à sua formação, o topônimo, ainda de acordo com Dick (1990b), pode ser classificado em simples, composto ou híbrido. Parafraseando a autora, o topônimo simples é aquele que possui apenas um formante (adjetivo, substantivo), que pode ser acompanhado de sufixos. O topônimo composto é aquele que possui mais de um formante, podendo estes pertencer a diversas classes de palavras. Ressalta-se que muitos topônimos compostos podem ser estruturados com elementos indígenas de origem tupi, “-mirim (pequeno), -guaçu (grande) e variantes -uçu e -açu, tyba (sufixo coletivo) e variantes tuba, nduba, nduva, ndiba, por exemplo, para citar apenas alguns dentre tantos outros que tipificaram a geonomástica do país” (DICK, 1990b, p. 18). Já o topônimo híbrido, em sua perspectiva, é aquele que se forma por elementos linguísticos de distintas origens, generalizando-se, no Brasil, as formações: indígena + portuguesa ou portuguesa + indígena.

Exemplificando essas classificações<sup>21</sup>, têm-se:

---

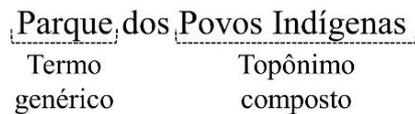
<sup>20</sup> É importante diferenciar aqui “estudo do topônimo em uma perspectiva semântica” de “estudo do topônimo em uma perspectiva etimológica”. Enquanto o primeiro diz respeito a um tipo de nomeação em que um referente é nomeado a partir de outro que já existe, em um movimento de transferência de sentido, o estudo etimológico de um topônimo visa explicar a origem do nome de lugar, a raiz da palavra. Neste estudo, a ênfase é dada no estudo semântico dos nomes de lugares.

<sup>21</sup> Topônimos da cidade de Palmas – TO.

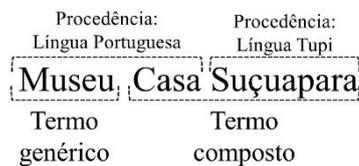
- i. Sintagma formado por um topônimo simples:



- ii. Sintagma formado por um topônimo composto:



- iii. Sintagma formado por um topônimo híbrido:



Explica Carvalhinhos (2003, p.2) que nomes comuns se convertem em topônimos em decorrência de razões básicas próprias do evento enunciativo. Nesse processo, o que antes figurava como lexia virtual passa à lexema, ao modo das palavras-ocorrência, e a termo, no caso dos sintagmas toponímicos. A autora ressalta que “o caminho percorrido pelo topônimo – seu percurso gerativo de sentido –, então, é o mesmo dos lexemas comuns”. A diferença fundamental é que, enquanto os lexemas comuns só podem ser atualizados, isto é, só podem ser identificados como representações reais situadas cronoespacialmente, se fizerem parte do universo lexical do falante, ao topônimo não se aplica tal prerrogativa, na medida em que seus semas se cristalizam mesmo que os fatores que motivaram a escolha do nome não sejam transparentes, servindo, nesse caso, a etimologia como um meio que possibilita a remontar o sentido original desse nome.

Como explana Castiglioni (2012),

Esse momento de associação entre um signo linguístico de natureza arbitrária e um novo referente é que transforma esse signo em topônimo. Formular uma ideia e escolher elementos denominativos que estejam agregados a um novo referente, nesse caso a um lugar, transforma os signos linguísticos arbitrários em signos motivados, ou seja, em signos toponímicos. (CASTIGLIONI, 2012, p. 143).

Ao admitir que uma das principais características do topônimo é o seu caráter motivado, Dick (1990a) sustenta que tal motivação se atrela a dois aspectos: a intencionalidade do

denominador e a origem semântica do nome. O primeiro diz respeito àquilo que impele o nomeador a selecionar, entre inúmeras possibilidades, um dado nome para um referente topográfico; o segundo se refere ao significado evocado pelo nome escolhido, esteja esse significado evidente ou não. Nesse processo de nomeação, o denominador pode ser influenciado pelas características físicas do local, aquelas que dizem respeito às qualidades exteriores, como dimensões, formas e cores, bem como ser movido por inclinações subjetivas, impressões sobre o mundo externo balizadas em crenças, valores, sentimentos e outras marcas particulares que performam seu mundo interno, quando se envolve na atividade de escolher um topônimo para um determinado lugar.

Vale lembrar que essas duas naturezas distintas de influências, físicas e antropoculturais, condicionaram o ordenamento, em dois grandes eixos, do modelo metodológico de classificação toponímica, que toma como base o conteúdo semântico do nome, proposto por Dick (1990a)<sup>22</sup>. As motivações dos topônimos, segundo tal modelo taxionômico, encontram-se na realidade circundante em que o denominador se insere: nos ambientes físico e social. Dito de outra maneira, a cosmovisão do denominador, advinda, em sentido amplo, das experiências culturais com o grupo do qual faz parte, é fator motivante da eleição de topônimos. É necessário destacar que sugestões de ampliações dessas taxes já foram propostas por outros estudiosos, como o fez Isquerdo (1996) e Aguilera (1999)<sup>23</sup>. Essas sugestões são apresentadas como uma tentativa de contemplar situações denominativas que não se encontram respaldadas pela taxionomia proposta por Dick (1990a) e advêm da complexidade e da singularidade de fatores que envolvem a nomeação de um lugar.

Como se percebe, os topônimos encerram em si um valor que vai muito além da função de identificar localidades. Possuindo forma e conteúdo – sendo a primeira relativa à parte material do signo toponomástico, a forma linguística do nome, e o segundo à substância desse

---

<sup>22</sup> Esse modelo metodológico de classificação toponímica é composto por 27 categorias taxionômicas, 11 de natureza física e 16 de natureza antropocultural. O modelo taxionômico proposto por Dick (1990a) deixa claro que a relação existente entre o indivíduo e o meio influencia a escolha dos nomes de lugares. Torna-se evidente que uma série de estratos das mais diversas naturezas são fontes motivadoras dos topônimos e, por meio da consideração das taxes apresentadas, é possível classificá-los de acordo com essas motivações, sejam elas físicas ou antropoculturais. Para mais informações, ver Dick (1990a, p.31-34)

<sup>23</sup> ISQUERDO, A. N. **O fato linguístico como recorte da realidade sócio-cultural**. 1996. 409 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Araraquara, 1996.  
AGUILERA, V. de A. Taxionomia de topônimos: problema sem solução? **Signum**: Estudos da Linguagem, vol. 2, n. 1, p. 125-137, 1999. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/4454/4460>. Acesso em 30 de nov. de 2021.

nome, à sua motivação, escolhida em um eixo de possibilidades sêmicas por um sujeito da língua - vê-se, no topônimo, um signo complexo.

O caráter multifacetado das influências que levam à eleição de um nome de lugar permite que os estudos toponímicos enveredem por diferentes caminhos de análise, tanto relacionados aos aspectos linguísticos, descrevendo, por exemplo, estrutura, classificação e etimologia, quanto extralinguísticos, enfocando-o como um meio para se obter, entre outras possíveis, informações históricas e sociais das regiões em que eles se encontram, contribuindo significativamente para o reconhecimento do *modus vivendi* de um grupo.

Assim, à semelhança de um relicário, objeto que guarda coisas preciosas, o topônimo carrega em si, muitas vezes escondidas por camadas de opacidade que vão se sobrepondo ao longo do tempo e do espaço, informações que podem possibilitar a gerações vindouras descortinar o passado e obter conhecimentos sobre a história social de um determinado lugar. É nessa medida que Dick (1990a, p.42) afirma ser o topônimo um instrumento de projeção temporal, um “verdadeiro fóssil linguístico”. Sobre esse conceito, tomado de empréstimo do geógrafo francês Jean Brunhes, o qual considerava o topônimo como sendo um “fóssil da geografia humana”, esclarece a autora:

Realmente, alguns estudiosos da toponímia procuram assim defini-lo em razão da importância de que se reveste como fonte de conhecimento, não da língua falada na região em exame, como também de ocorrências geográficas, históricas e sociais, testemunhadas pelo povo que a habilitou, em caráter definitivo ou temporário (DICK, 1990a, p.42).

Como se depreende, o topônimo é dotado de um inegável valor linguístico e cultural. Como pondera Dick (1990a, p.22), “[...] se a Toponímia situa-se como a crônica de um povo, gravando o presente para o conhecimento das gerações futuras, o topônimo é o instrumento dessa projeção temporal”. De fato, o topônimo abarca um valor simbólico que transcende o momento da nomeação, adquirindo seu estudo relevância em diversas dimensões da vida do homem. Salazar-Quijada (1985) pontua algumas dessas dimensões de relevo: importância linguística; importância geográfica; importância folclórica; importância político-administrativa; importância patrimonial; importância cartográfica; importância jurídica; importância viária; importância social e importância histórica.

No que toca ao escopo deste estudo, algumas dessas dimensões ganham destaque quando se contempla a paisagem toponímica de Palmas - TO, capital do Estado do Tocantins e cidade lócus desta pesquisa, quais sejam: *importância linguística* - na medida em que, especificamente no que se refere aos topônimos indígenas que nomeiam espaços públicos

dessa cidade, a pesquisa etimológica pode contribuir para o desvelamento de idiossincrasias linguísticas, uma vez que traz à tona uma forma particular de enxergar o mundo; *importância geográfica* - tendo em vista que, ao identificar acidentes naturais e culturais, os topônimos tornam-se vitais na configuração do espaço por relacionarem homem e ambiente; *importância patrimonial* - pelo fato de integrarem parte do acervo cultural de um lugar; *importância social* - por configurarem um elo essencial para que a identidade do grupo seja cristalizada, podendo carregar um significado afetivo que pode influenciar positiva ou negativamente na relação entre indivíduo e lugar, significado esse que pode ser alheio a quem não pertence à comunidade em questão; *importância histórica* – em razão de o topônimo poder ser considerado um dado histórico, o qual pode auxiliar no desvelamento de informações histórico-culturais relativas a um grupo que nomeou os lugares, fornecendo indícios de sua maneira particular de enxergar o mundo.

Tais considerações encontram amparo no que é teorizado por Santos e Seabra (2011). Para as autoras,

Por serem iconicamente simbólicos, os nomes de lugares nos fornecem valiosas informações: i) aponta a origem histórica de povos antigos e a localização, com precisão, de sítios desaparecidos; ii) oferece descrições precisas de relevos, apontando paisagens que já tenham desaparecido em decorrência da ação antrópica ou da natureza; iii) indica a localização de nomes de rochas, estruturas do solo, locais antigamente minerados; iv) aponta um amplo corpus de nomes de lugares que se refere à fauna atual ou desaparecida; v) indica um vasto repertório popular que designa espécies vegetais; vi) fornece conhecimento sobre a vida religiosa, agrícola, etnológica, dentre muitos outros dados. (SANTOS; SEABRA, 2011, p.11).

Vale acrescentar que todas essas informações e conhecimentos podem ser obtidos em razão do caráter interdisciplinar inerente à Toponomástica, disciplina que dialoga com diferentes áreas do saber. E é justamente nessa perspectiva de complementaridade de saberes rumo a uma análise mais holística de um determinado objeto de estudo que se caminha nesta pesquisa, acreditando que o processo de construção de conhecimentos transcende o campo de uma só disciplina.

#### **2.4 Os nomes e a cultura do lugar: o que a toponímia de uma cidade pode nos revelar?**

Como expressão linguístico-social, o léxico toponímico encontra-se enraizado à história, à tradição e aos costumes de um povo, de modo que o topônimo se apresenta como um meio que auxilia na compreensão da cosmovisão do denominador, constituindo-se como um

dado histórico, quando se leva em consideração o fato de que, subjacente a ele, estão vestígios da identidade de um agrupamento humano.

Embora a motivação para escolha de um determinado nome para um recorte geográfico possa passar pelo crivo da subjetividade, não se pode desconsiderar que esta se constrói no interior de uma sociedade, de modo que a escolha de um nome também reflete e representa significados construídos dentro de uma perspectiva cultural. Nesse sentido, ilustra Geertz (2008, p. 4) que “[...] o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu”, assumindo “a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado”. Desse modo,

A representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos, posicionando-nos como sujeito. É por meio dos significados produzidos pelas representações que damos sentido à nossa experiência e àquilo que somos. Podemos inclusive sugerir que esses sistemas simbólicos tornam possível aquilo que somos e aquilo no qual podemos nos tornar. A representação, compreendida como um processo cultural, estabelece identidades individuais e coletivas e os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser? Os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar. (WOODWARD, 2014, p. 17-18).

Assim, enquanto elementos da língua, os topônimos são elementos de uma cultura, projetando significados experienciados em um contexto particular. Pode-se afirmar, por conseguinte, que os estudos de vertente toponomástica possibilitam que se faça um movimento de aproximação do passado com vista à melhor compreensão do presente, permitindo que se desvende algo da expressão psicossocial e cultural, como aspectos da identidade e da memória, de um grupo de falantes em um determinado recorte temporal devido ao caráter conservador que o topônimo carrega em si. Salienta-se que, nessa perspectiva, segundo Lowental (2006, p.204) “Identidade e memória estão indissociavelmente ligadas, pois sem recordar o passado não é possível saber quem somos. E nossa identidade surge quando evocamos uma série de lembranças. Isso serve tanto para o indivíduo quanto para os grupos sociais”.

Nesse contexto, como já foi deveras comprovado nos inúmeros materiais publicados e disponíveis atinentes a essa temática, por meio de estudos relacionados aos nomes de lugares, é possível obter informações acerca da cosmovisão de um povo nas mais diversas perspectivas, inferindo pontos de interesse e características particularizantes em um quadro comparativo de uma sociedade com outras. Tal afirmação encontra respaldo no que aponta Silva (2000), ao mencionar que

Os estudos toponomásticos vêm se constituindo em um caminho possível para o conhecimento dos mais variados aspectos culturais das comunidades linguísticas que ocupam ou ocuparam uma determinada localidade. Não se busca nesses estudos apenas a origem do topônimo, mas também a motivação que subjaz à escolha do designativo. (SILVA, 2020, p.66).

Dessa forma, quando se empreendem estudos seja pelo viés da macrotoponímia<sup>24</sup> ou da microtoponímia, é possível que se relevem características que constituem parte da história de uma região e de um povo. A título de ilustração, ao pesquisar em muitas referências a origem do macrotopônimo Palmas, esclarece-se que este resgata o nome da antiga Vila de São João da Palma, sede da Comarca do Norte, onde ocorreu o primeiro movimento de luta pela emancipação do Estado, assim como também alude à abundância de palmeiras presente na paisagem natural do Estado do Tocantins.

Explica Aquino (1996) que

O topônimo Palmas lembra emancipacionistas do Tocantins, mais precisamente acontecimentos da primeira metade do século XIX. Na história deste movimento libertário, consta que em 1809 foi instalada a Comarca do Norte, com sede na inexpressiva localidade denominada São João das Duas Barras, situada na região do hoje chamado bico do papagaio. Desta maneira, por vários fatores que dificultavam a manutenção da sede ali, editou-se um alvará, erguendo a Vila na barra do Palma (atual Paranã, em 25 de fevereiro de 1814). Alguns anos depois (1821), um grupo de homens do Norte lança-se à aventura de criar a província da Palma. Assim, a 14 de setembro de 1821, instalou-se no Norte um governo provisório, declarando-se independente da Comarca do Sul. Nas palavras do historiador Sérgio Paulo Moreyra, “No caso do Tocantins, é de 1821 o manifesto que conclama todos os palmenses (naturais da Comarca de São João da Palma) a se unirem em torno de seus interesses”. Além desta origem histórica, o topônimo Palmas tem também uma justificativa de cunho ecológico. Representa a abundância de Palmeiras, que ajudam a compor a paisagem natural em quase toda a área do Estado do Tocantins. (AQUINO, 1996, 148-149).

Já em uma perspectiva de microtoponímia relacionada à motivação dos nomes de bairros dessa cidade, o nome do bairro Jardim Aurenny tem em sua gênese uma homenagem à ex-primeira-dama do Estado do Tocantins, Aurenny Siqueira Campos, esposa do primeiro governador do Tocantins, José Wilson Siqueira Campos. Como se nota, nessa apropriação simbólica do local, subjaz o viés político da denominação, bem como uma outra característica

---

<sup>24</sup> [...] c. macrotopônimo (e macrotoponímia): topônimo que identifica um espaço mais extenso, em relação e outros menos extensos. Por exemplo, O topônimo que identifica um município será um macrotopônimo quando comparado com os topônimos que identificam os bairros que dele fazem parte; d. microtopônimo (e microtoponímia): topônimo que identifica um espaço menos extenso, em relação a outro mais extenso que dele faz parte. O topônimo que designa um bairro será um microtopônimo quando comparado com o topônimo do município do qual faz parte. (MELO, 2013, p.298).

constitutiva desse governo, a tentativa de perpetuação do poder por intermédio do nome atribuído a um lugar, o que se faz ver em outros locais, como em escolas da região por exemplo.

À guisa de mais uma exemplificação, a ocorrência de hagiotopônimos, nomes de lugares que fazem referência aos santos e santas do hagiolégio romano, no panorama brasileiro, Ananias e Tavares (2020), por meio de uma consulta aos dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), demonstraram que, dos 5.570 municípios do Brasil, atualmente, 549 têm motivação referente a hagiotopônimos. As pesquisadoras relacionaram os dados obtidos à formação histórico-cultural do Brasil, pois “majoritariamente católico desde o início de sua colonização” (ANANIAS; TAVARES, 2020, p. 146).

Tomando tal pesquisa como norte, quando se analisam topônimos como: Santa Maria do Tocantins, Santa Rita do Tocantins, Santa Rosa do Tocantins, Santa Tereza do Tocantins, Santa Terezinha do Tocantins, São Bento do Tocantins, São Félix do Tocantins, São Miguel do Tocantins, São Salvador do Tocantins, São Sebastião do Tocantins, São Valério, que nomeiam municípios tocaninenses, a natureza religiosa da motivação é evidente não só para quem reside nesse estado, mas para a população brasileira de modo geral.

Tal situação acontece, de forma semelhante, com antropotopônimos, topônimos relativos aos nomes próprios individuais, que tocam a vultos históricos. Esses nomes, dado o seu expressivo renome nacional, ao batizarem acidentes físicos e humanos, funcionam como uma forma de propagação da cultura brasileira. Nomes de lugares que aludem a ex-presidentes do Brasil, por exemplo, fazem parte do conhecimento enciclopédico da população em geral, integrando o rol dos fatos da memória coletiva. Ao abordar a dinâmica da difusão de alguns topônimos em detrimentos de outros, aponta Dick (1984),

É certo que há os que já nascem assim, enriquecidos pela circunstância que designam, de repercussão generalizada; são os portadores do que se poderia chamar de "espírito coletivo", verdadeiramente carismáticos, trazendo consigo uma carga histórico-social bastante ampla. Quantos deles não se fazem presentes em todos os tipos de comunidades e acidentes, desde as pequenas vilas até as grandes metrópoles, em simples becos e travessas ou em monumentos públicos, nos pequenos cursos d'água ou nos caudais mais volumosos. Neste emprego reiterado de topônimos idênticos, está evidenciada, acredito, a razão direta de sua própria capacidade funcional, a transmissão de conhecimentos, realizando, então, dessa forma, a Toponímia, os seus objetivos informático-educativos, e atingindo um número considerável de pessoas. A maior ou menor difusão de um termo, dentro desses padrões, dá-lhe um caráter de uso eminentemente nacional, já que pertence à história do país onde se inscreve (DICK, 1984, p.43-44).

Um topônimo que ratifica essa lógica, como ilustra a pesquisadora, concerne ao ex-presidente “Juscelino Kubitschek”, nascido em Diamantina, Minas Gerais, e cujo mandato,

marcado por uma política econômica desenvolvimentista, se estendeu de 1956 a 1961. Esse nome, sob as formas de antropotopônimo ou axiotopônimo<sup>25</sup>, figura nomeando acidentes físicos ao largo do Brasil.

De acordo com o “Índice de nomes geográficos<sup>26</sup>”, disponibilizado pelo IBGE, em 2012, o axiotopônimo “Presidente Juscelino” nomeava três cidades e uma vila, localizadas respectivamente nos estados do Maranhão, Minas Gerais, Rio Grande do Norte e Santa Catarina. Além de batizar cidades, conforme registra o documento, o antropotopônimo “Juscelino Kubitschek” nomeia um aeródromo em Minas Gerais, e o antropotopônimo “Juscelino Kubitschek de Oliveira”, rodovias nesse mesmo estado. Em Brasília, o antropotopônimo “Juscelino Kubitschek” dá nome a um aeroporto internacional.

Na cidade de Palmas – TO, embora não conste no documento citado, o antropotopônimo “Juscelino Kubitschek” nomeia uma importante avenida, que atravessa essa capital no sentido Leste-Oeste, e é caracterizada pelo seu importante papel como centro institucional, de comércio e de prestação de serviços. Como se infere, em razão do realce que está atrelado à história do ex-presidente Juscelino Kubitschek, seu nome, enquanto uma denominação de espaços geográficos, transcende os limites da cidade e do estado em que nasceu, já que a sua história se inscreve no quadro da história do Brasil.

Por outro lado, as pesquisas que se circunscrevem em uma orientação de microtoponímia apresentam algumas características peculiares. Uma dessas peculiaridades é o fato de que muitos dos nomes que designam acidentes físicos e antropoculturais em um determinado recorte geográfico, como uma cidade, são conhecidos apenas no âmbito dessa área em específico, evidenciando relações entre Toponomástica e a História situadas. Sobre essa questão, explica Dick (1984) que

Todavia, é certo que um nome pode se fixar localmente, e nunca ultrapassar, na prática, os limites geográficos de sua região; nem por isso deixará de revestir a feição histórica que se lhe aponta. Nasceram esses denominativos como topônimos meramente locais, refletem dados e pessoas desconhecidas, em geral, do grande público, apesar de terem realizado feitos de realce em seu meio, o que lhes deu "condição toponímica" propriamente dita para serem rememoradas, de uma forma ou de outra. Continuam, porém, sendo elementos "despersonalizados" para a maioria da população. Principalmente em grandes extensões territoriais como a nossa, ou em regiões

---

<sup>25</sup> Axiotopônimos: topônimos relativos aos títulos e dignidades de que se fazem acompanhar os nomes próprios individuais. Ex.: Presidente Prudente (EH SP); Doutor Pedrinho (EH SC); Duque de Caxias (EH RJ) (DICK, 1990a, p. 31-34).

<sup>26</sup> Índice de Nomes Geográficos. Volume 1. Escala 1:100000. Base Cartográfica Contínua do Brasil ao Milionésimo – BCIM. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv56282.pdf>. Acesso em 27/07/2021.

densamente povoadas, onde o conhecimento em pormenor da rede toponomástica se torna difícil, mais se faz sentir essa tipologia denominativa. (DICK, 1984, p.45).

Direcionando essa discussão para perspectiva da toponímia urbana, tomando em conta o fato de que tendências denominativas diversas configuram a dinâmica da toponímia urbana de diferentes cidades, pode-se questionar: que informações podem ser obtidas a partir do estudo da toponímia de uma cidade? O que os nomes de escolas, ruas, praças, pontos turísticos, patrimônios culturais e outros espaços públicos podem revelar acerca das percepções de mundo de um grupo? Assinalam Faggion, Dal Corno e Frosi (2008)

Os topônimos são sinais importantes, indicativos da cultura, da história e da linguagem de um povo. Ditos ou escritos, os topônimos propiciam informações a respeito das sucessivas gerações de uma localidade, dos homens que aí nasceram, trabalharam e viveram, bem como daqueles que mereceram sua homenagem. Aludem a fatos e datas significativas, dão conta das devoções, traduzem sentimentos. Assim, saber o exato significado do nome de uma cidade, bem como de suas ruas, praças e parques, significa, verdadeiramente, conhecer essa cidade e reconhecer seus valores. (FAGGION, DAL CORNO, FROSI, 2008, p. 278).

Nesse contexto, pesquisas toponímicas, empreendidas em diferentes partes do Brasil, têm confirmado que, a depender da cidade que se elege como espaço de investigação e, no interior desta, do recorte feito para delimitação do corpus, ainda que resultados semelhantes possam ser visualizados em termos de taxas predominantes, vê-se que padrões e processos culturais inerentes ao grupo influenciam diretamente na escolha dos nomes de lugares.

Apenas a título de exemplificação, pode-se mencionar as dissertações de mestrado desenvolvidas por Dal Pizzol (2014) e Bastiani (2016), as quais tiveram alguns objetivos e resultados semelhantes. Em linhas gerais, as pesquisadoras analisaram a motivação de nomes de escolas em uma perspectiva onomástico-cultural, bem como a influência particular que os fatores históricos, sociais, identitários e regionais estabeleceram no processo de nomeação dessas escolas. Enquanto a primeira contemplou, em seu estudo, escolas públicas e privadas, de Ensino Fundamental e Médio, da cidade de Bento Gonçalves (RS), a segunda limitou-se às escolas públicas, de Ensino Fundamental e Médio, da cidade de Porto Nacional (TO), tendo em vista que, dentro do espaço amostral investigado, o de número de escolas particulares era inexpressivo para análise.

O corpus da pesquisa de Dal Pizzol (2014) foi formado por 47 topônimos, sendo: 21 nomes relativos a escolas públicas municipais, 20 de escolas públicas estaduais, 1 de escola

pública federal e 5 de escolas privadas. Nesse sentido, os resultados obtidos<sup>27</sup> demonstraram que “as denominações das escolas de Bento Gonçalves possuem como maior padrão motivador os nomes próprios de pessoa, composto por axiotopônimos e antropotopônimos, que acabam por conservar parte da história nacional, regional e local da comunidade” (DAL PIZZOL, 2014, p.129).

O corpus da segunda pesquisadora foi formado por 29 topônimos, sendo 13 referentes escolas públicas estaduais e 16 a escolas públicas municipais. Partindo da análise desse material, “a quantidade de taxionomias de natureza antropocultural foi absoluta e, dentro dessa taxionomia, a taxa dos axiotopônimos prevaleceu como tendência denominativa de maior expressividade [...], seguida pela taxa dos antropotopônimos (BASTIANI, 2016, p.145).

Ainda que os resultados tenham sido semelhantes no que tange às tendências motivadoras predominantes, é imprescindível a análise de outra questão: a motivação desses nomes. Tanto em uma quanto em outra pesquisa, tornou-se categórico o fato de que os antropotopônimos escolhidos, incluindo nessa taxa também os axiotopônimos - já que estes trazem, ao lado do título, um nome próprio - além de referentes a vultos históricos da pátria brasileira, homenageiam também pessoas que fizeram parte das comunidades em questão. Nesse ponto, as pesquisas caminham em vertentes opostas, o que é uma conclusão natural, tendo em vista que são cidades não apenas distantes em termos geográficos como também socioculturais.

Em outras palavras, o que se constatou, em ambas as pesquisas, foi a influência de fatores culturais, identitários e ideológicos de uma determinada época preservada nos topônimos e, pela análise feita, refletida por eles, confirmando o pressuposto de que os nomes de lugares raramente são escolhidos casualmente, e de que há uma complexa rede de influências contida nessa escolha, as quais trazem à tona visões de mundo situadas em um determinado contexto. Sobre isso, assinala Andrade (2010) que:

Todo trabalho toponímico constitui um caminho possível para o conhecimento do modus vivendi e da cosmovisão das comunidades linguísticas que ocupam ou

---

<sup>27</sup> Aqui é importante esclarecer que, nos dois trabalhos elencados, se apresenta apenas uma parte dos resultados obtidos, aquela relativa à tendência denominativa predominante. Para maiores informações, consultar: DAL PIZZOL, Elis Viviana. **Os nomes das escolas da cidade de Bento Gonçalves**: uma perspectiva onomástico-cultural. 2015. 164 f. Dissertação (Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade da Universidade de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul. 2015; BASTIANI, Carla. **Relações entre nome e lugar**: estudo dos nomes das escolas públicas de Porto Nacional em uma perspectiva interdisciplinar da Geografia e da Toponímia. 2016. 159f. Dissertação (Mestrado em Letras: ensino de Língua e Literatura) – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Letras: ensino de Língua e Literatura, Araguaína, 2016.

ocuparam um determinado espaço. Nesse momento, são exteriorizados e evidenciados aspectos sociais, religiosos, antropoculturais, organização política e lingüística de um determinado grupo. (ANDRADE, 2010, p. 209).

Outros exemplos de pesquisas toponímicas com perspectivas de investigação semelhantes realizadas em contextos diferentes poderiam ser aqui arrolados. Todavia, atreva-se a pressupor que os resultados trariam à tona, em maior ou menor proporção, a influência do contexto circundante no que toca à questão de motivação, evidenciando, mais uma vez, a tese de que as estruturas dos topônimos variam lingüística e culturalmente no espaço-tempo. Afirma Dias (2016) que

De fato, o estudo toponímico de região apresenta os aspectos socioculturais dos grupos e suas memórias históricas, os quais se refletem na forma dos topônimos. No entanto, o léxico toponímico não refletirá apenas os aspectos mencionados, mas também o da relação homem/espaço e homem/homem. Assim, compreende-se que o topônimo refere-se ao lugar e ao homem que o criou. Daí se dizer que os nomes próprios de lugares proporcionam amplas possibilidades de estudo. (DIAS, 2016, p.52).

Levando em consideração o exposto, justifica-se a relevância de estudos nessa vertente investigativa, uma vez que, pelo estudo do nome, é possível ter indícios da percepção do homem em relação ao espaço que o circunda, assim como evidenciar a memória coletiva sobre um determinado lugar, podendo, então, a toponímia de uma cidade ser considerada como pertencente ao patrimônio histórico imaterial dessa comunidade.

Ao fim desta seção, espera-se que o referencial teórico adotado na pesquisa tenha sido exposto de forma clara e coerente com os objetivos elencados. Em face de todo o exposto, depreende-se que língua e sociedade se imbricam em uma relação de influências mútuas, sendo o léxico um indicativo do modo de ver e de estar no mundo de um grupo. Nesse sentido, sendo a Toponomástica uma disciplina que estuda um recorte particular do léxico, vê-se em seu objeto de estudo, os topônimos, uma manifestação dessa lógica. Enquanto um signo motivado, dadas as muitas variáveis que se envolvem em um ato denominativo, a motivação do topônimo precisa sempre ser estudada à luz do contexto em que foi criado, possibilitando esse estudo conhecimentos das mais diversas naturezas que serviram de fonte geradora de sentido para o denominador quando do ato de eleição de um nome.

### 3 LUGAR, TOPONOMÁSTICA E PATRIMÔNIO CULTURAL

*Vim. Não nego que, ao avistar a cidade natal, tive uma sensação nova. Não era efeito da minha pátria política; era-o do lugar da infância, a rua, a torre, o chafariz da esquina, a mulher de mantilha, o preto do ganho, as coisas e cenas da meninice, buriladas na memória. Nada menos que uma renascença. O espírito, como um pássaro, não se lhe deu da corrente dos anos, arreprou o voo na direção da fonte original, e foi beber da água fresca e pura, ainda não mesclada do enxurro da vida.*  
(ASSIS, J. M.M. de. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. São Paulo: Abril Cultura, 1992).

Nesta seção, é apresentada uma proposta de ampliação conceitual do lugar nos estudos Toponomásticos, concebendo-o a partir de um ponto de vista interdisciplinar, afinado com os preceitos da Geografia Humanista. Tal concepção se estabelece como base para se pensar a toponímia que se relaciona ao patrimônio cultural material da cidade de Palmas - TO, bem como alicerça o desenvolvimento de encaminhamentos didático-pedagógicos para abordagem dos topônimos no contexto da Educação Básica.

#### 3.1 Toponomástica e Geografia Humanista: ensaio de uma proposta de ressignificação do conceito de lugar à luz da teoria da interdisciplinaridade

Ao refletir sobre as possíveis e necessárias relações entre a Toponomástica e os diversos campos do saber, Andrade (2012, p.205-206) vale-se da metáfora do ato de tecer. Segundo a autora, é justamente essa tessitura de conhecimentos variados que cria as conexões, as articulações ou, como aqui se ousa denominar, os possíveis nós. São esses nós que constituem as amarrações das pontas dos fios que, ilustrativamente, representam as muitas áreas do saber envolvidas nesse entrelaçamento, amarrações essas que não são necessariamente definitivas, na medida em que tais liames, por uma necessidade inerente ao próprio fluxo reclamado pelo urdir, podem se prender a outros fios, oferecendo, então, maior encorpadura ao que se tece, ao longo de um processo de amarrar e de desamarrar.

Essa dinâmica de relações que pode estar sempre se refazendo, se reconstruindo, em movimento, coaduna a essência da interdisciplinaridade. Assumpção (2011), ao fazer uma análise da estrutura e da etimologia dessa palavra, afirma que

O termo Interdisciplinaridade se compõe de um prefixo – inter – e de um sufixo – dade – que, ao se justaporem ao substantivo – disciplina – nos levam à seguinte possibilidade interpretativa, onde: inter, prefixo latino, que significa posição ou ação intermediária, reciprocidade, interação (como “interação”, temos aquele fazer que se dá a partir de duas ou mais coisas ou pessoas – mostra-se, pois, na relação sujeito-objeto). Por sua vez, dade (ou idade) sufixo latino, guarda a propriedade de

substantivar alguns adjetivos, atribuindo-lhes o sentido da ação ou resultado da ação, qualidade, estado ou, ainda, modo de ser. Já a palavra disciplina, núcleo do termo, significa a epistemé, podendo também ser caracterizado como ordem que convém ao funcionamento duma organização ou ainda um regime de ordem imposta ou livremente sentida. (ASSUMPÇÃO, 2011, p.23-25).

A partir dos esclarecimentos feitos pelo autor, depreende-se a interdisciplinaridade como um processo de interação entre disciplinas. Em sua gênese, encontra-se a ideia de movimento, não apenas de comunicação, mas de cooperação, que, como objetivo final, visa à ruptura das fronteiras que demarcam os limites disciplinares. Feita essa reflexão e assumido esse entendimento, é fundamental pontuar que, em conformidade com a leitura de Japiassu (1976, p.72), interdisciplinaridade é um conceito polissêmico: “[...] trata-se de um neologismo cuja significação nem sempre é a mesma e cujo papel nem sempre é compreendido da mesma forma”.

A pesquisadora portuguesa Olga Pombo também defende a posição que não há estabilidade em relação ao conceito “interdisciplinaridade”, por ser esta uma palavra de utilização abrangente em muitos contextos. De todo modo, buscando apresentar uma proposta de conceituação para a interdisciplinaridade, a autora chama atenção para o fato de que, na raiz de todos os conceitos que se avizinham dela, – multidisciplinaridade, pluridisciplinaridade e transdisciplinaridade - está a palavra disciplina. Todavia, essa homogeneidade em relação ao radical, ao invés de estabelecer uma aproximação significativa, pode fazer com que o sentido seja, mais uma vez, dispersado, o que decorre da própria plurissignificação da palavra disciplina.

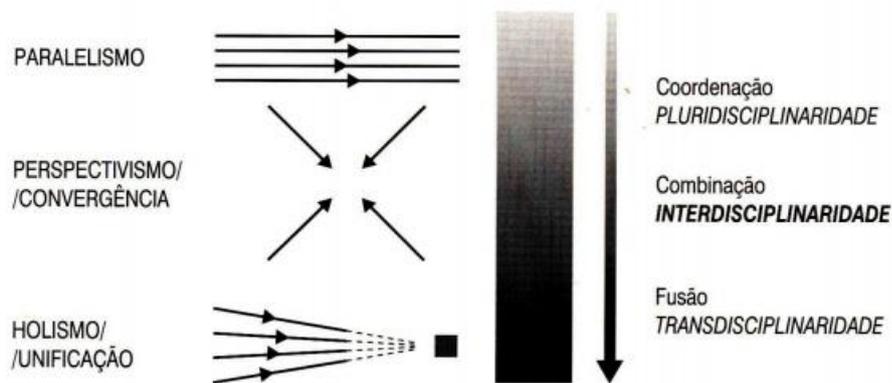
Na verdade, na sua equivocidade, a palavra disciplina pode ter, pelo menos, três grandes significados. Disciplina como *ramo do saber*: a Matemática, a Física, a Biologia, a Sociologia ou a Psicologia são disciplinas, ramos do saber ou, melhor, alguns desses grandes ramos. Depois, temos as subdisciplinas e assim sucessivamente. Disciplina como *componente curricular*: História, Ciências da Natureza, Cristalografia, Química Inorgânica, etc. [...] Finalmente, disciplina como *conjunto de normas* ou leis que regulam uma determinada actividade ou o comportamento de um determinado grupo: a disciplina militar, a disciplina automobilística ou a disciplina escolar, etc. (POMBO, 2008, p. 12).

Em razão da quantidade de acepções que tal palavra possui, ou seja, da “flutuação de conceitos no interior da palavra disciplina”, a autora arrazoa que é à etimologia dos prefixos que antecedem a palavra disciplina que se pode recorrer para tentar avançar rumo a uma proposta de definição terminológica para interdisciplinaridade. Tal proposta se assenta em dois princípios fundantes: o primeiro diz respeito à aceitação dos prefixos pluri, inter e trans como três “horizontes de sentido”. Vale esclarecer que a autora aponta esses três prefixos, não

incluindo o multi, pois, conforme explica, pelo viés do estudo etimológico, multi e pluri, não apresentam distinção. O segundo princípio é aceitar os prefixos como algo que se assemelha a um continuum, que se desenvolve em uma gradação de intensidade (POMBO, 2008, p.13).

Tomando esse continuum em consideração, “que vai da coordenação à combinação e desta à fusão”, à pluridisciplinaridade ou à multidisciplinaridade tocaria algo que se coloca em conjunto, algo que se justapõe. A pesquisadora destaca que, nesse nível, existe algum tipo mínimo de coordenação. Quando esse nível é ultrapassado e verifica-se uma combinação, isto é, uma complementaridade entre o que é posto em diálogo, adentra-se no “terreno intermediário da interdisciplinaridade”. No último nível, estaria a transdisciplinaridade, que, segundo ela, seria uma perspectiva holística, algo como uma fusão, para além da convergência entre pontos de vista. A figura 2 a seguir sintetiza essa proposta.

Figura 2 - Continuum terminológico dos prefixos pluri, inter e trans



Fonte: Pombo (2008, p. 14).

Já Hilton Japiassu, uma das grandes referências da produção teórica sobre a temática no Brasil, na obra “Interdisciplinaridade e Patologia do Saber”, ao buscar precisar terminologicamente interdisciplinaridade, explica que este trabalho não pode ser feito sem que os “conceitos vizinhos”- “disciplinaridade”, “multidisciplinaridade”, “pluridisciplinaridade” e “transdisciplinaridade” - também sejam esclarecidos do ponto de vista epistemológico, posto que, ao elucidar tais termos, torna-se possível diferenciar os vários tipos de ações interdisciplinares.

Nesse sentido, o estudioso começa por elucidar o termo “disciplina”, que, para ele, incorpora o sentido de “ciência”. Por conseguinte, “disciplinaridade” diz respeito ao estudo científico especializado no âmbito de uma dada área do conhecimento, o qual é feito a partir de

um instrumental teórico e metodológico próprio, com vistas à descoberta de novos conhecimentos, que acabam por complementar ou substituir os antigos.

Por “multidisciplinaridade”, Japiassu (1976) entende uma “simples justaposição” de conceitos e informações das disciplinas que estão envolvidas no estudo de um determinado problema. O que ocorre é uma análise deste a partir de suas várias facetas relacionadas a cada especialidade, sem que haja, todavia, a elaboração de um conhecimento unitário que possa resultar em um “enriquecimento” das áreas envolvidas.

A “pluridisciplinaridade”, à maneira da “multidisciplinaridade”, também representa um agrupamento de disciplinas. A diferença é que tem início um processo de relação entre elas, ainda que esse processo não seja orientado por uma coordenação. Diz Zabala (2002, p.33) que a “[...] pluridisciplinaridade já se volta para relações complementares entre disciplinas que são mais ou menos afins”, no entanto essas relações se resumem a uma simples troca de informações, a um acúmulo de conhecimentos (SANTOMÉ, 1998).

Quanto ao termo “transdisciplinaridade”, atribui-se a Jean Piaget a primeira<sup>28</sup> definição dele, a qual foi feita em uma comunicação no “I Seminário Internacional sobre Pluri e Interdisciplinaridade”, promovido pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico de Países Desenvolvidos (OCDE), que teve lugar na Universidade de Nice, França, em 1970. No entendimento de Piaget, a transdisciplinaridade se mostra como outro horizonte de trocas, como se verifica em sua fala, transcrita por Sommerman (2003):

[...] à etapa das relações interdisciplinares, podemos esperar ver sucedê-la uma etapa superior, que seria ‘transdisciplinar’, que não se contentaria em encontrar interações ou reciprocidades entre pesquisas especializadas, mas situaria essas ligações no interior de um sistema total, sem fronteira estável entre essas disciplinas. (SOMMERMAN, 2003, p.100).

Acrescenta Nicolescu (2000, p. 11) que a transdisciplinaridade, como o próprio prefixo aponta, “[...] está ao mesmo tempo entre as disciplinas, através das diferentes disciplinas e além de qualquer disciplina. Seu objetivo é a compreensão do mundo presente, para o qual um dos imperativos é a unidade do conhecimento”. Nesse mesmo entendimento, caminham as reflexões de Japiassu (1976), ao explicitar que, em tal nível, haveria uma integração total. Nele as

---

<sup>28</sup>Assinala Nicolescu (2003) que, embora outros comunicadores do evento tivessem feito menção a palavra “transdisciplinaridade”, “Guy Michaud, um dos organizadores do encontro, e também André Lichnerowicz confirmaram verbalmente a mim que foi Piaget quem inventou a palavra e pediu aos outros para pensarem sobre o significado dela.” (NICOLESCU, 2003, p. 1).

disciplinas, as interdisciplinas, os múltiplos níveis e objetivos estariam coordenados sistemicamente em vista de um axioma geral.

Baseando-se no trabalho de E. Jantsch (1972), Japiassu (1976, p. 73) ilustra da seguinte maneira, conforme mostra a figura 3, a gradação dos níveis de cooperação e coordenação entre as disciplinas,

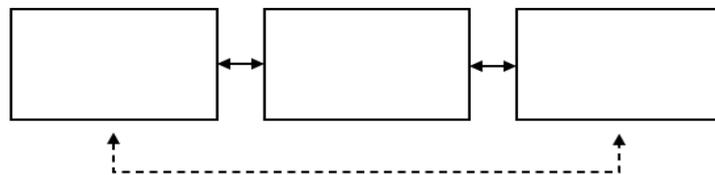
Figura 3 - Multidisciplinaridade



Fonte: Japiassu (1976, p.73).

Como se verifica na figura 3 acima, trata-se de um sistema cuja configuração é de apenas um nível. Embora haja uma temática comum, as disciplinas aparecem justapostas, e não se verifica cooperação entre elas. Abaixo, a figura 4 ilustra a dinâmica da pluridisciplinaridade.

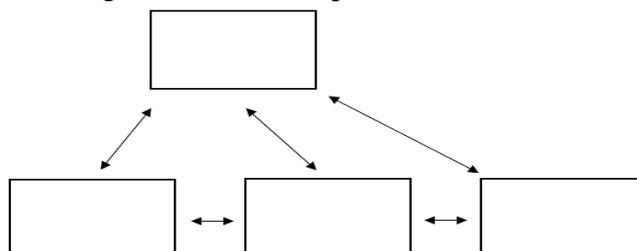
Figura 4 - Pluridisciplinaridade



Fonte: Japiassu (1976, p.73).

Na figura 4, observa-se um sistema de apenas um nível também, mostrando as disciplinas coexistindo lado a lado. Diferentemente da figura 3, aqui já se observam algumas pequenas relações entre elas, todavia ainda não há um processo de coordenação. Já na figura 5, ilustra-se a sistemática interdisciplinar.

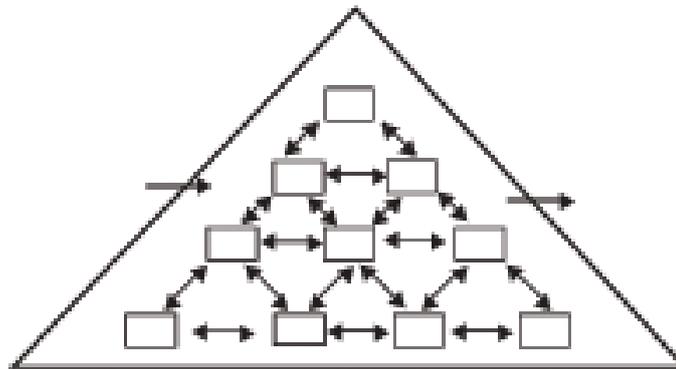
Figura 5 - Interdisciplinaridade



Fonte: Japiassu (1976, p.74).

No nível da interdisciplinaridade, conforme se evidencia na figura imediatamente acima, observa-se um sistema de dois níveis, com uma coordenação entre as disciplinas do nível secundário e uma relação mais vertical entre as disciplinas deste nível e a disciplina que se encontra no nível superior. Aqui verificam-se trocas significativas entre disciplinas, pois as interrelações estabelecidas promovem enriquecimentos recíprocos. Finalmente, a figura 6 ilustra como se processaria uma dinâmica transdisciplinar.

Figura 6 - Transdisciplinaridade



Fonte: Japiassu (1976, p. 74).

Na figura 6, a transdisciplinaridade apresenta-se como uma forma de interação em nível de macrossistema, por intermédio da qual os ramos do saber poderiam dialogar de forma profunda, transcendendo quaisquer limites que mantêm as disciplinas presas em espaços de não convergência. Não se pode deixar de observar, no entanto, que a figura aponta uma verticalidade e uma hierarquia, a base e o topo, o que leva à conclusão de que, na base, poderiam se encontrar os fundamentos e, no topo, uma disciplina orientadora do processo.

Feita a apresentação e uma breve discussão acerca dos níveis de relação entre áreas do saber consoante Japiassu (1976), as discussões serão direcionadas para a interdisciplinaridade, pelo fato de ser esta a teoria que respalda a proposta que aqui se apresenta entre Toponomástica e Geografia Humanista. Assume-se aqui a mesma posição Fazenda (2016), a de compreender a interdisciplinaridade como uma atitude de ousadia frente questões do conhecimento. À vista disso, no que concerne à pesquisa com caráter interdisciplinar:

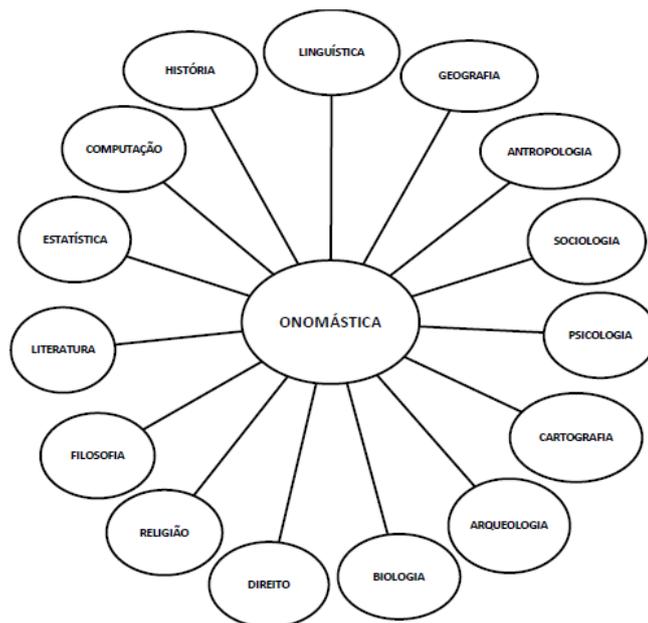
A atitude denominada interdisciplinar é construída pelo pesquisador na medida em que se abre aos aspectos ocultos do ato de aprender. Ela orienta a pesquisa para uma dimensão que tenta compreender a totalidade do fenômeno estudado que se camufla em suas diferentes manifestações. É compromissada com o que faz, pelas escolhas, pelo processo de sedução frente aos conhecimentos. É ela que permite que o pesquisador transite entre o movimento de solidão vivido na escrita solitária de sua

tese ou dissertação e o movimento de parceria com outros pesquisadores. Convida a um novo movimento e exige do pesquisador uma imersão no trabalho cotidiano, na sua prática. (FAZENDA, 2016, p. 67).

Valendo-se dessa atitude permeada de incertezas, posto que ainda é uma forma nova de pensar e de agir, mira-se fazer com que os nexos (ou os nós, as amarrações) possíveis entre as disciplinas levem a formas mais abrangentes de pensar esses pontos de conexão. Trata-se, em essência, de uma postura consciente em busca de uma análise menos fragmentada de um objeto do conhecimento.

À vista dessa reflexão, ressalta-se que a Toponomástica é uma disciplina de caráter interdisciplinar por natureza. Isso se explica pelo fato de ela integrar uma ciência essencialmente dialógica: a Onomástica, que, ao se ocupar do estudo dos nomes próprios em geral, pode ser estudada sob várias perspectivas. A figura 7 ilustra possíveis vieses interdisciplinares da Onomástica.

Figura 7 - Onomástica e interdisciplinaridade



Fonte: Sousa e Dargel (2017, p.12).

Ainda que a Toponomástica seja, em sua natureza, interdisciplinar, de forma que o estudo dos nomes de lugares possa ser subsidiado por outras áreas do conhecimento, - o que, inclusive, pode conduzir a uma pesquisa mais abrangente a depender do objetivo de investigação do pesquisador - não se pode desconsiderar que tal estudo tem o seu ponto de partida na Linguística, já que o topônimo é uma unidade léxica pertencente a uma

determinada língua, e é esse justamente a Linguística o campo do conhecimento que se ocupa do estudo lexical em suas mais variadas vertentes de análise. Nesse viés, ressalta Trapero (1995) que não significa que Linguística tenha exclusividade quanto ao “direito” desenvolvimento de pesquisas de orientação toponomástica, mas sim que possui uma base fundante para esses estudos: o signo linguístico toponomástico.

Toponímia é uma disciplina cujos problemas têm sido compartilhados pela linguística, geografia, história, botânica, arqueologia, antropologia ... E todas elas reivindicando um "direito" de propriedade. Mas será preciso concordar que mais (não digo exclusivo) "direito" do que qualquer uma tem a linguística, como perspectiva que tenta explicar uma porção do léxico de um lugar, de uma região, de uma língua. (TRAPERO, 1995, p.21).

De todo modo, valendo-se da propriedade interdisciplinar da Toponomástica, via uma dessas possíveis propostas de diálogo<sup>29</sup> com outros domínios, aqui se apresenta uma interface com a Geografia, objetivando analisar como o entendimento do que se constitui lugar para esta área do saber pode contribuir para que tal conceito seja ressignificado no âmbito dos estudos toponomásticos.

Justifica-se essa pretensão pelo fato de que, mesmo o lugar ocupando uma posição de destaque em pesquisas com direção toponomástica - afinal, a disciplina em questão tem como objeto de investigação os nomes de lugares –, as discussões relacionadas a uma conceituação mais alargada do termo ainda estão em fase inicial<sup>30</sup>, de modo que, na maior parte das vezes, o lugar é tomado em sua acepção corrente na língua comum, como sinônimo de espaço, o que, dependendo do viés de pesquisa adotado, pode ser limitado.

---

<sup>29</sup> Como se pode observar na figura 5, na sistemática interdisciplinar, mesmo havendo uma inter-relação entre áreas do conhecimento, uma delas se encontra em um nível superior, orientando a atividade que se promove. Nesse sentido, neste estudo, seguindo essa lógica, salienta-se que a disciplina que se encontra no nível superior é a Toponomástica e, no outro nível, a Geografia, a qual subsidia o desenvolvimento da proposta aqui apresentada cuja orientação é feita partindo da primeira disciplina.

<sup>30</sup> Essa proposta de ressignificação já vem sendo defendida por Andrade. Para uma maior compreensão acerca do seu desenvolvimento, ver:

ANDRADE, K. S. Os nomes de lugares em rede: um estudo com foco na Interdisciplinaridade. **Revista Eletrônica de Linguística Domínios de Linguagem**, v. 6, n. 1, p. 205-225, mar./jun 2012; ANDRADE, K. S. O lugar nos estudos toponímicos: reflexões. *Revista de Estudos da Linguagem*, Belo Horizonte, v.25, n.2, p. 585-607, 2017; ANDRADE, K. S. Aspectos identitários e culturais na formação dos nomes de lugares: um estudo sob a ótica da geografia cultural e humanista. **DESAFIOS - Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins**, v. 4, n. 1, p. 141-151, 31 mar. 2017; BASTIANI, C.; ANDRADE, K. S.; PEREIRA, C. M. R. B. Toponímia e geografia: diálogos possíveis no contexto da teoria da interdisciplinaridade. **Caminhos da Geografia**, v.19, n.65, (UFU. Online), p. 109-124, 2018; NASCIMENTO, Rodrigo Vieira do; ANDRADE, Karylleila Santos; PEREIRA, Carolina Machado Rocha Busch. Toponímia e geografia cultural: tecendo fios de investigações no âmbito da interdisciplinaridade / Toponymy and Cultural Geography: weaving threads of investigation within the scope of interdisciplinarity. **Revista de Estudos da Linguagem**, [S.l.], v. 26, n. 3, p. 1003-1029, junho 2018.

Ressalta-se que a proposta que aqui se apresenta não pretende, de forma alguma, avaliar ou rotular como inadequadas as investigações que mantêm o entendimento de lugar como sinônimo de espaço geográfico, tampouco lançar algum tipo de base que instigue uma reformulação de paradigmas na área, uma vez que se reconhece a ausência de cabedal teórico para tal. Em um ensaio de trajeto, a única aspiração aqui é lançar um olhar de perspectiva humanista para o lugar, o qual nos parece mais preciso, especialmente no escopo deste trabalho, para compreensão de certos aspectos imbricados na relação lugar-denominador-topônimo, mesmo porque, como afirmam Dargel e Isquierdo (2005) os topônimos,

[...] se configuram como signos linguísticos enriquecidos, à medida que refletem aspectos culturais, sociais, econômicos, políticos, históricos, físico-geográficos, humanos, enfim, consubstanciam todas as forças sociais atuantes no ato enunciador da nomeação de um espaço. (DARGEL; ISQUERDO, 2005, p.310).

Assim, por intermédio da metáfora do tecer apresentada por Andrade (2012), respaldada pela teoria da interdisciplinaridade, discute-se a possibilidade de a posição a ser ocupada pelo lugar na Toponomástica poder ser condizente com a de uma categoria, a qual possa servir de orientação para pesquisas sobre os nomes de lugares que também se voltem para os aspectos antropológicos envolvidos na nomeação. Para isso, vislumbra-se uma ampliação conceitual<sup>31</sup> a partir da promoção de um diálogo com a Geografia de horizonte humanístico, por meio do qual cada área, trazendo seus próprios fios, materializados em perspectivas teóricas, epistemes e conceitos, poderão aqui se entrelaçar para a tessitura de um conceito mais abrangente.

Abre-se, por conseguinte, a possibilidade de se pensar por “macroconceitos”, necessidade apresentada por Morin (2005, p.106), ao se considerar as conexões de um objeto de uma área de investigação com outras, em uma análise que se torna, por essa razão, menos fragmentada. Diz ele que “Assim como um átomo é uma constelação de partículas, o sistema solar uma constelação em volta de um astro, do mesmo modo temos a necessidade de pensar por constelação e solidariedade de conceitos”.

---

<sup>31</sup> A título de conhecimento: aponta Seide (2006, p.81) que a extensão de sentido é um fenômeno semântico estudado por Bréal em seu “Ensaio de Semântica”. Segundo a pesquisadora, esse fenômeno é compreendido por ele “como sendo um deslocamento de sentido lento e gradual, portanto distinto daquele que ocorre em decorrência da metáfora que muda o sentido de uma palavra ou expressão instantaneamente”. Aqui não se arrazoa que o sentido da palavra de lugar, mormente tido como sinônimo de espaço, está sendo deslocado, no âmbito dos estudos toponomásticos, para a acepção de lugar identitário e repertoriado. O que se faz é apenas apresentar uma proposta de acréscimo de um sema ao semema de base da palavra lugar, com o intuito de possibilitar a apreensão mais abrangente da atividade de nomeação de lugares em vieses particulares de pesquisa, como aqueles que buscam contemplar os aspectos humanísticos, em uma perspectiva geral, envolvidos nessa ação.

Caminha-se nessa direção, para uma inter-relação entre disciplinas, quando aqui se delinea uma concepção de lugar repertoriado<sup>32</sup>, para a qual convergem e se agregam perspectivas de duas áreas do conhecimento, Toponômica e Geografia, em uma abordagem a partir da qual se lança um novo olhar para o lugar, apreendendo-o como identitário e histórico, como se abordará no próximo tópico.

### 3.2 O conceito de lugar na Geografia Humanista: breves reflexões

Como premissa para iniciar as discussões conceituais relativas ao lugar no âmbito da Geografia Humanista, propõe-se uma breve interpretação do excerto do poema “Minha cidade”, de Cora Coralina, a fim de ilustrar o laço de sentimentos que pode se estabelecer entre indivíduo e meio, vínculo acerca do qual as considerações desta subseção recairão. Em tal composição, escreve a poetisa,

*Minha vida,  
meus sentidos,  
minha estética,  
todas as vibrações  
de minha sensibilidade de mulher,  
têm, aqui, suas raízes (...)*

Em uma possível leitura, observa-se que o sujeito lírico, ao longo de todos os versos que compõem esse poema, expressa um sentimento de identificação e de amor pela cidade. Essa identificação pode ser constatada, por exemplo, pelo emprego, no nível lexical, dos pronomes possessivos “minha” e “meus”, relacionados à vida, aos sentidos, à estética e à sua própria constituição feminina, os quais se constroem e encontram abrigo naquela cidade, reforçando o enlace do eu-lírico com ela.

À luz do conceito de topoanálise, extraído da obra “A poética do espaço”, de Bachelard (1993, p.360) entendido como “o estudo psicológico sistemático dos locais de nossa vida íntima”, observa-se que há, por parte do eu lírico, um sentimento de amor pela cidade sobre a qual canta, amor esse que é fruto de uma grande intimidade com aquele local, palco de trocas, experiências e reminiscências afetivas. É esse sentimento de pertencimento e de identificação

---

<sup>32</sup> Em consonância com o entendimento do antropólogo francês Marc Augé, para quem lugar se define como “o lugar do sentido inscrito e simbolizado, o lugar antropológico” (AUGÉ, 1994, p.76).

que faz com que o espaço da cidade se transforme em algo mais concreto, passando a constituir um lugar para esse sujeito poético.

Espaço e lugar, pela óptica da Geografia Humanista, não são conceitos sinônimos, como se verificará adiante. Assim, quando se diz que a cidade representada no poema se configura como um lugar para o sujeito poético, a intenção é demonstrar o elo de afetividade que marca essa relação, a qual também está vinculada ao nome da cidade. É “Goiás, minha cidade” o lugar retratado, terra natal da poetisa Cora Coralina. Aqui a autora e o eu-lírico se interpenetram, e o nome evoca memórias. Ao nome, impregnam-se lembranças. O nome da cidade traz à tona imagens de toda uma vida. Tudo isso encapsulado no topônimo. E, embora o poema traga como referência o nome de uma cidade em específico, essa leitura topofílica<sup>33</sup> transcende a cor local, ela transpõe limites geográficos e culturais, uma vez que os elos de pertencimento e de identificação podem acontecer em qualquer contexto.

A intenção dessa breve análise foi introduzir, de forma ilustrativa, o conceito de lugar, que aqui será analisado pelo prisma da Geografia Humanista. À vista desse propósito, é necessário pontuar que o conceito de lugar, no decorrer do tempo, tem sido interpretado de diferentes formas, as quais variam a depender do campo do conhecimento que o enfoca e, no interior deste, da perspectiva utilizada para análise.

Explica Leite (1998) que uma das mais antigas conceituações de lugar foi feita por Aristóteles na obra “Física”. Em seu entendimento, esse conceito dizia respeito ao limite que circunda o corpo. Passados alguns séculos, acrescenta Leite (1998, p. 9), citando Ribeiro (1996), que “Descartes através de sua obra ‘Princípios Filosóficos’ busca um aprimoramento do conceito introduzido por Aristóteles, afirmando que, além de delimitar o corpo, o lugar deveria ser também definido em relação à posição de outros corpos”.

Sob outro viés, ao promover uma discussão sobre lugar, em que este seja pensado pela lente dos sentimentos que marcam sua relação com o homem, o texto “Topofilia”, de autoria do geógrafo sino-americano Yi-Fu Tuan, figura como uma das referências essenciais. Além dessa obra, caminhando nessa mesma perspectiva interpretativa do conceito de lugar, em 1977, Tuan publica “Espaço e lugar: a perspectiva da experiência”, um ano após a publicação, por Edward Relph, de “Place and placelessness (lugar e lugar-sem-lugaridade)”.

---

<sup>33</sup> Assinala Relph (1979, p. 19) que o termo “topofilia” foi aparentemente cunhado por Gaston Bachelard (1969), e diz respeito às experiências felizes sobre os espaços. Já de acordo com Tuan (2012, p. 135), que amplia o entendimento de Bachelard, “a palavra ‘topofilia’ é um neologismo, útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material”. Por extensão, o adjetivo “topofílico” diz respeito aos sentimentos positivos que marcam a relação entre indivíduo e o meio ambiente.

Esses textos, pioneiros em ideias centradas nos sentidos espaciais que marcam a experiência do homem com o meio ambiente, auxiliam, no contexto da Geografia norte-americana da década de 70, na consolidação de uma vertente dos estudos geográficos que estava dando seus primeiros passos rumo a uma análise mais voltada para o humano: a Geografia Humanista, cujo despontar é uma alternativa a abordagens hegemônicas de cunho positivista. De acordo com Marandola Jr (2017), os geógrafos partidários desse movimento,

[...] buscavam recolocar o conhecimento vivido da experiência geográfica de volta ao campo de preocupações dos geógrafos. Para estes, a geografia moderna, de base positivista (ou neopositivista, para sermos mais precisos), havia afastado a geografia do lócus mais elementar de onde brota todo o seu sentido: a experiência do ser-no-mundo. (MARANDOLA JR, 2017, p.12).

Esse movimento no interior da Geografia também se faz sentir no Brasil e, na década de 80, a obra de Tuan “apareceu como um refresco, como uma brisa suave naquela geografia do início dos anos 1980”, conforme assinala Marandola Jr. no prefácio de “Topofilia” (TUAN, 2012, p.9), por intermédio da professora Lívia de Oliveira, da Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Rio Claro (SP), a qual estava vinculada ao movimento da Nova Geografia e da Geografia Teorética.

O lugar torna-se, assim, um dos conceitos-chave com a consolidação da Geografia Humanista, que passa a considerá-lo como um espaço significativo para o indivíduo, como um produto de sua experiência. É nessa perspectiva que Tuan (1983) o entende como sendo o espaço que se torna inteiramente familiar, pois carregado de significados para o indivíduo. Nessa mesma linha de pensamento, assinala Relph (1979, p.156) que lugar “(...) significa muito mais que o sentido geográfico de localização. Não se refere a objetos e atributos das localizações, mas a tipos de experiência e envolvimento com o mundo, a necessidade de raízes e segurança”.

À vista do exposto, depreende-se que a incorporação da subjetividade na análise da relação que se estabelece entre indivíduo e ambiente se traduz na principal tendência da Geografia Humanista. Essa nova episteme encontra na Fenomenologia, enquanto uma filosofia do significado e da experiência, suporte teórico-conceitual necessário para o alcance de seu objetivo: a apreensão dos aspectos subjetivos no espaço, posto que “A fenomenologia embasa uma leitura contextual fundada no acontecer fenomênico, isto é, na manifestação ou presentificação dos fenômenos na experiência do ser-no-mundo” (MARANDOLA JR, 2017, p. 12).

Holzer (1999) chama atenção para a semelhança existente entre o que os fenomenólogos denominam de “mundo” e os geógrafos humanistas de “lugar”. Essa aproximação decorre do fato de que, ao estudar os fenômenos em sua essência, isto é, na forma como eles são apreendidos pelos sentidos em razão de sua aparição a fim de ampliar a compreensão da realidade, pela lente fenomenológica, os fenômenos precisam ser vividos, experienciados pelos sujeitos para que significados sejam construídos.

Mundo, para o fenomenologista, é o contexto dentro do qual a consciência é revelada. Não é um mero mundo de fatos e negócios... mas um mundo de valores, de bens, um mundo prático. Está ancorado num passado e direcionado para um futuro; é um horizonte compartilhado, embora cada indivíduo possa construí-lo de um modo singularmente pessoal. (BUTTNER, 1982, p.172).

Essa construção mediada pela experiência<sup>34</sup> se aproxima do conceito de lugar na Geografia Humanista, dado que o lugar é o espaço com o qual o indivíduo possui uma relação de afetividade, a qual se desenvolve a partir de uma rede de interações, marcada por intenções e sentimentos perante o meio. “Lugar” e “mundo”, dessa forma, têm o mesmo conteúdo no entendimento de Holzer (1999, p.80), pois “ambos são produzidos pela consciência humana e por sua relação intersubjetiva com as coisas e os outros, gerando os "campos de preocupação", como são denominados por Tuan”.

[...] o lugar é uma unidade entre outras unidades ligadas pela rede de circulação; [...] o lugar, no entanto, tem mais substância do que nos sugere a palavra localização: ele é uma entidade única, um conjunto 'especial', que tem história e significado. O lugar encarna as experiências e aspirações das pessoas. O lugar não é só um fato a ser explicado na ampla estrutura do espaço, ele é a realidade a ser esclarecida e compreendida sob a perspectiva das pessoas que lhe dão significado. (TUAN, 1979, p.387 apud HOLZER, 1999, p. 70).

É importante esclarecer que, como foi mencionado acima, à luz dos estudos da Geografia Humanista, espaço e lugar não se referem à mesma noção, embora um conceito reclame o outro. Enquanto ao primeiro, como já foi explicitado, subjaz a ideia de centro ao qual se atribui valoração, o segundo dista por se associar, nas palavras de Mello (1990, p.102), com “qualquer porção da superfície terrestre”, sendo “amplo, desconhecido, temido ou rejeitado”.

Em Tuan (2015, p. 10), também se evidencia que “espaço é mais abstrato do que lugar. O que começa com um espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o

---

<sup>34</sup> Experiência, para Tuan (2015, p.13), é “[...] um termo que abrange as diferentes maneiras por intermédio das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade. Essas maneiras variam desde os sentidos mais diretos e passivos como o olfato, paladar e tato, até a percepção visual ativa e a maneira indireta de simbolização”.

conhecemos melhor e o dotamos de valor”. Um interessante exemplo dessa transmutação de espaço em lugar é fornecido por esse mesmo autor ao mencionar os questionamentos feitos pelos físicos Niels Bohr e Werner Heisenberg acerca do que seria um lugar e qual seria a essência que o animava quando os dois visitaram o *Castelo de Kronberg* (*Castelo da Coroa*), localizado na Dinamarca, que ambienta a famosa peça “Hamlet”, de William Shakespeare.

Não é interessante como este castelo muda tão logo a gente imagina que Hamlet viveu aqui? Como cientistas, acreditamos que um castelo consiste só em pedras, e admiramos a forma como o arquiteto as ordenou. As pedras, o teto verde com a pátina, os entalhes de madeira na igreja constituem o castelo todo. Nada disto deveria mudar pelo fato de que Hamlet morou aqui e, no entanto, muda completamente. De repente, os muros e os baluartes falam uma linguagem bem diferente. O próprio pátio se transforma em mundo, um canto escuro nos lembra a escuridão da alma humana, e escutamos Hamlet: ‘Ser ou não ser’. No entanto, tudo o que realmente sabemos sobre Hamlet é que seu nome aparece em uma crônica do século XIII. Ninguém poderá provar que ele realmente existiu, e menos ainda que aqui viveu. Mas todo mundo conhece as questões que Shakespeare o fez perguntar, a profundidade humana que foi seu destino trazer à luz; assim, teve também que encontrar para si um lugar na Terra, aqui em Kronberg. Uma vez que sabemos disso, Kronberg se torna, para nós, um castelo bem diferente. (HEISENBERG, 1972, p. 51, apud TUAN, 2015, p.8).

Levando em consideração o recorte da experiência dos físicos Bohr e Heisenberg, o espaço pode ser concebido como um ambiente com o qual o indivíduo não realiza trocas significativas. Em contrapartida, emerge do âmago da noção de lugar a ideia de subjetividade, a qual pode ser expressa pelos sentimentos de experiência e de identidade, um lugar experienciado e, por essa razão, um mundo vivido em uma observação fenomenológica.

Não se pode deixar de mencionar, entretanto, que o laço que envolve indivíduo e ambiente deriva dos interesses do primeiro para com o segundo. Em outras palavras, é a intencionalidade humana que faz com que um lugar adquira identidade e relevância. Explica Relph (1979) que é a interação entre as características objetivas do lugar e os interesses pré-determinados do indivíduo que vão conferir ao meio significado. É interessante ressaltar que uma das formas de registrar esse interesse do indivíduo para com o meio é o ato de atribuir-lhe um nome. Segundo Tuan (1975 apud LEITE, 1998, p. 12), dar nome a um lugar é dar seu explícito reconhecimento, isto é, reconhecê-lo conscientemente ao nível da verbalização. Esse entendimento vai ao encontro do que expõe Woodman (2009):

Olhando para trás na questão do espaço e do lugar, podemos ver que há algo intrinsecamente elementar em tudo isso. O assunto vai direto ao cerne de nossa compreensão psicológica de quem somos e onde estamos. Vimos que precisamos identificar as características ao nosso redor que são importantes para nós, a fim de tentar trazer algum sentido de ordem ao caos da natureza. É pertinente agora considerar os meios pelos quais identificamos essas características significativas, em outras palavras, como alcançamos a interface vital entre lugar e pessoa. Na prática, é

claro, essa interface é alcançada por meio da aplicação do rótulo que chamamos de nome de lugar ou topônimo<sup>35</sup>. (WOODMAN, 2009, p.8 - tradução nossa).

Observa-se que o nome de lugar também gera significados, sendo uma das razões o fato de a ele se associarem memórias. Um exemplo que pode sustentar essa afirmação é pensar no gatilho mental que um topônimo provoca. Muitas vezes, ao ouvir o nome de uma cidade, de um bairro, de uma rua ou de uma praça, por exemplo, reminiscências são evocadas, lembranças que ficaram guardadas, muitas vezes, em uma parte distante da memória são trazidas à tona estimuladas pelo nome mencionado<sup>36</sup>.

O conceito de lugar, pelo prisma da Geografia Humanista, como se nota, em muito se aproxima da forma como a Toponomástica entende a relação que é estabelecida entre indivíduo e ambiente mediada pelo topônimo. Buttimer (1982, p.228) defende a tese de que o “lugar é o somatório das dimensões simbólicas, emocionais, culturais, políticas e biológicas”. Partindo dessa análise, o nome do lugar se integra a esse conjunto, sendo um traço distintivo de uma cultura, ao qual se associam valores das mais diversas ordens, que se desenvolvem a partir da experiência de vida do indivíduo com aquele meio.

### **3.3 Contribuições da Geografia Humanista para a nova concepção de lugar que se propõe nos estudos toponomásticos: experiência e identidade como dimensões balizadoras**

No horizonte da Geografia Humanista, identidade e lugar encontram-se imbricados. Afirma Relph (1976, p.34) que o indivíduo não é distinto de seu lugar, ele é esse lugar. Esse entrelaçamento entre lugar e identidade se deve ao fato de que o primeiro assim se constitui

---

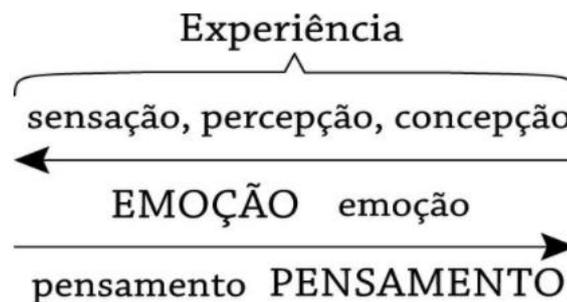
<sup>35</sup> No original: Looking back on the question of space and place, we can see that there is something intrinsically elemental about it all. The subject goes right to the core of our psychological comprehension of who we are and where we are. We have seen that we need to identify those features around us that matter to us, in order to try to bring some sense of order out of nature’s chaos. It is pertinent now to consider the means by which we do identify those significant features, in other words how we achieve the vital interface between place and person. In practice, of course, this interface is achieved by means of applying the label which we call the place name, or toponym.

<sup>36</sup> Essa afirmação, inclusive, encontra respaldo em Seide (2021) que, ao apresentar uma proposta interdisciplinar de redefinição do conceito de nome próprio, esclarece como este pode funcionar como um gatilho da memória, na medida em que, entre os componentes do nome próprio, há um que diz respeito ao conhecimento enciclopédico do falante. Segundo a autora: “O nome próprio é um objeto abstrato armazenado num endereço conceitual na mente do falante, composto por um componente lógico, um componente lexical e um componente enciclopédico. Enquanto o primeiro responde pelo processamento necessário das informações para se chegar à compreensão de elocuições nas quais os nomes próprios são utilizados, os dois últimos integram o conhecimento linguístico e de mundo relativos ao nome próprio e correspondem ao conhecimento onomástico do falante ideal e pode abranger desde o conhecimento como em determinada língua e cultura os nomes são usados e suas características gramaticais até o conhecimento erudito sobre a etimologia e a origem dos nomes.” (SEIDE, 2021, p.18).

pela consideração da dimensão da experiência humana, uma vez que é a forma como o sujeito percebe o ambiente que torna este imbuído de significados. É a experiência, por conseguinte, que orienta a transformação de um espaço em um lugar.

O conceito de experiência é entendido pelo geógrafo sino-americano como algo que se volta para o mundo exterior, para além do eu, compreendendo “as diferentes maneiras por intermédio das quais uma pessoa conhece e constrói a realidade” (TUAN, 2015, p.13). Vale ressaltar que esse conhecer não alcança a essência do objeto. O que se conhece, na verdade, é algo que foi construído pela experiência a partir do sentimento e do entendimento. Segundo esse autor, as formas de conhecer e construir tal realidade variam “desde os sentidos mais diretos e passivos como olfato, paladar e tato, até a percepção visual ativa e a maneira indireta de simbolização” (*Ibidem*, p.13). A figura 8 ilustra como Tuan (2015) entende a dinâmica da experiência.

Figura 8 - Perspectiva da experiência para Tuan



Fonte: Tuan (2015, p.12).

Se é a experiência que leva à consideração de um ambiente como significativo, como um espaço vivido à luz da fenomenologia, isso resulta do desenvolvimento de uma identificação do sujeito para com ele. Nessa perspectiva, o vínculo que conduz a uma relação de aproximação afetiva com o lugar, de identificação com ele, também cria a própria identidade do lugar. Explica Mello (2011) que

Para a formação da identidade do lugar a relação entre a pessoa e toda a aura que a envolve é essencial. Experiência, símbolos, significados e permanência contribuem forjar o sentido de lugar. As brincadeiras no espaço coletivo, a respeitabilidade e a convivência em endereços diversos despertam um profundo sentimento de bairrofilia, sensação esta de apego, pertencimento, filiação e bem-estar. (MELLO, 2011, p.10).

Um lugar passa, então, a ter uma identidade à medida em que a ele são atrelados significados os mais diversos pelos sujeitos que nele operam trocas. Sasaki (2010, p.115) diz

que “O lugar assume, então, uma personalidade, uma essência vital que se faz presente na história de cada sujeito favorecendo a relação com ele através das suas transformações no decorrer dos tempos”. O que a autora denomina de “personalidade do lugar” pode então ser interpretado como aquilo que o distingue, que, em razão das suas características, o diferencia dos demais espaços, conferindo-lhe tal estatuto. Em consonância com essa leitura, entende Fernandes (2010) que

O lugar - por possuir identidade, carga, caráter e fervor simbólicos – é repleto de simbolismo estabelecido por elementos (materiais e imateriais) que evocam inúmeros significados à base territorial experienciada. O próprio lugar é um símbolo de afetividade, bem querência, satisfação, felicidade e congraçamento. Lugares e símbolos adquirem profundo significados antes através dos laços emocionais tecidos ao longo dos anos. O caráter simbólico dos lugares estabelece conexões decodificando e traduzindo o seu passado e o conectando ao presente (MELLO, 1990; 2003). (FERNANDES, 2010, p. 49).

O lugar para Mello (2013) também é “repleto de símbolos”. Essa simbologia, não obstante, conforme salienta, não deriva exclusivamente das experiências de afetividade que fazem com que um espaço se torne um lugar, tendo em vista que há símbolos também nos espaços e “deslugares<sup>37</sup>”. Para esse autor,

Lugares e símbolos adquirem profundo significado, através dos laços emocionais tecidos ao longo dos anos. Conciliar, entender e decodificar o conteúdo simbólico de magnitudes diferenciadas como pátria, prédios, ginásios e as simples pedras do caminho são as tarefas a serem empreendidas nessas reflexões inaugurais. Os lugares/símbolos são entes queridos ou merecedores de considerações especiais. Tais envolvimentos, que despontam com a experiência, a confiança e a afeição, denotam intimidade, na acepção da palavra a qualidade do “que está muito dentro” ou o “que atua no interior”, como apontam os dicionários. Os lugares/símbolos, nessa abrangência, são igualmente públicos, compartilhados e forjados por intermédio de edificantes significados. (MELLO, 2013, p. 167).

À vista desse entendimento, uma possível acepção para símbolo<sup>38</sup> é a de signo de valor evocatório que, por força da convenção ou de uma contiguidade de sentido, sugere algo ou mesmo representa um referente em um determinado contexto enunciativo. Essa interpretação vai ao encontro do que teoriza o geógrafo Roberto Lobato Corrêa (2007), para quem as formas simbólicas, sendo estas de ordem material ou não, dão existência aos signos, os quais se

---

<sup>37</sup> Mello (2013, p. 172) considera que “os não lugares ou “deslugares” como conceituado pelo geógrafo Edward Relph, na obra “Place and Placelessness” (1976), referente às criações humanas clonadas, monótonas em sua forma e até mesmo a enfadonha e uniforme porção oferecida pela natureza nos desertos ou nos pólos climáticos. Com efeito, conjuntos habitacionais, viadutos ou ainda a “sheratonização” ou “hiltonização” da paisagem empobrecem o deslocamento dos homens nesses “deslugares”.

<sup>38</sup> A título de esclarecimento, “símbolo” é aqui analisado na perspectiva de Fernandes (2010), Mello (2013) e Corrêa (2007), teóricos da Geografia, não sendo focado, neste momento, pelo viés dos estudos semióticos.

constroem pela relação entre significante e significado; o primeiro aludindo à forma e, o segundo, ao conceito. Vale considerar que, embora esse autor não correlacione sua análise das formas simbólicas à teoria de signo linguístico de Ferdinand de Saussure, apreende-se essa relação pela semelhança que se verifica entre o seu entendimento dos termos significante e significado e o de Saussure.

Apoiando-se nas ideias de Hall (1997), afirma Corrêa (2007, p.7) que “As formas simbólicas são representações da realidade, resultantes do complexo processo pelo qual os significados são produzidos e comunicados entre pessoas de um mesmo grupo cultural”. Dentre as formas simbólicas, estão as formas simbólicas espaciais, as quais, segundo o autor, são “constituídas por fixos e fluxos, isto é, por localizações e itinerários” (*Ibidem*, p.8). Dito de outra forma, por “fixos”, entendem-se as formas simbólicas estáticas, tais como: palácios, museus, igrejas, templos, monumentos em sentido lato e a própria toponímia do lugar; “fluxos” dizem respeito às formas simbólicas dinâmicas, ou seja, eventos de deslocamento com percursos definidos, como: procissões, marchas, cortejos, desfiles, entre outros.

Dando continuidade à discussão acerca das formas simbólicas espaciais, o pesquisador aludido afirma que elas podem ser entendidas como “geossímbolos<sup>39</sup>”, segundo a percepção de Bonnemaison (2002), isso porque se configuram como arranjos que relevam aspectos da identidade do grupo do qual emergem, como valores, crenças e visão de mundo, destacando-se como símbolos de significativo valor cultural.

Partindo desse entendimento, a toponímia de uma região também pode ser considerada uma forma espacial simbólica, na medida em que os topônimos possuem existência material na superfície terrestre, denominando acidentes físicos e humanos. Esses nomes não se limitam, porém, a dar uma informação de natureza espacial ou cartográfica, uma vez que dão nome àquilo que é tomado como relevante no contexto de um grupo. Esta afirmação pode ser ilustrada a partir do que é exposto por Woodman (2009) ao apresentar o relato do geógrafo alemão Aurel Krause, hoje conhecido por ter feito a etnografia inicial dos Tlingit, povo indígena do Alasca.

Toda a extensão de características importantes, tais como um oceano, os Alpes ou o rio Danúbio, pode não ser inicialmente reconhecida por aqueles que vivem nas proximidades, os quais até uma idade mais avançada de exploração podem só ter conhecimento das partes que lhes estão próximas. Eles nomearão as porções que lhes são significativas, e expandirão a atribuição de tais nomes à medida que o seu conhecimento das próprias características se expande. No seu relato sobre a percepção dos traços que os povos do oeste do Canadá possuem, o explorador alemão do século

---

<sup>39</sup> “Um geossímbolo pode ser definido como um lugar, um itinerário, uma extensão que, por razões políticas, religiosas ou culturais, aos olhos de certas pessoas e grupos étnicos assume uma dimensão simbólica que os fortalece em sua identidade.” (BONNEMAISON, 2002, p.109).

XIX Aurel Krause observou o seguinte sobre os lugares importantes para os Tlingit: [Ele] conhece cada baía que se presta à pesca ou ao encalhe de uma canoa, cada vale que oferece um caminho para o interior e para estes ele tinha nomes; mas os próprios picos das montanhas, mesmo sendo excepcionais devido à sua forma ou tamanho, são pouco notados por ele. (WOODMAN, 2009, p.9).

Conclui-se, pois, que os nomes de lugares são produtos sociais, fruto da maneira subjetiva de ver e de entender o mundo, ou, mais especificamente, produtos da cultura. À vista disso, ao se considerar que o topônimo é um dado linguístico e que a língua é um fato da cultura, pode-se ver no encadeamento existente entre língua e cultura a projeção do universo de significados e experiências inerentes ao contexto de mundo de uma comunidade de falantes corporificada no léxico, uma vez que “a língua é, antes de tudo, um produto cultural, ou social, e assim deve ser entendida” (SAPIR, 1969, p. 27).

Por meio do estudo toponímico pode ser recuperada, então, um pouco da história de uma determinada comunidade, descortinando diversos aspectos da realidade desse grupo. Partindo desse ponto, enfatiza-se que a razão da escolha de um nome de lugar só pode ser compreendida à luz de um contexto sociocultural, em um movimento que considera o sujeito como historicamente situado, o qual o influencia ou até mesmo o “condiciona” (ISQUERDO, 1997) quanto à eleição de um topônimo. Explica essa autora que

É fato assente que todo homem quando aporta num torrão desconhecido, na condição de migrante, uma de suas primeiras ações é, certamente, a de colocar sua "marca de identificação" na nova localidade. Trata-se de uma atitude de afirmação, de marco simbólico do início da construção de um novo percurso de sua história de vida. Em vista disso, os topônimos apresentam-se sempre como a síntese dos sentimentos vividos pelo denominador no ato da nomeação. (ISQUERDO, 1997, p.33).

Indo ao encontro da análise de Isquerdo (1997), explica Andrade (2017, p.144) que, “Quando atribuímos um nome a um lugar, estão impregnadas as marcas dos nomeadores, seus valores, visão de mundo, resultando em sua forma de identificação”. Sobre isso, pode-se apresentar, a título de exemplo, um dos inúmeros casos de apropriação do espaço pela nomeação, em que se observa uma correlação entre o nome atribuído ao local e o seu significado para o grupo. Aponta Corrêa (2007) que

A toponímia, enquanto forma simbólica com conotação político-territorial e identitária, foi um dos meios pelos quais a Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão, entre 1755 e 1778, estabeleceu marcas do domínio português na Amazônia. As antigas aldeias indígenas, transformadas em aldeias missionárias, tiveram seus nomes indígenas alterados, exibindo nomes de povoações portuguesas: Alenquer, Almeirim, Barcelos, Borba, Breves, Ega, Faro, Óbidos, Ourém, Santarém e Soure, entre outras. A identidade lusa dos lugares, alçados à categoria de vilas, é

estabelecida pela empresa pombalina, conforme aponta Dias (1970). (CORRÊA, 2007, p.11-12).

Como se evidencia na citação acima, o nome atribuído a um lugar vai muito além da mera referenciação. O lugar é também marcado e avaliado pelo nome que o batiza, seja positiva ou negativamente, pela óptica do grupo. No caso do exemplo apresentado, o nome do lugar encerra uma relação de poder, de apropriação de um território, apropriação essa que é material, pela tomada da terra que pertencia aos indígenas da Amazônia pelo povo português, mas também é cultural, tendo em vista que os nomes que se atribuem às antigas aldeias indígenas ao largo do território dominado têm relação direta com o povo dominador, pois as marcas lusas identificam-se nesses nomes. Por outro lado, para os povos indígenas que perderam suas terras, os nomes portugueses que substituem os topônimos anteriormente atribuídos às aldeias não refletem mais os valores originais.

Desse modo, a percepção de um lugar, como se pode inferir, pode ser influenciada pelo nome que a ele é atribuído. Constitui-se o topônimo, por conseguinte, um objeto simbólico complexo, que encerra muito da história de um povo, sendo inclusive já considerado como “testemunho de uma época”. Sobre essa questão, esclarece Andrade (2017) que

Esses valores, inerentes à identidade, são estabelecidos por diversas maneiras de percepções, resultando em experiências e interpretações ímpares, pois, elas integram paisagens, sentimentos, possibilidades e manifestações. As relações que os indivíduos mantêm com os nomes de lugares ressaltam o sentimento de pertencimento, o que demonstra que conhecer o contexto histórico e a etimologia dos nomes só que podem ou não reforçar os laços afetivos adquiridos pelo lugar. Lembrando que cada indivíduo pode se relacionar de maneira diferente com o lugar: com mais ou menos sentimento de pertencimento e/ou afetividade, a depender de seus vínculos com o lugar (ANDRADE, 2017, p.145).

A identificação com o lugar, porquanto, é perpassada por todo o constructo simbólico que o constitui. E é exatamente nessa medida que se justifica a tese de que nos nomes de lugares repousam aspectos identitários; isso porque, por detrás do nome, existe o contexto em que ele nasceu, que deu a ele sentido no momento da denominação, levando, por essa razão, à sua escolha no domínio de uma lista virtual com inúmeras outras possibilidades.

Quando se orienta esse entendimento para discussão que se promove acerca da ampliação conceitual de lugar no âmbito da Toponomástica que aqui se desenvolve, toma-se o lugar a partir de um ponto de vista interdisciplinar, afinado com os preceitos da Geografia Humanista. Como já foi enfatizado, essa proposta de ressignificação já vem sendo defendida por Andrade em suas publicações mais recentes. Segundo a pesquisadora, “[...] trata-se da

extensão/apreensão das relações (motivações) as quais são estabelecidas entre o homem e o próprio nome de lugar: é a sua gênese”. (ANDRADE (2017, 593).

Não obstante, em um trabalho que tenha a interdisciplinaridade como bússola, um objetivo nunca está completamente alcançado, como afirma Santomé (1998), sendo ele, deste modo, uma busca constante. É aceitando a validade dessa posição que continuamos, refletidamente, a seguir um percurso que não é fácil, mas sim incerto, porém que nos permite ir adiante rumo a uma compreensão mais coerente do lugar, de acordo com nosso entendimento, que melhor direciona a compreensão de alguns vieses na pesquisa toponomástica, especialmente aqueles que se voltam à apreensão das relações estabelecidas entre aquele que denomina e as razões semântico-motivacionais que o orientaram quanto a essa escolha.

Com esse intento, defende-se que o lugar passe a ocupar a posição de categoria nos estudos toponomásticos. Nesse contexto, é válido elucidar o significado da palavra categoria. De acordo com Oliveira (2013),

A palavra portuguesa ‘categoria’ é uma mera transliteração, através do latim *categoria*, da palavra grega *kategoría* que foi, mais tarde, traduzido para o latim por *praedicamentum*, donde a forma ‘predicamento’, que ainda hoje se emprega como uma alternativa para ‘categoria’. No grego corrente, o verbo *kategorein* pode ser traduzido pelas palavras ‘mostrar’, ‘aprovar’, ‘declarar’ etc. Mas, o substantivo correspondente *kategoría* significa “acusação”. (OLIVEIRA, 2013, p.33-34).

Infere-se, pois, que categorizar tem a ver com atribuir uma predicação. De maneira geral, essa é uma das conotações que se verificam frequentemente para tal palavra nas ciências. Quando se focaliza a palavra categoria neste estudo, remete-se, por conseguinte, à ideia de definição de atributos, das propriedades de um determinado objeto do conhecimento<sup>40</sup>.

Retomando a discussão embrionária sobre o lugar como uma categoria, propõe-se aqui que ele seja compreendido como espaço significado, um centro do qual emanam significados em grandezas variadas, frutos da vivência particular do sujeito no ambiente. Trata-se de uma predicação que se baliza nas noções de experiência e de identidade, as quais são indissociáveis, pois são as experiências irrompidas de um tipo de relação com o lugar que conduzem ao

---

<sup>40</sup> A título de informação apenas, a professora Marilena Chauí, no texto “Convite à filosofia”, no decorrer da discussão que propõe acerca da solução apresentada por Immanuel Kant a respeito dos problemas do inatismo e do empirismo, explica que a estrutura ou forma do entendimento, que é uma das estruturas que constituem a razão segundo o olhar do filósofo alemão, tem o atributo de organizar o conteúdo do conhecimento que lhe chega por meio da sensibilidade, transformando-o em conceitos. E é um conjunto de elementos que faz parte do entendimento que possibilita tal organização. Tais elementos são denominados categorias. “Com as categorias a priori, o sujeito do conhecimento formula os conceitos”. (CHAUI, 2000, p.97).

sentimento de identificação ou não<sup>41</sup> com ele. O lugar então, a partir desse prisma, denota algo a mais do que apenas uma mera porção espacial à qual foi atribuído um nome, como já mencionado.

Nessa perspectiva, ao propor um questionamento acerca do status que o lugar ocupa nos estudos toponomásticos, diz Andrade (2017) que

Uma possível resposta, ainda que incipiente, é que a ideia de se construir um sistema de identificação de categoria na disciplina Toponímia se faz pensando no real: ela reproduz a realidade que se quer abstrair. No nosso entender, lugar torna-se, então, categoria central, pois trata-se da extensão/apreensão da relação (motivações) que são estabelecidas entre o homem e o próprio nome de lugar: é a sua gênese. Por isso, é essencial, a priori, conceituar lugar em uma dimensão de categoria analítica: motivacional, histórica, linguística, ideológica, social, identitária. A sugestão é uma ampliação conceptual de lugar como experiência de mundo vivido, de afetividade, lugar como parte do todo. Sem esse procedimento, somos “impossibilitados de desmembrar o todo através de um processo de análise, para reconstruí-lo depois através de um processo de síntese (MAIA; ALVES, 2009, [s.p.]”. Assim, um diálogo com outras áreas do saber é fundamental: Geografia Cultural e Humanista. (ANDRADE, 2017, p. 593).

É importante mencionar a ênfase que a linguista faz a respeito da pretensão de alçar o conceito de lugar a uma categoria. Frisa ela que se trata de uma proposta que ainda está em fase inicial, que não conduz a verdades, mas a inquietações. De todo modo, são essas provocações que colaboram para o desenvolvimento dos estudos científicos de modo geral, movendo os pesquisadores a novas descobertas. Isquierdo e Dargel (2014) precisam que

O topônimo é revestido de um caráter motivador em seu ato de criação, mesmo que venha a se tornar um dia, como todo signo linguístico, arbitrário. Entretanto, por intermédio do estudo toponímico, tenta-se evitar que tal opacidade venha a ocorrer com os topônimos e, assim, recuperam-se nuances, sutilezas, circunstâncias, motivações, estados psíquicos, dentre tantas outras possíveis causas designativas, que possam ter influenciado, espontaneamente ou não, o designador ao nomear um elemento geográfico com um nome e não outro. (ISQUERDO; DARGEL, 2014, p. 75).

Tomando esse fato em consideração, propõe-se um estudo acerca dos nomes que batizam os sítios que formam o patrimônio cultural material da cidade de Palmas - TO à luz da concepção de lugar que aqui se adota, com vistas à compreensão e decorrente preservação das

---

<sup>41</sup> Salienta-se que nem sempre as relações do sujeito ou mesmo de uma comunidade social para com um lugar são necessariamente caracterizadas por sentimentos positivos, como os de familiaridade ou apego, que resumem o que é conceituado por Tuan (2012) como topofilia. Esse mesmo autor apresenta o termo topofobia para referenciar o sentimento oposto, como repulsa ou medo. Uma leitura interessante acerca relacionada a essa temática é: “Topofilia, topofobia e topocídio em MG”, de Oswaldo Bueno Amorim Filho, 1999.

motivações que suscitaram tais denominações, explicitando aspectos concernentes à história e à identidade dessa comunidade.

Antes de inventariar e analisar esses topônimos, porém, faz-se necessário apresentar a conceituação de patrimônio cultural, bem como a especificação de sua natureza, ante o entendimento das instituições e agências responsáveis pela sua identificação, promoção e proteção, como também elencar e exemplificar os critérios por elas adotados para que um lugar seja considerado detentor de valor patrimonial.

### **3.4 O lugar como patrimônio: definição de patrimônio e critérios de análise para que se considere que um lugar é um bem patrimonial**

Quando se reflete sobre o significado da palavra patrimônio, ganha destaque, no rol das acepções atreladas a essa lexia pelo senso comum, a ideia de herança - que, via sucessão, transfere-se aos detentores desse direito elencados pela lei - ou de conjunto bens<sup>42</sup>, geralmente restritos à esfera privada, seja ela familiar ou empresarial, aos quais se pode atribuir um valor monetário. Elucida Choay (2014) que a palavra patrimônio,

Esta bela e muito antiga palavra estava, na origem, ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo. Requalificada por diversos adjetivos (genético, natural, histórico...), que fizeram dela um conceito “nómada”, prossegue hoje em dia em um percurso diferente e notório. (CHOAY, 2014, p. 11).

Além dessa referência, acrescentam Neves et al (2020, p. 69) acerca da etimologia dessa palavra que “[...] patrimônio tem origem na palavra latina *pater*, que significa pai”. Ademais, os autores apresentam o entendimento de Vincenzo Russo (2017, p. 39), segundo o qual “Pater é equivalente a ‘pai’, em latim, tendo sua raiz etimológica proveniente do sânscrito PA que implica o conceito de proteger e, ao mesmo tempo, nutrir: pai, portanto, é quem protege, sustenta a família”, a fim de fundamentarem a posição de que o patrimônio pode ser compreendido “[...] sob a égide de proteção e de defesa”.

Em outra vertente, ao focalizar a palavra patrimônio no contexto de uma comunidade, seja no âmbito de uma cidade, de um estado ou de uma nação, o sentido transcende a ideia de

---

<sup>42</sup> Esse sentido encontra-se na própria essência da palavra. De acordo com Dicionário Houaiss, a etimologia da palavra “patrimônio traz a seguinte informação: *lat. patrimonium, ã* no sentido de 'patrimônio, bens de família, herança; posses, haveres'; ver *pater-*; *f.hist. sXIII patrymony, sXIV patrimônio*. HOUAISS, A. **Grande Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Disponível em: [https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol\\_www/v5-4/html/index.php#2](https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v5-4/html/index.php#2). Acesso em: 10/05/2021.

valor financeiro por se recobrir de outros tipos de valores. Um desses valores é o cultural, o qual se encontra intimamente relacionado à constituição da identidade de um grupo social. É justamente esse tipo de patrimônio, o cultural, que interessa à pesquisa que aqui se desenvolve.

Em um contexto global, a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), criada em 1945, após o fim da Segunda Guerra Mundial, “[...] **se propõe a promover a identificação, a proteção e a preservação do patrimônio cultural e natural de todo o mundo, considerado especialmente valioso para a humanidade**”<sup>43</sup>. Em face desse propósito, trabalha ancorada nos dispositivos da “Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural”, a qual foi aprovada na Conferência Geral UNESCO, realizada em Paris, França, em 1972, e ratificada, no Brasil, pelo Decreto Nº. 80.978, de 12 de dezembro de 1977.

Ao ponderarem sobre a importância dessa Convenção, assinalam Arruda e Rangel (2016, p. 4) que “Esse documento foi o primeiro a reunir aspectos culturais e ambientais do patrimônio e viabilizou a formulação, a institucionalização e consolidação de um sistema de cooperação e assistência internacionais para a preservação”. Por conseguinte, de acordo com esse documento, considera-se patrimônio cultural:

*Os monumentos.* – Obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; *Os conjuntos.* – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; *Os locais de interesse.* – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico. (UNESCO, 1972).

Em tal documento internacional, como se observa, duas propriedades principais estão vinculadas à noção de patrimônio: monumentalidade e excepcionalidade, as quais se relacionam apenas aos aspectos materiais da cultura, uma vez ainda não havia sido feita a inclusão dos aspectos intangíveis da cultura como integrantes do patrimônio cultural.

O mesmo documento estabelece, ainda, mirando à preservação do patrimônio mundial, que cada um dos Estados-parte da Convenção deve se responsabilizar por “[...] assegurar a identificação, protecção, conservação, valorização e transmissão às gerações futuras”, mobilizando “esforços nesse sentido, tanto com recursos próprios como, se necessário,

---

<sup>43</sup> Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso em: 13/08/2021.

mediante assistência e cooperação internacionais às quais poderá recorrer, especialmente nos planos financeiro, artístico, científico e técnico” (UNESCO, 1972, ART. 4).

Para que se proponha a chancela de bens como patrimônios mundiais, os Estados-parte da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural devem se orientar pelas diretrizes operacionais estabelecidas em documentos específicos. Desse modo, a priori, os países-signatários podem fazer a indicação de novos bens, pertencentes aos seus respectivos territórios, que acreditam que podem passar a constituir o rol do Patrimônio Mundial dada sua excepcional notoriedade.

O documento que inventaria os bens indicados chama-se Lista Indicativa<sup>44</sup>, a qual pode ser atualizada a qualquer momento, isto é, sem que tenha transcorrido um determinado espaço de tempo, “[...] e serve como um instrumento de planejamento de preparação de candidaturas, cujo manual Preparação de Candidaturas para o Patrimônio Mundial foi editado pela Unesco”. Ressalta o Manual de Referência que

Os formatos de apresentação das Listas Indicativas estão nas Orientações Técnicas, inclusive um formato especial para bens transnacionais e transfronteiriços seriais. Os Estados-parte devem apresentar suas Listas Indicativas ao Centro do Patrimônio Mundial pelo menos um ano antes da apresentação de qualquer candidatura. (IPHAN, 2013).

De acordo com esse mesmo documento, o processo de candidatura e de inscrição de sítios na Lista do Patrimônio Mundial deve partir dos próprios países signatários. A figura 9 mostra as etapas relativas ao processo de inscrição, assim como as responsabilidades que tocam a cada Estado-parte e ao Comitê do Patrimônio Mundial.

---

<sup>44</sup> Para mais informações, acessar: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/813>.

Figura 9 - Sumário dos diferentes passos no processo de candidatura e as principais responsabilidades do Estado-parte e do Comitê do Patrimônio



Fonte: Manual de Referência do Patrimônio Mundial Preparação de Candidaturas para o Patrimônio Mundial (2013, p.19).

No que diz respeito aos critérios de seleção, dispõe o manual que

Para ser incluído na Lista do Patrimônio Mundial, um sítio deve ter Valor Universal Excepcional e cumprir pelo menos um de dez critérios, além das condições relevantes de integridade e autenticidade, e dos requisitos de proteção e gestão. Os critérios do Patrimônio Mundial são explicados nas “Orientações técnicas para a Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial”, que, junto com o texto da Convenção, é a principal ferramenta de trabalho sobre o Patrimônio Mundial [...]. Os critérios são revisados regularmente pelo Comitê para refletir a evolução do próprio conceito de Patrimônio Mundial. (UNESCO, 2013, p.20).

Explica o documento que são dez os critérios para que seja efetivada a inscrição de um determinado sítio na lista que contempla o Patrimônio Mundial. Esses critérios são identificados nas “Orientações Técnicas para a Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial”. Importa ressaltar que, embora sejam dez os critérios apresentados, apenas os critérios de (I) a (VI) se relacionam aos bens de natureza cultural, sendo, por essa razão, avaliados pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS); os demais dizem respeito a bens naturais, de modo que não serão aqui apresentados por não se relacionarem ao propósito da presente pesquisa. O quadro 1 reúne os seis critérios relativos à inscrição de um bem como Patrimônio Cultural Mundial, bem como exemplos de patrimônios que se ajustam a cada um dos critérios. Essas informações estão em concordância com o Manual de Referência do Patrimônio Mundial - Preparação de Candidaturas para o Patrimônio Mundial, que informa ter extraído as informações do sítio da internet Patrimônio Mundial da UNESCO.

Quadro 1 - critérios relativos à inscrição de um bem como Patrimônio Cultural Mundial

CRITÉRIO	EXEMPLO DE PATRIMÔNIO
<p><b>Critério (i):</b> representar uma obra-prima do gênio criativo humano.</p>	<p><b>Casa da Ópera de Sidney (Austrália)</b>, por apresentar um exemplo excepcional de arquitetura, inaugurando uma nova fase para a técnica da construção.</p> <p>Observação: Também inscrita sob os critérios (i) e (iv).</p>
<p><b>Critério (ii):</b> exibir um evidente intercâmbio de valores humanos, ao longo do tempo ou dentro de uma área cultural do mundo, que teve impacto sobre o desenvolvimento da arquitetura ou da tecnologia, das artes monumentais, do urbanismo ou do paisagismo.</p>	<p><b>Samarcanda – Encruzilhada de Culturas (Uzbequistão)</b>, pelo fato de incorporar de forma inequívoca um “intercâmbio de valores humanos”.</p> <p>Observação: Também inscrito sob os critérios (ii), (iv) e (vi).</p>
<p><b>Critério (iii):</b> apresentar um testemunho único ou pelo menos excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização viva ou desaparecida.</p>	<p><b>Centro Histórico de Macau (China)</b>, pelo fato de ser um testemunho excepcional do primeiro e mais duradouro encontro entre o Ocidente e a China, cujo impacto pode ser traçado na fusão de diferentes culturas que caracteriza o núcleo histórico de Macau.</p>
<p><b>Critério (iv):</b> ser um exemplar excepcional de um tipo de edifício, conjunto arquitetônico ou tecnológico ou paisagem que ilustre (um) estágio(s) significativo(s) da história humana.</p>	<p><b>Canal de Rideau (Canadá)</b>, por representar um exemplo de bem associado a um momento significativo da história humana, qual seja: o da luta pelo controle do norte do continente americano.</p> <p>Observação: Também inscrito sob o critério (i).</p>
<p><b>Critério (v):</b> ser um exemplo excepcional de um assentamento humano tradicional, uso da terra ou do mar que seja representativo de uma cultura (ou culturas), ou de uma interação humana com o meio ambiente, especialmente quando ele se tornou vulnerável sob o impacto de mudanças irreversíveis.</p>	<p><b>Paisagens de Agave e Antigas Instalações Industriais de Tequila (México)</b>, por ser um exemplo excepcional de um assentamento humano e de um uso da terra tradicional, representativo de uma cultura específica que se desenvolveu em Tequila.</p> <p>Observação: Também inscrito sob os critérios (ii), (iv) e (vi).</p>
<p><b>Critério (vi):</b> estar diretamente ou materialmente associado a acontecimentos ou tradições vivas, ideias ou crenças, obras artísticas e literárias de significação universal excepcional. (O Comitê considera que esse critério deve ser usado de preferência em conjunção com outros critérios).</p>	<p><b>Arco Geodésico de Struve (Bielorússia, Estônia, Finlândia, Letônia, Lituânia, República da Moldávia, Noruega, Federação Russa, Suécia e Ucrânia)</b>, A medida do arco e seus resultados estão diretamente associados às investigações científicas sobre a forma e o tamanho do mundo. Ele está associado à teoria de Sir Isaac Newton de que o mundo não é uma esfera exata.</p> <p>Observação: Também inscrito sob os critérios (ii) e (iii).</p>

Fonte: Manual de Referência do Patrimônio Mundial Preparação de Candidaturas para o Patrimônio Mundial (2013, p. 36-41) Adaptado.

No que concerne aos bens brasileiros que integram o inventário do “Patrimônio Cultural Mundial”, atualmente, o país conta com 14 sítios inscritos, como dispõe o quadro 2:

Quadro 2 - Patrimônio Cultural Mundial no Brasil

	<b>Patrimônio Cultural</b>	<b>Localização</b>	<b>Ano de reconhecimento como Patrimônio Mundial pela Unesco</b>
1	Brasília	Distrito Federal (DF)	1987
2	Cais do Valongo	Rio de Janeiro (RJ)	2017
3	Centro Histórico de Goiás	Goiás (GO)	2001
4	Centro Histórico de Diamantina	Minas Gerais (MG)	1999
5	Centro Histórico de Ouro Preto	Minas Gerais (MG)	1980
6	Centro Histórico de Olinda	Pernambuco (PE)	1982
7	Centro Histórico de São Luís	Maranhão (MA)	1997
8	Centro Histórico de Salvador	Bahia (BA)	1985
9	Conjunto Moderno da Pampulha	Belo Horizonte (MG)	2016
10	Missões Jesuíticas Guaranis - no Brasil, ruínas de São Miguel das Missões	Rio Grande do Sul (RS)	1983
11	Parque Nacional Serra da Capivara	Piauí (PI)	1991
12	Praça São Francisco, em São Cristóvão	Sergipe (SE)	2010
13	Rio de Janeiro, paisagens cariocas entre a montanha e o mar	Rio de Janeiro (RJ)	2012
14	Santuário do Bom Jesus de Matozinhos - Congonhas	Minas Gerais (MG)	1985

Fonte: Sítio do IPHAN (2021) Adaptado).

Um marco relativo ao patrimônio cultural no Brasil merece ser sublinhado: trata-se da criação oficial, em 1937, pela Lei Nº 378, de 13 de janeiro, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), primeiro nome do atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura, responsável pela preservação e promoção do patrimônio cultural brasileiro. Digno de nota é o fato de que o anteprojeto de criação do SPHAN foi redigido por Mário de Andrade, importante nome da literatura e figura de destaque na militância para constituição de uma política cultural que se

voltasse à preservação e à valorização do patrimônio brasileiro. Esse projeto, que data de 1936, foi encomendado a Mário de Andrade pelo Ministro de Educação e Saúde da época, Gustavo Capanema, em razão do lugar de destaque ocupado pelo eminente autor de “Macunaíma” na luta pela salvaguarda da cultura popular brasileira.

No tocante à terminologia “patrimônio cultural brasileiro”, vale ressaltar que nem sempre ela foi utilizada. No Decreto-Lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, logo no seu cabeçalho, a nomenclatura que figura é “Patrimônio Histórico e Artístico Brasileiro”. De acordo com esse documento,

Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei.

§ 2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana. (DECRETO-LEI Nº 25, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1937).

Como se verifica na letra dessa lei, a terminologia “Patrimônio Histórico e Artístico Brasileiro” aponta para uma perspectiva que vincula o patrimônio ao seu valor histórico e estético, como também, conforme se observa no segundo parágrafo do Artigo 1º, natural. Com o passar do tempo, o entendimento acerca do que constitui o patrimônio cultural foi sendo alterado. Nesse sentido, a Carta Magna de 1988, em seu Artigo 216, substitui o antigo nome “Patrimônio Histórico e Artístico Brasileiro” e consolida o termo “Patrimônio Cultural Brasileiro”, assim como alarga a conceituação estabelecida pelo decreto mencionado e traz à tona a noção de gestão compartilhada da preservação.

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, 1988).

Para Zanirato e Ribeiro (2006, p. 252), “Tais alterações no entendimento do conceito nos incitam a refletir acerca dos caminhos trilhados nesse processo, de forma a estabelecer

relações entre as transformações a respeito do que se entende por cultura e as modificações na categoria patrimônio”. Consoante a essa reflexão, uma questão digna de relevo no conceito que se estabiliza com a Constituição de 1988 são os contornos semânticos que ele passa a adquirir quando classifica o patrimônio de acordo com sua natureza.

Nesse ínterim, passam então a ser considerados patrimônios culturais imateriais os bens que “[...] dizem respeito àquelas práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas”, assim como “nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas” (IPHAN, PATRIMÔNIO IMATERIAL, 2022).

Saliente-se que, quando se corporifica na letra da lei a noção de patrimônio imaterial, isto é, de bem patrimonial como um bem de valor cultural, verifica-se uma nova perspectiva acerca do campo de abrangência daquilo que se compreende como cultura. E essa compreensão tem relação direta com o desenvolvimento dos estudos etnográficos e antropológicos de vertente cultural. Incorporam-se, por conseguinte, os elementos espirituais, isto é, intangíveis, à noção de cultura, os quais também concorrem para a formação da identidade de um grupo. Em considerações relativas a essa questão, apontam Zanirato e Ribeiro (2006) que

No curso do século XX os entendimentos de cultura e história passaram por significativas modificações que repercutiram na compreensão dos bens considerados patrimônios [...] Também se constatou nesse tempo um outro entendimento de história que centra seu interesse antropológico no homem e em sua existência, e assim busca contemplar todos os atores sociais e todos os campos nos quais se expressa a atividade humana. Tal compreensão implicou a valorização dos aspectos nos quais se plasma a cultura de um povo: as línguas, os instrumentos de comunicação, as relações sociais, os ritos, as cerimônias, os comportamentos coletivos, os sistemas de valores e crenças que passaram a ser vistos como referências culturais dos grupos humanos, signos que definem as culturas e que necessitavam salvaguarda. (ZANIRATO; RIBEIRO, 2006, p. 253).

O documento intitulado “Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial”, que foi ratificado pelo Brasil em 2006, traz a seguinte definição para “patrimônio imaterial”:

Entende-se por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. Para os fins da presente Convenção, será levado em conta apenas o patrimônio cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos

internacionais de direitos humanos existentes e com os imperativos de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e do desenvolvimento sustentável. (UNESCO, 2003).

Quanto ao patrimônio cultural material, foco de interesse deste estudo, a Portaria Nº 375, de 19 de setembro de 2018, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que institui a política de patrimônio cultural material do IPHAN e dá outras providências, dispõe, no parágrafo único do artigo primeiro, que :“Por patrimônio cultural material entende-se o universo de bens tangíveis, móveis ou imóveis, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

Os bens culturais que formam esse patrimônio são inscritos, em concordância com sua especificidade, em um dos quatro Livros do Tombo de que trata o Art. 4º do já aludido Decreto-Lei Nº 25, de 30 de novembro de 1937, os quais podem ter mais de um volume e são categorizados em razão de sua natureza, a saber:

- 1) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º;
- 2) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica;
- 3) no Livro do Tombo das Belas Artes, as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira;
- 4) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluam na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras.

Quando se fala em “Livros do Tombo”, remete-se ao termo “tombamento”, que pode ser entendido como um ato do poder público que reconhece que um bem tem valor “histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também valor afetivo para a população”, e, mediante legislação específica, registra-o e passa a zelar pela sua proteção. Salienta-se que “o objetivo do tombamento de um bem cultural é impedir sua destruição ou mutilação, mantendo-o preservado para as gerações futuras” (IPHAN, O QUE É TOMBAMENTO? 2022). Sobre a origem dessa palavra, esclarece-se que

A palavra tombamento originou-se do verbo tombar que - no Direito, em Portugal - tem o sentido de registrar, inventariar, arrolar e inscrever bens. O inventário era inscrito em livro próprio que era guardado na Torre do Tombo, em Lisboa. O termo passou a ser utilizado no Direito brasileiro para designar os bens registrados e tutelados pelo poder público. (IPHAN, O QUE É TOMBAMENTO? 2022).

Na esfera federal, as ações do IPHAN relacionadas ao tombamento são orientadas pelo Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Destaca-se que, além desse expediente, o tombamento também é aduzido pelo artigo 5º da Constituição, inciso XXII, pela função social, assim como pelo artigo 216, parágrafo 1º, em que se dispõe que o “Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”. Na esfera estadual, o tombamento é feito pelo Governo Estadual, por meio da Secretaria de Estado da Cultura e ou Fundação Cultural e, na esfera municipal, pela administração municipal, a qual se orienta por leis específicas.

É importante ressaltar, que além do tombamento, existem diversas formas de proteção do patrimônio, como foi apontado no já citado Art. 216 da Carta Magna, todavia, “[...] o tombamento é o instrumento mais conhecido e utilizado. O tombamento de um bem cultural significa proteção integral, sendo uma das ações mais importantes relacionadas à preservação de um patrimônio de natureza material” (IPHAN, BENS TOMBADOS, 2022).

O patrimônio cultural material sobre o qual se pretende orientar a discussão deste estudo é o de caráter imóvel, especificamente lugares que se consagraram bens patrimoniais em razão da sua importância como um registro da memória e da identidade social. Assim, enquanto um produto cultural, deve ser frisado que o patrimônio não é alheio ao contexto em que se insere. Pelo contrário, por ser constituído no contexto de uma sociedade, apresenta-se como um elemento que corporifica a identidade desse grupo, carregando, por conseguinte, marcas do constructo simbólico que espelha a maneira pela qual determinado grupo cultural apreende a sua realidade, transcendendo o instante presente ao consubstanciar a memória histórica do grupo. Nessa perspectiva, conforme afirmam Nascimento e Balsan (2014) apoiadas em Dencker (2012),

Entende-se, portanto, que o patrimônio deve ser considerado como um campo de práticas e representações que se constituem de forma autônoma e possível de problematizar e questionar a experiência patrimonial, assim, investigar os modos como o simbólico integra a memória social até se constituir como imaginário (DENCKER, 2012). (NASCIMENTO; BALSAN, 2014, p.70).

Ressalta-se que, ainda que se esteja fazendo um recorte de análise que se volte apenas ao que é definido como patrimônio material, não se pode desconsiderar o valor imaterial que esses bens possuem, uma vez que se agregam ao material, por exemplo, a memória e a história de um povo.

### 3.5 Patrimônio cultural material tocantinense

No que tange ao processo de patrimonialização no Estado do Tocantins, afirma Santos (2020, p.14) que esse só teve início na década de 1980, quando houve o tombamento do centro histórico de Natividade em 1987 pelo IPHAN, em decorrência de sua importância cultural pela vinculação do conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico ao modo de urbanização referente ao século XVIII.

É necessário destacar que, no estado do Tocantins, o IPHAN “[...] atua na proteção do patrimônio tombado em Natividade e Porto Nacional, formado por casario e igrejas datadas do século XVIII.” (IPHAN, PATRIMÔNIO MATERIAL - TO, 2022). Essas duas cidades têm sua história atrelada ao movimento dos bandeirantes paulistas, que, partindo da região sudeste do país, avançaram rumo ao Brasil Central em busca de minérios.

A primeira dessas cidades, Natividade, está localizada no sudeste do estado do Tocantins, a 222 quilômetros da capital Palmas, e é o mais antigo núcleo urbano desse estado, tendo sua origem no século XVIII associada ao garimpo de ouro. Segundo dados do Censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2020, o município possui uma área territorial 3.241,672km<sup>452</sup>, com uma população estimada de 9.256 pessoas.

De acordo com Palacín (1994), o descobrimento das minas de Natividade está relacionado ao segundo momento da procura de ouro em Goiás, momento em que há a busca pelo minério nas minas do “Norte” ou do “Tocantins”.

Com a chegada de imigrantes portugueses nessa região, no século XVIII, a procura de ouro, o Arraial de São Luiz foi edificado no topo da Serra, pelas mãos dos escravos, cerca de quarenta mil, trazidos por esses desbravadores. Em 1734, o Arraial foi fundado por Antônio Ferraz de Araújo. Quando, em 1770, o ouro do lugar já não atendia mais a demanda, os moradores desceram a serra, vindo formar um novo Arraial chamado de Natividade, nome dado graças à devoção dos moradores por Nossa Senhora de Natividade. (PREFEITURA DE NATIVIDADE, 2022).

Vale esclarecer que o topônimo Arraial de São Luiz, primeiro nome da atual cidade de Natividade, foi atribuído “em homenagem a D. Luís de Mascarenhas, então Governador da Capitania de São Paulo, o fundador de Vila Boa (atual cidade de Goiás)” (IBGE, 1958, p. 293). No ano de 1831, Natividade foi elevada à categoria de Vila e, em 22 de julho de 1901, foi criada a Comarca de Natividade, que foi instalada em 23 de dezembro de 1905. (TOCANTINS, 2017).

---

<sup>45</sup> Informação disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/to/natividade.html>. Acesso em 16 de fev. de 2022.

A cidade é dividida em três zonas de usos específicos: Zona de Proteção Histórica, Zona de Proteção Ambiental e Zona de Expansão. Natividade apresenta uma estrutura urbana colonial, com ruas irregulares. O conjunto arquitetônico destaca-se por sua simplicidade, com ausência de monumentalidade nas construções públicas, resultando em um conjunto harmonioso, com uma estrutura urbana colonial e casario simples. As fachadas das construções remetem a dois períodos econômicos distintos. As mais despojadas estão relacionadas à mineração do século XVIII e as mais ornamentadas, à pecuária, a partir do século XIX. Conserva, ainda hoje, seu traçado urbano original assim como as igrejas da Matriz de Natividade e de São Benedito, e as ruínas da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, considerada um dos símbolos do novo Estado do Tocantins. (IPHAN, NATIVIDADE (TO), 2022).

Na cidade de Natividade, o conjunto arquitetônico tombado é formado por 260 edificações, dispostas em ruas curvas e quadras irregulares<sup>46</sup>. Apenas a título de conhecimento, entre as muitas construções que compõem o núcleo arquitetônico tombado<sup>47</sup>, citam-se aqui apenas duas delas como representativas do valor histórico, cultural, artístico e religioso da cidade.

**Igreja da Matriz de Natividade:** Essa edificação remonta ao século XVIII, sendo datada de 1759. Com o passar do tempo, algumas alterações foram feitas tanto no seu interior quanto na sua fachada. Nesse lugar, encontra-se a imagem de Nossa Senhora da Natividade, Padroeira do Estado do Tocantins. Conta ainda com dois sinos em bronze de 1858. (IPHAN, MONUMENTOS E ESPAÇOS PÚBLICOS TOMBADOS - NATIVIDADE (TO), 2022).

Figura 10 - Igreja da Matriz de Natividade



Fonte: Sítio do Ipatrimônio (2022).

<sup>46</sup> O Centro Histórico de Natividade foi inscrito nos seguintes livros de tomo: livro de tomo Arqueológico, etnográfico e paisagístico, Histórico e Belas Artes. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista%20Bens%20Tombados%20por%20Estado.pdf>. Acesso em: 16 de fev. de 2022.

<sup>47</sup> No site do IPHAN, são listadas outras edificações que compõem o núcleo arquitetônico, urbanístico e paisagístico de Natividade - TO. Para mais informações: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1218/>.

**Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos:** Essa edificação, que ficou inacabada, remonta ao período da escravidão, constituindo-se um como “[...] monumento símbolo da raça negra e do trabalho escravo da fase da mineração”. Sua construção foi feita com pedra sabão, e os arcos posicionados na entrada central foram feitos com tijolos que, à época da construção da igreja, destacavam-se entre os demais. (IPHAN, MONUMENTOS E ESPAÇOS PÚBLICOS TOMBADOS - NATIVIDADE (TO), 2022).

Figura 11 - Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos



Fonte: Sítio da Prefeitura de Natividade (2022).

Já em 2008, outra cidade teve seu centro histórico tombado pelo IPHAN. Trata-se do município de Porto Nacional, localizado na região central do Estado do Tocantins, a 60 km ao Sul da capital, Palmas. De acordo com os dados do último levantamento do IBGE de 2020, o município possui uma área geográfica 4.434,680km<sup>2</sup><sup>48</sup>, com uma população estimada de 53.618 pessoas.

Atualmente, a cidade de Porto Nacional tem o seu centro histórico tombado pelo IPHAN<sup>49</sup>. É conhecida pela sua tradição histórica e cultural, pelas suas ruas estreitas, pelos casarões e pela famosa Catedral de Nossa Senhora das Mercês, que remontam ao período colonial. A história de Porto Nacional tem como origem o antigo Arraial de Pontal do Carmo,

---

<sup>48</sup> Informação disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/to/porto-nacional.html>. Acesso em 16 de fev. de 2022.

<sup>49</sup> No dia 27 de novembro de 2008, na sala dos Acheiros do Palácio Imperial, na cidade do Rio de Janeiro, ocorreu a 59ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural (IPHAN). Na atual gestão do Prefeito Municipal de Porto Nacional, Paulo Sardinha Mourão e do Presidente da Fundação Cultural do Estado do Tocantins Júlio Cesar Machado. Foi inscrito no Livro de Tombo Histórico disposto no artigo 4º do Decreto-Lei 25, de 30 de novembro de 1937 (NASCIMENTO, BALSAN, 2014, p. 66).

cujo desenvolvimento se deu devido às ricas minas de ouro que havia na região, à navegação do Rio Tocantins e ao comércio com Belém do Pará. Não há uma data precisa de fundação do município, porém, segundo informações constantes nos arquivos do Instituto Histórico e Geográfico do Estado de Goiás (IHGG), o povoado de Porto Real do Pontal originou-se em meados de 1738, isto é, no fim do século XVIII, e sua história está vinculada ao fluxo dos bandeirantes que se aventuravam pelos sertões do Brasil à procura de ouro.

De acordo com Chaim (1974), Porto Real do Pontal nasceu dentro do processo de descoberta de garimpos na região norte da então capitania de São Paulo, tendo sido fundado em 1738, quatro anos após Natividade (1734), dois anos antes de Arraias (1740) e oito anos antes do arraial do Carmo (1746). Oliveira (2010) afirma que Porto Nacional tem sua origem ligada à existência de dois núcleos mineratórios, Bom Jesus do Pontal (1738), localizado à esquerda do Rio Tocantins, e Nossa Senhora do Carmo (1746)<sup>18</sup>, localizado à direita desse mesmo rio. Segundo a autora, em um ponto estratégico do rio, instalou-se um passador<sup>50</sup>, que fazia a travessia das pessoas de uma margem à outra do rio.

O povoado foi evoluindo administrativamente e se tornando um núcleo de notada importância. Por essa razão, por força do decreto de 14 de novembro de 1831, o Julgado de Porto Real passa à categoria de Vila, com a denominação de Porto Imperial, “[...] tendo lugar a sua instalação em 24 de abril de 1833” (OLIVEIRA, 2010, p.22). Após trinta anos da instalação de Porto Imperial, por determinação da Lei Nº. 333, de 13 de julho de 1861, Porto Imperial foi elevada à categoria de cidade, passando a ser denominada de Porto Nacional<sup>51</sup> (Ibidem, p. 22).

No que toca à patrimonialização do centro histórico da cidade ocorrida em 2008, cabe destacar que:

[...] o centro histórico de Porto Nacional reúne edificações religiosas e vernaculares típicas dos séculos XVIII e XIX, nas zonas de mineração da região central do país. A Catedral Nossa Senhora das Mercês, construída entre 1894 e 1904, traz o estilo românico de Toulouse, cidade da França marcada pela origem da Ordem dos Dominicanos, os freis responsáveis pela construção. A maioria das imagens sacras foi trazida da França e de Belém do Pará. Dentre outros bens tombados, estão o Seminário São José, antigo Convento Santa Rosa de Lima, a sede dos Dominicanos e o Colégio Sagrado Coração de Jesus. (IPHAN, PATRIMÔNIO MATERIAL – TO, 2022).

---

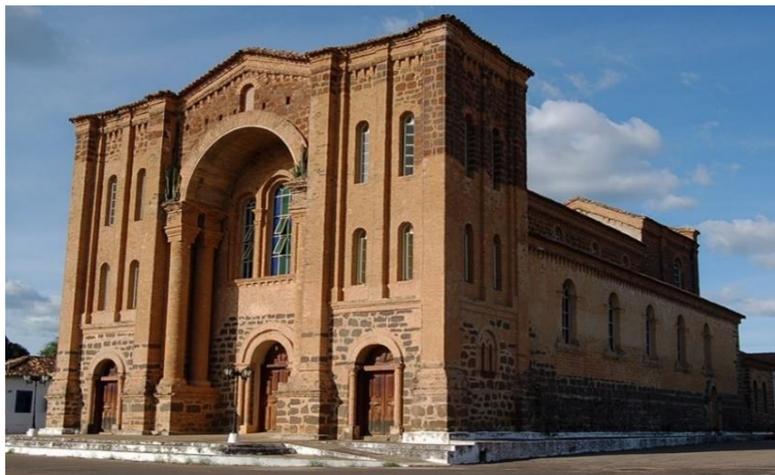
<sup>50</sup> 19 De acordo com Godinho (1988), o nome desse passador era Félix Camoa e ele era descendente de portugueses.

<sup>51</sup> Cumpre explicitar que os topônimos atribuídos à cidade estão relacionados com a situação política vigente no país: Porto Real remete ao Brasil-reino; Porto Imperial remete à época do Império e Porto Nacional faz referência à situação política do Brasil após a Proclamação da República.

Entre os muitos monumentos e espaços públicos tombados em Porto Nacional, tais como: Catedral Nossa Senhora das Mercês, Seminário São José, Prefeitura Velha e Arquivo Municipal, Caetanato (primeira sede do Colégio das Irmãs Dominicanas, Colégio Sagrado Coração de Jesus, Prédio do Abrigo João XXIII e Biblioteca Municipal Eli Brasiliense, apresentamos, apenas a título de conhecimento, dois deles, quais sejam:

**Catedral Nossa Senhora das Mercês:** ícone histórico, a catedral teve sua construção iniciada em 1894, sendo concluída em 1904. No monumento, encontra-se a imagem da santa padroeira de Porto Nacional, Nossa Senhora das Mercês, a qual dá nome à catedral. Ela “Representa a Ordem Dominicana em Porto Nacional, projetada em pedra e tijolos no estilo românico de Toulouse, França (região de origem dos freis construtores).” (IPHAN, MONUMENTOS E ESPAÇOS PÚBLICOS TOMBADOS - PORTO NACIONAL (TO), 2022).

Figura 12 - Catedral Nossa Senhora das Mercês



Fonte: Sítio do IPHAN (2022).

**Seminário São José:** Essa construção, que outrora foi denominada de Convento Santa Rosa de Lima, constitui-se “[...] atual sede da congregação dos padres dominicanos, desde do início da década de 1920.” (IPHAN, MONUMENTOS E ESPAÇOS PÚBLICOS TOMBADOS - PORTO NACIONAL (TO), 2022). De acordo com o estatuto do seminário, em “Natureza e Finalidade”, lê-se “Art. 3. O Propedêutico destina-se à formação dos vocacionados ao Presbitério da Diocese de Porto Nacional.”

Figura 13 - Seminário São José



Fonte: Sítio da Diocese de Porto Nacional (2022).

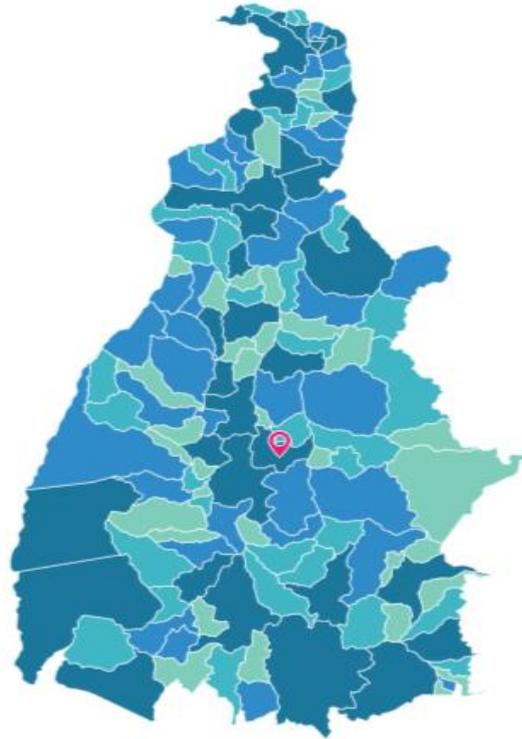
### 3.6 Patrimônio cultural material palmense

Situada na parte central do território do Estado do Tocantins, a cidade de Palmas possui uma área de 2.227,329 km<sup>2</sup>. A mais jovem das capitais brasileiras faz limite, ao Norte, com Lajeado do Tocantins; ao Sul, com Porto Nacional; a Leste, com Aparecida do Rio Negro e com Santa Teresa do Tocantins e, a Oeste, com Paraíso do Tocantins e com Miracema do Tocantins. De acordo com os dados do IBGE, no último censo demográfico, que foi realizado em 2010, a população era de 228.332 pessoas. Estimava-se, para 2021, o número de 313.349<sup>52</sup>. As principais atividades econômicas dessa cidade se concentram em comércio, serviços e agropecuária.

---

<sup>52</sup> Informações disponíveis em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/palmas/panorama>. Acesso em 28/02/2022.

Figura 14 - Localização geográfica da cidade de Palmas



Fonte: IBGE (2022).

A pedra fundamental de Palmas foi lançada em 20 de maio de 1989. Sua criação se relaciona estreitamente com o nascimento do Estado do Tocantins, desmembrado de Goiás em 1988. Até o momento da instalação de Palmas como capital definitiva, a cidade de Miracema foi escolhida como capital provisória do estado do Tocantins. Em 1º de janeiro de 1989, ocorreu a instalação oficial de Palmas, sendo essa solenidade realizada na Casa Suçupara, atual Museu Casa da Cultura.

O primeiro passo para o planejamento da capital definitiva foi dado logo após a eleição do governador Siqueira Campos, em 15 de novembro de 1988, que solicitou levantamento para definir a localização de uma cidade que lhe possibilitasse ser um polo de irradiação de desenvolvimento econômico e social do Estado. O resultado do estudo determinou uma área localizada entre os municípios de Porto Nacional e Taquaruçu do Porto, a leste do povoado do Canela. A instalação de Palmas só foi possível com a transferência da sede administrativa do município de Taquaruçu para Palmas, tornando o prefeito eleito de Taquaruçu, Fenelon Barbosa, o primeiro prefeito de Palmas. Com esta decisão, Taquaruçu do Porto transformou-se em Distrito de Palmas, assim como Taquaralto e Canela. (IBGE, PALMAS – TO, 2014).

Figura 15 - Lançamento da pedra fundamental de Palmas- maio de 1989



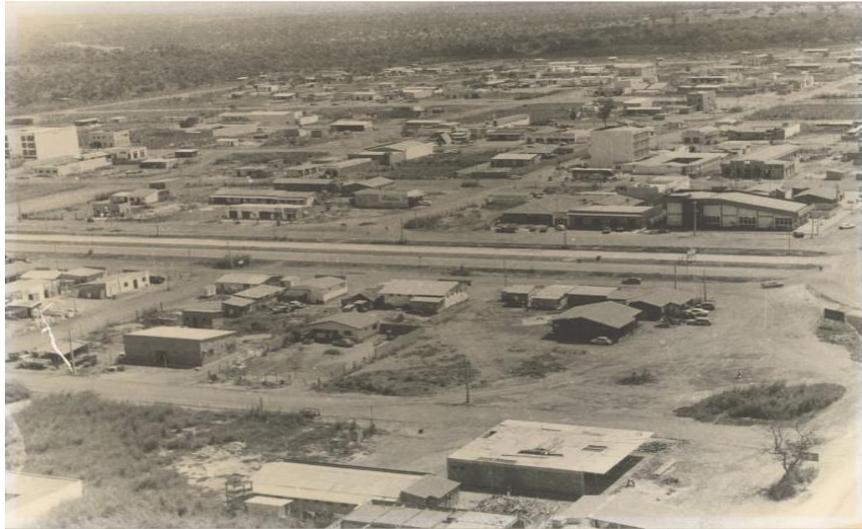
Fonte: Acervo do Museu Casa da Cultura de Palmas – Foto de Márcio de Pietro (1989).

Figura 16 - Solenidade de posse do primeiro prefeito e dos primeiros vereadores de Palmas



Fonte: Acervo do Museu Casa da Cultura de Palmas – Foto de Edson Lopes (S/D).

Figura 17 - Vista área de Palmas no ano de 1992



Fonte: Acervo do Museu Casa da Cultura de Palmas – Foto de Edson Lopes (1992).

Figura 18 - Vista área de Palmas no ano de 2021



Fonte: Sítio da Secretária de Turismo do Estado do Tocantins (2022).

Ao longo dos seus 32 anos de história, a cidade de Palmas vem congregando inovação e tradição. As características modernas dos projetos de engenharia atuais, por exemplo, não prescindem a história, as tradições, os saberes, as celebrações, os costumes e os modos de fazer que fazem parte da identidade do povo tocantinense e que integram o patrimônio desse lugar no sentido lato do termo. Nesse sentido, conserva-se “[...] um patrimônio cultural imaterial, no sentido estrito do termo, totalmente integrado com o que é considerado patrimônio cultural material, podendo ser esse antigo ou moderno.” (MACHADO et al, 2015, p.11). Pensar, pois, em ações que se direcionem à conservação do patrimônio cultural, seja ele material ou imaterial,

se justifica na medida em que se busca preservar e também valorizar a memória e a identidade do grupo.

Direcionando a discussão especificamente para o que se refere ao patrimônio material da cidade Palmas, esclarece-se que aqui são apresentados todos os bens considerados como patrimônio cultural material pelas esferas estadual e municipal que estão localizados nesta cidade. Nesse sentido, a ênfase não está na esfera responsável pela salvaguarda do bem, mas sim na localização deste. É necessário ressaltar que a limitação do número de bens imóveis considerados patrimônio cultural material decorre do fato de que Palmas, pelo fato de ser uma cidade muito jovem, ainda não dispôs de tempo suficiente para constituição de um patrimônio cultural material mais abrangente.

No quadro 3, são apresentados os bens imóveis considerados patrimônio cultural material da cidade de Palmas, com a devida explicitação do instrumento utilizado para sua preservação, a legislação concernente ao mecanismo de proteção utilizado e o ente da federação responsável pela sua salvaguarda.

Quadro 3 - Inventário do patrimônio cultural material da cidade de Palmas -TO

<b>Bem patrimonial</b>	<b>Instrumento de proteção</b>	<b>Legislação de proteção</b>	<b>Esfera de proteção</b>
Assembleia Legislativa do Tocantins (Assembleinha)	Tombamento definitivo	Lei nº 431, de 28 de julho de 1992	Estadual
Casa da Cultura Professora Maria dos Reis	Tombamento provisório	Decreto nº 22, de 29 de fevereiro 2000.	Municipal
Escola Municipal Irmã Aspázia	Tombamento provisório	Decreto nº 22, de 29 de fevereiro 2000.	Municipal
Casa Suçuapara	Tombamento definitivo	Decreto nº 67, de 16 de março de 2005.	Municipal
Museu Casa Vitor	Tombamento provisório	Decreto nº 230, de 15 de setembro de 2011	Municipal
Museu Histórico do Tocantins (Palacinho)	Tombamento definitivo	Lei nº 431, de 28 de julho de 1992	Estadual
Teatro de Arena	Tombamento provisório	Decreto nº 22, de 29 de fevereiro 2000.	Municipal

Fonte: Elaboração própria (2022).

Pensar nos lugares que se tornam patrimônios é então considerar a dimensão de significados da qual esses locais se revestem, carregados de símbolos que sintetizam olhares e expectativas singulares perante o mundo, as quais mostram ser o lugar um palco de experiências, um espaço significado. Precisa Carlos (2007) que

O lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela tríade habitante-identidade-lugar. A cidade, por exemplo, produz e revela-se no plano da vida e do indivíduo. Este plano é aquele do local. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos de uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental. É o espaço possível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo. (CARLOS, 2007, p. 17).

Nessa consideração de lugar como patrimônio, o nome que a ele é atribuído também merece relevo, já que, juntos, o bem patrimonial e o seu nome formam uma unidade representativa de aspectos que particularizam uma cultura. Nesse sentido, afirma-se que o nome do lugar também auxilia na própria transformação de um “espaço indiferenciado” em um “lugar significado” (TUAN, 2015, p.10).

Por conseguinte, ao se estudar o conjunto do patrimônio cultural material imóvel de uma localidade a partir do prisma de lugar significativo, como concebe a Geografia Humanista, pretende-se explicitar as referências culturais nele imbuídas. Uma dessas referências se cristaliza nos nomes que são atribuídos aos lugares-patrimônio, os quais amalgamam traços da história da comunidade.

Investigar, pois, a motivação dos nomes atribuídos ao conjunto do patrimônio de uma comunidade pode, por conseguinte, auxiliar quanto à compreensão de aspectos sócio-históricos inerentes à sua constituição, contribuindo, inclusive, para o despertar da consciência de valorização e de preservação desses lugares, essência do que se caracteriza como educação patrimonial.

## 4 PERCURSO METODOLÓGICO

*Caminhante, são tuas pegadas  
o caminho e nada mais;  
caminhante, não há caminho,  
se faz caminho ao andar*

*Ao andar se faz caminho  
e ao voltar a vista atrás  
se vê a senda que nunca  
se há de voltar a pisar*

*Caminhante não há caminho  
senão há marcas no mar...*  
(CANTARES, ANTÔNIO MACHADO)

Nesta seção, será descrito o percurso metodológico que orientou a efetivação desta pesquisa. Em primeiro lugar, será feita uma breve explanação sobre o emprego do método nas pesquisas científicas. Em seguida, serão retomados os objetivos que orientaram o desenvolvimento desta tese. Logo após, será apresentada a abordagem metodológica escolhida e a razão de sua escolha e, posteriormente, a constituição do corpus e as fontes de coleta dos dados. Serão expostos, também, os procedimentos adotados para o levantamento, o tratamento, a análise e a interpretação dos dados, bem como as técnicas de pesquisa empregadas.

### 4.1 O método nas pesquisas científicas

O emprego de métodos e procedimentos referendados por um fundamento epistemológico para observação e análise de um dado fenômeno é um dos muitos contrapontos que se observam entre conhecimento científico e conhecimento popular. Essa asserção se respalda em Lakatos e Marconi (2003, p.83), que afirmam: “[...] não há ciência sem o emprego de métodos científicos”.

Enquanto o conhecimento popular fundamenta suas conclusões em análises que, em muitos casos, encontraram originalmente abrigo em percepções subjetivas, as quais, via repetições que se tornaram hábitos, foram consagradas e compartilhadas por um grupo, compondo o acervo de experiências deste e sendo transmitidas de geração a geração, pelo fato de ancorar-se em tradições sociais não pode ser comprovado de maneira científica, isto é, suas teorias não se respaldam em um corpo metodológico que tenha testado sua legitimidade.

Por outro lado, o conhecimento científico se diferencia substancialmente de conhecimentos que formam o que se entende como senso comum pelo fato de ser um trabalho sistemático e racional. Em outras palavras, significa que pode ser demonstrado mediante investigações e experimentações, o que só é possível em razão do emprego de um método e um conjunto de procedimentos de verificação que respaldam as teorias, tornando as análises críveis e suas conclusões legítimas, prescindindo de experiências individuais.

De acordo com Severino (2013),

A ciência utiliza-se de um método que lhe é próprio, o método científico, elemento fundamental do processo do conhecimento realizado pela ciência para diferenciá-la não só do senso comum, mas também das demais modalidades de expressão da subjetividade humana, como a filosofia, a arte, a religião. Trata-se de um conjunto de procedimentos lógicos e de técnicas operacionais que permitem o acesso às relações causais constantes entre os fenômenos. (SEVERINO, 2013, p.89).

Lakatos e Marconi (2003, p.83) endossam a linha de pensamento acima ao afirmarem que o método compreende “[...] o conjunto das atividades sistemáticas e racionais”, que asseguram ao pesquisador o alcance de seu objetivo – “conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros” e auxiliando as suas decisões. Sendo assim, observa-se que, quando se trata de estudos científicos, o investigador depara-se com vários instrumentos metodológicos, de maneira que sua escolha deve estar alinhada aos objetivos pretendidos para o estudo, pois é a partir deles que serão adotados os procedimentos e as técnicas adequados ao desenvolvimento exitoso da pesquisa.

Partindo dessas considerações gerais, cumpre apresentar a metodologia utilizada para a execução desta pesquisa em particular. Em primeiro lugar, serão expostos o objetivo geral e os específicos, dado que foi a determinação deles que norteou a escolha do método e dos procedimentos utilizados.

## **4.2 Objetivos de pesquisa**

O objetivo geral desta pesquisa é compreender os estudos toponomásticos no contexto da Educação Básica, especificamente voltados ao Ensino Fundamental, na linha do que propõe a abordagem dos multiletramentos.

Para os objetivos específicos, mira-se:

- Reconhecer o topônimo como um meio de preservação da memória de uma comunidade;

- Apresentar uma proposta de ampliação do conceito de lugar nos estudos Toponômicos, concebendo-o a partir de um ponto de vista interdisciplinar e afinado com os preceitos da Geografia Humanista, como base para se analisar a toponímia que se relaciona ao patrimônio cultural material da cidade de Palmas – TO;
- Investigar a motivação dos topônimos que nomeiam os bens que formam o patrimônio cultural da cidade de Palmas – Tocantins, levando em consideração a influência particular que os fatores históricos, sociais, identitários e regionais estabeleceram no processo de nomeação desses locais;
- Apresentar encaminhamentos didático-pedagógicos, envolvendo gêneros discursivos, para abordagem dos nomes de lugares no contexto do Ensino Fundamental;
- Inserir a inovação ao estudo do patrimônio cultural material da cidade de Palmas – TO no âmbito da escola, por meio da utilização de um aplicativo toponômico interativo, a ser mobilizado como ferramenta de educação patrimonial informal.

Os objetivos deste estudo evidenciam a necessidade de uma teoria norteadora que permita o diálogo entre diversos saberes, a qual decorre da própria natureza da disciplina que orienta este estudo: a Toponômica, cujos estudos estão alicerçados na dialogicidade. Nesse sentido, esta pesquisa promove uma interação entre duas áreas principais: Toponômica e Geografia Humanista, com vistas a uma construção mais abrangente do conhecimento.

### **4.3 Abordagem metodológica**

O percurso metodológico desta pesquisa foi direcionado pela abordagem qualitativa. De acordo com Minayo (2002):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2002, pp.21-22).

Em vista do exposto, vale enfatizar que, quando se pretende estudar o ser humano, assim como sua vida política, social e cultural, que se traduz no objeto de investigação das Ciências Sociais, o modelo quantitativo de pesquisa não é suficiente para abarcar toda a complexidade que envolve as relações e as produções humanas, uma vez que tal modelo pressupõe uma explicação da realidade em cujo cerne se encontra a questão da objetividade, apreendendo os

fenômenos sociais apenas nas dimensões “visível, ecológica, morfológica e concreta” (MINAYO, 2002, p.22).

Partindo de tais considerações, justifica-se que esta pesquisa se caracteriza como qualitativa pelo fato de eleger um objeto de estudo de substrato antropológico: os nomes de lugares. Independentemente do recorte escolhido para uma pesquisa de feições toponomásticas, é preciso considerar que uma significativa carga subjetiva incide na escolha de um topônimo, a qual não pode ser mensurada estatisticamente. Afinal, como converter em números a importância que um nome escolhido para um lugar possui para comunidade? Ou como seria possível analisar, mediante a linguagem das variáveis herdada do Positivismo, o que impeliu o denominador a escolher um determinado nome ao invés de outro? Não se trata, pois, de mobilizar um racional matemático para determinação de conclusões objetivas sobre a natureza de um topônimo, mas, sim, de um trabalho de busca pela compreensão das razões intrínsecas à atividade de nomeação, razões essas que não podem ser expressas meramente por números.

Portanto, ao investigar a motivação semântica e a importância histórica e cultural dos topônimos atribuídos ao patrimônio cultural material da cidade de Palmas -TO, vê-se, pois, a necessidade de realizar um movimento que possibilite analisar as influências dessas denominações no contexto sociocultural que integram, o que só pode ser feito a partir da determinação de uma abordagem de pesquisa que permita semelhante encaminhamento para análise e interpretação do fenômeno humano em questão, o que legitima a escolha da abordagem qualitativa neste estudo.

Nesse processo interpretativo, o pano de fundo são as relações humanas, isto é, os significados que os sujeitos atribuem às suas ações no interior de um contexto específico. Desenvolve-se, assim, uma construção social dos sentidos, que, segundo Sampieri, Collado e Lucio (2013, p.35), orienta-se por um padrão cultural, “[...] denominador comum dos marcos de interpretação qualitativos”.

À guisa de arremate, cabe destacar que a escolha da Geografia Humanista como base teórica neste estudo se alinha à abordagem qualitativa, tendo em vista que tal episteme da Geografia, cujo suporte teórico-conceitual se ampara na Fenomenologia, busca analisar as experiências do homem com seu universo vivido, procurando compreender os sentimentos, as ideias e os valores atribuídos por ele aos ambientes. A subjetividade é então incorporada na análise da relação que se estabelece entre homem e ambiente, da qual emerge, por conseguinte, o conceito de lugar como espaço significado, conceito este que guia o entendimento que aqui se desenvolve acerca dos lugares patrimoniais da cidade de Palmas - TO.

#### 4.4 Constituição do corpus e fontes de dados

No que tange ao corpus desta pesquisa, esclarece-se que ele é composto por apenas sete denominações, os quais compõem o patrimônio cultural material da cidade de Palmas – TO, sendo eles: Assembleia Legislativa do Tocantins (Assembleinha), Casa da Cultura Professora Maria dos Reis, Escola Municipal Irmã Aspázia, Casa Suçuapara, Museu Casa Vitor, Museu Histórico do Tocantins (Palacinho) e Teatro de Arena.

É importante esclarecer que esses topônimos foram apresentados e analisados em conformidade com a forma como são apresentados nos documentos oficiais que tratam do processo de tombamento dos bens patrimoniais que eles nomeiam. A única exceção foi o topônimo “Assembleinha”, pois se optou por tratá-lo da forma como é referenciado na toponímia paralela. Essa opção decorre do fato de que, no documento oficial que dispõe sobre o tombamento do lugar que ele batiza, não há referência ao termo específico que forma o topônimo, apenas ao genérico, de forma que se lê:

Art. 1º. Ficam tombados e integrados ao Patrimônio Histórico e Cultural do Estado do Tocantins, os prédios públicos que sediaram os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário do primeiro governo do Estado do Tocantins, com sede na cidade de Miracema do Tocantins, sua primeira capital, e em Palmas:

I - prédio que sediou o Palácio Araguaia - Sede do Poder Executivo: Rua Osvaldo Vasconcelos, s/nº - Miracema do Tocantins;

II - prédio que sediou a Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins; Rua Hosana Cavalcante, s/nº - Miracema do Tocantins;

III - prédio que sediou o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins: Praça Mariano Cavalcante, S/N - Miracema do Tocantins;

IV - **prédio que primeiro sediou a Assembléia Legislativa em Palmas;**

V - prédio que primeiro sediou o Poder Executivo " O Palacinho" em Palmas (TOCANTINS, 1992, GRIFO NOSSO).

A respeito da base de dados, foram utilizados os seguintes documentos oficiais:

- DECRETO Nº 67, de 16 de março de 2005, que dispõe sobre o tombamento definitivo da Casa Suçuapara, localizada no Parque Cesamar;
- LEI Nº 431, de 28 de julho de 1992, que dispõe sobre o tombamento dos prédios que especifica;
- DECRETO Nº 230, de 15 de setembro de 2011, que dispõe sobre o tombamento de bem municipal, da criação do Museu Casa Vitor no Distrito de Taquaruçu, e dá outras providências.
- DECRETO Nº 22, de 29 de fevereiro de 2000, que dispõe sobre o tombamento provisório de bens municipais e dá outras providências.

Ademais, foram utilizados materiais complementares, tais como: artigos científicos, livros, dicionários e outros documentos históricos consultados no acervo da Casa da Cultura de Palmas para descrição e análise dos dados.

Já no tocante à descrição, à análise e à interpretação dos dados, essas foram feitas à luz dos pressupostos teórico-metodológicos propostos por Dick (1990a, 1990b, 1996, 1997, 2004), Faria (2018) e Ferreira (2019).

#### **4.5 Procedimentos utilizados para tratamento e análise do corpus: a ficha lexicográfico-toponímica**

Esta pesquisa seguiu a metodologia de trabalho comum aos estudos toponomásticos. Nesse sentido, o estudo/análise dos topônimos seguiu o percurso metodológico baseado em Dick (1990a, 1990b, 1996, 1997, 2004), a partir do plano onomasiológico de investigação, sendo que, por meio de um conceito genérico, identificaram-se as variáveis possíveis das fontes consultadas. De acordo com Andrade (2014, p.5), esse modelo metodológico apresenta aspectos a serem definidos, conforme aponta Dick (2006, pp.100-101): a) formulação da hipótese de trabalho; b) delimitação da área básica de estudos (nível da toponímia) ou do objeto de investigação (nível da onomástica), detalhamento temático, em extensão areal (nível quantitativo) ou em profundidade (nível qualitativo), de acordo com a disponibilidade do pesquisador, finalidade da demanda, vinculação a um projeto de pesquisa; c) tratamento dos dados ou do corpus; d) conclusão e bibliografia utilizada e de suporte. No que se refere ao método, o de caráter indutivo foi utilizado para a construção das hipóteses no decorrer das descrições onomásticas.

É sabido que buscar conhecer a motivação dos topônimos que nomeiam espaços em uma comunidade pode conduzir ao conhecimento de parte da identidade cultural da região e, nesta pesquisa, com o fito de descrever os topônimos, a origem semântica e a taxionomia deles optou-se por fazer a catalogação desses nomes em fichas lexicográfico-toponímicas, expediente metodológico das pesquisas com direção toponomástica.

O modelo de ficha lexicográfico-toponímica a seguir apresentado foi elaborado por Dick (2004, p.130), e conta com as seguintes informações: município/localização; topônimo; tipo de acidente geográfico; taxionomia; etimologia; entrada lexical; estrutura morfológica; histórico; informações enciclopédicas; contexto; fonte; pesquisador; revisor e data de realização da coleta.

Quadro 4 - Ficha lexicográfico-toponímica proposta por Dick (2004).

Município: _____
Localização: _____
Topônimo: _____
AH: _____ Taxionomia: _____
Etimologia: _____
Entrada lexical: _____
Estrutura morfológica: _____
Histórico: _____
Informações enciclopédicas: _____
Contexto: _____
Fonte: _____
Pesquisador: _____
Revisor: _____
Data de coleta: _____

Fonte: Dick (2004, p. 130).

No quadro 5, apresentam-se os elementos que compõem a ficha toponímica proposta por Faria (2017), que se divide em duas partes. Na primeira delas, são trazidas informações sobre o logradouro, sendo apresentados: nome oficial no mapa do município, nome anterior; localização; legislação; imagem do mapa; foto(s) da(s) placa(s); foto do logradouro. Na segunda parte da ficha, explicitam-se as informações concernentes aos dados, quais sejam: oficial/imagem; placas e dados biográficos. Por último, são apresentadas as fontes de pesquisa.

Quadro 5 - Ficha toponímica proposta por Faria (2017)

INFORMAÇÕES SOBRE O LOGRADOURO		
Nome oficial no mapa do município: Nome anterior: Localização:	Legislação:	
IMAGEM DO MAPA	FOTO(S) DA(S) PLACA(S)	FOTO DO LOGRADOURO
DADOS		
OFICIAL/IMAGEM		PLACAS
DADOS BIOGRÁFICOS:		
FONTES:		

Fonte: Faria (2017, p.89).

No quadro 6, apresenta-se o modelo de ficha elaborado por Ferreira (2019), que também se divide em duas partes. A primeira delas traz informações referentes ao logradouro, na qual constam os seguintes elementos: localização; legislação; imagem do mapa; foto da placa; foto do logradouro. Na segunda parte da ficha, são apresentadas informações relacionadas ao topônimo em análise, explicitando-se a taxionomia e a informação biográfica. Por último, são apresentadas as fontes de pesquisa.

Quadro 6 - Ficha toponímica elaborada por Ferreira (2019)

<b>LOGRADOURO</b>		
Localização:	Legislação:	
IMAGEM DO MAPA	FOTO DA PLACA	FOTO DO LOGRADOURO
<b>TOPÔNIMO</b>		
Taxionomia:		
Informação biográfica:		
Fontes de pesquisa:		

Fonte: Ferreira (2019, p.84).

A partir desses modelos de ficha, foi feita uma adaptação para esta pesquisa em vista dos objetivos aqui propostos e da natureza dos dados em análise. A ficha adaptada passou a contar com dezesseis campos, sendo eles: código do município, coordenadas geográficas, localização, instrumento de proteção, legislação de salvaguarda, imagem do mapa, foto do lugar, topônimo, elemento geográfico – (EG), taxionomia, origem semântica, informações contextuais, fonte, pesquisador, nome da revisora e data da coleta dos dados.

Quadro 7 - Ficha toponímica utilizada na pesquisa

<b>INFORMAÇÕES SOBRE O BEM PATRIMONIAL</b>			
Código do município:		Coordenadas geográficas:	
Localização:			
Instrumento de proteção:			
Legislação de salvaguarda:			
<b>TOPÔNIMO</b>			

EG:		Taxionomia:
Origem semântica:		
Informações contextuais:		
Fontes:		
Pesquisador:		
Revisor:		
Data de coleta:		

Fonte: Elaboração própria (2022).

A ficha acima apresentada foi dividida em duas partes. Na primeira delas, são apresentadas informações geográficas e de base legal acerca do processo de patrimonialização ou de inventariamento do lugar, sendo composta pelos seguintes campos:

- *código do município*, em que se indica a sequência numérica composta por sete dígitos estabelecida pelo IBGE para identificação dos municípios brasileiros, na qual os dois primeiros números se referem ao código da Unidade da Federação;
- *coordenadas geográficas*, onde se apresentam as coordenadas referentes à localização de acesso de cada um dos bens patrimoniais que compõem o corpus da pesquisa;
- *localização*, campo onde foi exposto o endereço do bem patrimonial;
- *instrumento de proteção*, em que se aponta o instrumento utilizado para salvaguarda do bem;
- *legislação de salvaguarda*, em que se especifica o expediente jurídico que dispõe sobre o tombamento ou inventariamento do bem patrimonial, bem como sua esfera de proteção, isto é, especifica-se se o bem é salvaguardado por legislação estadual ou municipal;
- *imagem do mapa*, campo no qual se apresenta um recorte de como o lugar está representado no mapa de base digital e;
- *foto do lugar*, em que se apresenta uma imagem do lugar.

Na segunda parte da ficha, são apresentadas informações relacionadas ao topônimo especificamente, de maneira que os seguintes campos são apresentados:

- *topônimo*, local em que foi apresentada a denominação do lugar, elemento ou termo específico, isto é, o topônimo propriamente dito segundo Dick (1992, p. 10), seguido do campo abreviado como *EG* que informa o elemento geográfico em questão;
- *taxionomia* se refere à taxa toponímica a que se relaciona o topônimo, conforme a taxionomia proposta por Dick (1990) e Faria (2018);

- *origem semântica*, discorreu-se sobre a origem do nome. Importa esclarecer que não se trata um estudo puramente etimológico, trata-se, sobretudo, da investigação acerca da origem do nome, dado que se revela a partir dos documentos;
- *informações contextuais*, foram apresentados alguns dados tomados como relevantes sobre os locais, entre eles: caracterização, informações sobre o processo de criação e sobre a razão da escolha do nome quando explicitado em alguma fonte e horários de funcionamento;
- *fontes*, foram explicitados os dados que deram suporte à análise dos dados;

Nos três últimos campos, foram citados os nomes da *pesquisadora* e da *revisora* e a *data de coleta* dos dados.

## 4.6 Técnicas de pesquisa

### 4.6.1 Pesquisa Bibliográfica

A realização de um estudo científico pressupõe um denso levantamento bibliográfico, pois se trata de trazer para a discussão pontos de vista de diversos autores sobre o tema em estudo, em uma tentativa de lançar um novo lume ao analisar esse assunto sob outro prisma. Minayo (2002) destaca a importância do aprofundamento nas obras dos diferentes autores que trabalham com temas que se alinham ao interesse de investigação do pesquisador. Para ela

A busca de compreensão do campo científico que nos é pertinente, já trilhado por antecessores e contemporâneos, nos alça a membros de sua comunidade e nos faz ombrear, lado a lado com eles, as questões fundamentais existentes na atualidade, sobre nossa área de investigação. Ou seja, a teoria não é só o domínio do que vem antes para fundamentar nossos caminhos, mas é também um artefato nosso como investigadores, quando concluímos, ainda que provisoriamente, o desafio de uma pesquisa. (MINAYO, 2002, p. 20).

Para a fundamentação teórica deste estudo, foram feitas leituras relacionadas principalmente às seguintes dimensões: Lexicologia, Onomástica, Toponomástica, Antroponímia, Geografia Humanista, Interdisciplinaridade, Pedagogia dos Multiletramentos e Inovação Pedagógica. Essas dimensões não foram exclusivas, tendo em vista que outras complementaram as considerações tecidas ao longo do estudo. Apenas foram indicados, aqui, os principais vieses da pesquisa. Por conseguinte, por meio das teorias e conceitos desenvolvidos pelos autores consultados, foram organizadas as informações e elaborados os apontamentos deste estudo.

#### 4.6.2 Análise Documental

Análise documental é, conforme expressam Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 5), “[...] um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos”. Como o próprio nome indica, os documentos são sua principal fonte de geração de dados, sejam eles escritos ou não, os quais constituem aquilo a que se denomina de fontes primárias. Primárias pelo fato de ainda não terem recebido um tratamento analítico, constituindo-se como “matérias-primas” (SEVERINO, 2013, p. 106).

Neste estudo, foi necessária a análise de alguns documentos para que fosse possível alcançar os objetivos pretendidos. Para a efetivação dessa análise, seguiu-se o caminho apresentado por Cellard (2012). Na esteira desse percurso, o primeiro passo foi o levantamento e a análise preliminar de documentos que dispusessem sobre o processo de criação e de tombamento dos bens patrimoniais cujos nomes formaram o corpus desta pesquisa. É importante assinalar que se tomou o cuidado de compor o rol de documentos da pesquisa com fontes confiáveis, com o fito de assegurar a qualidade da informação transmitida. Dessa forma, a seleção e a coleta dos documentos foram feitas no banco de leis dos sites da Prefeitura Municipal de Palmas<sup>53</sup> e da Assembleia Legislativa do Tocantins<sup>54</sup>, compostos por arquivos públicos de natureza oficial e de confiabilidade quanto aos elementos textuais apresentados.

A busca desses documentos foi feita da seguinte forma: nos sites mencionados, localizou-se o banco de legislações e, neste, procedeu-se à pesquisa dentre aqueles documentos disponíveis. A figura 19 ilustra o sistema de busca de leis do município de Palmas.

Figura 19 - Sistema de busca de leis do site da Prefeitura de Palmas

O sistema de busca de leis do site da Prefeitura de Palmas apresenta uma interface com o seguinte conteúdo:

**Banco de Leis**

Município de Palmas - TO

VOLTAR AO SITE DA PREFEITURA | ÓRGÃOS E SECRETARIAS | TELEFONES ÚTEIS

INÍCIO | CONHEÇA PALMAS | PORTAL DA TRANSPARÊNCIA | OUVIDORIA

**PESQUISA LEI**

Texto (circulado em vermelho) Número

SELECIONE UMA OPÇÃO ACIMA

Pesquisar

**SISTEMA DE BUSCA LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE PALMAS**

Sugestões de busca. Exemplos:

Lei

Pelo número: 106

Pelo texto: Informe um texto/palavra da Lei

Decreto (o número foi padronizado. Ex.: 001/2005, 016/2005 - número/ano)

Pelo número: Digite somente o número 016 ou o número/ano 016/2005

Pelo texto: Informe um texto/palavra do Decreto

**ÚLTIMAS LEIS**

DECRETO Nº 2.258 DE 26/08/2022 - DATA DE PUBLICAÇÃO 26/08/2022

Altera a Lei nº 2.238 de 26 de agosto de 2022.

DECRETO Nº 2.248 DE 26/08/2022 - DATA DE PUBLICAÇÃO 26/08/2022

Revoga o Decreto nº 1.810, de 10 de junho de 2022.

DECRETO Nº 2.248 DE 26/08/2022 - DATA DE PUBLICAÇÃO 26/08/2022

Altera o Decreto nº 2.238, de 9 de agosto de 2022.

DECRETO Nº 2.247 DE 26/08/2022 - DATA DE PUBLICAÇÃO 26/08/2022

Altera os Decretos nos 1.200 e 1.208, ambos de 08 de 2022.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.755 DE 23/08/2022 - DATA DE PUBLICAÇÃO 23/08/2022

Constitui o Tropa de Esportes Olímpicos de Palmas do Brasil.

Fonte: Print de tela do site da Prefeitura de Palmas (2022).

<sup>53</sup> Para mais informações, acessar: <https://legislativo.palmas.to.gov.br/>.

<sup>54</sup> Para mais informações, acessar: <https://www.al.to.leg.br/legislacaoEstadual?pagPaginaAtual=141>.

O campo “texto”, na figura 19 intencionalmente destacado, foi selecionado para pesquisa, uma vez que não era sabido o número das leis e decretos que versavam sobre o objeto de interesse deste estudo. Em seguida, foi feita a inserção das palavras-chave “tombamento provisório” e “tombamento definitivo” no campo de busca, tendo em vista que essas lexias contemplavam a essência do teor dos documentos que se buscava. Os resultados relacionados à pesquisa foram então apresentados e consultados um a um, mediante o uso da funcionalidade do sistema que permite o acesso ao texto de lei original, bem como o seu download. As figuras 20 e 21 ilustram a pesquisa e os resultados equivalentes às palavras-chave definidas.

Figura 20 - Pesquisa no banco de leis por palavra-chave

The screenshot shows the 'Banco de Leis' interface for the Municipality of Palmas - TO. The search bar contains 'tombamento provisório'. The search results table is as follows:

Tipo Lei	Numero	Data Lei	Resumo
Lei Complementar	06	10/06/1999	Dispõe sobre o Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Município de Palmas e Revoga a Lei n.º 451, de 23 de novembro de 1993 e dá outras providências.
Lei Ordinária	451	23/11/1993	Dispõe sobre o Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Município de Palmas e dá outras providências.

Additional information: 'Este(a) lei complementar altera o(a) lei ordinária nº 451 de 23/11/1993' and 'Este(a) lei ordinária é revogada pelo(a) lei complementar nº 06 de 10/06/1999'.

Fonte: Print de tela do site da Prefeitura de Palmas (2022).

Figura 21 - Pesquisa no banco de leis por palavra-chave

The screenshot shows the 'Banco de Leis' interface for the Municipality of Palmas - TO. The search bar contains 'tombamento definitivo'. The search results table is as follows:

Tipo Lei	Numero	Data Lei	Resumo
Decreto	067/2005	16/03/2005 - DATA DE PUBLICAÇÃO 16/03/2005	Dispõe sobre o tombamento definitivo da Casa Suprapara, localizada no Parque Cesamar.
Lei Ordinária	451	23/11/1993	Dispõe sobre o Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Município de Palmas e dá outras providências.

Additional information: 'Este(a) lei ordinária é revogada pelo(a) lei complementar nº 06 de 10/06/1999'.

Fonte: Print de tela do site da Prefeitura de Palmas (2022).

Semelhante procedimento foi adotado no site da Assembleia Legislativa do Tocantins. Apresentou-se apenas a pesquisa feita no site da Prefeitura de Palmas como ilustração do

método utilizado. Concluída essa etapa, obteve-se como resultado da busca e constituintes do corpo documental os seguintes dispositivos oficiais, já mencionados no item 4.4, os quais contemplam todos os bens patrimoniais materiais da cidade de Palmas, tendo em vista que alguns desses expedientes dispõem sobre mais de um bem municipal.

- DECRETO Nº 67, de 16 de março de 2005, que dispõe sobre o tombamento definitivo da Casa Suçupara, localizada no Parque Cesamar;
- LEI Nº 431, de 28 de julho de 1992, que dispõe sobre o tombamento dos prédios que especifica;
- DECRETO Nº 230, de 15 de setembro de 2011, que dispõe sobre o tombamento de bem municipal, da criação do Museu Casa Vitor no Distrito de Taquaruçu, e dá outras providências.
- DECRETO Nº 22, de 29 de fevereiro de 2000, que dispõe sobre o tombamento provisório de bens municipais e dá outras providências.

Constituído o rol documental, procedeu-se à análise propriamente dita dos expedientes oficiais, realizando a busca por informações referentes ao processo de tombamento dos lugares patrimoniais, verificando a data em que ocorreu o tombamento, a natureza do instrumento de proteção, se provisória ou definitiva, bem como analisando se o documento trazia informações acerca da justificativa para o tombamento do lugar e pistas sobre o porquê da escolha de sua denominação. É necessário destacar que nenhum desses documentos apresenta qualquer informação sobre a origem do nome dos lugares considerados no corpus desta pesquisa, de forma que os esclarecimentos necessários sobre as denominações tiveram que ser buscados em outras fontes, como descrito no próximo item.

#### 4.6.3 Pesquisa de Campo

Uma das técnicas de pesquisa utilizada neste estudo foi a pesquisa de campo. Santos (2004, p. 27) afirma que pesquisa de campo é aquela que recolhe os dados *in natura* visando conseguir informações ou conhecimentos acerca do problema para o qual se procura uma resposta. No que concerne a esta pesquisa, tratou-se de uma pesquisa de campo de cunho exploratório-descritivo, pois se pretendeu, por meio de investigações empíricas, levantar dados sobre o objeto de interesse para posteriormente proceder à análise e interpretação desses dados à luz das teorias que referendaram este estudo para compreender e explicar o objeto pesquisado.

Com o intuito de conhecer a motivação dos topônimos que denominam o patrimônio cultural material da cidade de Palmas - TO, foram feitas visitas à Casa da Cultura de Palmas com vistas à consulta do acervo patrimonial relacionado à história da cidade disponibilizado nesse local. Nesse lugar, mediante contato com seus colaboradores, buscaram-se informações sobre a composição do rol dos documentos oficiais feita anteriormente via consulta nos sites da Prefeitura Municipal de Palmas e da Assembleia Legislativa do Tocantins, com o intuito de checar se a busca empreendida estava completa e se nenhum documento havia sido negligenciado. Nessa etapa, conclui-se que a pesquisa realizada nos sites mencionados havia sido exitosa, compreendendo a legislação de interesse para o estudo.

Figura 22 - Pesquisa de campo na Casa da Cultura



Fonte: Acervo da autora (2022).

Ressalta-se que todos os bens patrimoniais que compõem o corpus da pesquisa foram visitados in loco, visando à constituição do material utilizado neste estudo. Destaca-se que, além dos arquivos públicos disponíveis para consulta na Casa da Cultura, em alguns dos bens patrimoniais, como o Museu Palacinho, o Museu Casa Vitor e a Escola Irmã Aspázia, conta-se com outros materiais que esclarecem a importância histórica e cultural desses lugares para comunidade e a origem de suas denominações, como folders e banners.

Durante as visitas realizadas, foram feitas fotografias autorais da maior parte desses bens patrimoniais, as quais são apresentadas tanto no capítulo que trata da descrição dos dados quanto naquele em que é feita a análise deles<sup>55</sup>. Ademais, foi feita a coleta das coordenadas

---

<sup>55</sup> Uma exceção foi o bem patrimonial Assembleinha. Tendo em vista que o lugar em questão foi atingido por incêndios nos anos de 2017 e de 2020, atualmente, só restam ruínas do antigo prédio histórico. Houve duas tentativas de visitação, porém nenhuma delas logrou êxito em razão dos percalços encontrados no trajeto, uma vez que o acesso ao lugar é impossibilitado pela grande quantidade de vegetação e de lixo depositado no seu entorno. Por essa razão, a imagem apresentada na ficha toponímica foi obtida no site da Assembleia Legislativa do Estado

geográficas referentes a cada um desses lugares por intermédio do aplicativo *Google Maps* em um aparelho telefônico. Isso foi possível pelo fato de a área de estudo possuir cobertura de internet. Vale ressaltar que, caso não houvesse acesso à internet, teria sido necessário fazer o download do mapa da região para acesso off-line. Com a viabilidade do acesso à internet, procedeu-se da seguinte maneira: ao chegar a um determinado bem patrimonial, o aplicativo em questão era aberto e, nele, navegava-se até o lugar pretendido, quando este já estava previamente apontado no mapa, ou era feita a busca a partir da funcionalidade “Pesquise aqui”, que se encontra na parte superior do app, digitando o endereço ou o nome do lugar desejado. Após a exibição do ponto no mapa, bastava manter pressionado o dedo sobre a localização para exibição de informações concernentes àquele lugar, incluindo as coordenadas geográficas.

Ressalta-se que o bem patrimonial Casa da Cultura Professora Maria dos Reis, localizada no distrito de Taquaruçu, ainda não estava assinalado no Google Maps, de forma que foi feita a inclusão dele nesse aplicativo<sup>56</sup>, conforme ilustra a figura 23.

---

do Tocantins, e mostra o lugar quando este ainda estava em boas condições. A imagem em questão encontra-se disponível em: <https://al.to.leg.br/noticia/10029/area-do-primeiro-predio-da-aleta-sediara-museu-radio-e-tv-assembleia>. (Acesso em 22 de março de 2022). No capítulo das análises, são apresentadas imagens mais atuais, as quais foram disponibilizadas em sites de notícias e por pessoas que, tempos atrás, conseguiram ter acesso ao lugar. Tomou-se o cuidado de dar os devidos créditos aos autores das imagens.

<sup>56</sup> Esse procedimento é feito da seguinte forma: ao chegar precisamente ao lugar que se deseja incluir no Maps, é feita a localização do endereço dele no aplicativo e, em seguida, toca-se na tela e deve-se manter pressionado o dedo sobre a localização. Feito esse procedimento, um ícone é inserido no local e, ao clicar no ícone em questão, é possível inserir informações, as quais são enviadas para uma análise que precede a sua inclusão no Google Maps.

Figura 23 - Inserção de ponto no Google Maps



Fonte: Google Maps (2022).

Atualmente, todos os bens patrimoniais podem ser localizados facilmente no aplicativo em tela.

## 5 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DO CORPUS

*A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para libertação e não para servidão dos homens. (LE GOFF, 1990, p. 477.)*

Neste capítulo, serão apresentadas a catalogação e a descrição dos topônimos, os quais foram sistematizados por meio de sete fichas lexicográfico-toponímicas mediante os critérios descritos anteriormente na subseção 4.5. Ademais, procede-se à análise e à interpretação dos dados que compõem o corpus desta pesquisa.

### 5.1 Fichas lexicográfico-toponímicas dos bens patrimoniais da cidade de Palmas - TO

A seguir, são apresentadas as fichas lexicográfico-toponímicas referentes aos nomes dos lugares que compõem o patrimônio cultural material da cidade de Palmas - TO.

Quadro 8 - Ficha lexicográfico-toponímica do bem patrimonial prédio da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins (Assembleinha)

<b>INFORMAÇÕES SOBRE O BEM PATRIMONIAL PRÉDIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS – (ASSEMBLEINHA)</b>			
Código do município:	<a href="#">1721000</a>	Coordenadas geográficas:	-10.164177650047344, -48.30562380083926
Localização:	Q. 512 Norte Avenida NS 10, 2-404 - Plano Diretor Norte, Palmas – TO.		
Instrumento de proteção:	Tombamento definitivo		
Legislação de salvaguarda:	Lei Estadual nº 431 de 28 de julho de 1992.		
IMAGEM DO MAPA		FOTO DO LUGAR	
Figura 24 - Localização da 1ª sede da Assembleia Legislativa do Tocantins no mapa 		Figura 25 - Prédio da Antiga Assembleia Legislativa do Tocantins (Assembleinha) 	
Fonte: Google Maps (2022).		Fonte: Sítio da Assembleia legislativa do Estado do Tocantins. (S/D)	

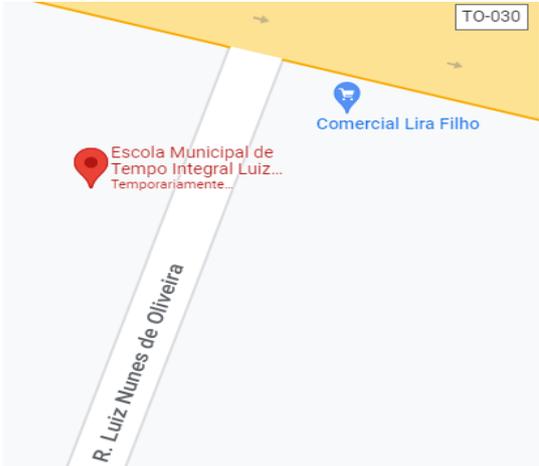
<b>TOPÔNIMO</b> Assembleinha	
EG:	Prédio      Taxionomia: Sociotopônimo
Origem semântica:	O topônimo “Assembleinha” foi motivado pelo fato de o lugar ter servido como sede provisória da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins durante cinco anos, até o momento de inauguração da sede definitiva do Poder Legislativo na praça dos Girassóis no ano de 1995. Supõe-se que emprego do diminutivo nesse caso, além de uma referência afetiva ao lugar, também pode se referir à menor grandeza arquitetônica do antigo prédio em relação ao que atualmente abriga a Assembleia Legislativa do Tocantins.
Informações contextuais:	No Prédio da Antiga Assembleia foi realizada a primeira sessão para instalação da capital do Tocantins. Atualmente, encontra-se fechado por tempo indeterminado.
Fontes:	<p><b>ANTIGA SEDE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO TO ESTÁ CERCADA POR LIXO E MATO.</b> Disponível em: <a href="https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2017/03/antiga-sede-da-assembleia-legislativa-do-esta-cercada-por-lixo-e-mato.html">https://g1.globo.com/to/tocantins/noticia/2017/03/antiga-sede-da-assembleia-legislativa-do-esta-cercada-por-lixo-e-mato.html</a>. Acesso em 26 de abril de 2022.</p> <p><b>ÁREA DO PRIMEIRO PRÉDIO DA ALETO SEDIARÁ MUSEU, RÁDIO E TV ASSEMBLEIA.</b> Disponível em: <a href="https://al.to.leg.br/noticia/10029/area-do-primeiro-predio-da-aleto-sediara-museu-radio-e-tv-assembleia">https://al.to.leg.br/noticia/10029/area-do-primeiro-predio-da-aleto-sediara-museu-radio-e-tv-assembleia</a>. Acesso em 26 de abril de 2022.</p> <p><b>ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO TOCANTINS HISTÓRIA DA ASSEMBLEIA.</b> TV AL. Youtube. <a href="https://www.youtube.com/watch?v=QZIsqsACIQY">https://www.youtube.com/watch?v=QZIsqsACIQY</a>. Acesso em 26 de abril de 2022.</p> <p>CUNHA, A. G. da. <b>Dicionário etimológico da língua portuguesa.</b> 4 ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.</p> <p>CUNHA, C.; CINTRA, L.F.L. <b>Nova gramática do português contemporâneo.</b> Rio de Janeiro: Lexicon, 2008.</p> <p>MACHADO, A.F.S. et al. <b>Patrimônio Cultural de Palmas.</b> Prefeitura Municipal de Palmas, 2015.</p> <p><b>O POVO NA TV: PRÉDIO DA ANTIGA ASSEMBLEIA CONTINUA ABANDONADO.</b> TV Norte Tocantins. Youtube. Disponível em: <a href="https://www.youtube.com/watch?v=j79TcIehLaQ">https://www.youtube.com/watch?v=j79TcIehLaQ</a>. Acesso em: 26 de abril de 2022.</p> <p>TOCANTINS. <b>Lei N° 431, de 28 de julho de 1992.</b> Dispõe sobre o tombamento dos prédios que especifica. Palmas, Tocantins, 2009.</p>
Pesquisadora:	Carla Bastiani
Revisora:	Karylleila dos Santos Andrade
Data de coleta:	4 de março de 2022

Quadro 9 - Ficha lexicográfico-toponímica do bem patrimonial Casa da Cultura Professora Maria dos Reis

<b>INFORMAÇÕES SOBRE O BEM PATRIMONIAL CASA DA CULTURA PROFESSORA MARIA DOS REIS</b>			
Código do município:	<a href="#">1721000</a>	Coordenadas geográficas:	-10.314309494211939, -48.1594801411707
Localização:	TO-030, 2 - Taquaruçu, Palmas – TO		
Instrumento de proteção:	Tombamento provisório		
Legislação de salvaguarda:	Decreto Municipal Nº 22, de 29 de fevereiro 2000.		
IMAGEM DO MAPA		FOTO DO LUGAR	
<p>Figura 26 - Localização da Casa da Cultura Prof. Maria dos Reis no mapa</p>  <p>Fonte: Google Maps (2022).</p>		<p>Figura 27 - Casa da Cultura Professora Maria dos Reis</p>  <p>Fonte: Acervo da autora (2022).</p>	
<b>TOPÔNIMO</b>			
Professora Maria dos Reis			
EG:	Casa	Taxionomia: Antropo-axiotopônimo	
Origem semântica:	O nome da Casa da Cultura faz uma homenagem à professora Maria dos Reis, uma das pioneiras da educação no distrito de Taquaruçu.		
Informações contextuais:	<p>Localizada na Praça Central Joaquim Maracaípe, a Casa da Cultura Professora Maria dos Reis é um lugar que se destaca pela importância para sociedade local pelo fato de servir como um polo cultural, promovendo a formação, a expressão e o lazer para crianças, jovens e adultos, possibilitando ao seu público acesso a manifestações artísticas variadas. Atualmente, as seguintes atividades são desenvolvidas na Casa da Cultura: aulas de balé, aulas de contrabaixo, teatro infantil e adulto e pintura.</p> <p>Horários de funcionamento: A casa é aberta de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 18:00 h, mas as atividades artísticas, nesse momento, se realizam apenas de segunda a quinta-feira em horário comercial.</p>		

Fontes:	<p>CUNHA, A. G. da. <b>Dicionário etimológico da língua portuguesa</b>. 4 ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.</p> <p>GUÉRIOS, R.F.M. <b>Nomes e sobrenomes: tudo o que você gostaria de saber e não lhe contaram – dicionário etimológico</b>. 5 ed. São Paulo: AM Edições, 2004.</p> <p>MACHADO, A.F.S. et al. <b>Patrimônio Cultural de Palmas</b>. Prefeitura Municipal de Palmas, 2015.</p> <p>PALMAS. <b>Decreto N° 22, de 29 de fevereiro de 2000</b>. Dispõe sobre o tombamento provisório de bens municipais e dá outras providências. Palmas - TO, 2000.</p>
Pesquisadora:	Carla Bastiani
Revisora:	Karylleila dos Santos Andrade
Data de coleta:	4 de março de 2022.

Quadro 10 – Quadro Ficha lexicográfica – toponímica do bem patrimonial Escola Municipal Irmã Aspázia

<b>INFORMAÇÕES SOBRE O BEM PATRIMONIAL ESCOLA MUNICIPAL IRMÃ ASPÁZIA</b>		
Código do município:	<a href="#">1721000</a>	Coordenadas geográficas: -10.25199338139085, -47.88816027397049
Localização:	Rua Luiz Nunes de Oliveira, S/N QD. 17, LT. 01. Buritirana, 77090-040.	
Instrumento de proteção:	Tombamento provisório	
Legislação de salvaguarda:	Decreto Municipal N° 22, de 29 de fevereiro 2000.	
IMAGEM DO MAPA		FOTO DO LUGAR
<p>Figura 28 - Localização da Escola Municipal Irmã Aspázia no mapa</p>  <p>Fonte: Google Maps (2022).</p>		<p>Figura 29 - Escola Municipal Irmã Aspázia</p>  <p>Fonte: Acervo da autora (2022).</p>
<b>TOPÔNIMO</b>		
Irmã Aspázia		
EG:	Escola	Taxionomia: Antropo-axiotopônimo
Origem semântica:	O topônimo “Irmã Aspázia” presta uma homenagem a uma religiosa dominicana francesa que se devotou à causa cultural dos jovens de sua época na região de Porto Nacional - TO.	
Informações contextuais:	A escola se localiza no distrito de Buritirana e foi construída no ano de 1963. Sua construção é de adobe, coberta de telhas coloniais, piso em cimento e com portas e janelas de madeiras. Além de escola, suas dependências eram usadas para a realização de eventos culturais, missas, cultos e festejos populares até 1990, quando Buritirana passou à condição de distrito de Palmas. Nesse mesmo ano, a unidade educacional passou a se chamar Escola Municipal Luiz Nunes de Oliveira, tornando-se uma escola de tempo integral em 2008. A partir da década de 1990, foram construídas várias salas de aulas e outros equipamentos em torno do prédio, mas mantendo o imóvel com suas características originais e preservado. Devido à sua importância histórica e simbólica, a Prefeitura Municipal de Palmas efetivou seu tombamento provisório através do decreto nº 22 de 29 de	

	fevereiro de 2000. Em 2015, passou a funcionar em suas dependências o Memorial Professor Luiz Nunes.” (MACHADO et al, 2015, p.21).
Fontes:	<p>CUNHA, A. G. da. <b>Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa</b>. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.</p> <p>GUÉRIOS, R.F.M. <b>Nomes e sobrenomes: tudo o que você gostaria de saber e não lhe contaram – dicionário etimológico</b>. 5 ed. São Paulo: AM Edições, 2004.</p> <p><b>LUIZ NUNES – UM EDUCADOR INESQUECÍVEL</b>. Direção de Antônio Souza. Palmas: Fundação Cultural, 2021. Disponível em: <a href="https://www.youtube.com/watch?v=OX19Z8y8OW8">https://www.youtube.com/watch?v=OX19Z8y8OW8</a>. Acesso em 26 de abril de 2022.</p> <p>MACHADO, A.F.S. et al. <b>Patrimônio Cultural de Palmas</b>. Prefeitura Municipal de Palmas, 2015.</p> <p>PALMAS. <b>Decreto Nº 22, de 29 de fevereiro de 2000</b>. Dispõe sobre o tombamento provisório de bens municipais e dá outras providências. Palmas - TO, 2000.</p>
Pesquisadora:	Carla Bastiani
Revisora:	Karylleila dos Santos Andrade

Quadro 11 - Ficha lexicográfico-toponímica do bem patrimonial Casa Suçuapara

INFORMAÇÕES SOBRE O BEM PATRIMONIAL MUSEU CASA SUÇUAPARA		
Código do município:	<a href="#">1721000</a>	Coordenadas geográficas: -10.21963303198918, -48.324363943904224
Localização:	Parque Cesamar - Área Verde 308 Sul, Av. NS 4, s/n - Plano Diretor Sul, Palmas - TO, 77021-638.	
Instrumento de proteção:	Tombamento definitivo	
Legislação de salvaguarda:	Decreto Municipal nº 67, de 16 de março de 2005.	
IMAGEM DO MAPA		FOTO DO LUGAR
Figura 30 - Localização do Museu Casa Suçuapara no mapa  <p>Fonte: Google Maps (2022).</p>		Figura 31 - Museu Casa Suçuapara  <p>Fonte: Acervo da autora (2022).</p>
TOPÔNIMO		
Casa Suçuapara		
EG:	Museu	Taxionomia: Zootopônimo
Origem semântica:	É importante destacar que não há clareza acerca da motivação do topônimo “Suçuapara”. A partir das fontes consultadas, uma das explicações possíveis para a escolha desse nome pode estar vinculada a uma referência a um córrego existente nessa região chamado de Córrego Suçuapara, mas não há disponível nenhum material que comprove essa hipótese.	
Informações contextuais:	<p>“O Museu que se convencionou chamar de <i>Casa Suçuapara</i> foi sede da Fazenda Triângulo, uma das fazendas situadas na área que foi delimitada para a implantação da Capital do Estado do Tocantins, mais especificamente dentro do espaço físico definido para a implantação do Plano Urbanístico. Após a desapropriação de todas as fazendas, essa casa foi a única que permaneceu erguida para servir de palco de decisões governamentais no início da construção de Palmas. O imóvel abrigou, provisoriamente, a Prefeitura de Palmas, a Câmara Municipal de Palmas e, posteriormente, foi ocupada pela LBA – Legião Brasileira de Assistência, a sede da Administração do Parque Cesamar e funcionou também um restaurante de comidas típicas da região”. (MACHADO et al, 2015, p.18).</p> <p>Atualmente, nesse lugar, funciona o Museu Casa Suçuapara. Anexo ao museu, há a Casa da Cultura Parque Cesamar, em se se abrigam a</p>	

	<p>Gerência de Patrimônio Cultural, que faz parte da Fundação Cultural de Palmas, e a Academia Palmense de Letras.</p> <p>Na Casa da Cultura, preserva-se e administra-se o acervo patrimonial da cidade, incluindo registros históricos em imagens relativos aos momentos iniciais da fundação e do desenvolvimento da capital Palmas.</p> <p>Horários de funcionamento:</p> <p>segunda-feira 13:00–19:00  terça-feira 13:00–19:00  quarta-feira 13:00–19:00  quinta-feira 13:00–19:00  sexta-feira 13:00–19:00  Sábado 13:00–19:00</p>
Fontes:	<p>CUNHA, A. G. da. <b>Dicionário etimológico da língua portuguesa</b>. 4 ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.</p> <p>PALMAS. <b>Decreto nº 67, de 16 de março de 2005</b>. Dispõe sobre o tombamento definitivo da Casa Suçuapara, localizada no Parque Cesamar. Palmas - Tocantins, 2005.</p> <p>MACHADO, A.F.S. et al. <b>Patrimônio Cultural de Palmas</b>. Prefeitura Municipal de Palmas, 2015.</p> <p>SAMPAIO, T. <b>O Tupi na Geografia Nacional</b>. São Paulo: Editora Nacional, 1987.</p> <p><b>VISITA AO PARQUE CESAMAR EM PALMAS (TO)</b>. Áreas Verdes das Cidades. Youtube. Disponível em:<a href="https://www.youtube.com/watch?v=rpMgvBfSnYo">https://www.youtube.com/watch?v=rpMgvBfSnYo</a>. Acesso em 22 de abril de 2022.</p>
Pesquisadora:	Carla Bastiani
Revisora:	Karylleila dos Santos Andrade
Data de coleta:	4 de março de 2022.

Quadro 12 - Ficha lexicográfico-toponímica do bem patrimonial Museu Casa Vitor

<b>INFORMAÇÕES SOBRE O BEM PATRIMONIAL MUSEU CASA VITOR</b>			
Código do município:	<a href="#">1721000</a>	Coordenadas geográficas:	-10.316361517361843, -48.160427640961665
Localização:	R. 25 A, 104 - Taquaruçu, Palmas - TO		
Instrumento de proteção:	Tombamento provisório		
Legislação de salvaguarda:	Decreto Municipal Nº 230, de 15 de setembro de 2011.		
<b>IMAGEM DO MAPA</b>		<b>FOTO DO LUGAR</b>	
Figura 32 - Localização do Museu Casa Vitor no mapa 		Figura 33 - Museu Casa Vitor 	
Fonte: Google Maps (2022).		Fonte: Acervo da autora (2022).	
<b>TOPÔNIMO</b>			
Casa Vitor			
EG:	Museu	Taxionomia: Antropotopônimo	
Origem Semântica:	De acordo com memorial desse bem, elaborado pela Secretaria da Fundação Cultural de Palmas, o topônimo Casa Vitor homenageia o construtor da casa, o Sr. Vitor Pereira Brito, imigrante de Pastos Bons/MA, o qual, em 1959, imprimiu na construção de sua residência o estilo arquitetônico do Norte de Goiás. Tal estilo, que remete à década de 50, utilizava como materiais o adobe e a telha colonial, feitos artesanalmente. Nesse contexto, a casa do Sr. Vitor Pereira Brito foi a primeira casa em Taquaruçu a utilizar em sua edificação tais materiais, de maneira que o lugar carrega a memória cultural material e imaterial dos seus pioneiros.		
Informações contextuais:	A Casa Vitor, localizada no distrito de Taquaruçu, é um bem patrimonial de considerável valor histórico. Por essa razão, foi provisoriamente tombado em 2011, mediante o decreto no 230, de 15 de setembro de 2011 da Prefeitura Municipal de Palmas, por meio do qual foi criado o Museu Casa Vitor, cuja estrutura encontra-se vinculada à Fundação Cultural de Palmas.		
Fontes:	<b>CASA VITOR É TOMBADA COMO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE PALMAS.</b> Conexão Tocantins. Disponível em: <a href="https://conexaoto.com.br/2011/09/17/casa-">https://conexaoto.com.br/2011/09/17/casa-</a>		

	<p><a href="#">vitor-e-tombada-como-patrimonio-historico-de-palmas.</a>  Acesso em 26 de abril de 2022.  CUNHA, A. G. da. <b>Dicionário etimológico da língua portuguesa.</b> 4 ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.  GUÉRIOS, R.F.M. <b>Nomes e sobrenomes:</b> tudo o que você gostaria de saber e não lhe contaram – dicionário etimológico. 5 ed. São Paulo: AM Edições, 2004.  HISTÓRICO. <b>Casa Vitor.</b> Disponível em: Arquivo da Gerência de Patrimônio Cultural/Fundação Cultural de Palmas, 2021.  HOUAISS, A.; VILLAR, M.S. <b>Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa.</b> São Paulo: Moderna, 2019.  MACHADO, A.F.S. et al. <b>Patrimônio Cultural de Palmas.</b> Prefeitura Municipal de Palmas, 2015.  PALMAS. <b>Decreto N° 230, de 15 de setembro de 2011.</b> Dispõe sobre o tombamento de bem municipal, da criação do Museu Casa Vitor no Distrito de Taquaruçu, e dá outras providências. Palmas - TO, 2011.</p>
Pesquisadora:	Carla Bastiani
Revisora:	Karylleila dos Santos Andrade
Data de coleta:	21 de março de 2022.

Quadro 13 - Ficha lexicográfico-toponímica do bem patrimonial Museu Histórico do Tocantins (Palacinho)<sup>57</sup>

<b>INFORMAÇÕES SOBRE O BEM PATRIMONIAL MUSEU HISTÓRICO DO TOCANTINS (PALACINHO)</b>			
Código do município:	<a href="#">1721000</a>	Coordenadas geográficas:	-10.179101440909314, -48.30531312519965
Localização:	Av. NS 10 Quadra 112 Norte lote 9, S/N Centro, Palmas - TO, 77006-166.		
Instrumento de proteção:	Tombamento definitivo		
Legislação de salvaguarda:	Lei Estadual n° 431 de 28 de julho de 1992.		
<b>IMAGEM DO MAPA</b>		<b>FOTO DO LUGAR</b>	
Figura 34 - Localização do Museu Histórico do Tocantins (Palacinho) no mapa  <p>Fonte: Google Maps (2022).</p>		Figura 35 - Museu Histórico do Tocantins (Palacinho)  <p>Fonte: Acervo da autora (2022).</p>	
<b>TOPÔNIMO</b>			
Palacinho			
EG:	Museu	Taxionomia: Ecotopônimo	
Origem semântica	<p>Partindo do pressuposto de que a palavra “palácio” traz como matéria semântica a ideia de uma construção grandiosa destinada à moradia humana, especialmente de pessoas com certo grau de importância social, inclusive servindo para nomear as residências oficiais de chefes de estado, o topônimo “Palacinho” tem sua motivação explicada na medida em que o lugar serviu de residência provisória do chefe de estado tocantinense. Supõe-se que emprego do diminutivo nesse caso, além de uma referência afetiva ao lugar, também pode se referir à menor grandeza arquitetônica do antigo palácio em relação ao atual.</p>		
Informações contextuais:	<p>“Foi a primeira sede do governo do Estado do Tocantins em Palmas; construído em estrutura de madeira, em 1989. Em 2002, foi transformado em Museu Histórico do Tocantins, onde possui acervo de vários aspectos da história do Estado.” (MACHADO et al, 2015, p.19).</p>		

<sup>57</sup> Aqui optou-se por fazer a ficha enfocando a toponímia paralela, qual seja: “Palacinho”.

	<p>Horários de funcionamento:</p> <p>terça-feira 08:00–17:00</p> <p>quarta-feira 08:00–17:00</p> <p>quinta-feira 08:00–17:00</p> <p>sexta-feira 08:00–17:00</p> <p>Sábado 08:00–17:00</p> <p>domingo 09:00-16:00</p>
Fontes:	<p>CUNHA, A. G. da. <b>Dicionário etimológico da língua portuguesa</b>. 4 ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.</p> <p>CUNHA, C.; CINTRA, L.F.L. <b>Nova gramática do português contemporâneo</b>. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.</p> <p>DOCUMENTÁRIO PALACINHO   GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS. Governo do Tocantins. Youtube. <a href="https://www.youtube.com/watch?v=Musc23id3Q">https://www.youtube.com/watch?v=Musc23id3Q</a>. Acesso em 26 de abril de 2022.</p> <p>HOUAISS, A.; VILLAR, M.S. <b>Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa</b>. São Paulo: Moderna, 2019.</p> <p>MACHADO, A.F.S. et al. <b>Patrimônio Cultural de Palmas</b>. Prefeitura Municipal de Palmas, 2015.</p> <p>TOCANTINS. <b>Lei Nº 431, de 28 de julho de 1992</b>. Dispõe sobre o tombamento dos prédios que especifica. Palmas, Tocantins, 2009.</p>
Pesquisadora:	Carla Bastiani
Revisora:	Karylleila dos Santos Andrade
Data de coleta:	4 de março de 2022.

Quadro 14 - Ficha lexicográfico-toponímica do bem patrimonial Teatro de Arena

INFORMAÇÕES SOBRE O BEM PATRIMONIAL TEATRO DE ARENA			
Código do município:	<a href="#">1721000</a>	Coordenadas geográficas:	-10.313676933080753, -48.15990717169314
Localização:	TO-030, 2 - Taquaruçu, Palmas - TO		
Instrumento de proteção:	Tombamento provisório		
Legislação de salvaguarda:	Decreto Municipal Nº 22, de 29 de fevereiro 2000.		
IMAGEM DO MAPA		FOTO DO LUGAR	
Figura 36 - Localização do Teatro de Arena no mapa  <p>Fonte: Google Maps (2022).</p>		Figura 37 - Teatro de Arena  <p>Fonte: Acervo da autora (2022).</p>	
TOPÔNIMO			
Arena			
EG:	Teatro	Taxionomia: Sociotopônimo	
Origem semântica:	O topônimo “Arena” é motivado pelas características do lugar, que se assemelha a uma arena.		
Informações contextuais:	Vale destacar que, na toponímia paralela, o lugar é conhecido pela população “Redondo”, nome esse que faz referência à sua forma arquitetônica. Localizado na praça Joaquim Maracaípe, integra, juntamente com a Casa da Cultura Professora Maria dos Reis e entorno, o complexo cultural tombado, de forma provisória, como patrimônio cultural municipal por meio do Decreto nº 22 de 2000.		
Fontes:	CUNHA, A. G. da. <b>Dicionário etimológico da língua portuguesa</b> . 4 ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010. MACHADO, A.F.S. et al. <b>Patrimônio Cultural de Palmas</b> . Prefeitura Municipal de Palmas, 2015. PALMAS. <b>Decreto Nº 22, de 29 de fevereiro de 2000</b> . Dispõe sobre o tombamento provisório de bens municipais e dá outras providências. Palmas - TO, 2000.		
Pesquisadora:	Carla Bastiani		
Revisora:	Karylleila dos Santos Andrade		
Data de coleta:	4 de março de 2022.		

## 5.2 Considerações sobre a classificação taxionômica dos nomes dos bens patrimoniais da cidade de Palmas - TO

Ao se conceber a língua como um fato social que deve ser pensado a partir de sua relação com o contexto, vê-se no léxico um produto social portador de uma carga cultural significativa. No que tange ao léxico relativo aos nomes de lugares, por exemplo, é possível observar que o homem imprime traços de sua cultura e da sua história nos topônimos.

Tomando esse fato como ponto de partida, os lugares que formam o conjunto do patrimônio cultural material da cidade de Palmas podem ilustrar essa dinâmica, pois, nos nomes desses locativos, consubstancia-se parte da história local. Por conseguinte, esses lugares podem ser entendidos como alicerces culturais, constituindo a relação que se estabelece entre indivíduo e tais ambientes um campo fértil para estudo no que se refere ao laço de topofilia, vínculo esse que passa necessariamente pelo nome atribuído ao lugar.

Tendo sido feita a sistematização dos topônimos em fichas, a análise das taxionomias é aqui feita em conformidade com Dick (1990) e Faria (2018). Com relação à natureza das denominações averiguadas no corpus, a nomeação de referência antropocultural se destaca no patrimônio cultural material da cidade Palmas – TO, sendo verificadas quatro taxes: sociotopônimos, antrotopônimos, antropotopônimos e ecotopônimos.

Partindo dessa natureza de classificação, a taxa dos sociotopônimos, topônimos que se referem às atividades profissionais aos locais de trabalho e aos pontos de encontro dos membros de uma comunidade, apresenta duas ocorrências: Assembleia Legislativa do Tocantins (Assembleinha) e Teatro de Arena. Há um topônimo ilustrativo da taxa dos antropotopônimos, topônimos relativos aos nomes próprios individuais, qual seja: Casa Vitor.

A taxa dos antrotopônimos possui duas ocorrências: o topônimo Casa da Cultura Professora Maria dos Reis e o topônimo Escola Municipal Irmã Aspázia. Esclarece-se aqui que essa taxa não foi apresentada por Dick (1990) como as demais que foram elencadas no corpo deste estudo. Ela se trata de uma nova proposta apresentada por Faria (2018) em sua pesquisa, que assim a justifica:

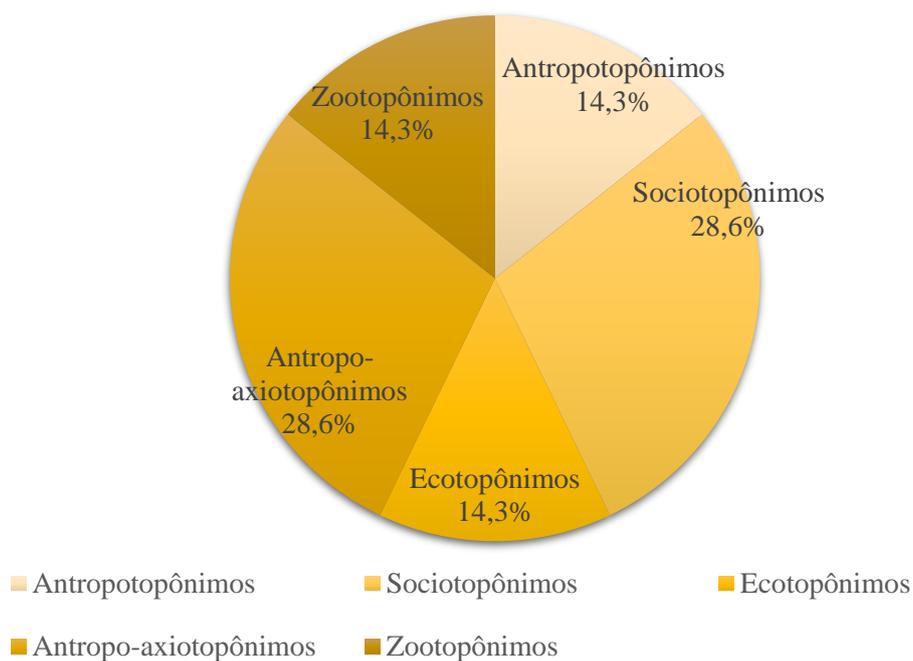
A pesquisa apresentou uma nova proposta que consiste em classificar primeiramente como antropotopônimos, todos os logradouros que recebem nomes de pessoas e depois subdividi-los em axiotopônimos e historiotopônimos, pois, se todas as taxes anteriormente citadas referem-se a antropônimos, não poderiam elas se agruparem em uma taxa de antropotopônimos que englobaria as demais taxes? Tal questionamento justifica-se uma vez que antes de uma pessoa receber um título como doutor, padre, coronel etc., ela já era conhecida por seu nome de batismo. O mesmo se dá com os historiotopônimos: antes de se destacar como um personagem histórico havia um nome que se referia a um cidadão comum. (FARIA, 2018, p.1169).

Por considerarmos a validade e a coerência dessa proposta, dela nos apropriamos para proceder com a classificação dos topônimos em questão, como também o fizeram Carvalho e Seabra (2019) para análise de algumas ocorrências na pesquisa em que focalizaram o léxico toponímico mineiro pelo prisma dos topônimos relativos aos membros de associações religiosas.

Do mesmo modo, a taxa dos ecotopônimos, nomes de lugares que fazem referência a habitações de modo geral, também possui apenas uma ocorrência: o topônimo Museu Histórico do Tocantins (Palacinho). Quanto à taxionomia de natureza física, verifica-se uma taxa: a dos zootopônimos, topônimos de índole animal, com o topônimo Museu Casa Suçuapara.

No gráfico abaixo, é possível verificar as taxas averiguadas por meio da ilustração dos percentuais que cada taxa ocupa no que se refere aos nomes dos bens patrimoniais.

Gráfico 1 - Percentual dos padrões motivadores das denominações dos bens patrimoniais da cidade de Palmas - TO



Fonte: Elaboração própria.

Quadro 15 - Classificação taxionômica dos nomes dos bem patrimoniais da cidade de Palmas  
-TO

Nome do lugar		Taxe
1	Assembleia Legislativa do Tocantins (Assembleinha)	Sociotopônimo
2	Casa da Cultura Professora Maria dos Reis	Antropo-axiotopônimo
3	Escola Municipal Irmã Aspázia	Antropo-axiotopônimo
4	Museu Casa Suçuapara	Zootopônimo
5	Museu Casa Vitor	Antropotopônimo
6	Museu Histórico do Tocantins (Palacinho)	Ecotopônimo
7	Teatro de Arena	Sociotopônimo

Ainda que as taxionomias averiguadas possam ser muito variadas se analisadas no contexto de um corpus reduzido como este, não sendo possível apontar tendências denominativas que prevalecem na escolha desses topônimos, os nomes mantêm estreita relação com a história social da comunidade, o que pode ser comprovado a partir de uma análise do processo de criação de desses lugares, como se verá nas linhas abaixo.

### Assembleinha

Figura 38 – Primeira sede da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins



Fonte: Sítio da Assembleia legislativa do Estado do Tocantins (S/D).

Para que o processo de instalação da capital definitiva do Estado do Tocantins ocorresse, foi necessária a construção de prédios que, provisoriamente, pudessem abrigar os órgãos administrativos do Governo até o momento da construção dos edifícios que funcionariam definitivamente como sede de cada um desses órgãos de acordo com a planta da cidade.

Nesse sentido, no ano de 1989, o prédio que sediou a Assembleia Legislativa do Tocantins, foi construído, umas das primeiras edificações de Palmas, utilizando a madeira como matéria-prima de sua edificação.

A Assembleia Legislativa teve como sede provisória um prédio construído pela CASEMA, em 1989, em madeira, localizado na Quadra 512 N, antiga ASRNE 55, onde permaneceu até 3 de outubro de 1995, quando foi transferida para o Palácio Deputado João D'Abreu, na Praça dos Girassóis. [...] Foi construído com madeiras trazidas do Pará e Maranhão. A maçaranduba e o jatobá para os pilares e paredes, o cedrinho para os forros dos dois pavimentos, térreo e superior, e o angelim para as venezianas das portas e janelas. As paredes, forros, portas e janelas dos dois pavimentos eram envernizados. A proteção da varanda superior, os alisares, portas, esquadrias foram pintados na cor branca. O piso do térreo nas dependências internas, era de cerâmica e cimentado nos terraços. O piso do pavimento superior era todo em tábuas corridas. O térreo possuía nove salas, cinco banheiros, saguão, escada e varanda. O forro do térreo era de madeira sob a estrutura de sustentação do piso superior. No pavimento superior, o forro acompanhava a inclinação do telhado. Este pavimento possui seis salas, um salão, escada e varanda com proteção em madeira. A SEVOP – Secretaria de Viação e Obras Públicas fez a adaptação física deste prédio para instalação da Assembleia Legislativa, agrupando as salas 01, 02 e 03 para a plenária da Assembleia, e as salas 06, 07, 08 e 09 para a Procuradoria da Casa. (TOCANTINS, 1996, p. 4).

De acordo com o documento que versa sobre os elementos para instrução do processo de tombamento do antigo prédio, a salvaguarda da construção se justifica pelo fato de ela se constituir como “[...] a memória física na qual funcionou por 5 (cinco) anos a sede da primeira Assembleia Legislativa em Palmas”. Ademais, é enfatizado que a planta original do prédio reflete um momento específico no quadro da história do Tocantins. Inclusive, sobre este último ponto, é válido ressaltar a semelhança arquitetônica desse prédio com o do também histórico Palacinho, que serviu como sede do Poder Executivo do Estado do Tocantins, e que, em breve, será focado neste texto.

É necessário destacar ainda que, nesse lugar,

[...] os primeiros representantes do poder legislativo criaram parâmetros iniciais para consolidar a estrutura legal do Estado. Identificar aqueles que acreditam na criação do Estado Tocantinense, sua importância para o desenvolvimento de uma população e a representação da conjuntura política e econômica do país. (TOCANTINS, 1996, p.3).

A despeito da reconhecida importância histórica e cultural desse lugar, que é conhecido como “Assembleinha<sup>58</sup>” pela população palmense, especialmente por aquelas pessoas que participaram dos primeiros momentos dessa cidade e que guardam para com esse lugar uma relação de afetividade, atualmente ele está completamente abandonado pelo poder público. Ainda que registrado e tutelado pelo Estado do Tocantins como bem patrimonial, sendo sua proteção integral assegurada pelo dispositivo legal

---

<sup>58</sup> Assembleinha foi classificado como sociotopônimo pelo fato de o nome do lugar fazer referência a um local público onde as pessoas se reúnem.

do tombamento Lei Nº 431, de 28 de julho de 1992, graças ao descuido governamental, o prédio já foi acometido por dois incêndios que aconteceram na área em que se situa, um em 2017 e outro no ano de 2020, tornando-se ruínas.

Figura 39 - Incêndio que acometeu a Assembleinha em 2017



Fonte: Site da TV Anhanguera – TO. Foto de Cadu Cavalheiro (2017).

O lugar hoje é um espectro do foi um dia. Sem a manutenção que lhe cabia, tornou-se alvo das intempéries que passaram a lhe acometer frequentemente. Hoje, até mesmo tentar chegar à localidade é uma tarefa das mais difíceis e que oferece grande perigo. Com lixo e vegetação em seu entorno, o acesso é muito dificultado. Mais um retrato do abandono do antigo edifício pode ser constatado no registro abaixo, feito no ano de 2020, à época do segundo incêndio.

Figura 40 - Incêndio que acometeu a Assembleinha em 2020



Fonte: Site da TV Anhanguera – TO. Foto de Guilherme Lima (2020).

Infelizmente, não foi possível chegar às imediações do prédio histórico, do qual só restam escombros, para fazer fotos atualizadas dele, uma vez que os percalços encontrados no caminho impediram a consecução da pesquisa de campo. Um fato que merece destaque é que, no ano de 2010, foi iniciada uma reforma no prédio, para a qual foram investidos cerca de quinhentos mil reais na troca da madeira. Como fica evidente, a reforma não foi concluída, e o prédio foi esquecido mais uma vez. Em uma matéria publicada no dia 2 de junho de 2021 no site da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins<sup>59</sup>, afirma-se que houve uma sinalização positiva por parte do Governo Estadual para doação da área onde funcionou a Casa de Leis na implantação de Palmas ao Poder Legislativo. O objetivo, segundo se expõe, é promover a revitalização do local para que nele seja instalado o Museu do Legislativo, além de outros usos relacionados ao legislativo.

De todo modo, a situação é reveladora da falta de educação patrimonial e de consciência histórica. Uma pergunta que pode ser feita diante desse cenário que se apresenta é a seguinte: é possível, sem que haja a devida valorização de passado, construir um futuro em que se desperte o senso de identidade cultural na comunidade, a partir do qual o cuidado com a história, que faz parte da experiência humana, ocorra de forma natural? A resposta evidente para essa pergunta é não. Essa conclusão vai ao encontro do que foi explicitado pela Unesco, em 1972, na Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, ao enfatizar que destruir um patrimônio “[...] constitui um empobrecimento efetivo do patrimônio de todos os povos do mundo.” Ademais,

O patrimônio em estado de degradação transforma-se em espaço ritualístico que suporta a modificação da identidade dos sujeitos por meio de processos sociais (Fortuna, 1995). Assim, alguns fragmentos revelados na interação das comunidades com os monumentos possibilitam a compreensão das relações entre o passado e o presente. Quando esses patrimônios se mostram depredados e abandonados, assinalam não apenas uma cidade destruída, mas a cultura arruinada. Quando o passado é um destroço, o presente fica hipotecado e, ainda seguindo o pensamento de Simmel (2005), pode-se dizer que, para salvar o passado e respeitar o presente, será preciso uma política capaz de manter e preservar o nosso patrimônio. (DIAS, 2015, p.110).

Por essa razão, fazem-se necessárias ações voltadas à educação patrimonial, pois esse tipo de iniciativa pode auxiliar quanto à preservação dos elementos culturais e da própria identidade do grupo social. De acordo com o sociólogo Castells (2018, p.54), “Entende-se por identidade a fonte de significado<sup>60</sup> e experiência de um povo”. Salienta o autor que a identidade é uma construção, cuja

---

<sup>59</sup> A matéria completa pode ser consultada por meio do seguinte link: <https://al.to.leg.br/noticia/10029/area-do-primeiro-predio-da-aleto-sediara-museu-radio-e-tv-assembleia>. Acesso em 4 de abril de 2022.

construção “[...] vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, por instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso (CASTELLS, 2018, p.55)”. Os indivíduos, grupos sociais e sociedades, então, reorganizam os significados procedentes desse material “[...] em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espaço (*Ibidem*).

Nesse sentido, se significados podem ser reorganizados a partir de “[...] tendências sociais e projetos culturais”, pode-se afirmar que se tornam legítimas e necessárias propostas que se voltem à valorização da história de uma comunidade, tendo em vista que podem motivar o sentimento de pertencimento e de afirmação da identidade cultural desse grupo. Trata-se de conhecer a história para se reconhecer como parte dela, valorizando-a e preservando-a conseqüentemente.

### **Casa da Cultura Professora Maria dos Reis**

Figura 41 - Casa da Cultura Professora Maria dos Reis



Fonte: Acervo da autora (2022).

A Casa da Cultura Professora Maria dos Reis está localizada na Praça Joaquim Maracaípe, no distrito de Taquaruçu. Enquanto um ambiente de difusão da cultura, diversas atividades artísticas são desenvolvidas nesse lugar, como: balé, dança de salão, teatro voltado aos públicos infantil e adulto, aulas de instrumentos musicais e pintura.

Trata-se de um espaço que se dedica à valorização das artes de modo geral, cuja importância se associa à atuação como espaço de formação, expressão e lazer para comunidade.

---

<sup>60</sup> Para o autor, significado é definido como “[...] a identificação simbólica, por parte do ator social, da finalidade da ação praticada por tal ator. (CASTELSS, 2018, p.55).

Enquanto uma casa de cultura, tem como um de seus propósitos desenvolver o potencial artístico das pessoas que participam das atividades nesse local desenvolvidas a fim de possibilitar a elas novas perspectivas de atuação no contexto de suas relações sociais, contemplando, assim, o eixo do desenvolvimento humano.

Mediante o fomento de potenciais artísticos e de outras aprendizagens, a Casa da Cultura Professora Maria dos Reis também desempenha influência positiva no eixo de desenvolvimento local, pois colabora para que haja mudanças de cunho social e econômico na comunidade, na medida em que contribui para formação e conseqüente emancipação do seu público.

Figura 42 - Interior da Casa da Cultura Professora Maria dos Reis: sala de pintura



Fonte: Acervo da autora (2022).

Tendo em vista que, na denominação do lugar, foi utilizado um nome próprio de pessoa antecedido de um título indicativo de profissão, o topônimo Casa da Cultura Professora Maria dos Reis foi classificado como um axiotopônimo, em conformidade com Dick (1990). O nome do lugar foi escolhido como uma forma de homenagear uma das pioneiras da educação na região, a Professora Maria dos Reis Alves Barros, cujos trabalhos na área ficaram marcados na memória daqueles que fazem parte da comunidade. O nome da professora, inclusive, foi atribuído a outro local, a escola Professora Maria dos Reis Alves Barros, localizada no distrito de Taquari, o que é testemunho da valorização de sua história e do tempo e empenho dedicados ao trabalho educacional.

## Escola Municipal Irmã Aspázia

Figura 43 - Escola Municipal Irmã Aspázia



Fonte: Acervo da autora (2022).

Localizada no distrito de Buritirana, a Escola Municipal Irmã Aspázia<sup>61</sup> foi tombada de forma provisória, em âmbito municipal, por intermédio do Decreto Nº 22 de 29 de fevereiro de 2000, passando a integrar o patrimônio artístico e cultural da cidade de Palmas. A escola foi construída no ano de 1963, e os principais materiais utilizados em sua edificação foram adobe e telhas coloniais. Explicam Machado et al (2015) que, até 1990, ano em que Buritirana se tornou distrito de Palmas, as dependências da escola, para além dos usos escolares, eram utilizadas para realização de eventos culturais, missas e festejos de cunho popular.

No ano de 1990, a escola teve seu nome alterado, passando a ser denominada de Escola Municipal Luiz Nunes. O nome da escola é uma homenagem ao Professor Luiz Nunes, primeiro educador que legalmente lecionou em Buritirana. O documentário intitulado “Luiz Nunes – Um educador inesquecível”, com roteiro e direção de Antônio Souza, narra a história de dedicação desse professor no exercício da sua profissão.

Conta a narrativa que Luiz Nunes chegou à Fazenda Buritirana em fins de abril do ano de 1962, convidado pelo dono das terras, o Sr. Benjamin, para atuar como professor para as

---

<sup>61</sup> O topônimo Irmã Aspázia foi classificado como antroponímico consoante a proposta de Faria (2018). O nome “Irmã Aspázia” presta uma homenagem a uma religiosa dominicana francesa que se devotou à causa cultural dos jovens de sua época na região de Porto Nacional - TO. Nesta cidade, há uma escola estadual homônima inclusive.

crianças naquela propriedade. Com o passar do tempo, algumas famílias começaram a se mudar para aquela região com o intuito de possibilitar aos filhos acesso à escolarização.

Com a procura pela escola aumentando, o lugar que antes era a Fazenda Buritirana foi, aos poucos, se transformando em um pequeno povoado; e o espaço que antes era destinado às aulas, uma sala no interior da casa Sr. Benjamin, passou a não mais comportar o quantitativo de alunos, de maneira que outro espaço escolar precisou ser construído. Tempos depois, mais uma vez, esse espaço se tornou pequeno diante do número de alunos matriculados, de maneira que foi necessário construir outra escola, agora bem maior, visando comportar todo o público. Para isso, o educador Luiz Nunes convocou a comunidade local para juntos edificarem a escola.

Tomando conhecimento da situação em Buritirana, no dia 2 de agosto do ano de 1963, por meio da Lei Nº 469, a prefeitura de Porto Nacional oficializou a escola, que recebeu o nome de Irmã Aspázia. O nome dessa escola só foi alterado para Escola Municipal Luiz Nunes de Oliveira em 1990, como já foi mencionado. À medida que foi se fazendo necessário ampliar o espaço escolar, isso foi sendo feito no entorno da antiga escola do Professor Luiz Nunes, porém com o cuidado de manter este imóvel com suas características originais preservadas. A antiga escola na qual lecionava o professor hoje foi transformada em um memorial, que se encontra no interior da Escola Municipal Luiz Nunes de Oliveira.

Figura 44 - Interior do Memorial Luiz Nunes



Fonte: Acervo da autora (2022).

O memorial é uma forma de valorizar da história de um profissional que muito lutou para transformar a vida de seus alunos e de sua comunidade por meio da educação. Nome e lugar se imbricam em um todo significativo. O nome do lugar evoca lembranças, permitindo um retorno a uma época que foi marcada pelas dificuldades que se enfrentavam no antigo Norte de Goiás, mas que também representou um momento de vivências de afeto e de bem-estar naquele lugar que hoje se tornou, pelo seu valor histórico e simbólico, patrimônio cultural.

### **Museu Casa Suçuapara**

Figura 45 - Museu Casa Suçuapara



Fonte: Acervo da autora (2022).

Muito antes de se tornar o que se convencionou nomear de Museu Casa Suçuapara, esse lugar era a sede da chamada Fazenda Triângulo. Esta propriedade era uma das que se localizavam “[...] na área que foi delimitada para a implantação da Capital do Estado do Tocantins, mais especificamente dentro do espaço físico definido para a implantação do Plano Urbanístico.” (MACHADO et al, 2015, p.23-23).

Figura 46 - Fazenda Triângulo - atual Casa Suçupara



Fonte: Acervo do Museu Casa Suçupara (S/D).

A história da Fazenda Triângulo precisa ser situada no contexto em que se inicia a efetiva ocupação das terras que hoje integram o território do Estado do Tocantins. Nesse sentido, dois marcos precisam ser considerados para melhor compreensão do processo de povoamento da região. Um deles é a política “Marcha para o Oeste”, implementada pelo governo Vargas a partir da década de 30 do século XX, visando promover o povoamento e a integração econômica das regiões Norte e Centro-Oeste do país. Como uma das consequências desse movimento, surge, na década de 40, o povoado de Taquaruçu.

Outro marco que impulsiona o desenvolvimento populacional da região, e que se vincula ao primeiro de alguma forma, é a construção da Rodovia Belém-Brasília, entre o fim dos anos 50 e início dos anos 60, no governo do então presidente Juscelino Kubitschek, idealizada com o objetivo de promover a integração nacional. Explica o historiador Aquino (1996) que

[...] Palmas existe como consequência lógica da rodovia. Isto também explica se de maneira bastante simples. Ocorre que vir embora as lutas em favor da criação do Estado tenham se desencadeado desde as primeiras décadas do século XIX, passando por conjunturas de euforia e conjunturas de arrefecimento, acabaram sempre caindo no vazio [...] Assim, só com o advento da referida rodovia é que a região vai conseguir agregar em torno de si os requisitos necessários para viabilizar o sonhado Estado do Tocantins. Foi a Belém Brasília que possibilitou o surgimento de uma nova malha urbana, com cidades progressistas, modernas, com visões voltadas para o futuro. (AQUINO, 1996, p.144-145).

Com a construção da rodovia e a viabilidade logística trazida por ela, significativas mudanças socioeconômicas ocorreram tanto no Tocantins quanto, particularmente, em Palmas.

Pessoas vindas de outras regiões do Brasil aqui chegavam trazendo consigo seus costumes, práticas e formas particulares de usar a língua. Uma das primeiras pessoas a comprar terras na região foi o Sr. João Batista Dias Pereira, o qual, vindo da cidade de São Paulo, foi adquirindo os terrenos que, na década de 80, passaram a compor a área que compreendia a antiga Fazenda Triângulo.

Nos materiais disponíveis na Fundação Cultural de Palmas, há a explicação por parte do Sr. João Batista Dias Pereira acerca da motivação para escolha do nome da fazenda. A partir da leitura dos relatos, compreende-se que a motivação partiu de uma consideração numérica referente à quantidade de filhos que ele tinha, três no caso.

A respeito da construção da casa que seria a sede da fazenda, os relatos do Sr. João Batista explicitam que a edificação ocorreu entre os anos de 1983 e 1984, com a finalidade de servir de morada para sua família. Todo o material utilizado em sua construção precisou ser trazido de Porto Nacional, pois, à época, só Porto Nacional e Miracema tinham a capacidade de fornecer tais produtos.

Figura 47 - Fachada sul da casa - janelas de madeira e paredes de adobe



Fonte: Acervo do Museu Casa Suçuapara. Foto de Edson Lopes (1997).

O projeto arquitetônico da casa foi desenhado conjuntamente pelo Sr. João Batista e por seu pai, que era construtor e foi o responsável por sua edificação. Muito embora não pudesse ser considerada uma casa luxuosa, ela tinha características modernas para aquele momento da história.

Após a desapropriação de todas as fazendas, essa casa foi a única que permaneceu erguida para servir de palco de decisões governamentais no início da construção de Palmas. O imóvel abrigou, provisoriamente, a Prefeitura de Palmas, a Câmara Municipal de Palmas e, posteriormente, foi ocupada pela LBA – Legião Brasileira de Assistência, a sede da Administração do Parque Cesamar e funcionou também um restaurante de comidas típicas da região (MACHADO et al, 2015, p.23-23).

Com a desapropriação da fazenda, o lugar passou a ser nomeado de Casa Suçuapara, funcionando no local a sede provisória da Prefeitura de Palmas. Em seus relatos, o Sr. João Batista é enfático ao mencionar que a escolha do novo nome foi uma imposição política, de forma que ele não teve influência na denominação que substituiu o antigo topônimo Fazenda Triângulo.

Não há nenhum material disponível na Casa da Cultura ou mesmo em outras fontes conhecidas que revelem a motivação da escolha do topônimo “Suçuapara”. De todo modo, uma das explicações possíveis para a escolha desse nome pode estar vinculada a uma referência a um córrego existente nessa região chamado de Córrego Suçuapara, mas não há disponível nenhum documento que comprove essa hipótese, trata-se apenas de uma suposição apresentada em alguns materiais do acervo da Casa da Cultura. Uma análise etimológica do nome “suçuapara” revela que se trata de um nome de origem tupi que tem como referente um animal. Em seu dicionário etimológico, explica Sampaio (1987, p.317) que “sussuapara” significa “veado galheiro”. Por essa razão, partindo da etimologia do nome, classificou-se o topônimo Casa Suçuapara como um zootopônimo.

Após manifestações da população palmense em prol da preservação da Casa Suçuapara, por meio do Decreto Nº 67, de 16 de março de 2005, o município tombou definitivamente o lugar. Como resultado desse movimento de troca do nome desse elemento humano, o topônimo Casa Suçuapara dissemina-se e torna-se o nome pelo qual a população passa a referenciar o lugar. Uma relação de identificação com esse meio passa então a ser constituída, e ele torna-se significativo para a comunidade. Tal identificação se evidencia na medida em que o indivíduo passa a ter a percepção de que a sua história está relacionada à história do lugar, tendo em vista que o lugar faz parte da comunidade em que esse indivíduo se encontra inserido. Nome e lugar tornam-se uma coisa só, de modo que o sintagma Casa Suçuapara passa a trazer à mente todo o imaginário de como foram os primeiros dias da atual capital do Estado do Tocantins.

Figura 48 - Interior do Museu Casa Suçuapara



Fonte: Acervo da autora (2022).

Hoje o lugar se transformou no Museu Casa Suçuapara, abrigando a memória histórica da cidade de Palmas. Anexo ao museu, há a Casa da Cultura Parque Cesamar, em se se localizam a Gerência de Patrimônio Cultural, que faz parte da Fundação Cultural de Palmas, e a Academia Palmense de Letras. Na Casa da Cultura, preserva-se e administra-se o acervo patrimonial da cidade, incluindo registros históricos em imagens relativos aos momentos iniciais da fundação e do desenvolvimento da capital Palmas.

### **Museu Casa Vitor**

Figura 49 - Museu Casa Vitor



Fonte: acervo da autora (2022).

O Museu Casa Vitor está localizado em Taquaruçu, distrito de Palmas. De acordo com memorial desse bem, elaborado pela Secretaria da Fundação Cultural de Palmas, o topônimo Casa Vitor faz uma homenagem ao construtor da casa, o Sr. Vitor Pereira Brito, imigrante de Pastos Bons/MA, e um dos pioneiros da comunidade.

Vitor Pereira Brito nasceu no Maranhão no ano de 1901. Após ficar viúvo em seu primeiro casamento, uniu-se em matrimônio com Maria de Moura Brito, a qual também era viúva. Em 1946, eles deixaram o Estado do Maranhão com destino ao antigo Norte de Goiás. Juntamente com sua família, residiu inicialmente no município de Miracema do Tocantins. Já em 1951, o Sr. Vitor mudou-se com sua família para o recém-criado povoado de Boqueirão, que atualmente é o distrito de Taquaruçu.

Conta a história que essa viagem durou muito tempo, cerca de dois meses e meio, pelo fato de ter sido feita com uma tropa de apenas cinco jumentos. Como não havia animais disponíveis para todos os integrantes da jornada, as mulheres, as crianças e os mais idosos fizeram o caminho montados no lombo dos animais, ao passo que os homens fisicamente mais preparados o percorreram a pé. A viagem era feita durante o dia e a noite era reservada para descanso. Tendo em vista que não era tão fácil encontrar provisões no caminho, o grupo carregava seus próprios mantimentos.

Já na região de Taquaruçu, dentre muitas atividades exercidas, o Sr. Vitor Pereira Brito trabalhou como sapateiro, tanto consertando quanto fabricando calçados, como carpinteiro, também atuando em um engenho de cana, produzindo açúcar, rapadura e cachaça. Todos os produtos por ele produzidos eram comercializados na cidade de Porto Nacional. Além disso, ele foi uma espécie de delegado na cidade, outorgado pela prefeitura de Porto Nacional.

Em 1959, imprimiu na construção de sua residência o estilo arquitetônico do Norte de Goiás. Tal estilo, que remete à década de 50, utilizava como materiais o adobe e a telha colonial, feitos artesanalmente. Existiam outras casas na região, porém edificadas com outros materiais, como palha e taipa.

Figura 50 - Interior do Museu Casa Vitor: vista da sala



Fonte: acervo da autora (2022).

Figura 51 - Interior do Museu Casa Vitor: cozinha



Fonte: acervo da autora (2022).

Nesse contexto, a casa do Sr. Vitor foi a primeira casa em Taquaruçu a utilizar em sua edificação tais materiais, de maneira que o lugar carrega a memória cultural material e imaterial

dos seus pioneiros. A memória imaterial se corporifica no nome desse lugar. Esse topônimo, em sua dimensão cultural, evoca uma história de pertencimento e de identidade. São os valores de uma época que por ele são lembrados. O nome aparece aqui como núcleo gerador de sentidos que permite a reconstituição de parte da história da comunidade ao trazer à tona, mediante seu escrutínio, vivências e experiências engendradas no meio o qual integra. A história de vida do Sr. Vitor Pereira Brito encontra-se imbricada à história da própria comunidade. Trata-se de histórias indissociáveis.

Em razão de seu valor histórico, o lugar foi provisoriamente tombado em 2011, mediante o decreto no 230, de 15 de setembro de 2011 da Prefeitura Municipal de Palmas, por meio do qual foi criado o Museu Casa Vitor, cuja estrutura encontra-se vinculada à Fundação Cultural de Palmas. Atualmente, encontra-se em bom estado de conservação, dispondo de uma pessoa, funcionária da prefeitura de Palmas, responsável por seu cuidado, manutenção e atendimento ao público visitante.

### **Museu Histórico do Tocantins (Palacinho)**

Figura 52 - Museu Histórico do Tocantins (Palacinho)



Fonte: Acervo da autora (2022).

O Museu Histórico do Tocantins, conhecido pela população local pelo nome de Palacinho, teve sua construção iniciada e finalizada no ano de 1990, sendo o primeiro edifício de Palmas. Situado em uma área elevada da região Norte da cidade, do Palacinho tem-se uma visão panorâmica da cidade. Feito em pré-moldado de madeira Jatobá, sua arquitetura faz referência ao Catetinho, primeira residência oficial do então presidente do Brasil, Juscelino

Kubitschek, quando da construção de Brasília. A finalidade inicial do Palacinho era funcionar como um ponto de apoio às autoridades que visitavam a cidade de Palmas durante sua construção.

No entanto, com a antecipação da transferência da capital provisória de Miracema do Tocantins para o local permanente, foi necessário adaptá-lo para funcionar provisoriamente como sede administrativa do Governo Estadual. [...] Em 1º de janeiro de 1990, o prédio do Palacinho passou a abrigar o Gabinete do Governador, as Casas Civil e Militar, as Secretarias de Comunicação (Secom), Política e Particular. Serviu também como Residência Oficial do Governador e foram construídos cinco anexos. (SÍTIO DO PALACINHO – MUSEU HISTÓRICO DO TOCANTINS, 2022).

O lugar deixou de ser espaço de decisões governamentais, tornando-se um museu, quando houve a inauguração do Palácio do Araguaia, atual sede do Governo do Estado do Tocantins, em 09 de março de 1991.

Figura 53 - Primeiros anos do Palacinho



Fonte: Sítio do Museu Histórico do Tocantins. Foto de Márcio Di Pietro.

Depois de permanecer fechado para o público por sete anos, em 19 de novembro de 2019, o lugar foi reaberto para visitação pelo grupo de voluntários que formam o projeto “Amigos do Museu Palacinho”, idealizado por Wagner Praxedes, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE), e constituído por pessoas integrantes de vários segmentos da sociedade, com o apoio do Governo do estado. Essa reabertura foi precedida por um processo de reforma, de revitaliza o e de reorganiza o do espaço em que se situa o museu como um todo, incluindo os prédios anexos, como a biblioteca e Capelinha ali existentes.

Hoje o museu abriga um acervo que conta a história do antigo Tocantins, sendo um locus de preservação da memória desse estado e da construção de Palmas. Logo na entrada principal do museu, estão dispostos diversos painéis que narram o percurso histórico que conduziu à criação do Estado do Tocantins. Nas dependências do museu, preserva-se o mobiliário do primeiro gabinete do Governador do Estado José Wilson Siqueira Campos, cuja vida política se encontra imbricada à história de criação do Estado do Tocantins.

Figura 54 - Mobiliário do gabinete do primeiro governador do Estado do Tocantins



Fonte: Acervo da autora (2022).

Além de preservar a história do Estado do Tocantins, bem como do início da construção da capital Palmas, o museu também oferece aos visitantes a oportunidade de conhecer um pouco da cultura dos povos originários do Tocantins, mediante a exposição de objetos artísticos e de outros artefatos que fazem parte de suas manifestações culturais. Um exemplo são as bonecas “ritxòkò”, produzidas pelas ceramistas Karajá, e declaradas patrimônio cultural do Brasil pelo IPHAN desde 2012.

Figura 55 - Bonecas “Ritxòkò” criadas pelo Povo Karajá



Fonte: Sítio do Museu Histórico do Tocantins (2021).

O artesanato, feito de cerâmica, é produzido pelas mulheres Karajá da Ilha do Bananal e tem um valor cosmológico, sendo fundamental para transmitir a cultura do povo para as crianças. É por meio da brincadeira com as bonecas que as meninas aprendem sobre o modo de vida Karajá, entram em contato com os valores, as histórias e os mitos da sua aldeia e do seu povo. A confecção das Ritxòkò é uma atividade exclusiva das mulheres e envolve técnicas e modos de fazer considerados tradicionais e transmitidos de geração em geração. A pintura e a decoração das cerâmicas estão associadas, respectivamente, à pintura corporal dos Karajá e às peças de vestuário e adorno consideradas tradicionais. (SÍTIO DO PALACINHO – MUSEU HISTÓRICO DO TOCANTINS, 2022).

Em consonância com o Art. 1º da Lei Nº 431, de 28 de julho de 1992, o Palacinho foi tombado e integrado ao Patrimônio Histórico e Cultural do Estado do Tocantins. Vale esclarecer que o nome utilizado na Lei para fazer referência ao bem patrimonial em questão foi realmente “Palacinho”, e não Museu Histórico do Tocantins, uma variante informal da palavra palacete, diminutivo do substantivo palácio. Nesse sentido, partindo do topônimo “Palacinho” para fazer uma análise taxionômica, este pode ser classificado como ecotopônimo, na medida em que a palavra “palácio” traz como matéria semântica a ideia de uma construção grandiosa destinada à moradia humana, especialmente de pessoas com certo grau de importância social. No caso do bem patrimonial Palacinho, esta ideia se comprova, na medida em que o lugar serviu de residência oficial provisória do chefe de estado tocantinense.

No Palacinho, preserva-se parte da memória do povo tocantinense. Para aqueles que vivenciaram os primeiros dias da capital Palmas, o nome desse lugar traz consigo o despertar de inúmeros sentimentos que marcaram aquela época: saudades, esperança, alegria e também incertezas perante o horizonte de uma cidade que nascia e se desenvolvia tão rapidamente. Nesse viés, ele pode ser concebido como lugar repertoriado, uma vez que estabelece uma

conexão com o passado que possibilita uma melhor compreensão do tempo presente. Essa reflexão encontra respaldo em Dias (2014), que afirma

São as lembranças despertadas que consolidam a sobrevivência do passado, pois a memória funciona como instrumento de identidade; é por ela que se reconhecem as pessoas, que se tem a noção de pertencimento. Assim, enquanto existir memória não haverá o fim da história. (DIAS, 214, p.109).

Funcionando como espaço de salvaguarda e de disseminação de informações culturais também voltadas ao despertar dos sentimentos de identificação e de pertencimento, o Museu Palacinho busca se comunicar com a sociedade por intermédio de vários canais, como um site próprio<sup>62</sup> e por redes sociais. Ademais, em prol da interação com o público, são organizados programas de cunho educativo no local, como exposições, palestras e outras atividades culturais que visam, sobretudo, aproximar a sociedade de sua própria história.

## Teatro de Arena

Figura 56 - Teatro de Arena de Taquaruçu



Fonte: Acervo da autora (2022).

O Teatro de Arena está situado na Praça Joaquim Maracaípe, localizada no distrito de Taquaruçu. Juntamente com a Casa da Cultura Professora Maria dos Reis e o seu entorno integra o Complexo Cultural de Taquaruçu, tendo sido tombado provisoriamente por

---

<sup>62</sup> Para mais informações, acessar: <https://museupalacinho.com/>.

intermédio do Decreto Municipal Nº 22 de 29 de fevereiro de 2000 e integrado ao Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Município de Palmas.

O Teatro de Arena tem como alguns dos seus usos servir como espaço para apresentações artísticas diversas, como espetáculos teatrais e circenses e shows musicais. Como palco de vivências e de trocas, o lugar carrega significados e memórias, constituindo-se para a comunidade como um referencial de valor cultural que transcende o seu valor material e alcança a dimensão imaterial. No ano de 2019, por exemplo, foi realizado no lugar o 6º Festival de Circo de Taquaruçu, considerado o maior encontro de arte circense do Norte do País. Segundo a organização do evento, mais de mil pessoas se fizeram presentes no festival, as quais tiveram a oportunidade de participar de muitas atividades artísticas oferecidas, entre as quais espetáculos, oficinas, debates e shows.

Figura 57 - Apresentação artística durante o 6º Festival de Circo de Taquaruçu no Teatro de Arena



Fonte: Sítio da Prefeitura de Palmas - Foto de Samira Lemes (2019).

Na perspectiva taxionômica, o topônimo Teatro de Arena foi classificado como um sociotopônimo, de acordo com a taxionomia proposta pela professora Dick em sua tese de doutoramento. Essa classificação foi motivada pela análise semântica da palavra “arena”, que possui como uma de suas acepções a ideia de espaço circular reservado a espetáculos e demais apresentações, em conformidade com o Dicionário Houaiss (2019). Nesse sentido, partindo do princípio de que os sociotopônimos também englobam “[...] nomes de lugares relativos aos aglomerados humanos (instituições resultantes das relações entre os membros de uma comunidade)” (DICK, 1990, p.355), procedeu-se com essa classificação. Vale destacar que, na toponímia paralela, o lugar é conhecido pela população como “Redondo”, nome esse que faz referência à sua forma arquitetônica.

### 5.2.1 Os lugares patrimoniais como berço da memória da comunidade

É partindo da exposição das informações referentes à caracterização dos bens patrimoniais da cidade de Palmas que aqui se defende que eles podem ser classificados como lugares. E são lugares porque são centro ao quais se atribui valor. São lugares porque possuem história e significados para o grupo social. Conforme explica Callai, (2005, p. 234), “[...] um lugar é sempre cheio de história e expressa/mostra o resultado das relações que se estabelecem entre as pessoas, os grupos e também das relações entre eles e a natureza”.

Ressalta-se que, no âmbito do vocabulário patrimonial, lugar é considerado uma categoria<sup>63</sup>, a qual é utilizada como instrumento de reconhecimento e de proteção do patrimônio cultural. Nesse viés, “Lugares são espaços físicos imbuídos de significação cultural, aos quais são atribuídos valores” (TEIXEIRA, 2015, S/P.). Tal entendimento está em consonância com a leitura que aqui é feita, pois, mais do que um recorte geográfico e, para além de um espaço abstrato, opostamente, o lugar representa um espaço experienciado, histórico e identitário. Reitera Dias (2015) que

O patrimônio só se torna significativo, e é considerado lugar, quando ocorre a experiência e, por conseguinte, a apropriação por parte dos sujeitos sociais [...]. Por meio da apropriação, o espaço é reelaborado no imaginário, permitindo a construção de uma visão particular do mundo pelo sujeito social e, portanto, de sua própria subjetividade. (DIAS, 2015, p.25).

Tomando esse entendimento como bússola, pode-se concluir que os locais ressignificados como patrimônio se constituem como lugares de memória, que guardam uma parcela significativa da história e da identidade da comunidade. Aponta Le Goff (1990, p. 49) que “Tal como o passado não é a história, mas o seu objeto, também a memória não é a história, mas um dos seus objetos e, simultaneamente, um nível elementar de elaboração histórica.” O autor ainda pontua que a memória é um dos elementos essenciais da identidade. Por essa razão,

---

<sup>63</sup> Na década de 1990, houve o avanço do campo do patrimônio cultural no sentido de criar novas categorias e instrumentos para a proteção e valorização de uma gama mais plural e diversificada culturalmente de bens, passando a coexistir, junto ao tombamento, o instrumento do registro (Decreto nº 3.551, de 2000). Nesse processo, a categoria Lugar se consolidou como forma de compreender um referencial cultural especializado, cujo valor não se concentra estritamente em seus aspectos construtivos ou históricos. Desse modo, a categoria diz respeito a um recorte espacial dotado de significação cultural e social expressas no tempo presente por meio da relação que pessoas e grupos estabelecem com ele. Nesse sentido, a categoria Lugar compreende demarcações físicas e simbólicas no espaço, “cujos usos qualificam e lhes atribuem sentidos de pertencimento, orientando ações sociais e sendo por estas delimitadas reflexivamente” (LEITE, 2004, p. 35). (TEIXEIRA, 2015, SP). Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/30/lugares>. Acesso em: 16 de agosto de 2021.

quando se considera que os bens patrimoniais em análise constituem lugares de memória, tem-se em mente que eles projetam significados inerentes ao grupo.

A memória cria identidade para o grupo, com o que é comum a ele. Um dos pontos que permite a identificação do sujeito com o grupo é um passado de acontecimentos e experiências em comum, que possa funcionar como elo, que fomente o sentimento de pertença. Essa memória coletiva tem um caráter dinâmico: quando o grupo muda ao longo do tempo, as lembranças também se transformam. Ela só subsiste enquanto o grupo social existe; quando seus integrantes morrem, tem fim também a memória coletiva. As lembranças particulares só subsistem quando têm o respaldo das coletivas. (DIAS, 2015, p.113).

Em razão de sua inegável importância como alicerces culturais, reitera-se a necessidade de mais ações voltadas à valorização e consequente preservação desses lugares. Sabe-se que é a consciência do passado que pavimenta o caminho das decisões do presente e permite que se planeje o futuro com coerência. Logo, a memória coletiva que esses lugares preservam contribui para manutenção do sentimento de unidade e de continuidade em torno de referenciais de identidade comuns. De acordo com Jacques Le Goff (2005),

A identidade cultural de um país, estado ou comunidade se faz com a memória, individual ou coletiva. Somente a partir do momento em que a sociedade resolve preservar e divulgar os seus bens culturais e que se inicia o processo de construção de seu conhecimento cultural e de sua cidadania. (LE GOFF, 2005, p. 138).

Ainda de acordo com o mesmo autor, a memória, por conservar certas informações, contribui para que o passado não seja totalmente esquecido, capacitando o homem a atualizar impressões ou informações passadas, e eternizando a história na consciência humana. (LE GOFF, 1990). Partindo dessa reflexão, ressalta-se a importância do nome do lugar como elemento linguístico de inegável força de preservação. Faggion e Misturini (2014, p.147) realçam que “[...] o topônimo, portanto, tem uma intrínseca relação com a memória de um povo, mesmo quando o povo esquece a motivação toponímica, que se tornou opaca através dos tempos, pois uma cultura e/ou uma língua não existem mais”.

É sabido que a maneira de perceber um lugar perpassa o processo denominativo, de modo que o substrato simbólico que molda a maneira de o sujeito denominador pensar, formado por todos os seus valores, crenças, impressões e concepções intuitivas diversas, se inter cruzam nesse ato e materializam-se no nome atribuído ao lugar. O topônimo, enquanto produto lexical, carrega, por conseguinte, um pouco da visão de mundo que cada sociedade tem de seu contexto circundante em um determinado recorte temporal. Afirma Dick (1990b) que

[...] através das camadas onomásticas, revelam-se, numa perspectiva globalizante, as feições características do local, sejam as de ordem física quanto socioculturais. De tal modo esses aspectos se corporificam nos topônimos que se pode mesmo, muitas vezes, estabelecer a correlação entre "nome" dos acidentes e o "ambiente" em que ele se acha inscrito". (DICK, 1990b, p.35).

Evidencia-se, por exemplo, (tomando como exemplos nomes que integram o corpus desta pesquisa) na escolha dos antropotopônimos Casa Vitor e Professora Maria dos Reis, a necessidade de eternizar, por intermédio do ato de batismo de lugares com esses nomes, a história de pessoas que foram fundamentais para a comunidade. A mesma coisa se verifica com o topônimo Escola Municipal Professor Luiz Nunes. Como se viu, o primeiro nome dessa escola foi Escola Municipal Irmã Aspázia, todavia ele foi substituído pelo fato de haver uma identificação maior da comunidade com o nome Luiz Nunes. Este nome rememora a figura do professor cuja vida pessoal e profissional se confundem com a história do próprio distrito de Buritirana. Dada a relação de afetividade para com o professor pela sua significativa importância no contexto da comunidade, sua história foi inscrita no nome de um dos espaços de maior representatividade social, a escola.

Já no topônimo Casa Suçupara, vê-se que a memória que permaneceu não foi aquela ligada ao primeiro nome do lugar - atribuído por quem comprou aquelas terras em um passado não tão remoto assim. O nome "Fazenda Triângulo" foi substituído para se alinhar aos propósitos de quem passou a ter a posse daquelas terras.

A despeito do histórico, hoje o Museu Casa Suçupara representa para a comunidade um lugar inegável importância história, que contribui para gerar o sentimento de pertencimento das pessoas à comunidade – vale lembrar inclusive que foi graças a manifestações populares que houve a consideração do lugar para o início do processo de tombamento. A relação de afetividade com o lugar também passa seguramente pelo nome, de modo que o topônimo Casa Suçupara ativa a memória de um lugar que rememora positivamente a história de Palmas.

Do mesmo modo que o Museu Casa Suçupara, os topônimos Palacinho e Assembleinha também fazem emergir o contexto dos primeiros dias da capital do Estado do Tocantins. Esses nomes narram a história dos primeiros processos que entre aquelas paredes foram conduzindo o projeto de criação dessa cidade, revelando como o léxico relativo aos nomes de lugares encontra-se imbricado à história de um povo. Ainda que o descuido sócio-governamental tenha desencadeado na completa destruição do que antes foi um prédio de valor histórico, no caso da Assembleinha, o nome do lugar não se apagou da memória das pessoas, fazendo resistir as lembranças de um período que marcou a história do Estado do Tocantins.

Essa falta de cuidado com o bem patrimonial Assembleinha abre, mais uma vez, espaço para problematização da questão na perspectiva da sua representatividade e continuidade da discussão acerca da necessidade da implementação de ações intencionais voltadas à educação patrimonial. Explicita Le Goff (2007, p. 139) que a memória estabelece um vínculo entre as gerações e o “tempo histórico que as acompanha”. Assim sendo, é necessário enfatizar que a memória que esses lugares conservam constitui um elemento de representação coletiva, garantidor da coesão social por servir como elemento unificador do grupo, o que deveria assegurar que eles fossem devidamente tutelados tanto pela sociedade quanto pelo governo.

Com o objetivo de contribuir com os ideais de educação patrimonial, nesta pesquisa, realça-se o valor desses lugares como suportes da memória e da identidade, espaços significativos a partir do prisma da Geografia Humanista. Além disso, levando em consideração o entendimento de Saviani (2000) de que a humanidade não é uma característica naturalmente dada ao homem, mas construída social e historicamente por meio das relações que os sujeitos possuem com a produção humana, acredita-se que é possível colaborar, no contexto da escola, para o fortalecimento da formação humana e da consciência histórica por meio da apresentação de uma proposta pedagógica que parte dos nomes atribuídos a esses lugares para o desenvolvimento de um trabalho orientado à valorização e à preservação deles.

## 6 LÉXICO EM ATIVIDADE: ENCAMINHAMENTOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS PARA O ESTUDO DOS NOMES DE LUGARES PELA PERSPECTIVA DOS MULTILETRAMENTOS E DA INOVAÇÃO

*Nova dificuldade chegou-lhe ao espírito, soprou-a no ouvido do irmão. Provavelmente aquelas coisas tinham nomes. O menino mais novo interrogou-o com os olhos. Sim, com certeza as preciosidades que se exibiam nos altares da igreja e nas prateleiras das lojas tinham nomes. Puseram-se a discutir a questão intrincada. Como podiam os homens guardar tantas palavras? Era impossível, ninguém conservaria tão grande soma de conhecimentos. Livres dos nomes, as coisas ficavam distantes, misteriosas. (RAMOS, 2013, pp. 28-29).*

Nesta seção, será feita uma discussão a respeito de como os multiletramentos podem subsidiar o desenvolvimento de encaminhamentos didático-pedagógicos, envolvendo gêneros discursivos digitais, para abordagem dos nomes de lugares no contexto do Ensino Fundamental. Para tanto, o eixo norteador serão os topônimos que nomeiam o conjunto dos bens que formam o patrimônio cultural material da cidade de Palmas - TO, os quais contribuem para que esses locais sejam concebidos como lugares de memória. Com vistas ao alcance desse objetivo, um software toponomástico interativo será mobilizado como ferramenta de educação patrimonial informal. Antes de apresentar as proposições de trabalho com a Toponomástica na escola, será feita uma explanação acerca da abordagem em que tais encaminhamentos didáticos se baseiam, na qual se discorrerá sobre a concepção de linguagem em que se alicerçam os multiletramentos, bem como sobre o panorama sócio-histórico e as perspectivas teóricas dessa abordagem.

### 6.1 A língua(gem) como um processo interativo: a concepção sociointeracionista

De acordo com Fuza, Ohuschi e Menegassi (2011, p. 479), “Cada momento social e histórico demanda uma percepção de língua, de mundo, de sujeito, demonstrando o caráter dinâmico da linguagem no meio social em que atua.” Nesse sentido, concepções de linguagem que durante muito tempo serviram como balizadoras do fazer pedagógico no contexto do ensino de línguas, como a que apregoava que a linguagem nada mais era do que expressão do pensamento ou a que se apoiava no pressuposto de que a linguagem se constituía como um instrumento de comunicação (GERALDI, 1984), na medida em que não conseguiam responder a todas as questões linguísticas que se apresentavam, com o passar do tempo, foram/e ainda estão sendo paulatinamente substituídas por outra percepção acerca da língua, a de que a linguagem só se concretiza pela interação.

Esta última, a concepção sociointeracionista da linguagem, insere o sujeito em seu contexto, concebendo-o como um agente social que, por meio de diálogos com outros sujeitos, os quais são possuidores de valores, ideologias e competências comunicativas, trocam experiências e conhecimentos.

Sobre isso, explica Travaglia (1996) que

Nessa concepção o que o indivíduo faz ao usar a língua não é tão-somente traduzir e exteriorizar um pensamento, ou transmitir informações a outrem, mas sim realizar ações, agir, atuar sobre o interlocutor (ouvinte/leitor). A linguagem é pois um lugar de interação humana, de interação comunicativa pela produção de efeitos de sentidos entre interlocutores, em uma dada situação de comunicação e em um contexto sócio-histórico e ideológico. Os usuários da língua ou interlocutores interagem enquanto sujeitos que ocupam lugares sociais e “falam” e “ouvem” desses lugares de acordo com formações imaginárias (imagens) que a sociedade estabeleceu para tais lugares sociais [...]. (TRAVAGLIA, 1996, p.23).

Bakhtin, ao criticar concepções de linguagem que não analisavam a língua como um fenômeno social, contribui para a formação dessa concepção de linguagem<sup>64</sup>. De acordo com os postulados do Círculo, a linguagem só se concretiza pela interação, sendo a enunciação o produto dessa interação entre sujeitos sócio-historicamente situados. Por consequência, o uso da língua é baseado no diálogo que, em sua constituição, demanda uma atitude responsiva por parte do interlocutor, na medida em que, segundo Bakhtin (2003, p. 271), “[...] toda compreensão é prenhe de resposta, e nessa ou naquela forma a gera obrigatoriamente: o ouvinte se torna falante”.

Tal responsividade ou resposta ativa pode ser entendida como a percepção e compreensão plena e real do significado do discurso, sendo o momento em que o interlocutor [...] concorda ou discorda dele (total ou parcialmente), completa-o, aplica-o, prepara-se para usá-lo, etc.” (BAKHTIN, 2003, p. 271). Nesse caso, a resposta dada pelo interlocutor se caracteriza como um ato dialógico complexo, na medida em que não se resume a uma resposta verbal ou gestual – devendo ainda ser considerado o fato de que o grau do ativismo dessa resposta pode ser diverso - mas diz respeito a um movimento responsivo que conduz a uma ação, a uma transformação, a uma complementação ou mesmo a uma compreensão responsiva silenciosa do outro.

É o diálogo, em sentido amplo, por conseguinte, a essência da comunicação consoante a essa concepção de linguagem. Expõe Travaglia (1996) que tal concepção “[...] é representada

---

<sup>64</sup> É necessário esclarecer que, nos postulados do Círculo de Bakhtin, a denominação utilizada é “concepção dialógica de linguagem”.

por todas as correntes de estudo da língua que podem ser reunidas sob o rótulo de *linguística da enunciação*". Entre essas vertentes que objetivam estudar a linguagem em situação de uso, o autor cita a Linguística Textual, a Teoria do Discurso, a Análise do Discurso, a Análise da Conversação, a Semântica e demais estudos que se filiam à Pragmática.

É justamente essa compreensão da linguagem que baliza as orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), para o componente Língua Portuguesa, a qual compreende a linguagem como “[...] uma forma de ação interindividual orientada para uma finalidade específica; um processo de interlocução que se realiza nas práticas sociais existentes numa sociedade, nos distintos momentos de sua história” (BRASIL, 1998, p. 20).

Ao dar ênfase à função social da linguagem, depreende-se a necessidade de se pensar em propostas de ensino, no âmbito da Língua Portuguesa, que remetam a situações concretas de uso da língua materna, a partir das quais o aluno possa desenvolver sua competência enquanto usuário da língua, o que corrobora a necessidade de se focalizar os gêneros discursivos. É na esteira desse propósito que termos como letramento, letramentos e multiletramentos emergem, sinalizando para a necessidade de ir além da mera alfabetização, com vistas a possibilitar ao aluno que ele se torne apto a interagir com as mais variadas formações sócio-discursivas no interior das situações comunicativas em que estiver inserido.

## **6.2 Do letramento aos letramentos e dos letramentos aos multiletramentos: panorama sócio-histórico e perspectivas teóricas**

O termo letramento tem se firmado, nos últimos anos, como balizador de pesquisas relacionadas aos estudos da linguagem - sendo para ele lançadas muitas concepções teóricas, compreensões e perspectivas de estudo - assim como tem sido centro de reflexões sobre política educacional e práticas de ensino. Assinalam Lankshear e Knobel (2006, p.7), no entanto, que, até duas ou três décadas, o termo raramente figurava no discurso educacional formal, sendo que, antes da década de 70, na Grã-Bretanha, na América do Norte e em outros países denominados pelos autores como “sociedades de língua inglesa do Primeiro Mundo”, era geralmente usado para fazer referência a contextos educacionais não formais, especialmente voltado a adultos considerados analfabetos. Esses ambientes não formais geralmente faziam parte de empreendimentos de pequena escala, muitos dos quais voluntários, nos quais se buscava auxiliar esses adultos não alfabetizados a desenvolver habilidades básicas de leitura e de escrita.

Antes da década de 1970, então, nem no Primeiro Mundo nem no Terceiro Mundo o "letramento" era identificado como um *ideal* educacional formal. Em ambientes educacionais formais, a leitura e a escrita eram vistas como *ferramentas* essenciais para a aprendizagem e como veículos para acessar e comunicar significados por meio de textos impressos. Eles eram um meio de aprendizagem, não um fim - muito menos o fim. O domínio funcional da leitura e da escrita era efetivamente dado como certo como resultados finais do aprendizado em sala de aula para todos os alunos, exceto aqueles designados como deficientes intelectuais ou com graves deficiências de aprendizado. E, de qualquer forma, no que diz respeito ao currículo e à pedagogia da educação formal, o que se falou, se pesquisou, se debateu e assim por diante não foi o letramento, mas sim a *leitura* e, em menor medida, a *escrita*. (LANKSHEAR; KNOBEL, 2006, p. 8, grifos no original, tradução nossa<sup>65</sup>).

É no contexto dos anos 70 que o foco sobre o letramento começa a se alterar de forma significativa, principiando nos Estados Unidos e, em diferentes graus, em outros países anglófonos. Para os autores, três razões principais podem ser associadas a essa mudança, sendo a primeira delas a consideração dos trabalhos desenvolvidos por Paulo Freire voltados à construção de uma práxis social-crítica, por meio dos quais se salienta a necessidade de transcender o mero aprendizado da leitura e da escrita rumo ao despertar de uma consciência crítica acerca da realidade, via um trabalho de reflexão acerca desta, ação nela e posterior análise e compreensão dos resultados da ação, ancorando-se na tríade reflexão-ação-reflexão.

Em uma perspectiva política, o aprendizado da leitura e da escrita se circunscreve em um contexto mais amplo, que se volta ao desenvolvimento, por parte do aprendiz, da compreensão de como a estrutura social é historicamente tecida de modo a favorecer alguns grupos em detrimento de outros, sendo a falta de letramento uma das consequências geradas por tais processos socioculturais injustos. Observa-se, na pedagogia freiriana, o propósito de estimular a mudança do contexto mediante a ação, partindo do pressuposto de que, se as relações sociais injustas foram historicamente construídas, elas também podem ser modificadas, desde que se compreenda como elas são engendradas e com quais intenções.

A segunda das razões associadas à incorporação do conceito de letramento foi a constatação do alto número de adultos iletrados nos Estados Unidos no início da década de 70, cujo nível de letramento não lhes garantia condições de responder plenamente às novas demandas suscitadas por uma conjuntura de pós-industrialização que começava a se delinear.

---

<sup>65</sup> No original: "Prior to the 1970s, then, neither in the First World nor in the Third World was 'literacy' identified as a formal educational *ideal*. Within formal educational settings, reading and writing were seen as essential tools for learning, and as vehicles for accessing and communicating meanings via printed texts. They were a *means* for learning, not an end – let alone *the* end. Functional mastery of reading and writing was effectively taken for granted as bottom line outcomes of classroom learning for all students other than those designated as intellectually impaired or as having severe learning disabilities. And in any event, so far as curriculum and pedagogy within formal education were concerned, what was talked about, researched, debated and so on was not *literacy* but, rather, *reading* and, to a lesser extent, *writing*."

O pós-industrialismo implicou uma reestruturação profunda do mercado de trabalho e do emprego, assim como mudanças profundas em grandes organizações e instituições da vida cotidiana. Grande número de pessoas foram vistas como mal preparadas para estas mudanças. A 'crise do letramento' rapidamente se alastrou para outras sociedades pós-industriais emergentes. Quer tenha sido na Grã-Bretanha, os EUA, Canadá, Austrália ou na Nova Zelândia, o mesmo enredo emergiu: as escolas estavam falhando em assegurar que todos os alunos se tornassem alfabetizados na medida necessária para viverem "eficazmente" nas condições contemporâneas. Pesquisas e relatórios encomendados por governos afirmaram incansavelmente que os padrões estavam a cair, que era necessária uma reforma educacional de longo alcance, e que o currículo e a pedagogia tinham de ser revistos a fim de assegurar que todos os estudantes adquirissem, no mínimo, um nível funcional de letramento. "Letramento" surgiu aqui como a palavra-chave (LANKSHEAR; KNOBEL, 2006, P.10, tradução nossa<sup>66</sup>).

Por último, a terceira razão se relaciona à emergência e à popularidade de uma perspectiva nos estudos das letras e das ciências sociais que se voltava a uma abordagem sociocultural. Pesquisas orientadas por esse viés de investigação estabeleciam interfaces entre diferentes áreas do conhecimento, como Psicologia, Linguística, Antropologia, Epistemologia e Pedagogia<sup>67</sup>, exercendo “[...] um forte impacto na compreensão conceitual e teórica das práticas que envolvem textos” (LANKSHEAR; KNOBEL, 2006, p.10) nas décadas de 80 e 90, bem como fornecendo uma base consistente para análise da situação que envolvia o ensino de leitura e de escrita nas instituições escolares na conjuntura de uma presumida “crise de letramento”.

---

<sup>66</sup> No original: “Post-industrialism entailed far-reaching restructuring of the labour market and employment as well as deep changes in major organizations and institutions of daily life. Large numbers of people were seen as poorly prepared for these changes. The ‘literacy crisis’ quickly spread to other emerging postindustrial societies. Whether it was in Britain, the US, Canada, Australia or New Zealand, much the same storyline emerged: schools were failing to ensure that all learners became literate to the extent required to live ‘effectively’ under contemporary conditions. Research and reports commissioned by governments claimed relentlessly that standards were falling, that far-reaching educational reform was needed, and that curriculum and pedagogy had to be overhauled in order to ensure that all students would acquire at the very least a functional level of literacy. ‘Literacy’ emerged as the key word here.”

<sup>67</sup> “Gee (1996: Cap. 1) documenta isso muito bem. Por exemplo, o livro de Harvey Graff de 1979, *The Literacy Myth*, baseou-se na história revisionista. *The Psychology of Literacy* (1981), de Silvia Scribner e Michael Cole, baseou-se em conceitos e instrumentação que refletiram o trabalho pioneiro em cognição social de Vygotsky e de Luria e desenvolveu um conceito de "prática" que evoluiu para um construto chave dentro das abordagens socioculturais para a alfabetização. *Narrative, Literacy and Face in Interethnic Communication* (1981), de Ron e Suzanne Scollon, trabalha com interfaces complexas entre linguística, antropologia e epistemologia para explorar relações entre práticas sociais, visões de mundo, oralidade e alfabetização. Shirley Brice Heath (1983) explorou as maneiras como a alfabetização está inserida em contextos culturais por um longo período, usando um design etnográfico e métodos de pesquisa em seu estudo principal, *Ways with Words. Literacy in Theory and in Practice*, de Brian Street (1984), foi fortemente fundamentado na antropologia. Juntamente com trabalhos anteriores feitos por estudiosos de história e estudos culturais na Grã-Bretanha, como *The British Working Class Reader* (1955), de Robert K. Webb, e *The Uses of Literacy: Aspects of Working Class Life* (1957), de Richard Hoggart, entre muitos outros (ver Lankshear 1999)” (LANKSHEAR, KNOBEL, 2006, p.11, tradução nossa).

Esse panorama histórico evidencia não apenas o estabelecimento de um termo, em que letramento passa a ser incorporado no discurso educacional, ele explicita, sobretudo, uma mudança no horizonte de políticas e práticas educacionais que passam a ser mobilizadas considerando a perspectiva sociológica que envolve o termo letramento, o que, conseqüentemente, altera o entendimento daquilo que se almeja como resultado de um processo educacional satisfatório.

No Brasil, o termo letramento surge no contexto das discussões sobre educação na década de 80, com o objetivo de contemplar uma nova maneira de compreender a presença da escrita na instituição social, nos moldes do que ocorreu nos Estados Unidos na década de 70. Nesse momento histórico e cultural vivenciado no país, fazia-se necessário encontrar uma palavra capaz de exprimir uma nova demanda social que se presentificava: ao indivíduo não bastava ser alfabetizado, ou seja, ter aprendido a tecnologia do ler e do escrever, mas também lhe era requerido ser capaz de se inserir em práticas sociais efetivas de usos da leitura e da escrita no interior de uma sociedade grafocêntrica, demonstrando ter se apropriado da competência alfabética ao responder de forma competente às demandas dele exigidas. Para isso, saber decodificar e codificar letras e palavras não era mais suficiente; era preciso saber fazer uso proficiente desse conjunto de habilidades e comportamentos em diferentes situações comunicativas, sabendo utilizá-lo tendo em vista seus mais variados objetivos.

No que tange à incorporação do termo letramento no campo educacional e das letras no Brasil, assinala Soares (2009), uma das pioneiras dos estudos do letramento, que se trata de algo ainda muito recente. Segundo a autora, uma das primeiras ocorrências desse termo no país aparece no ano de 1986, no livro “No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística”, de autoria de Mary Kato, sendo, “provavelmente, essa a primeira vez que a palavra letramento apareceu na língua portuguesa” (SOARES, 2009, p.33). Além disso, acrescenta que a publicação do livro “Adultos não alfabetizados: o avesso do avesso”, de Leda Verdiani Tfouni, em 1988, no qual se estabelece uma distinção entre alfabetização e letramento em seu capítulo introdutório, talvez represente o marco para que letramento alce o status de “[...] termo técnico no léxico dos campos da Educação e das Ciências Linguísticas”.

Explica Soares (2009) que letramento é a versão, na Língua Portuguesa, da palavra “literacy”, pertencente ao vocabulário da Língua Inglesa.

Etimologicamente, a palavra literacy vem do latim littera (letra), com o sufixo -cy, que denota qualidade, condição, estado, fato de ser (como, por exemplo, em innocency, a qualidade ou condição de ser inocente). No Webster's Dictionary, literacy tem a acepção de "the condition of being literate", a condição de ser literate.' e literate é definido como "educated; especially able to read and write", educado,

especialmente, capaz de ler e escrever. Ou seja: literacy é o estado ou condição que assume aquele que aprende a ler e escrever (SOARES, 2009, p.17).

A autora conceitua letramento como “[...] o resultado da ação de ensinar e aprender as práticas sociais de leitura e escrita. O estado ou condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita e de suas práticas sociais.” (SOARES, 2009, p.18). Nessa conceituação, as palavras “condição” ou “estado” apontam para uma mudança de posição ocupada pela pessoa que passa a dominar a leitura e a escrita e a envolver-se em práticas sociais em que delas faça uso.

O poder da referida mudança é exemplificado nas dimensões social, cultural, cognitiva, linguística e política, o que pode ser explicado pelo fato de que, ao se apropriar dessas competências e atitudes, o indivíduo pode se inserir e se relacionar no corpo social de uma maneira diferente daquela anterior ao letramento, podendo ocupar um novo lugar, a partir do qual se torna possível interagir com o ambiente circundante de outra forma, o que pode ter influência sobre sua maneira de pensar, seus hábitos linguísticos e sua atuação como cidadão no seio de uma sociedade letrada.

Esse mesmo entendimento é reafirmado pela autora anos mais tarde, quando expõe que o letramento, nos domínios da argumentação que desenvolve, é “[...] o estado ou condição de indivíduos ou de grupos sociais de sociedades letradas que exercem efetivamente as práticas sociais de leitura e de escrita, participam competentemente de eventos de letramento.” (SOARES, 2002, p.145), acrescentando a concepção anterior que os sujeitos e grupos sociais que se apropriaram da leitura e da escrita contam com determinadas habilidades e atitudes que lhes permite interagir em contextos em que a escrita seja essencial de forma satisfatória, o que confere a eles “[...] um determinado e diferenciado estado ou condição de inserção em uma sociedade letrada” (2002, p.145).

Depreende-se desse entendimento que o letramento também se relaciona a uma possível transformação da ordem social, constituindo-se como uma via de acesso ao poder<sup>68</sup>, na medida em que a apropriação das tecnologias da leitura e da escrita passam a ter uma função social, tendo como uma de suas fecundas possibilidades o despertar da consciência crítica, permitindo ao indivíduo ler o mundo, na trilha dos ensinamentos de Freire (1989).

---

<sup>68</sup> É necessário destacar que aqui não se assume uma perspectiva romântica do letramento, segundo a qual o mero fato de o indivíduo se apropriar das tecnologias do ler e do escrever, fazendo delas uso em práticas sociais, garantirá a ele, de forma automática, como se em uma relação causal, uma vida muito melhor, mudando completamente sua realidade.

É justamente esse viés de mudança de status quo que pode advir do letramento a que Kleiman (2003, p.8) se refere quando menciona que “A palavra de ordem nos estudos sobre o letramento que se voltam para a transformação da ordem social é ‘empowerment through literacy’, ou seja, potencializar através do letramento”. Para essa autora, que destaca as consequências das práticas de leitura e de escrita sobre a sociedade, o letramento pode ser definido como “um conjunto de práticas sociais que usam a escrita, enquanto sistema simbólico e tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos.” (KLEIMAN, 2003, p.19).

Interessa destacar que tanto Soares (2009) quanto Kleiman (2003) já inserem em suas conceituações sobre letramento a noção de “práticas”, no plural, sinalizando para a existência de mais de um tipo de letramento. Ratifica Soares (2002, p.156), por exemplo, que “A conclusão é que letramento é fenômeno plural, historicamente e contemporaneamente: diferentes letramentos ao longo do tempo, diferentes letramentos no nosso tempo.” Compreensão semelhante é elaborada por Brian Street (2003), teórico britânico que defende uma perspectiva sociocultural dos usos da escrita, cunhada por Gee (1991) como Novos Estudos do Letramento.

A denominação Novos Estudos do Letramento, doravante NLS<sup>69</sup>, faz então referência a estudos que enfatizam o letramento a partir do contexto das práticas sociais e culturais, em detrimento da concepção tradicional de letramento, que o concebia como uma prática individual, correspondente a um conjunto de habilidades cognitivas que podem ser ensinadas em instituições de ensino de forma neutra, o que representou uma mudança de paradigma nesses estudos ou, em outras palavras, uma “virada social” (STREET, 2003, p. 77). O adjetivo “novos”, nesse caso, refere-se basicamente a essa mudança de ênfase nos estudos dessa vertente de pesquisa.

Para Street (2003), um dos expoentes dos NLS, esse campo de pesquisa

[...] representa uma nova tradição ao considerar a natureza da alfabetização, concentrando-se não tanto em aquisição de habilidades, como nas abordagens dominantes, mas sim no sentido de pensar o letramento como uma prática social (Street, 1985). Isto implica o reconhecimento de múltiplos letramentos, variando de acordo com o tempo e com o espaço, e as relações de poder que configuram tais práticas. NLS, portanto, não tomam nada como definitivo no que diz respeito ao letramento e às práticas sociais a ele relacionadas, preferindo, ao contrário, problematizar o que conta como letramento em um espaço e tempo específicos, bem como questionar quais letramentos são dominantes e quais são marginalizados ou resistentes (STREET, 2003, p.1, tradução nossa<sup>70</sup>).

---

<sup>69</sup> Abreviação de *New Literacy Studies*.

<sup>70</sup> No original: represents a new tradition in considering the nature of literacy, focusing not so much on acquisition of skills, as in dominant approaches, but rather on what it means to think of literacy as a social practice (Street, 1985). This entails the recognition of multiple literacies, varying according to time and space, but also contested in relations of power. NLS, then, takes nothing for granted with respect to literacy and the social practices with

Essa nova perspectiva de estudos rejeita a ideia de que o letramento está centrado na aquisição de habilidades e baseado em noções de neutralidade e técnica, que independem do contexto e de aspectos sociais e que pode, por si só, de forma autônoma, gerar efeitos sobre aspectos cognitivos e sociais. Street (2003) vê no letramento, por outro lado, uma prática ideológica, na qual relações culturais e de poder estão envolvidas e cujos significados variam contextualmente. A fim de estabelecer uma diferenciação entre essas duas perspectivas de entendimento, com base em suas pesquisas, o autor concebe dois modelos de letramento: o letramento autônomo e o letramento ideológico.

Ao primeiro desses modelos, o letramento autônomo, também chamado de letramento dominante, corresponde justamente a ideia de que o letramento se constitui como um conjunto de capacidades cognitivas ou psicológicas, geralmente adquirido em um ambiente educacional, que permite ao indivíduo lidar com textos escritos. Segundo Vergna (2020),

Nesse modelo estabelecem-se os conhecimentos que devem ser transmitidos, uma vez que é essa transmissão a produtora de efeitos sobre capacidades cognitivas. Assim, ao serem expostos a um mesmo tipo de letramento padronizado, diferentes grupos desenvolverão as habilidades cognitivas desejáveis. A partir delas, se desenvolverão competências e habilidades relativas à leitura e escrita, que, em tese, propiciarão aos cidadãos o acesso ao trabalho, à informação e à cidadania, independentemente das reais condições em que vivem. Dessa forma, o letramento é reduzido a um conjunto de capacidades cognitivas que podem ser medidas nos sujeitos, daí resultando em expressões como “grau de letramento”, “nível de letramento” ou “baixo letramento” (VERGNA, 2020, p.4).

Ao seguir tal modelo interpretativo, as instituições escolares desconsideram que a leitura é um processo que se constrói sócio-historicamente, o que leva cada sujeito se relacionar com um texto de forma particular, amalgamando saberes, valores e tudo o mais que envolve sua vida social para produção de sentidos. Esclarece Street (2014, p.146) que “Uma das razões para nos referirmos a essa postura como modelo autônomo de letramento é que ela se representa a si mesma como se não fosse, de modo algum, uma postura ideologicamente situada, como se fosse simplesmente natural”.

Já o modelo ideológico parte do pressuposto de que “[...] o letramento é uma prática social, e não simplesmente uma habilidade neutra e técnica [...]” (STREET, 2014, p. 53). É ideológico justamente porque as práticas letradas são aqui consideradas produtos de uma cultura, imbricadas nas estruturas de poder que se formam no tecido social. No ensino, para

---

which it becomes associated, problematizing what counts as literacy at any time and place and asking "whose literacies" are dominant and whose are marginalized or resistant.

além da habilidade de decodificar e de codificar letras, o modelo ideológico de letramento considera a pertinência do contexto histórico e cultural, das relações sociais e das identidades dos sujeitos para a construção dos sentidos.

Por considerarem contextos específicos, as práticas ideológicas do letramento adquirem um contorno político que pode servir à mudança na vida dos indivíduos, pois, nessa visão, o letramento é “essencialmente um conjunto de práticas que envolvem a leitura e escrita, geradas por processos sociais mais amplos, e responsáveis por reforçar ou questionar valores, tradições, formas de distribuição de poder presentes nos contextos sociais” (SOARES, 2009, pp. 74-75).

No domínio teórico dos Novos Estudos do Letramento, dois outros conceitos são essenciais para compreensão do letramento a partir de uma dimensão social: eventos de letramento e práticas de letramento. De acordo com Heath (1982, p.93), “Um evento de letramento é qualquer situação em que um portador qualquer de escrita é parte integrante da natureza das interações entre os participantes e de seus processos de interpretação<sup>71</sup>”. Essa definição contempla as mais variadas situações e atividades envolvendo a leitura e a escrita no interior da sociedade, desde uma conversa, em um ambiente discursivo familiar, acerca de uma notícia veiculada em um site de notícias, até um seminário, em ambiente discursivo acadêmico, sobre um determinado livro por exemplo.

Já o conceito de práticas de letramento é mais amplo e compreende inclusive o de eventos de letramento. Para Street (2014, p. 18) “[...] o conceito de ‘práticas de letramento’ se coloca num nível mais alto de abstração e se refere igualmente ao comportamento e às conceitualizações sociais e culturais que conferem sentido aos usos da leitura e/ou da escrita.” Trata-se, por conseguinte, de um construto socioculturalmente construído que alicerça o agir daqueles que participam de um evento de letramento, bem como determina os sentidos atribuídos à leitura e à escrita em determinado contexto.

Como se nota, os dois conceitos, embora apresentados individualmente por razões didáticas, são indissociáveis. É nesse sentido que esclarece Street (2001, p. 11) que “[...] o conceito de ‘evento de letramento’ dissociado do conceito de ‘prática de letramento’ não ultrapassa o nível da descrição”. A fim de empreender uma análise mais holística, portanto, a consideração do conceito de prática de letramento é fundamental para que um determinado evento de letramento pesquisado seja contextualizado no horizonte mais amplo das concepções sociais e culturais que o moldam.

---

<sup>71</sup> No original: "A literacy event is any occasion in which a piece of writing is integral to the nature of participant's interactions and their interpretive processes."

Na perspectiva do modelo ideológico do letramento, Street (2014, p. 18) destaca o caráter plural das práticas letradas, se contrapondo “[...] à ênfase dominante num ‘Letramento’ único e ‘neutro’, com L maiúsculo e no singular.” Depreende-se desse entendimento que é possível falar em letramentos, no plural, apoiando-se em seu conceito de “práticas de letramento”, o que aponta para os diversos usos da escrita nas diferentes esferas da atividade humana, materializados em textos com natureza temática, composicional e estilística que se orientam pelo contexto no qual circulam.

Tomando essa teorização como base, ressalta-se que esses diversos textos, na medida em que fazem parte da vida cotidiana, também precisam ser contemplados nas atividades desenvolvidas na escola, uma vez que representam situações reais de uso da linguagem e, por essa razão, podem contribuir para que as aulas de Língua Portuguesa se tornem mais significativas para os alunos. Ao mesmo tempo, as instituições escolares também não podem mais desconsiderar as novas configurações discursivas que aparecem na esfera digital em decorrência do surgimento e da popularização de novas tecnologias da informação e da comunicação, as quais vão além de uma perspectiva monomodal da linguagem e, por essa razão, demandam o desenvolvimento de atitudes específicas por parte do indivíduo para sua participação plena nas práticas de letramento.

É precisamente nesse viés que a abordagem dos multiletramentos desponta como complementar às já desenvolvidas pela escola - não como substituidora delas -, expandindo o letramento tradicional, que enfatiza habilidades de leitura e de escrita da linguagem verbal.

### **6.3 Multiletramentos: caracterização e relevância no atual contexto da educação**

No contexto da virada paradigmática suscitada pelos NLS, surge o termo “multiletramentos”, especificamente na década de 90, no manifesto programático intitulado “A Pedagogy of Multiliteracies - Designing Social Futures<sup>72</sup>” (Uma Pedagogia de Multiletramentos - Desenhando Futuros Sociais), resultado das discussões promovidas pelo New London Group<sup>73</sup> - NLG. Esse grupo, composto por pesquisadores - sobretudo da

---

<sup>72</sup> De acordo com Cope; Kalantzis (2000, p. 3-4), os autores do manifesto são: CAZDEN, C.; COPE, B.; FAIRCLOUGH, N.; GEE, P.; KALANTZIS, M.; KRESS, G.; LUKE, A.; LUKE, C. MICHAELS, S.; NAKATA, M., os quais se identificam como “New London Group”.

<sup>73</sup> O nome Grupo Nova Londres/New London Group tem estreita relação com o nome da cidade em que foi realizado um colóquio, em 1996, Nova Londres, localizada em Connecticut, EUA, idealizado por esses pesquisadores, no qual se afirmou, pela primeira vez, em um manifesto resultante dos debates, a necessidade de uma *Pedagogia dos multiletramentos*. (ROJO, 2012, p.11).

Linguística e da Educação - envolvidos em debates sobre uma nova pedagogia de ensino, defendia a tese de que a escola deveria ser tributária de novas práticas em torno da escrita que emergiam da sociedade, fruto de um contexto de mudanças tanto socioculturais quanto tecnológicas, para que, mediante a consideração de objetos do conhecimento e formas de ensino ressignificados, essa instituição pudesse ser capaz de acompanhar tais mudanças. Afirma Ribeiro (2020) sobre o Manifesto em questão que:

O texto tem o objetivo de fornecer uma “visão teórica global das conexões entre o ambiente social em mutação enfrentado por estudantes e professores e uma nova abordagem da pedagogia do letramento” (CAZDEN et al., 1996, p. 60), ou seja, os/as autores/as partem das práticas e políticas em vigor e chegam a uma proposta de teoria e ação, intitulada “pedagogia dos multiletramentos”. Para eles, a pedagogia já instalada deveria ser revista, a fim de que a educação se tornasse mais relevante para a vida laboral e cidadã, tentando garantir a todos/as os/as estudantes o acesso ao trabalho, por exemplo, mas também a uma participação plena em sociedade. (RIBEIRO, 2020, p.7).

Como se depreende, o foco do letramento recai em uma perspectiva pedagógica, isto é, na abordagem dos multiletramentos pela escola. Sobre a razão da escolha do termo, Cazden et al (2021) explicam que:

Decidimos que os resultados de nossas discussões poderiam ser encapsulados em uma palavra – multiletramentos – palavra que escolhemos para descrever dois importantes argumentos com que podemos abordar as ordens cultural, institucional e global emergentes: a multiplicidade de canais de comunicação e mídia e a crescente proeminência da diversidade cultural e linguística. (CAZDEN et al, 2021, p.18).

Os dois argumentos citados se relacionam com as noções de multimodalidade e de multiculturalidade respectivamente. A primeira delas, a multimodalidade, se refere às muitas semioses que constituem os textos contemporâneos que circulam na sociedade, relacionando linguagem verbal nas modalidades escrita e falada com elementos visuais, como imagens, vídeos, efeitos sonoros, de diagramação e de tratamento de imagens, entre outros, que se congregam para produção de sentidos e são características dos novos canais de informação e das novas ferramentas de comunicação. Em outras palavras, a multimodalidade pode ser entendida como os “[...] textos compostos de muitas linguagens (ou modos, ou semioses) e que exigem capacidades e práticas de compreensão e produção de cada uma delas (multiletramentos) para se fazer significar” (ROJO, 2012, p. 19).

Já a multiculturalidade traz à tona a ideia de várias culturas em convivência em um dado espaço. Canclini (2004, p.14) entende o “mundo multicultural” como: “[...] uma justaposição

de etnias ou grupos em uma cidade ou nação”<sup>74</sup>. Direcionando esse entendimento para o contexto escolar, a multiculturalidade também se faz presente nos vários grupos que compõem o seu público, cada um desses grupos com modos próprios de ler o mundo e de se fazer presente nele, com múltiplos interesses, formas próprias de usar a língua e valores éticos e estéticos, os quais moldam, por implicação, a composição do seu repertório cultural de interesse.

No multiculturalismo, o multilinguismo é uma dimensão que também é enfatizada pelo NLG. O grupo destaca a necessidade se considerar, no currículo escolar, uma característica comum em uma sociedade inserida no contexto da globalização, que é o florescimento das “linguagens sociais” (GEE, 1996), representando as variações de uso da língua nos diferentes contextos sociais em que os indivíduos interagem, como o nacional, o étnico, o profissional ou mesmo aqueles que se formam pela reunião de indivíduos por interesses e/ou afinidades.

Em primeiro lugar, somos todos, apesar de nossas ilusões comuns sobre o assunto, não um único quem, mas várias, diferentes pessoas em diferentes contextos. Em segundo lugar, um mesmo falar e um mesmo agir podem ter valores diferentes em contextos diferentes. Realizamos diferentes “quem” e “o que” através do uso de diferentes linguagens sociais<sup>75</sup>. (GEE, 1996, p.66, tradução nossa).

Nessa perspectiva, o NLG destaca que enquanto a escola organiza suas atividades sobre a língua partindo de um padrão específico (gramatical, literário e de variedade linguística), no seu dia a dia, os sujeitos interagem em constante negociação de dialetos, relacionando-se com um conjunto de textos híbridos de diferentes letramentos (vernaculares e dominantes) e provenientes de campos diferentes (como o popular, o de massa, o erudito). Por essa razão, faz-se necessário que a escola contemple essa realidade no currículo, objetivando formar pessoas que entendam a construção de significados como um processo ativo em um mundo de mudanças e transformações constantes.

Assim sendo, pensar em currículos e em práticas pedagógicas dentro de um ensino multicultural traz à escola o imperativo de uma atitude que agregue essa multiplicidade, legitimando saberes, falares e relações com a escrita marginalizados, sem estigma e predominância de valor de verdade. É importante ressaltar que as complexas mudanças que permeiam a sociedade contemporânea não freiam diante dos muros da escola. Elas também

---

<sup>74</sup> No original: “De un mundo multicultural - yuxtaposición de etnias o grupos en una ciudad o nación - pasamos a otro intercultural globalizado.” (CANCLINI, 2004, p.14).

<sup>75</sup> No original: “First, we are all, despite our common illusions about the matter, not a single who, but a great many, different whos in different contexts. Second, one and the same speaking or acting can count as different things in different contexts. We accomplish different whos and whats through using different social languages.”

estão presentes nesse espaço, sejam elas apreciadas ou não. Diante disso, pensar em propostas pedagógicas que deem conta dessas transformações não é uma preocupação exclusiva dos últimos tempos. Como se pontuou, desde a década de 90, o NLG já se debruçava sobre questões que envolviam as implicações da diversidade cultural, linguística e da multiplicidade de canais de comunicações presentificados na sociedade globalizada nas práticas de ensino, argumentando sobre a necessidade de uma abordagem pedagógica mais abrangente, alinhada com essas novas demandas sociais.

Nessa lógica, como se depreende da leitura de Rojo (2012), uma das principais referências nos estudos que versam sobre os multiletramentos no Brasil, uma das contribuições dessa abordagem é que ela possibilita que se promova, no âmbito escolar, reflexões e práticas pedagógicas que versem sobre as multiplicidades que se fazem presentes no cotidiano social, tanto de ordem cultural, política, ética, como aquelas relacionadas aos vários modos de significar característicos dos textos que circulam na sociedade hodierna. Sublinha-se que é justamente a multiplicidade de linguagens que nesses textos se faz presente que exige que o leitor seja multiletrado tanto para consumi-los como também para produzi-los.

Assinalam Cope e Kalantzis (2008, p. 198) que “A mudança do mundo social do trabalho, da cidadania e das identidades, exige uma nova resposta educacional. Esta foi a proposta central subjacente à agenda dos Multiletramentos desde o início”. Para os autores, a pedagogia tradicional desenvolvida nas escolas encontrou respaldo em uma mentalidade ajustada a padrões estabelecidos pelo mercado de trabalho, como o sistema de linhas de montagem do modelo de produção industrial Fordista, que tinha como uma de suas principais características a segmentação das atividades, isto é, a especialização do trabalho, o que limitava o desenvolvimento de habilidades diversas pelo trabalhador. Em consonância com tais autores, essa mesma lógica era reproduzida nas escolas.

Os antigos sistemas de educação se encaixavam perfeitamente neste mundo de trabalho. O estado determinava o programa, os livros didáticos seguiam o programa, os professores seguiam os livros didáticos e os alunos seguiam os livros didáticos, com sorte, para passar nos testes. Henry Ford sabia o que era melhor para seus clientes – ‘qualquer cor que você quiser, contanto que seja preto’ - e o estado sabia o que era melhor para as crianças. E, de certa forma, os professores tornaram-se um pouco como trabalhadores da linha de produção, escravos do plano de estudos, dos livros didáticos e do sistema de exames [...]. O currículo estava repleto de informações na forma de "fatos" bastante definitivos sobre a história, fatos sobre a ciência e fatos sobre a linguagem na forma de "gramática adequada" e ortografia correta. Juntos, isso deveria somar conhecimento útil para a vida. Muitos desses fatos provaram ser menos duráveis do que o currículo da época parecia promissor. (COPE; KALANTZIS, 2008, p. 198, tradução nossa<sup>76</sup>).

No entanto, a dinâmica sociopolítica, cultural e, por implicação, do mundo do trabalho, se altera significativamente com a globalização e a conseqüente massificação das novas tecnologias de informação e de comunicação, de maneira que um novo perfil de trabalhador, agora “multiqualeficado<sup>77</sup>” e possuidor de um repertório de habilidades que lhe permitem desenvolver um conjunto de tarefas movido pelo signo da flexibilidade, surge para substituir a antiga lógica da especialização de tarefas com funções específicas. As demais relações sociais e institucionais também sofrem influência dessa dinâmica, estando incluída nessa conjuntura a escola, de forma que, em um contexto cada vez mais informatizado e multiconectado, novas competências e atitudes vão sendo requeridas do indivíduo incessantemente, podendo inclusive ser consideradas como “passes” de entrada para participação efetiva na vida social. A missão da educação pelo NLG, nessa perspectiva, visa “[...] garantir que todos os estudantes se beneficiem da aprendizagem de maneira que lhes seja permitido participar plenamente das vidas pública, comunitária e econômica” (CAZDEN et al., 1996, p. 60, tradução nossa<sup>78</sup>).

---

<sup>76</sup> No original: Old education systems fitted very neatly into this world of work. The state determined the syllabus, the textbooks followed the syllabus, the teachers followed the textbooks, and the students followed the textbooks, hopefully, in order to pass the tests. Henry Ford knew what was best for his customers - ‘any colour you like, so long as it’s black’—and the state knew what was best for children. And, in a way, teachers became a bit like production line workers, slaves to the syllabus, the textbooks and the examination system [...]. The curriculum was packed with information in the form of quite definite facts ‘facts’ about history, facts about science and language facts in the form of ‘proper grammar’ and correct spelling. Together, this was supposed to add up to useful-knowledge-for-life. Many of these facts have proven to be less durable than the curriculum of that time seemed to have been promising.

<sup>77</sup> Embora não faça parte do recorte deste texto, não se pode deixar de sinalizar que essa lógica de trabalho contemporâneo, caso passe ao largo de uma análise crítica, “[...] pode conduzir (e, em muitos contextos, já conduz!) à criação de modelos de ensino que se enquadram em lógicas mercadológicas, sugeridas e até, em alguns casos, impostas por grandes conglomerados e corporações internacionais. Nessas lógicas, práticas de competitividade, produtividade e utilitarismo – bases do discurso neoliberal –, podem, em última instância, transformar a educação em commodities, ou, como já dizia Marx (1985 [1867], p. 45), em uma “imensa coleção de mercadorias”, cujo papel seria mais direcionado e dimensionado pela utilidade e função que desempenhariam no/para o mercado, como muitos parecem desejar.” (PINHEIRO, 2016, p. 528). Vale acrescentar a ressalva feita por Ribeiro (2020, p.7), segundo a qual: “Mesmo alinhados à ideia de que a educação serviria à sociedade e ao emprego, Cazden et al. (1996) tomam o cuidado de alertar para alguns perigos desse discurso. Não queriam ser cooptados por discursos econômicos e do marketing, já poderosos àquela altura, assim como consideravam fundamentais a reflexão, o senso crítico e a criatividade. Defendiam o cuidado com que deveríamos perceber as novas possibilidades educacionais e sociais, de modo que não permitíssemos que elas se tornassem novos sistemas de controle mental e exploração. Segundo os/as autores/as: “Uma concepção autenticamente democrática da escola deve incluir uma visão de sucesso significativa para todos, uma visão do sucesso que não seja definida exclusivamente em termos econômicos e que envolva uma crítica à hierarquia e à injustiça econômica” (CAZDEN et al., 1996, p. 677).

<sup>78</sup> No original: “If it were possible to define generally the mission of education, it could be said that its fundamental purpose is to ensure that all students benefit from learning in ways that allow them to participate fully in public, community, creative, and economic life”.

### 6.3.1 Encaminhamentos de uma pedagogia dos multiletramentos

Como se explanou nas linhas anteriores, umas das teses defendidas pelo NLG era a de que a escola precisava assumir o compromisso com a formação de pessoas participantes do processo de mudança social, ou seja, “designers ativos”, “criadores de futuros sociais”, com capacidade de analisar criticamente o mundo à sua volta, bem como de exercer plenamente a cidadania em um panorama cuja complexidade se faz presente em suas mais variadas instâncias. Nessa perspectiva, o grupo elabora os encaminhamentos do que se denomina de “pedagogia dos multiletramentos”, no centro da qual se encontra o conceito de *design*.

O conceito se opõe frontalmente à representação da língua como algo estático. Na ideia de *design*, reside a concepção de todas as formas de representações como sendo processos dinâmicos, estando a língua incluída nesse conjunto. Para Cope e Kalantzis (2009), a palavra *design* possui um “duplo sentido fortuito”, uma vez que descreve tanto a estrutura ou morfologia (configuração interna do sistema) quanto o ato de construção de sentidos (processo criativo de pensamento). Por meio desse processo, desloca-se a posição de sujeito meramente reprodutor de ideias para a de *meaning maker*<sup>79</sup>, agente ativo no processo de recepção, construção e reconstrução de sentidos.

Três componentes básicos se interrelacionam no processo de construção de sentidos na concepção de *design: Available Designs, Designing* e *The Redesigned*, conforme ilustra o quadro abaixo.

Quadro 16 - Design de sentidos

<i>Available designs</i>	Recursos encontrados e encontráveis para o sentido: cultura, contexto e padrões e convenções específicos para o propósito de construção de sentidos.
<i>Designing</i>	O ato de significar: trabalho realizado em/com designs disponíveis na representação do mundo ou de outras representações dele, para si mesmo ou para os outros.
<i>The Redesigned</i>	O mundo transformado em novos designs disponíveis, ou mesmo os designers de sentidos que, por meio de do próprio ato de <i>designing</i> se transformam (aprendendo).

Fonte: COPE; KALANTZIS (2009, p. 176, tradução nossa).

Por *Available designs*, Cope e Kalantzis (2009, p. 175-176) compreendem padrões e convenções para representação, por meio dos quais é possível construir significados, os quais

---

<sup>79</sup> Produtor de sentidos, conforme nosso entendimento.

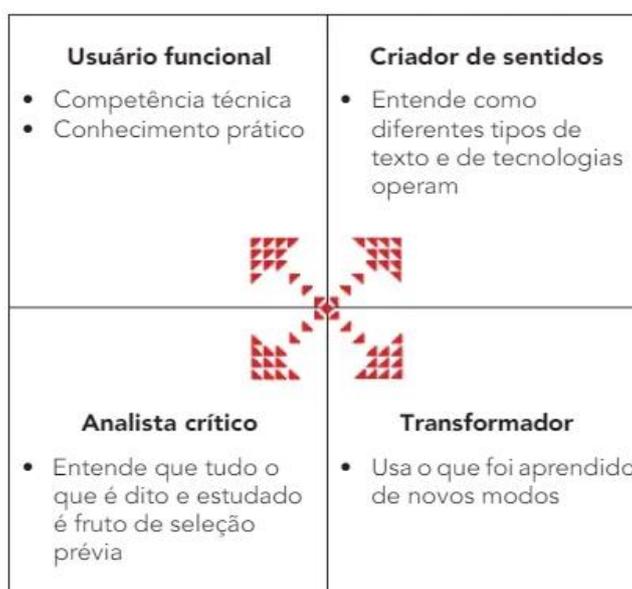
podem ser constituídos de modo (linguístico, visual, áudio, gestual, tátil e espacial), de gênero (a forma que um texto possui) e de discurso (a forma que a construção de significado assume em uma instituição social); em suma, trata-se dos padrões disponíveis para expressão.

Quanto ao *Designing*, este pode ser entendido como o ato de apropriação de algum *design* disponível para comunicação de novos sentidos, considerando, nesse processo, o papel da subjetividade e do protagonismo do sujeito, o qual expressa sua identidade, resultado de experiências e de interpretações particulares de sua interação no contexto sociocultural, selecionando ativa e conscientemente o que lhe desperta interesse e estabelecendo conexões entre conhecimentos anteriores com novas experiências, participando, por conseguinte, de forma ativa da transformação e da ressignificação do mundo mediante a criação de um *design* que contém a sua voz.

Já o *Redesigned* diz respeito às marcas de transformação que são deixadas no mundo social em consequência do processo de *designing*, isto é, a transformação dos sentidos. Segundo os autores, esse processo de transformação também é visível no agenciador de sentidos, uma vez que, no processo de representação, sua subjetividade é instanciada e, como resultado de sua atividade, ele próprio é modificado, em suas percepções, perspectivas e atitudes, o que resulta na aprendizagem.

Os princípios necessários ao desenvolvimento de uma pedagogia dos multiletramentos foram propostos pelo NLG e estão representados na figura abaixo.

Figura 58 - Mapa dos Multiletramentos



Fonte: Rojo (2012, p.29).

Para o alcance dessas metas e encaminhamento do processo de ensino-aprendizagem, o NLG propõe quatro movimentos pedagógicos: prática situada, instrução aberta, enquadramento crítico e prática transformada. O primeiro desses movimentos, *a prática situada*, diz respeito à contextualização do ensino, por meio de um trabalho de imersão em práticas significativas em contextos do mundo real. Essas práticas se tornam então motivadoras por levar em consideração necessidades socioculturais, identidades e perspectivas dos alunos, bem como por conduzir o aluno à percepção de que é possível relacionar tais práticas com outras, “[...] de outros espaços culturais (públicos, de trabalho, de outras esferas e contextos) (ROJO, 2012, p.30), conectando saberes e experiências.

A *instrução aberta* reporta a um processo de aproximação por parte do aluno da teoria e dos conceitos que embasam a atividade de aprendizagem. Não se trata da mera transmissão de informações pelo professor, realização de exercícios e memorização mecânica por parte do aluno (NLG, 1996), mas sim de um processo mais significativo, que conduz ao despertar da consciência acerca do que está sendo aprendido.

Já o *enquadramento crítico*, de acordo com o NLG, tem como objetivo auxiliar os alunos “[...] a enquadrar seu crescente domínio na prática, controle e compreensão consciente das relações históricas, sociais, culturais, políticas e ideológicas centradas no valor de determinados sistemas de conhecimento e prática social” (SILVA, 2016, p.13). Trata-se do desenvolvimento da criticidade ao se focar, de forma analítica, o que está sendo aprendido. Para isso, o aluno se distancia do que está estudando para conseguir empreender uma análise crítica e sistemática do contexto.

Na *prática transformada* ocorre a aplicação do que foi elaborado nos movimentos anteriores, de maneira que aquilo que foi compreendido é retomado nesta etapa e também ressignificado para ser aplicado em outros contextos, via um movimento de “Transferência na prática de construção de significados, que coloca o significado transformado para funcionar em outros contextos ou locais culturais” (NLG, 1996, p. 88), o que resulta em uma intervenção criativa no mundo, motivada por experiências e interesses<sup>80</sup>.

Como se observa, o intuito primeiro dessa pedagogia é criar condições, mediante o desenvolvimento de práticas significativas, para que os sujeitos se tornem ativos no processo

---

<sup>80</sup> No original: Transfer in meaning-making practice, which puts the transformed meaning to work in other contexts or cultural sites.

de transformação social, no qual o próprio sujeito é transformado e o ato de aprender, como consequência, se torna um processo de autocriação.

#### **6.4 Ecos do discurso do *New London Group* na Base Nacional Comum Curricular (BNCC): algumas considerações**

Em vista da necessidade de complementaridade das formas tradicionais de letramento, os multiletramentos foram legitimados pelo documento normativo oficial que norteia o conjunto das aprendizagens essenciais que devem integrar os currículos das escolas brasileiras, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada no ano de 2017. Entre os objetivos declarados por este documento, figura o anseio de que ele “[...] ajude a superar a fragmentação das políticas educacionais, enseje o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo e seja balizadora da qualidade da educação. (BRASIL, 2017, p. 8).

Conforme afirma Ribeiro (2020), o discurso do NLG fundamenta a BNCC, o que se evidencia, por exemplo, na forma como as dez competências gerais definidas para Educação Básica dialogam com o manifesto programático construído pelo *New London Group*. Nesse contexto, na introdução da Base, são apresentadas as dez competências gerais que devem ser desenvolvidas pelos estudantes ao longo da Educação Básica, para o alcance das quais devem concorrer as aprendizagens essenciais em tal documento definidas. Tais competências “[...] consubstanciam, no âmbito pedagógico, os direitos de aprendizagem e desenvolvimento.” (BRASIL, 2017, p. 8). As competências gerais em questão são as seguintes:

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a *construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva*.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de *práticas diversificadas da produção artístico-cultural*.
4. *Utilizar diferentes linguagens* – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), *corporal, visual, sonora e digital* –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e *partilhar* informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e *produzir sentidos* que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na *vida pessoal e coletiva*.

6. *Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais* e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do *mundo do trabalho* e fazer escolhas alinhadas ao *exercício da cidadania* e ao seu *projeto de vida*, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na *diversidade humana* e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9. *Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação*, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e *valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades*, sem preconceitos de qualquer natureza.

10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. (BRASIL, 2017, p. 9-10).

Ressalta-se que os grifos feitos estão em conformidade com os destaques de Ribeiro (2020, p.14), a fim de evidenciar “[...] aspectos afinados ao manifesto do NLG e às questões éticas que envolvem a educação e a sociedade”. Acrescenta-se, no que se relaciona a tais aspectos éticos e de justiça social mirados pelo NLG, o alinhamento da Base a essas questões na definição das competências gerais, ao reconhecer que a “[...] ‘educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza’, (BRASIL, 2013)”.

Além dos destaques feitos pela autora, é interessante ressaltar outros aspectos que também se alinham às ideias do NLG segundo nossa perspectiva. Na competência 2, vemos uma aproximação com o propósito da “instrução aberta”, movimento pedagógico que integra a pedagogia dos multiletramentos.

2 - Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à *abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade*, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas. (BRASIL, 2017, p. 9. grifos nossos).

Na etapa da “instrução aberta”, objetiva-se à aprendizagem e ao uso de uma metalinguagem, ou seja, visa-se à aproximação e à apropriação da teoria e dos conceitos que embasam a atividade de aprendizagem por parte do aluno. Nesse sentido, a metalinguagem é utilizada em favor da conceitualização, permitindo ao estudante analisar sistematicamente as práticas de aprendizagem, realizando uma transposição do mundo experiencial para o analítico-

conceitual, processo para o qual se fazem necessárias “*a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade*”.

Quanto à competência 10,

10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. (BRASIL, 2017, p. 10, grifos nossos).

destacamos a sua aproximação, além de outras, com a seguinte afirmação presente no manifesto: “Uma visão autenticamente democrática das escolas deve incluir uma visão de sucesso significativo para todos, uma visão de sucesso que não seja definida exclusivamente em termos econômicos e que inclua uma crítica à hierarquia e à injustiça econômica.” (CAZDEN et al, 2020, p.24). Para o alcance de tal visão de sucesso, os estudantes precisam desenvolver o senso de coletividade e de responsabilidade social, de respeito às diferenças, progredindo em sua autonomia sem prescindir de *princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários*, princípios esses que consubstanciam a base de uma sociedade capaz de assegurar o exercício dos direitos, garantias e deveres fundamentais dos seus cidadãos.

Além desses pontos de encontro de ideias, muitos outros poderiam ser apresentados, porém o objetivo aqui posto se limita a explicitar brevemente como o discurso do NLG reverbera na BNCC. Isto posto, remetendo a discussão para a seara linguística, foco desta pesquisa, fica claro, no texto da Base, que um dos seus propósitos é contemplar as práticas de linguagem que se materializam em novas experiências textuais que têm espaço na esfera digital, o que converge com os ideais do NLG expostos no Manifesto. Como sustentação teórica para o desenvolvimento desse trabalho,

Assume-se aqui a perspectiva enunciativo-discursiva de linguagem, já assumida em outros documentos, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), para os quais a linguagem é “uma forma de ação interindividual orientada para uma finalidade específica; um processo de interlocução que se realiza nas práticas sociais existentes numa sociedade, nos distintos momentos de sua história” (BRASIL, 1998, p. 20). (BNCC, 2017, p.67).

Nessa perspectiva, para a disciplina de Língua Portuguesa, assume-se “[...] a centralidade do texto como unidade de trabalho e as perspectivas enunciativo-discursivas na abordagem”, o que está em conformidade com o que já foi consagrado por outros documentos oficiais da área, como os Parâmetros Curriculares Nacionais, doravante PCN, e visa “[...] sempre relacionar os textos a seus contextos de produção e o desenvolvimento de habilidades

ao uso significativo da linguagem em atividades de leitura, escuta e produção de textos em várias mídias e semioses” (BNCC, 2017, p.67).

Nas linhas traçadas pelo interacionismo-sócio-discursivo, sobre a noção de texto, em Bronckart (1999 p.75), lê-se: “[...] chamamos de texto toda a unidade de produção de linguagem situada, acabada e autossuficiente (do ponto de vista da ação ou da comunicação)”, e que se realiza por intermédio de um gênero. Explica Marcuschi (2010, p. 22) que “[...] é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum *gênero*, assim como é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum texto. Em outros termos, partimos da ideia de que a comunicação verbal só é possível por algum *gênero textual*.”

Destarte, gênero textual pode ser entendido como um tipo “relativamente estável” de enunciado (BAKHTIN, 2003, p. 283)<sup>81</sup>, materializado, que circula nas diversas esferas discursivas, cumprindo uma determinada finalidade comunicativa no tecido social, com especificidades no que tange à sua composição, ao seu estilo e ao seu tema. Imbricada a essa concepção e levando em consideração os demais pressupostos teóricos considerados pela BNCC, quando se trata do componente curricular de Língua Portuguesa, enfatiza-se que o trabalho deve, preferencialmente, ser mediado por gêneros discursivos.

Dessa ênfase na função social da linguagem, depreende-se a necessidade de se pensar em propostas de ensino que remetam a situações concretas de uso da língua materna, a partir das quais o aluno possa desenvolver sua competência enquanto usuário da língua, tornando-se apto a interagir com as mais variadas formações sócio-discursivas no interior das situações comunicativas em que estiver inserido, o que corrobora a necessidade de se focalizar os gêneros discursivos. Defendem Schneuwly e Dolz e (2004)

[...] o trabalho escolar, no domínio da produção da linguagem, faz-se sobre os gêneros, quer se queira ou não. Eles constituem o instrumento de mediação de toda estratégia de ensino e material de trabalho, necessário e inesgotável, para o ensino da textualidade. A análise de suas características fornece uma primeira base de modelização instrumental para organizar as atividades de ensino que esses objetos de aprendizagem requerem. (SCHNEUWLY; DOLZ, 2004, p. 51).

Em face desse imperativo, não se pode desconsiderar os reflexos das novas formas de interação no ciberespaço<sup>82</sup>. A imersão no ambiente digital mediada pelo advento da internet e

---

<sup>81</sup> Bakhtin faz uso da expressão “gênero do discurso” (BAKHTIN, 2003, p. 283).

<sup>82</sup> Para Pierre Lévy: “O ciberespaço que também chamarei de ‘rede’ é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação

da World Wide Web tem se apresentado como uma marca indelével das últimas gerações. Nesse sentido, as novas tecnologias e ferramentas advindas dessa teia criada pela hiperconectividade, que trazem uma gama de possibilidades de acesso à informação, têm não somente feito parte do cotidiano desse grupo, como também orientado a sua mentalidade, moldando pensamentos, ações e formas de se colocar no mundo. Do panorama atual, a cada dia, emergem incessantemente soluções tecnológicas atinentes aos mais variados segmentos, aprimorando processos e facilitando a vida humana em alguns aspectos.

Na esfera do ciberespaço, novas formas de comunicação têm se apresentado, exigindo de seus usuários proficiência tanto para produção quanto para recepção de certas práticas de linguagem outrora nem sequer imaginadas, que congregam novos arranjos multissemióticos e que conduzem a novas formas de produção de significados. De acordo com Rojo (2013, p.7), “A integração de semioses, o hipertexto, a garantia de um espaço para a autoria e para a interação, a circulação de discursos polifônicos num mesmo ciberespaço, com a distância de um clique, desenham novas práticas de letramento na hipermídia.”

Essas novas configurações discursivas se constituem como vetores da produção de gêneros do discurso adaptados a tal realidade, cujo suporte passa a ser o próprio ambiente digital. Nesse contexto, surgem, a título de ilustração, gêneros como: fanfics, wikis, fanzine, fanvídeo, reportagem multimidiática, relato multimidiático, meme, post, tweet, tutorial em vídeo, podcast, graphics interchange format (GIF), entre diversos outros, os quais circulam em diferentes mídias e campos de atividade, demandando o desenvolvimento de competências que possibilitem ao sujeito se inserir e transitar com autonomia e criticidade no interior das práticas de linguagem que permeiam a cultura digital.

Diante dessa conjuntura, integrando o rol dos gêneros cujo trabalho já é consagrado pela escola, surge a necessidade de se contemplar esses novos gêneros, os quais requerem novos tipos de letramentos, no caso, digitais. Salienta Rojo (2013, p.8) que “[...] se os textos da contemporaneidade mudaram, as competências/capacidades de leitura de textos exigidas para participar de práticas de letramentos atuais não podem ser as mesmas”.

Assim, em vista desse contexto e do objetivo de formar integralmente o sujeito, a escola não pode se furtar da tarefa de contemplar, em seu currículo, as novas configurações discursivas, uma vez que elas integram a atual realidade e se constituem como condição para participação efetiva na sociedade digital. Relativo a essa questão, explicita o texto da BNCC que

---

digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. (LÉVY, 1999, p. 16)

[...] é imprescindível que a escola compreenda e incorpore mais as novas linguagens e seus modos de funcionamento, desvendando possibilidades de comunicação (e também de manipulação), e que eduque para usos mais democráticos das tecnologias e para uma participação mais consciente na cultura digital. Ao aproveitar o potencial de comunicação do universo digital, a escola pode instituir novos modos de promover a aprendizagem, a interação e o compartilhamento de significados entre professores e estudantes. (BNCC, 2017, p.61).

Assim, como forma de suprir essa necessidade, a abordagem dos multiletramentos ganha foco, na medida em que visa ampliar o contato do estudante com novos recursos e tecnologias digitais que podem ser usadas a favor do aprendizado, preparando-o para uma participação mais efetiva nas práticas contemporâneas de linguagem que têm lugar em uma sociedade globalizada, o que vai ao encontro dos ideais de democracia e de inclusão sustentados pela BNCC. Nesse sentido, lê-se, no texto da BNCC:

Nessa perspectiva, para além da cultura do impresso (ou da palavra escrita), que deve continuar tendo centralidade na educação escolar, é preciso considerar a cultura digital, os multiletramentos e os novos letramentos, entre outras denominações que procuram designar novas práticas sociais de linguagem. No entanto, a necessária assunção dos multiletramentos não deve apagar o compromisso das escolas com os letramentos locais e com os valorizados. É preciso garantir que as juventudes se reconheçam em suas pertencas culturais, com a valorização das práticas locais, e que seja garantido o direito de acesso às práticas dos letramentos valorizados. (BNCC, 2017, p. 487).

Partindo dessa compreensão, entende-se que a abordagem dos multiletramentos pode ser utilizada como fio condutor para elaboração de estratégias pedagógicas de trabalho com os nomes de lugares na escola, aliando ferramentas digitais e gêneros textuais. Foi exatamente nesse contexto que o aplicativo “Na trilha do patrimônio” foi idealizado, ou seja, para servir como um recurso digital que colabore para o desenvolvimento de tal trabalho.

### **6.5 “Na trilha do patrimônio”: uma ferramenta toponomástica digital voltado à educação patrimonial em sala de aula**

O aplicativo “Na trilha do patrimônio”, produto desenvolvido no âmbito deste trabalho de doutorado, tem como objetivo servir como recurso didático no contexto do desenvolvimento de encaminhamentos didático-pedagógicos direcionados ao trabalho com nomes de lugares na Educação Básica. A ideia por trás do desenvolvimento desse aplicativo foi a de levar, para o âmbito da sala de sala, uma ferramenta que pudesse ser, ao mesmo tempo, educativa e interativa, ampliando os horizontes do trabalho com topônimos na escola.

No que tange ao nome atribuído ao aplicativo, sua motivação adveio do próprio conteúdo que contempla: os nomes dos lugares que integram o conjunto patrimonial de natureza

material da cidade de Palmas. Pensando então no campo lexical que envolve a Toponomástica, sobressaíram palavras como: lugar, local, mapa, itinerário, caminho, rota, roteiro, entre outras. Dentre essa gama de palavras e de arranjos linguísticos possíveis, optou-se por uma composição que não só deixasse transparecer o conteúdo do software de maneira simples, mas que também pudesse despertar a curiosidade dos usuários.

Destaca-se que o aplicativo nasceu como um desdobramento do Sistema Toponímico do Tocantins<sup>83</sup> (SISTOP), o qual integra o Projeto Atlas Toponímico do Tocantins (ATT). Este tem como objetivo, em linhas gerais, fazer o mapeamento toponímico do Estado do Tocantins. À vista disso, é importante destacar que todos os dados dispostos no aplicativo “Na trilha do patrimônio” também irão compor, em um momento vindouro, o banco de dados do SISTOP, que está em processo final de desenvolvimento<sup>84</sup>. O aplicativo “Na trilha do patrimônio” também se encontra em fase final de desenvolvimento pela equipe de programação do projeto “Fábrica de softwares”, vinculado ao Curso de Ciências da Computação da Universidade Federal do Tocantins, campus Palmas.

Vale ressaltar que, quando se concebeu o aplicativo em questão, partiu-se do ensejo de expandir o espaço de estudo dos topônimos para o ambiente virtual, em uma plataforma agregadora, que pudesse tornar esse processo de aprendizado mais didático e motivador para os alunos. Nesse sentido, a qualificação dessa proposta como inovadora advém da aplicação dos estudos toponomásticos ao contexto do ensino, especialmente com a utilização de uma ferramenta digital interativa. Concorda-se com Andrade e Nascimento (2017) quando estes justificam que:

[...] a inovação, no contexto escolar, assim como nas demais áreas, é da ordem de aplicação; tem, no escopo, a estratégia da ação e deve ser guiada por objetivos práticos. Partimos da premissa de que o ato de inovar não deve ser compreendido como resultado de uma ação determinada, mas de um processo. É nessa percepção que lidamos com o caráter de inovação pedagógica ao estudar uma proposta pedagógica que relacione toponímia e interdisciplinaridade. (ANDRADE; NASCIMENTO, 2017, p.26).

---

<sup>83</sup> É definido como plataforma/banco de dados online com informações catalogadas das fichas lexicográfico-toponímicas, resultado do trabalho de coleta e de análise de dados provenientes dos 139 mapas dos municípios do estado do Tocantins, a plataforma dispõe de dados linguísticos, históricos, geográficos, etimológicos dentre outros. (ANDRADE; OLIVEIRA, 2014).

<sup>84</sup> Para informações detalhadas sobre o SISTOP, ver o trabalho de conclusão de doutorado de Verônica Ramalho Nunes (2022). Neste texto, a autora apresenta detalhadamente a plataforma em questão, trazendo informações sobre cada etapa de seu desenvolvimento, desde sua concepção até o estágio atual.

Partindo do entendimento acima apresentado, esclarece-se que o objetivo prático do aplicativo “Na trilha do patrimônio” é o de servir como ferramenta colaborativa para ampliação do leque de aprendizados que emerge do estudo dos nomes de lugares. Ademais, levando em consideração o escopo do aplicativo, que contempla os nomes que formam o conjunto do patrimônio material da cidade de Palmas - TO, ele também se caracteriza como uma ferramenta de educação patrimonial informal, na medida em que, ao apresentar informações sobre os bens patrimoniais, didaticamente organizadas em arranjos multimodais, contribui para ressignificar a relação dos alunos com esses lugares, despertando, inclusive, a necessária consciência de valorização deles. De acordo com o Horta, Grunberg e Monteiro (2009), a educação patrimonial

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 2009, p.4).

Ao contemplar no aplicativo a toponímia do patrimônio cultural material da cidade de Palmas, caminha-se na direção desse trabalho de educação patrimonial, uma vez que se busca, pelo viés do nome de lugar, conduzir os alunos à percepção do universo de significados que se materializam nesses nomes, os quais comunicam aspectos socioculturais e da trajetória histórico-temporal da comunidade em que se inserem, processo esse que pode conduzir à valorização desses lugares e ao despertar do sentimento de identificação para com eles.

É pertinente mencionar que o aplicativo desenvolvido foi inspirado em outro, cujo nome é “Roteiro Toponímico<sup>85</sup>”, criado pela Câmara Municipal da cidade de Ponta Delgada, localizada em Portugal, com o objetivo de servir como um guia digital da toponímia dessa cidade para residentes e visitantes, fornecendo informações sobre a história de personalidades ou acontecimentos que marcaram a história da cidade, contando, inclusive, com o recurso de marcação da posição geográfica do usuário.

---

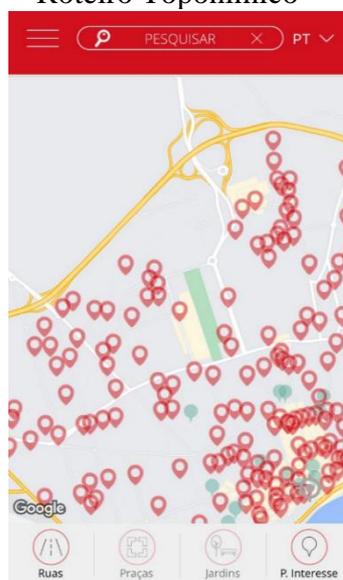
<sup>85</sup> Na Apple store, o aplicativo encontra-se disponível para download gratuitamente.

Figura 59 - Tela inicial do aplicativo "Roteiro Toponímico"



Fonte: Print de tela. Acervo da autora (2022).

Figura 60 - Home do aplicativo "Roteiro Toponímico"



Fonte: Print de tela. Acervo da autora (2022).

Acredita-se que a utilização de aplicativos educacionais em sala de aula pode abrir novas possibilidades de abordagem de um objeto do conhecimento, suplementando práticas já cristalizadas na escola. No caso específico dos nomes de lugares, a utilização de um software pedagógico pode contribuir para despertar a motivação do aluno, na medida em que fomenta o protagonismo dele no processo de aprendizagem, pois é o educando quem escolhe os caminhos

a serem trilhados no aplicativo, navegando conforme suas preferências, aprendendo de acordo com seu próprio ritmo, bem como interagindo e colaborando com informações e sugestões para melhoria do software de acordo com seu inventário de conhecimentos e de interesses.

Isto posto, a seguir, é feita a apresentação do aplicativo “Na trilha do patrimônio”, em fase final de desenvolvimento pela equipe de programação. Portanto, frisa-se que ajustes podem ser feitos e melhorias implementadas, de maneira que a versão final do produto pode diferir um pouco das imagens apresentadas. Todavia, sabendo que a essência dele será mantida, a exposição das imagens cumpre a finalidade didática de colaborar para compreensão das funcionalidades gerais da aplicação.

#### 6.5.1. Visão geral do produto

O sistema será composto por um aplicativo para dispositivos móveis, uma aplicação Web para utilização no navegador e um servidor responsável por armazenar e distribuir todos os dados. No aplicativo, será a interface de acesso dos usuários, onde será possível explorar e visualizar todos os bens patrimoniais disponíveis no mapa. Os usuários poderão obter acesso e fazer o download do aplicativo através da loja de aplicativo Play Store<sup>86</sup>.

Na aplicação Web, será a interface de controle e de administração de todo o sistema, na qual será possível cadastrar, editar ou excluir locais, bem como incluir todas as informações necessárias concernentes a eles. A fim de que a segurança seja assegurada, os administradores possuirão usuário e senha para que possam acessar a aplicação. O servidor, responsável por armazenar todos os dados do sistema, ficará hospedado em nuvem<sup>1</sup>, que se trata, basicamente, de um modelo de armazenamento de computador no qual os dados digitais são armazenados, através da internet, em um HD que está fora da máquina do usuário.

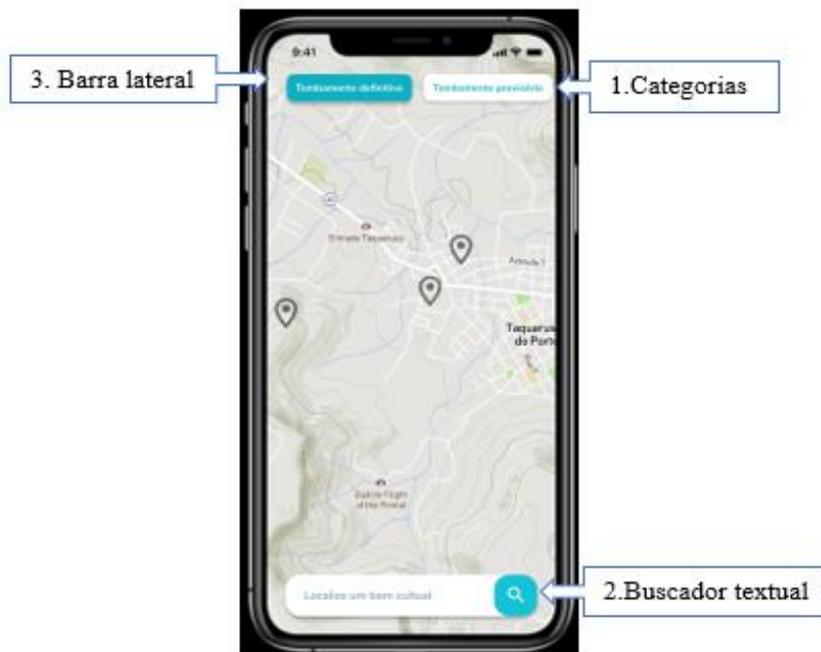
#### 6.5.2 Home do aplicativo

Está será a primeira tela a que o usuário terá acesso. Nela será possível explorar todos os bens patrimoniais disponíveis no mapa, inclusive sendo possível aplicar filtros de categorias, relacionados aos tipos de tombamentos, definitivo ou provisório (item 1), realizar buscas textuais (item 2), ou acessar os menus contidos na barra lateral (item 3).

---

<sup>86</sup> Neste momento, como se trata de uma apresentação do protótipo do aplicativo, este ainda não se encontra disponível para download na loja de aplicativos mencionada.

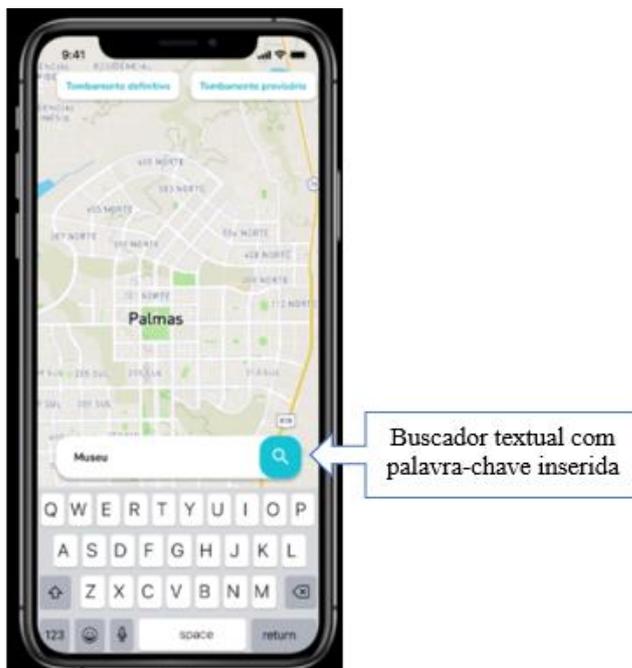
Figura 61 - Home do aplicativo



Fonte: Acervo próprio (2021).

É possível pesquisar bens patrimoniais pelo “buscador textual”, item 2 da figura 62. Para executar esse procedimento, deverá ser utilizada a barra inferior, escrevendo o nome do lugar que se deseja pesquisar e, em seguida, pressionando o botão de busca, ilustrado pelo ícone de uma lupa, como mostra a figura 63, na qual foi inserida a palavra “Museu” no buscador textual como palavra-chave para iniciar a pesquisa.

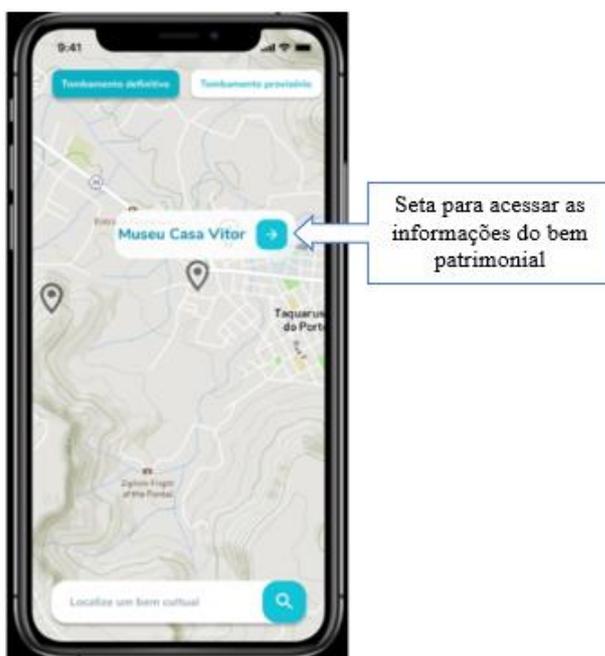
Figura 62 - Buscador textual



Fonte: Acervo próprio (2021).

Após essa ação, caso haja correspondência para busca realizada, ela será exibida no mapa, como ilustra a figura 63. Nesse caso, o nome do bem patrimonial será exibido ao lado de uma seta que, caso selecionada, direcionará a uma aba com informações pertinentes ao lugar pesquisado, como mostra a figura 64.

Figura 63 - Correspondência de pesquisa



Fonte: Acervo próprio (2021).

Figura 64 - Informações pertinentes ao bem pesquisado



Fonte: Acervo próprio (2021).

Na figura 64, são exibidos: 1 - o nome do bem patrimonial selecionado pelo usuário, 2 – fotografia autoral atualizada do bem patrimonial, 3 – categorias de informações relativas ao bem patrimonial, sendo uma aba relativa a informações contextuais e uma relacionada a informações de natureza científica atinentes à disciplina Toponomástica, 4 – rota do *Google Maps* para o bem patrimonial selecionado, 5 – campo para interação com os usuários. Neste campo, será possível a inserir comentários, relatar experiências vivenciadas no lugar, adicionar informações extras, solicitar possíveis correções, ou seja, participar ativamente da construção textual do aplicativo.

Caso o usuário selecione a aba “Informações contextuais”, será aberta a seguinte tela, ilustrada na figura 65, com informações enciclopédicas a respeito do lugar, como o histórico relativo à sua construção, localização, lei ou decreto de tombamento e explicações a respeito da origem do topônimo. O usuário poderá, por meio de uma barra de rolagem (item 1), ter acesso as demais informações. Na tecla “voltar” (item 2), poderá retornar à tela imediatamente anterior.

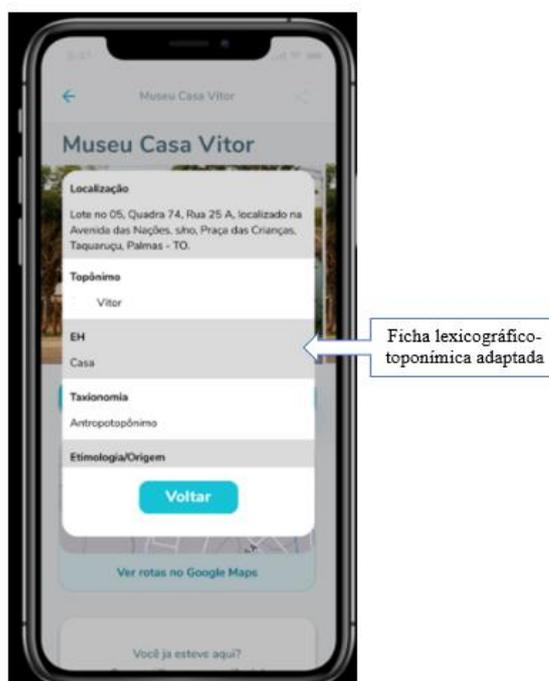
Figura 65 - Aba com informações contextuais



Fonte: Acervo próprio (2021).

Por outro lado, caso o usuário selecione a aba “Informações técnicas”, será aberta a seguinte tela, ilustrada na figura 66, com uma ficha lexicográfica-toponímica adaptada aos propósitos do aplicativo.

Figura 66 - Aba com informações técnicas



Fonte: Acervo próprio (2021).

Na barra lateral, constarão cinco abas, quais sejam: rota do patrimônio, informações do sistema, ficha técnica, política de privacidade e contato, como ilustra a figura abaixo.

Figura 67 - Abas que integram a barra lateral



Fonte: Acervo próprio (2021).

Na primeira dessas abas, “rota patrimonial”, exibe-se os vetores que marcam os bens patrimoniais no mapa. Ao clicar em um determinado ponto, o aplicativo direciona o usuário para o Google Maps para que o trajeto possa ser definido a partir da sua localização geográfica atual.

Figura 68 - Exemplo de rota



Fonte: Acervo próprio (2021).

Na aba “informações do sistema”, é feita uma apresentação do sistema, explicitando o contexto de seu desenvolvimento, a justificativa para sua criação e a principal finalidade dele. Uma parte dessa apresentação é ilustrada pela figura 69.

Figura 69 - Apresentação do sistema



Fonte: Acervo próprio (2021).

Em “ficha técnica”, são apresentadas as informações técnicas relativas ao software, como: nome do sistema, nome das organizadoras, nome da responsável pelo levantamento de dados, análise e produção textual, nome do desenvolvedor do sistema e explicitação das fontes das quais foram extraídas as fotografias que o integram.

Figura 70 - Ficha técnica do sistema



Fonte: Acervo próprio (2021).

Em “política de privacidade, são explicitadas as diretrizes de gestão de informações do sistema, com ênfase para o não armazenamento de informações do usuário relativas à sua localização. Já a aba “contatos” oferece uma via de interação com os gestores do sistema, para comunicação de possíveis imprecisões ou complemento de dados, como mostram as figuras 71 e 72 abaixo.

Figura 71 - Política de privacidade



Fonte: Acervo próprio (2021).

Figura 72 - Contato



Fonte: Acervo próprio (2021).

Feita essa explanação, na próxima seção, serão apresentados encaminhamentos didático-pedagógicos de aplicação da Toponomástica no âmbito do Ensino Fundamental, muitos dos quais contemplam a utilização do aplicativo “Na trilha do patrimônio”. Ainda que se parta de um contexto local para idealização dessas propostas e do aplicativo, a cidade de Palmas - TO, nada impede que elas sejam replicadas em outros contextos, desde que sejam feitas as adequações necessárias por parte de seus promotores.

## 6.6 A Toponomástica no contexto do Ensino Fundamental: apontando caminhos

Em face do leque de saberes que se articulam em estudos orientados pela vertente toponomástica de pesquisa, o empenho para que ela se torne uma área do conhecimento cada vez mais conhecida pelo grande público tem sido um dos objetivos de muitos pesquisadores nos últimos tempos. Nesse sentido, publicações recentes têm trazido propostas direcionadas ao trabalho com a Toponomástica no contexto do ensino em suas mais variadas perspectivas. Entre essas, em âmbito nacional, citam-se aqui apenas algumas: Nunes e Andrade (2012, 2015), Nunes (2016), Reis (2017), Reis e Andrade (2019a, 2019b), Andrade, Nunes, Nascimento e Bastiani (2019), Nascimento e Andrade (2020), Nascimento (2020), Sousa (2017, 2018, 2019) Sousa e Gouveia (2018) e Bastiani (2021).

Tais estudos têm tido o cuidado de se respaldar nos documentos parametrizadores educacionais de cunho oficial, tanto em âmbito nacional, com destaque para a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), quanto em âmbito regional, com foco no Documento Curricular do Tocantins (DCT) para as pesquisas desenvolvidas em solo tocantinense. Este último documento, fundamentado no primeiro, foi consolidado, aprovado e homologado pelo Conselho Estadual de Educação do Tocantins no ano de 2019, por meio da Resolução nº 24, de 14 de março de 2019.

Nesse viés, é fundamental pontuar que, ao se conceber uma proposta que contemple o trabalho com a Toponomástica na escola, é preciso que ela esteja em consonância com as aprendizagens essenciais estabelecidas pelos documentos oficiais que norteiam a Educação Básica, para que não se corra o risco de ela se tornar uma atividade descontextualizada dos demais objetos em estudo e rotulada como uma “invencionice” que a academia deseja impor ao já extenso currículo escolar, o qual, por si só, já demanda um grande esforço por parte dos professores para abordagem completa dos objetos do conhecimento por ele sistematizados.

Muito embora a BNCC não faça menção explícita aos nomes de lugares como um objeto do conhecimento a ser tratado nas etapas da Educação Básica, possibilidades de se empreenderem práticas de ensino direcionadas a esse trabalho podem ser depreendidas em muitos momentos ao longo do texto desse documento, enredadas nas competências, nas habilidades e nos objetos do conhecimento que se apresentam como balizadores do fazer pedagógico, como se verá adiante nos encaminhamentos didáticos-pedagógicos propostos.

Já no DCT de Língua Portuguesa, no contexto do eixo<sup>87</sup> de Análise Linguística referente ao 6º ano, especificamente no que tange à abordagem dos seguintes objetos de conhecimento “Morfofossintaxe. Substantivo: conceito, classificação e flexão”, verifica-se uma sugestão pedagógica em que se contemplam os nomes de lugares da toponímia tocantinense, o que pode ser observado no quadro 17 abaixo.

---

<sup>87</sup> De acordo com o DCT – Línguas: os eixos de integração considerados na BNCC e norteadores deste documento são aqueles já consagrados nos referenciais curriculares da área, correspondentes às práticas de linguagem: oralidade, leitura/escuta, produção (escrita e multissemiótica) e análise linguística/semiótica (que envolve conhecimentos linguísticos – sobre o sistema de escrita, o sistema da língua e a norma padrão –, textuais, discursivos e sobre os modos de organização e os elementos de outras semioses). (DCT – LÍNGUA PORTUGUESA, 2019, p. 20).

Quadro 17 - Língua Portuguesa - 6º ano do Ensino Fundamental - 1º bimestre

CA	EIXO	HABILIDADES	OBJETOS DE CONHECIMENTO	SUGESTÕES PEDAGÓGICAS
TODOS OS CAMPOS	Análise linguística	(EF06LP05) identificar os efeitos de sentido dos modos verbais, considerando o gênero textual e a intenção comunicativa.	Efeitos de sentido dos modos verbais na estrutura narrativa.	Essa habilidade refere-se ao estudo dos modos verbais: indicativo, subjuntivo e imperativo, de modo que o estudante consiga identificar os sentidos essenciais de cada um, em práticas de leitura e/ou produção nas quais a (re) construção dos sentidos esteja relacionada aos efeitos produzidos pelos modos verbais.
		(EF06LP04) Analisar a função e as flexões de substantivos e adjetivos e de verbos nos modos Indicativo, Subjuntivo e Imperativo: afirmativo e negativo.	Morfossintaxe. Substantivo: conceito, classificação e flexão. Modos indicativo e subjuntivo.	Essa habilidade pressupõe a construção prévia ou conexa de conhecimentos morfossintáticos relacionados a três classes de palavras (substantivos, adjetivos, verbos) e a modos verbais e categorias gramaticais a elas relacionadas. Convém lembrar, ainda, que as concordâncias verbal e nominal, assim como a manutenção e a correlação dos tempos verbais implicadas nessa habilidade colaboram para a coesão e a coerência na escrita. É pertinente incluir no estudo dos léxicos palavras próprias da nossa região. (Estudos dos nomes de lugares: Toponímia)

Fonte: Tocantins (2019, p.148, grifos nossos).

Ainda que seja uma proposição sem maiores detalhamentos, como evidencia o quadro acima, ela legitima as proposições que caminham rumo ao alcance deste objetivo: apresentar estratégias didático-pedagógicas para o trabalho com os topônimos no contexto da Educação Básica. Tal legitimidade decorre do reconhecimento de que analisar os aspectos envolvidos no ato de nomear pode conduzir o aluno à percepção de que os nomes atribuídos aos lugares, como expressão linguístico-social, encontram-se enraizados na história da comunidade e contribuem para que tais locais possam ser concebidos como lugares de memória, em razão do caráter conservador do signo toponomástico, que pode permitir desvelar elementos da expressão psicossocial e cultural de um grupo de falantes em um determinado recorte temporal.

Na esteira desse propósito, apresentamos, a seguir, alguns encaminhamentos didáticos para abordagem dos topônimos, em uma perspectiva identitário-cultural. Ressalta-se que se trata apenas de sugestões de tratamento didático, as quais, embora alicerçadas em cabedal teórico referendado, não são postas em caráter definitivo ou mesmo prescritivo. Não se pretende, de nenhuma maneira, impor o trabalho com a Toponomástica no contexto da Educação Básica. O que se almeja é contribuir com a práxis daqueles que reconhecem a importância dessa abordagem e, talvez, quem sabe, despertar o interesse daqueles que ainda

não vislumbraram o potencial dessa disciplina para a ampliação do leque de aprendizados dos alunos, especialmente no que tange à possibilidade de redimensionar a compreensão dos laços existentes entre o lugar, o seu nome e os indivíduos que nele interagem, contribuindo, assim, para preservação da identidade cultural da comunidade.

De todo modo, uma ressalva precisa ser feita: neste estudo, quando se propõem estratégias didático-pedagógicas para contemplar o trabalho com topônimos na Educação Básica, não se busca aplicar a perspectiva teórico-metodológica das pesquisas acadêmicas de vertente toponomástica, como - apenas a título de ilustração e não exclusivamente -, a coleta de topônimos em bases cartográficas e a sistematização deles em fichas lexicográficas com ênfase em aspectos linguísticos. As sugestões aqui apresentadas se orientam por uma perspectiva em que os nomes de lugares são abordados no contexto das unidades temáticas e dos campos de atuação propostos pela BNCC e pelo DCT de Língua Portuguesa e de Geografia.

#### 6.6.1 “Os nomes dos lugares patrimoniais e a nossa história”: encaminhamentos didático-pedagógicos para abordagem dos topônimos no Ensino Fundamental

Muitas propostas pedagógicas relacionadas ao estudo dos nomes de lugares, orientadas por objetivos específicos, podem ser desenvolvidas em diferentes momentos da Educação Básica. No Ensino Fundamental, anos finais, por exemplo, depreende-se que, entre as muitas possibilidades de enfoque, o estudo dos nomes de lugares pode ter espaço no contexto de um projeto interdisciplinar, envolvendo as disciplinas de Geografia e de Língua Portuguesa, visando à articulação e à construção de saberes mais complexos. Estabelecendo como recorte didático o primeiro ano dessa etapa, 6º ano, na disciplina de Geografia, esse trabalho pode ser contextualizado, no primeiro bimestre, na unidade temática “O sujeito e seu lugar no mundo”.

No enquadre dessa unidade e a partir do objeto de conhecimento “Identidade sociocultural”, o tema “Os nomes dos lugares patrimoniais e a nossa história” pode ser contemplado. Partindo desse tema norteador, o professor pode abordar vários outros que dele derivam, tais como: O que é um lugar? Qual a relação do patrimônio com a história da comunidade? De onde vêm os nomes dos bens patrimoniais da minha cidade? Quais são as marcas do passado corporificadas nos nomes de lugares? Quais relações existem entre os nomes de lugares e a história da comunidade? Por que um topônimo foi substituído por outro? Qual a importância da educação patrimonial? Tais temas podem ser articulados ao desenvolvimento da primeira habilidade apresentada para essa unidade, como ilustram o quadro 18, adaptado da BNCC, e o quadro 19, adaptado do DCT – Geografia.

Quadro 18 - Unidade temática “O sujeito e seu lugar no mundo” - Geografia - 6º ano

UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
O sujeito e seu lugar no mundo	Identidade sociocultural	(EF06GE01) Comparar modificações das paisagens nos lugares de vivência e os usos desses lugares em diferentes tempos. (EF06GE02) Analisar modificações de paisagens por diferentes tipos de sociedade, com destaque para os povos originários.

Fonte: BNCC (2017, p.384 -385) Adaptado.

Quadro 19 - Geografia - 6º ano - 1º bimestre

UNIDADE TEMÁTICA	HABILIDADES	OBJETOS DE CONHECIMENTO	SUGESTÕES PEDAGÓGICAS
O sujeito e seu lugar no mundo	(EF06GE01) Comparar modificações das paisagens nos lugares de vivência e os usos desses lugares em diferentes tempos. (EF06GE02) Analisar modificações de paisagens por diferentes tipos de sociedade, com destaque para os povos originários.	<b>Identidade sociocultural</b> Os diferentes tipos de paisagens; As paisagens como dimensões da identidade cultural; Paisagens locais; Noções de lugar.  <b>As paisagens e seus povos originários</b> Os diferentes lugares e paisagens rurais e urbanas; As comunidades tradicionais do estado do Tocantins.	Descrever os elementos representativos de mudanças e permanências em uma dada paisagem, reconhecendo as principais formas de manifestações culturais, naturais e sociais presentes nela. Comparar as modificações que ocorrem nessa paisagem/lugar com a vivência dos estudantes. Uma boa sugestão metodológica é o uso de fotografias, recortes de jornais, revistas e até mesmo desenhos que possibilitem essas comparações. Essa habilidade tem relação direta com a (EF06GE01) e espera-se que os estudantes possam identificar e interpretar as mudanças ocorridas nos lugares e nas paisagens (rurais e urbanas), no tempo e no espaço, sobretudo a partir das suas transformações pelos povos originários. O professor poderá provocar os seguintes questionamentos: Como era a sua região antes da colonização? Quais foram os primeiros habitantes e como ocorreu a mudança da paisagem? Pode também fazer uso de pinturas, fotografias e imagens do Google Earth, questionando as condições ambientais, problematizando as identidades e as multiculturalidades presentes nos espaços e modificações ao longo do tempo decorrentes das ocupações por diferentes povos e sociedades. Possibilidade interdisciplinar (EF 6HIO5)

Fonte: Tocantins (2019, p.35) Adaptado.

O tema norteador pode guiar o desenvolvimento de uma pesquisa sobre os lugares que são considerados patrimônio na comunidade, objetivando levar os alunos a conhecer um pouco mais sobre a história de seu grupo social. A ideia é que essa pesquisa possa ser feita, inicialmente, no aplicativo “Na trilha do patrimônio”, o qual serve ao propósito de contribuir como uma ferramenta de educação patrimonial informal, trazendo informações sobre o patrimônio cultural material da cidade de Palmas – TO de forma didática e interativa. Posteriormente, pode ser organizada uma visita *in loco* a esses lugares a fim de que os alunos possam conhecê-los e reconhecê-los como parte de sua história e berços da memória coletiva, o que poderá contribuir para que a consciência acerca da necessidade de valorização e de preservação desse patrimônio seja despertada.

Um possível desdobramento dessa proposta poderia ser feito contemplando apenas os antropotopônimos que nomeiam bens patrimoniais materiais de Palmas, isto é, os nomes que fazem homenagem a pessoas. Essa sugestão pedagógica pode ser contextualizada, em Língua Portuguesa, no “campo jornalístico-midiático<sup>88</sup>”. Tal ação didática, motivada pelo viés de investigação acerca do porquê desses nomes, partindo dos conhecimentos desenvolvidos na disciplina de Geografia, poderia abranger também os quatro eixos correspondentes às práticas de linguagem apresentadas na BNCC e no DCT para a disciplina de Língua Portuguesa: Oralidade, Leitura/escuta, Produção de textos e Análise linguística/semiótica.

Para aplicação dessa proposta, o primeiro passo a ser efetivado pode consistir em investigar o que a comunidade escolar conhece a respeito dos nomes desses lugares. Nesse sentido, um gênero discursivo a partir do qual essa investigação pode ser orientada se trata da entrevista. De forma a organizar o trabalho com esse gênero, é possível, inclusive, seguir as etapas de uma sequência didática, ou seja, “[...] um conjunto de atividades escolares, organizadas, de maneira sistemática, em torno de um gênero textual oral ou escrito” (DOLZ; NOVERRAZ; SCHNEUWLY, 2004, p. 97).

Por intermédio dessa atividade, os alunos teriam a possibilidade de se envolver em um trabalho que mobilizaria o Eixo da Oralidade. Sobre este eixo, lê-se na BNCC:

---

<sup>88</sup>No texto do documento, lê-se: “Assim, na BNCC, a organização das práticas de linguagem (leitura de textos, produção de textos, oralidade e análise linguística/semiótica) por campos de atuação aponta para a importância da contextualização do conhecimento escolar, para a ideia de que essas práticas derivam de situações da vida social e, ao mesmo tempo, precisam ser situadas em contextos significativos para os estudantes. São cinco os campos de atuação considerados: Campo da vida cotidiana (somente anos iniciais), Campo artístico-literário, Campo das práticas de estudo e pesquisa, Campo jornalístico-midiático e Campo de atuação na vida pública, sendo que esses dois últimos aparecem fundidos nos anos iniciais do Ensino Fundamental, com a denominação Campo da vida pública. (BNCC, 2017, p.84).

O Eixo da Oralidade compreende as práticas de linguagem que ocorrem em situação oral com ou sem contato face a face, como aula dialogada, webconferência, mensagem gravada, spot de campanha, jingle, seminário, debate, programa de rádio, entrevista, declamação de poemas (com ou sem efeitos sonoros), peça teatral, apresentação de cantigas e canções, playlist comentada de músicas, vlog de game, contação de histórias, diferentes tipos de podcasts e vídeos, dentre outras. Envolve também a oralização de textos em situações socialmente significativas e interações e discussões envolvendo temáticas e outras dimensões linguísticas do trabalho nos diferentes campos de atuação. (BNCC, 2017, p.78).

Nesse ínterim, destaca-se que o gênero entrevista, em seu primeiro momento, pode ser trabalhado na modalidade oral, antes de materializar em texto. Tal trabalho pode ser subsidiado por equipamentos de filmagem e/ou de gravação de áudio, como smartphones, e se ramificar, posteriormente, na produção de podcasts, gênero midiático de base oral. Com essa ação, o objeto de conhecimento “Planejamento e produção de entrevistas orais” teria enfoque, com vistas ao alcance da habilidade EF67LP14, conforme o quadro 20 abaixo.

Quadro 20 - Campo jornalístico-midiático - Língua Portuguesa - 6º ano

PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
CAMPO JORNALÍSTICO-MIDIÁTICO		
Oralidade	Planejamento e produção de entrevistas orais	(EF67LP14) Definir o contexto de produção da entrevista (objetivos, o que se pretende conseguir, porque aquele entrevistado etc.), levantar informações sobre o entrevistado e sobre o acontecimento ou tema em questão, preparar o roteiro de perguntar e realizar entrevista oral com envolvidos ou especialistas relacionados com o fato noticiado ou com o tema em pauta, usando roteiro previamente elaborado e formulando outras perguntas a partir das respostas dadas e, quando for o caso, selecionar partes, transcrever e proceder a uma edição escrita do texto, adequando-o a seu contexto de publicação, à construção composicional do gênero e garantindo a relevância das informações mantidas e a continuidade temática.

Fonte: BNCC (2017, p.166) Adaptado.

Quanto ao Eixo Leitura, este poderia ser contemplado em uma atividade de pesquisa com o fito de se levantarem mais informações sobre os nomes das pessoas que homenageiam o patrimônio cultural material da cidade de Palmas - TO, considerando o App “Na trilha do patrimônio”, no qual as informações sobre o patrimônio material palmense estão organizadas em arranjos multissemióticos. Além dessa ferramenta, os alunos poderiam ser incentivados a fazer pesquisas em sítios da internet e em textos impressos disponibilizados pelo professor para levantamento de mais informações, as quais poderiam complementar os dados obtidos nas

entrevistas realizadas. Destaca-se que essas ações encontram respaldo no que versa a BNCC, pois

O Eixo Leitura compreende as práticas de linguagem que decorrem da interação ativa do leitor/ouvinte/espectador com os textos escritos, orais e multissemióticos e de sua interpretação, sendo exemplos as leituras para: fruição estética de textos e obras literárias; pesquisa e embasamento de trabalhos escolares e acadêmicos; realização de procedimentos; conhecimento, discussão e debate sobre temas sociais relevantes; sustentar a reivindicação de algo no contexto de atuação da vida pública; ter mais conhecimento que permita o desenvolvimento de projetos pessoais, dentre outras possibilidades. (BNCC, 2017, p.71).

Com esse trabalho, seria possível contemplar os seguintes objetos do conhecimento, não exclusivamente, estabelecidos pela BNCC para o 6º ano: “Relação entre textos”, “Estratégia de leitura” e “Distinção de fato e opinião”, bem como relacioná-los às habilidades EF67LP03, EF67LP04 e EF67LP08. Tanto os objetos do conhecimento como as habilidades citadas estão destacados no quadro 21 para melhor visualização.

Quadro 21 - Campo jornalístico-midiático - Língua Portuguesa - 6º ano

PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
<b>CAMPO JORNALÍSTICO-MIDIÁTICO</b>		
<b>Leitura</b>	Reconstrução do contexto de produção, circulação e recepção de textos.  Caracterização do campo jornalístico e relação entre os gêneros em circulação, mídias e práticas da cultura digital.	<b>EF06LP01)</b> Reconhecer a impossibilidade de uma neutralidade absoluta no relato de fatos e identificar diferentes graus de parcialidade/ imparcialidade dados pelo recorte feito e pelos efeitos de sentido advindos de escolhas feitas pelo autor, de forma a poder desenvolver uma atitude crítica frente aos textos jornalísticos e tornar-se consciente das escolhas feitas enquanto produtor de textos. <b>(EF06LP02)</b> Estabelecer relação entre os diferentes gêneros jornalísticos, compreendendo a centralidade da notícia. <b>(EF67LP01)</b> Analisar a estrutura e funcionamento dos <i>hyperlinks</i> em textos noticiosos publicados na <i>Web</i> e vislumbrar possibilidades de uma escrita hipertextual.
	Apreciação e réplica	<b>(EF67LP02)</b> Explorar o espaço reservado ao leitor nos jornais, revistas, impressos e <i>on-line</i> , <i>sites</i> noticiosos etc., destacando notícias, fotorreportagens, entrevistas, charges, assuntos, temas, debates em foco, posicionando-se de maneira ética e respeitosa frente a esses textos e opiniões a eles relacionadas, e publicar notícias, notas jornalísticas, fotorreportagem de interesse geral nesses espaços do leitor.
	Relação entre textos	<b>(EF67LP03)</b> Comparar informações sobre um mesmo fato divulgadas em diferentes veículos e mídias, analisando e avaliando a confiabilidade.
	Estratégia de leitura Distinção de fato e opinião	<b>(EF67LP04)</b> Distinguir, em segmentos descontínuos de textos, fato da opinião enunciada em relação a esse mesmo fato.

	Estratégia de leitura: identificação de teses e argumentos Apreciação e réplica	<b>(EF67LP05)</b> Identificar e avaliar teses/opiniões/posicionamentos explícitos e argumentos em textos argumentativos (carta de leitor, comentário, artigo de opinião, resenha crítica etc.), manifestando concordância ou discordância.
	Efeitos de sentido	<b>(EF67LP06)</b> Identificar os efeitos de sentido provocados pela seleção lexical, topicalização de elementos e seleção e hierarquização de informações, uso de 3ª pessoa etc. <b>(EF67LP07)</b> Identificar o uso de recursos persuasivos em textos argumentativos diversos (como a elaboração do título, escolhas lexicais, construções metafóricas, a explicitação ou a ocultação de fontes de informação) e perceber seus efeitos de sentido.
	Efeitos de sentido Exploração da multissemiose	<b>(EF67LP08)</b> Identificar os efeitos de sentido devidos à escolha de imagens estáticas, sequenciação ou sobreposição de imagens, definição de figura/fundo, ângulo, profundidade e foco, cores/tonalidades, relação com o escrito (relações de reiteração, complementação ou oposição) etc. em notícias, reportagens, fotorreportagens, foto-denúncias, memes, <i>gifs</i> , anúncios publicitários e propagandas publicados em jornais, revistas, <i>sites</i> na internet etc.

Fonte: BNCC (2017, p.162-163) Adaptado.

No contexto do DCT – Língua Portuguesa, seria possível contemplar os seguintes objetos do conhecimento: “Caracterização do campo jornalístico e relação entre os gêneros em circulação, mídias e práticas da cultura digital” para o eixo “Leitura” no 6º ano, bem como relacioná-los à habilidade EF06LP02. Tanto os objetos do conhecimento como as habilidades citadas estão destacados no quadro 22 para melhor visualização.

Quadro 22 - Língua Portuguesa - 6º ano do Ensino Fundamental – 1º bimestre

CA	EIXO	HABILIDADES	OBJETOS DE CONHECIMENTO	SUGESTÕES PEDAGÓGICAS
JORNALÍSTICO/MIDIÁTICO	Leitura	(EF06LP02) Estabelecer relação entre os diferentes gêneros jornalísticos, compreendendo a centralidade da notícia.	Caracterização do campo jornalístico e relação entre os gêneros em circulação, mídias e práticas da cultura digital. Gênero Notícia. Pronomes pessoais e de tratamento, pronome oblíquo do caso reto e pronome possessivo.	Essa habilidade refere-se ao fato de outros gêneros, como por exemplo: crônica, carta ao leitor, entre outros, serem produções que dialogam com o que foi noticiado. Deve-se levar em consideração que o contato direto e frequente com os portadores (impressos ou digitais), possibilita ao estudante perceber essas relações entre os gêneros e as características de cada um deles. A parte gramatical deverá ser trabalhada a partir dos textos.

Fonte: Tocantins (2019, p.145).

As informações obtidas nas entrevistas e nas pesquisas realizadas poderiam ser utilizadas como material para produção de outros gêneros discursivos, midiáticos e multissemióticos, como notícias, reportagens midiáticas, vlogs, podcasts culturais, os quais poderiam ser divulgados no espaço de um “Weblog” criado especificamente com essa finalidade, e que poderia tornar disponíveis os conhecimentos sobre os nomes dos lugares pesquisados a toda comunidade, para além dos muros da instituição, bem como poderia permitir a colaboração desse público para um possível complemento de dados, o que vai ao encontro da abordagem dos multiletramentos. Esta ganha foco, portanto, na medida em que visa ampliar o contato do estudante com novos recursos e tecnologias digitais que podem ser usadas a favor do aprendizado, preparando-o para uma participação mais efetiva nas práticas contemporâneas de linguagem que têm lugar em uma sociedade globalizada, o que se concatena aos ideais de democracia e de inclusão sustentados pela Base.

Tais atividades se relacionam ao Eixo Produção textual. Sobre esse eixo, lê-se na BNCC:

O Eixo da Produção de Textos compreende as práticas de linguagem relacionadas à interação e à autoria (individual ou coletiva) do texto escrito, oral e multissemiótico, com diferentes finalidades e projetos enunciativos como, por exemplo, construir um álbum de personagens famosas, de heróis/heróínas ou de vilões ou vilãs; produzir um almanaque que retrate as práticas culturais da comunidade; narrar fatos cotidianos, de forma crítica, lírica ou bem-humorada em uma crônica; comentar e indicar diferentes produções culturais por meio de resenhas ou de playlists comentadas; descrever, avaliar e recomendar (ou não) um game em uma resenha, gameplay ou vlog; escrever verbetes de curiosidades científicas; sistematizar dados de um estudo em um relatório ou relato multimidiático de campo; divulgar conhecimentos específicos por meio de um verbete de enciclopédia digital colaborativa; relatar fatos relevantes para a comunidade em notícias; cobrir acontecimentos ou levantar dados relevantes para a comunidade em uma reportagem; expressar posição em uma carta de leitor ou artigo de opinião; denunciar situações de desrespeito aos direitos por meio de fotorreportagem, fotodenúncia, poema, lambe-lambe, microrroteiro, dentre outros. (BNCC, 2017, p.77).

Partindo do exposto e no contexto dos encaminhamentos didático-pedagógicos em desenvolvimento, os seguintes objetos de conhecimentos poderiam ser contemplados: “Estratégias de produção: planejamento de textos informativos”, “Textualização, tendo em vista suas condições de produção, as características do gênero em questão, o estabelecimento de coesão, adequação à norma-padrão e o uso adequado de ferramentas de edição”, “Estratégias de produção: planejamento de textos argumentativos e apreciativos”, “Produção e edição de textos publicitários”, bem como correlacionados ao desenvolvimento das habilidades EF67LP09, EF67LP10, EF67LP11 e EF67LP13. Ressalta-se que tanto os objetos do

conhecimento como as habilidades citadas estão destacados no quadro 23 para melhor visualização.

Quadro 23 - Campo jornalístico-midiático - Língua Portuguesa - 6º ano

PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
<b>CAMPO JORNALÍSTICO-MIDIÁTICO</b>		
<b>Produção de textos</b>	Estratégias de produção: planejamento de textos informativos	<b>(EF67LP09)</b> Planejar notícia impressa e para circulação em outras mídias (rádio ou TV/vídeo), tendo em vista as condições de produção, do texto – objetivo, leitores/espectadores, veículos e mídia de circulação etc. –, a partir da escolha do fato a ser noticiado (de relevância para a turma, escola ou comunidade), do levantamento de dados e informações sobre o fato – que pode envolver entrevistas com envolvidos ou com especialistas, consultas a fontes, análise de documentos, cobertura de eventos etc.–, do registro dessas informações e dados, da escolha de fotos ou imagens a produzir ou a utilizar etc. e a previsão de uma estrutura hipertextual (no caso de publicação em <i>sites ou blogs</i> noticiosos).
	Textualização, tendo em vista suas condições de produção, as características do gênero em questão, o estabelecimento de coesão, adequação à norma-padrão e o uso adequado de ferramentas de edição	<b>(EF67LP10)</b> Produzir notícia impressa tendo em vista características do gênero – título ou manchete com verbo no tempo presente, linha fina (opcional), lide, progressão dada pela ordem decrescente de importância dos fatos, uso de 3ª pessoa, de palavras que indicam precisão –, e o estabelecimento adequado de coesão e produzir notícia para TV, rádio e internet, tendo em vista, além das características do gênero, os recursos de mídias disponíveis e o manejo de recursos de captação e edição de áudio e imagem.
	Estratégias de produção: planejamento de textos argumentativos e apreciativos	<b>(EF67LP11)</b> Planejar resenhas, <i>vlogs</i> , vídeos e <i>podcasts</i> variados, e textos e vídeos de apresentação e apreciação próprios das culturas juvenis (algumas possibilidades: <i>fanzines</i> , <i>fanclipes</i> , <i>e-zines</i> , <i>gameplay</i> , <i>detonado</i> etc.), dentre outros, tendo em vista as condições de produção do texto – objetivo, leitores/espectadores, veículos e mídia de circulação etc. –, a partir da escolha de uma produção ou evento cultural para analisar – livro, filme, série, <i>game</i> , canção, videoclipe, <i>fanclipe</i> , <i>show</i> , <i>saraus</i> , <i>slams</i> etc. – da busca de informação sobre a produção ou evento escolhido, da síntese de informações sobre a obra/evento e do elenco/seleção de aspectos, elementos ou recursos que possam ser destacados positiva ou negativamente ou da roteirização do passo a passo do <i>game</i> para posterior gravação dos vídeos.
	Textualização de textos argumentativos e apreciativos	<b>(EF67LP12)</b> Produzir resenhas críticas, <i>vlogs</i> , vídeos, <i>podcasts</i> variados e produções e gêneros próprios das culturas juvenis [...], tendo em vista o contexto de produção dado, as características do gênero, os recursos das mídias envolvidas e a textualização adequada dos textos e/ou produções.
	Produção e edição de textos publicitários	<b>(EF67LP13)</b> Produzir, revisar e editar textos publicitários, levando em conta o contexto de produção dado, explorando recursos multissemióticos, relacionando elementos verbais e visuais, utilizando adequadamente estratégias discursivas de persuasão e/ou convencimento e criando título ou <i>slogan</i> que façam o leitor motivar-se a interagir com o texto produzido e se sinta atraído pelo serviço, ideia ou produto em questão.

Fonte: BNCC (2017, p.164) Adaptado.

Ademais, a partir das entrevistas orais empreendidas pelos alunos e dos conhecimentos advindos tanto das pesquisas feitas em documentos disponíveis na escola e na internet, como desdobramento e complemento dessa proposta, em uma etapa posterior, a versão escrita dessa entrevista poderia ser produzida - mediante uma atividade coletiva de retextualização, com foco nos contrastes entre fala e escrita, com vistas a suscitar reflexões sobre a língua, em conformidade com os princípios da gramática de uso e da gramática reflexiva (TRAVAGLIA, 1996), - e posteriormente divulgada em murais ou no próprio site da escola, contemplando tanto o Eixo Produção textual quanto o Eixo Análise linguística/semiótica.

No que concerne a este último eixo, resumidamente, esclarece o texto da Base que:

O Eixo da Análise Linguística/Semiótica envolve os procedimentos e estratégias (meta)cognitivas de análise e avaliação consciente, durante os processos de leitura e de produção de textos (orais, escritos e multissemióticos), das materialidades dos textos, responsáveis por seus efeitos de sentido, seja no que se refere às formas de composição dos textos, determinadas pelos gêneros (orais, escritos e multissemióticos) e pela situação de produção, seja no que se refere aos estilos adotados nos textos, com forte impacto nos efeitos de sentido. (BNCC, 2017, p.80).

Vale salientar ainda que o Eixo Análise linguística/semiótica, como explicita tanto a BNCC quando o DCT – Língua Portuguesa, perpassa todos os campos/esferas de atuação. Apenas exemplificativamente, apresenta-se essa prática de linguagem no contexto do DCT – Língua Portuguesa.

Quadro 24 - Língua Portuguesa - 6º ano do Ensino Fundamental - 1º bimestre

CA	EIXO	HABILIDADES	OBJETOS DE CONHECIMENTO	SUGESTÕES PEDAGÓGICAS
TODOS OS CAMPOS	Análise linguística	(EF67LP32) Escrever palavras com correção ortográfica, obedecendo as convenções da língua escrita.	Regras Ortográficas.	Seu foco é a obediência às convenções ortográficas do português, relacionadas ao contexto de produção e revisão dos textos escritos.
		(EF67LP33) Pontuar textos adequadamente.	Uso adequado da pontuação em textos.	Convém que o desenvolvimento da habilidade venha sempre associado a práticas de leitura e/ou produção de textos dos mais diversos gêneros e campos de atuação, a fim de que o estudante saiba empregar as regras e normas de pontuação corretamente.

Fonte: Tocantins (2019, p.145) Adaptado.

Os encaminhamentos apresentados não são taxativos, mas sim sugestões pedagógicas para aplicação da Toponomástica à Educação Básica. Tais encaminhamentos podem, até

mesmo, ser compreendidos como “protótipos”, terminologia que encontra respaldo em Rojo (2012, p.8), para quem “protótipos”, no enquadramento do trabalho que desenvolve, se definem como “estruturas flexíveis e vazadas que permitem modificações por parte daqueles que queiram utilizá-las em outros contextos que não o das propostas iniciais”. É precisamente este o entendimento que se espera promover aqui: sugestões de trabalho, que podem sofrer adaptações e ser refinadas conforme os objetivos de seus replicadores.

É digno de nota que, no contexto de elaboração desses encaminhamentos, foram levadas em consideração as contribuições da abordagem dos multiletramentos, especialmente a que se volta ao desenvolvimento de práticas pedagógicas relacionadas à linguagem alinhadas à cultura digital pelo viés de gêneros multimodais.

Com a apresentação de tais encaminhamentos, aspira-se que eles possam contribuir para não só fomentar o desenvolvimento da competência do aluno enquanto usuário da língua ao partir do eixo norteador do topônimo, como também levá-lo a perceber como este se integra à história do lugar, conduzindo-o à compreensão da importância das raízes culturais para a constituição de sua própria identidade e da necessidade de preservar desses lugares, em conformidade com os preceitos da educação patrimonial.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caráter multifacetado das influências que levam à eleição de um nome de lugar permite que os estudos toponomásticos enveredem por diferentes caminhos de análise, tanto relacionados a aspectos linguísticos, descrevendo, por exemplo, estrutura, classificação e etimologia do topônimo, quanto extralinguísticos, enfocando-o como um meio para se obter, entre outras possíveis, informações históricas e sociais das regiões em que eles se encontram, contribuindo significativamente para o reconhecimento do *modus vivendi* de um grupo. Reveste-se, pois, o elemento toponomástico de significativa importância, na medida em que se constitui como um produto da língua portador de uma substância cujo conteúdo reflete aspectos culturais de uma comunidade.

Aceitando a validade dessas asserções, nesta tese, determinou-se como objetivo geral compreender os estudos toponomásticos no contexto da Educação Básica, especificamente voltados ao Ensino Fundamental, na linha do que propõe a abordagem dos multiletramentos. Ao estabelecer tal objetivo, parte-se do anseio crescente, enquanto docente e pesquisadora, de ampliar o alcance da Toponomástica, levando-a a outros contextos, para além dos muros da academia, das discussões restritas a eventos científicos e a grupos de pesquisa e das publicações em periódicos especializados. Justifica-se tal pretensão por acreditar que, ao contemplar o trabalho com os topônimos na escola em uma perspectiva identitário-cultural, pode-se mediar a compreensão do aluno acerca da relação existente entre o nome de um lugar e a história da comunidade.

Com o fito de pavimentar o caminho para o alcance do objetivo geral estabelecido, esta tese foi dividida didaticamente em sete seções. Feita a introdução da tese na primeira seção, procedeu-se à seção seguinte, a qual foi intitulada “Léxico, Toponomástica e Cultura: aspectos que permeiam a nomeação de lugares”. Em tal seção, foi apresentado o referencial teórico de ordem linguística que norteou o desenvolvimento deste estudo. Assim, primeiramente, foram abordadas as relações existentes entre léxico e cultura; em seguida, foram feitas considerações a respeito da Toponomástica enquanto uma terminologia que começa a ser incorporada nos estudos onomásticos brasileiros; nesse contexto, justificou-se a adoção dessa terminologia nesta pesquisa. Posteriormente, foram escritas algumas linhas a respeito das particularidades que tocam ao signo toponomástico, bem como foram tecidas considerações sobre a toponímia urbana, enfatizando o topônimo como um registro da cosmovisão de um grupo social em um determinado recorte temporal.

Na esteira da sistematização proposta, na seção três, intitulada “Lugar, Toponomástica e Patrimônio Cultural”, apresentou-se uma proposta de ampliação conceitual do lugar nos estudos Toponômicos, a qual foi concebida pelo prisma da interdisciplinaridade mediante um diálogo com a Geografia Humanista. De acordo com a proposta apresentada, o lugar passa a ser compreendido como um espaço significado, um centro do qual emanam significados em grandezas variadas, que se constroem pela vivência particular do sujeito no ambiente. Essa concepção de lugar repertoriado foi a base para análise da toponímia que se relaciona ao patrimônio cultural da cidade de Palmas – TO, corpus desta pesquisa.

Após a apresentação de tal proposta, discorreu-se acerca da definição de patrimônio e dos critérios de análise para que se considere que um lugar é um bem patrimonial. Foi também explicitada a natureza do patrimônio em que se debruçou neste estudo: o patrimônio cultural material. Nesse ínterim, foram delineadas considerações sobre o patrimônio cultural material tocantinense e, em seguida, sobre o patrimônio cultural material palmense.

Na seção seguinte, foi descrito o percurso metodológico que orientou a efetivação desta tese. Nesse contexto, a pesquisa se pautou na abordagem qualitativa, o que se justifica pelo fato de o estudo haver elegido um objeto de análise de substrato antropológico: os nomes de lugares. Considerando esse objeto de estudo, o corpus desta tese foi composto por apenas sete topônimos relativos ao patrimônio cultural material da cidade de Palmas – TO. A limitação do corpus encontrou explicação no fato de Palmas ser uma cidade muito jovem, com apenas 33 anos de fundação, razão pela qual ainda não dispôs de tempo suficiente para constituição de um patrimônio cultural material mais abrangente.

O corpus foi coletado em fontes oficiais, como decretos e leis sobre o tombamento de bens municipais. Em face da natureza dessa fonte de dados, a análise documental foi uma das técnicas de pesquisa utilizada, a qual foi conjugada à pesquisa bibliográfica, necessária à fundamentação teórica deste estudo, e à pesquisa de campo, visando à constituição do material teórico e imagético utilizado nesta tese, o que se obteve, respectivamente, em visitas à Casa da Cultura de Palmas, por meio de consultas ao acervo patrimonial relacionado à história da cidade, e aos bens patrimoniais para registro fotográfico desses lugares.

Na seção seguinte, foi feita a descrição e a análise do corpus da pesquisa. Assim sendo, os topônimos relativos aos bens patrimoniais de natureza material da cidade de Palmas foram sistematizados por meio de sete fichas lexicográfico-toponímicas. A ficha adotada nesta pesquisa foi baseada nos modelos propostos por Dick (2004), Faria (2017) e Ferreira (2019), sendo adaptada em vista dos objetivos propostos e da natureza dos dados em análise. Organizados os topônimos em tais fichas, procedeu-se à análise de suas motivações.

As análises feitas apontaram para o fato de que parte da história da comunidade palmense encontra-se subjacente aos nomes dos bens patrimoniais materiais, o que vai ao encontro da tese que se defendeu neste estudo, segundo a qual esses ambientes podem ser compreendidos como lugares consoante ao entendimento da Geografia Humanista, na medida em que não se definem como meros espaços indiferenciados e abstratos, mas, pelo contrário, se constituem como lugares repertoriados, pelo fato de serem históricos e identitários.

No caso dos topônimos que batizam os bens patrimoniais palmenses, eles não só refletem aspectos relativos à criação do Estado do Tocantins e da cidade de Palmas, como revelam a análise dos topônimos “Assembleinha”, “Casa Suçuapara” e “Palacinho”, como também homenageiam pessoas que foram fundamentais para comunidade, como exemplificam os topônimos “Casa Vitor”, “Casa da Cultura Professora Maria dos Reis” e “Escola Municipal Professor Luiz Nunes”, cujo primeiro nome foi Escola Municipal Irmã Aspázia. Vê-se, portanto, que o topônimo contribui para moldar a consciência de lugar, pois tem o poder de guardar e de lembrar uma parte da história de uma célula social.

Diante do exposto, pode-se inferir que, quando se concebe que um ambiente representa um lugar para uma comunidade, traz-se à tona a ideia de cuidado para com ele devido à consideração de seu valor. Quando tal lugar é um patrimônio cultural, reforça-se a ideia desse cuidado pela valorização desse bem como integrante da herança cultural do grupo. Os lugares-patrimônio analisados neste estudo, em medidas variadas, são ilustrativos desse entendimento. Uma ressalva que merece ser feita, no entanto, diz respeito ao bem patrimonial “Assembleinha”. Como evidenciado, apesar da importância histórica e cultural desse lugar para comunidade de Palmas, ele se encontra completamente abandonado pelo poder público. Do prédio em que funcionou a antiga Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, atualmente, só restam ruínas. Merece ênfase o fato de que esse foi o único bem patrimonial que não pôde ser presencialmente visitado. Ainda que duas tentativas tenham sido feitas, ambas foram malogradas, pelo fato de o entorno das ruínas oferecer diversos riscos à integridade física das pessoas que por ali se aventuram.

Em face de tal abandono e descaso, resta a seguinte constatação: um povo que não valoriza seu patrimônio cultural é um povo sem memórias históricas, sem raízes culturais e sem senso de identidade. Essa situação é reveladora da falta de educação patrimonial que permeia a nossa sociedade de maneira geral, o que legitima ações voltadas ao despertar do senso de valorização do patrimônio em todas as suas formas, pois esse tipo de iniciativa pode auxiliar quanto à preservação dos elementos culturais e da própria identidade do grupo.

Finalizada a seção e na esteira das reflexões por ela suscitadas, na seção seguinte, a qual foi intitulada “Léxico em atividade: encaminhamentos didático-pedagógicos para o estudo dos

nomes de lugares pela perspectiva dos multiletramentos e da inovação”, após terem sido feitas considerações de ordem teórica relacionadas aos multiletramentos e justificada sua escolha como abordagem pedagógica nesta pesquisa, foram apresentados encaminhamentos didáticos para abordagem dos topônimos no contexto do 6º ano do Ensino Fundamental, envolvendo a leitura e a produção de gêneros discursivos. A base temática para o desenvolvimento desse trabalho foram os nomes dos bens patrimoniais materiais da cidade de Palmas. Destaca-se que a escolha desse conjunto toponímico foi a premente necessidade de se realizar ações voltadas ao despertar da consciência sobre a importância de valorizar a história da comunidade, fomentando, sobretudo, a educação patrimonial.

O nome dos bens patrimoniais foi então o eixo a partir do qual os encaminhamentos didáticos foram construídos, os quais foram enredados nas competências, habilidades e objetos do conhecimento estabelecidos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017), e pelas Diretrizes Curriculares Tocantinenses (DCT, 2019). Com a proposição de tais encaminhamentos, objetivou-se, sobretudo, que o aluno pudesse perceber que, enquanto um produto cultural, o nome de um lugar não é alheio ao contexto em que se insere. Pelo contrário, corporifica a identidade desse grupo, carregando, por isso, marcas do constructo simbólico que espelha a maneira pela qual a realidade foi apreendida.

A fim de motivar os alunos para esses aprendizados, considerando o contexto de sociedade digital, foi desenvolvido o aplicativo “Na trilha do patrimônio”, no qual são apresentadas informações concernentes ao patrimônio cultural material de Palmas. A ideia que moveu a criação desse recurso digital foi a tentativa de tornar a experiência do aluno com a abordagem desses topônimos mais atraente e interativa. Esse aplicativo foi mobilizado nos encaminhamentos didáticos como ferramenta de pesquisa e de educação patrimonial informal. Para além desse uso na escola como ferramenta digital a favor da construção da aprendizagem, esse aplicativo pode contribuir para que a comunidade palmense, de modo geral, possa conhecer um pouco mais sobre seu patrimônio cultural material, reconhecendo esses lugares como arcabouço da sua herança cultural, berço da memória coletiva e fonte de conhecimento e de reconhecimento identitário.

Findando esta pesquisa, não se escusa de possíveis imprecisões, especialmente na proposição dos encaminhamentos didáticos-pedagógicos. Como se trata de uma vertente de aplicação toponomástica recente, é natural que pesquisas vindouras possam suprir eventuais lacunas por esta deixadas, bem como aprimorar as estratégias de abordagem dos topônimos em sala de aula aqui apresentadas. Filia-se aqui à ideia de que nenhum conhecimento ou teoria é posto/a de forma definitiva, sendo eles sempre passíveis de ressignificações. Nesse sentido, os

assuntos abordados nesta tese não foram, de forma alguma, esgotados. Contrariamente, constituem verdades provisórias, na medida em que o saber científico é dinâmico e está em atualização constante. De todo modo, o que se pretendeu aqui foi apontar caminhos para aqueles que enveram pela seara da Toponomástica aplicada ao ensino, contribuindo para que novos olhares sejam a ela lançados.

## REFERÊNCIAS

- AGUILERA, V. A. Taxonomia de topônimos: problema sem solução? **Signum: Estudos da Linguagem**, vol. 2, n. 1, p. 125-137, 1999. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/4454/4460>. Acesso em: 30 nov. 2021.
- AMORIM FILHO, O. B. Topofilia, topofobia e topocídio em Minas Gerais. In: **Percepção ambiental: A experiência brasileira**. 2ª ed. DEL RIO, V.; Oliveira, L. (Orgs.). São Paulo: Studio Nobel, 1999, p. 139-152.
- ANANIAS, A. C. C. S. A; TAVARES, M. Os hagiopônimos na macrotoponímia: os municípios brasileiros. **Porto das Letras**, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 146–171, 2020. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/portodasletras/article/view/9926>. Acesso em: 20 set. 2022.
- ANDRADE, K. S. **Atlas toponímico de origem indígena do estado do Tocantins**: Atito. Goiânia, Goiás: PUC, 2010.
- ANDRADE, K. S. Os nomes de lugares em rede: um estudo com foco na interdisciplinaridade. **Domínios de Lingu@gem**, [S. l.], v. 6, n. 1, p. 205–225, 2012. DOI: 10.14393/DL12-v6n1a2012-11. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/14557>. Acesso em: 21 set. 2022.
- ANDRADE, K. S. Aspectos identitários e culturais na formação dos nomes de lugares: um estudo sob a ótica da geografia cultural e humanista. **DESAFIOS - Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 141–151, 2017. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/desafios/article/view/3344>. Acesso em: 23 set. 2022.
- ANDRADE, K. S. O lugar nos estudos toponímicos: reflexões. **Revista de Estudos da Linguagem**, [S.l.], v. 25, n. 2, p. 585-607, mar. 2017. ISSN 2237-2083. Disponível em: <<http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/relin/article/view/9547>>. Acesso em: 23 set. 2022.
- ANDRADE, K. S.; NUNES, V. R.; NASCIMENTO, R. V.; BASTIANI, C. Software toponímico com perspectivas de atuação no ensino. **Revista Philologus**, v. 25, p. 1-406, 2019. Disponível em: <https://www.revistaphilologus.org.br/index.php/rph/article/view/1049>. Acesso em: 26 out. 2022.
- AQUINO, N. A. de. **A construção da Belém-Brasília e a modernidade no Tocantins**. 1996. 220p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1996.
- ARRUDA, R. F.; RANGEL, M. F. Patrimônio mundial: implicações no processo de preservação no Brasil. In: **Anais eletrônicos do 15º Seminário Nacional de História, Ciência e da Tecnologia**. Florianópolis – SC, 2016. Disponível em:

[https://www.15snhct.sbhc.org.br/resources/anais/12/1474042191\\_ARQUIVO\\_Art.Final-SBHC.pdf](https://www.15snhct.sbhc.org.br/resources/anais/12/1474042191_ARQUIVO_Art.Final-SBHC.pdf). Acesso em: 23 set. 2022.

ASSIS, J. M.M. de. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**. São Paulo: Abril Cultura, 1992.

ASSUMPTÃO, I. Interdisciplinaridade: uma tentativa de compreensão do fenômeno. In: FAZENDA, I. C.A. (Org.). **Práticas interdisciplinares na escola**. São Paulo: Cortez, 2011, pp. 23-25.

BACHELARD, G. **A poética do espaço**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BAKHTIN, M. [1979] **Estética da criação verbal**. 4. ed. Trad. P. Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BANDEIRA, D. **Materiais Didáticos**. Curitiba, PR: IESDE, 2009.

BASTIANI, C. **Relações entre nome e lugar: estudo dos nomes das escolas públicas de Porto Nacional em uma perspectiva interdisciplinar da geografia e da toponímia**. 2016. 152p. Dissertação (Mestrado em Ensino de Língua e Literatura) - Universidade Federal do Tocantins, 2016.

BASTIANI, C. Toponomástica, Multiletramentos e BNCC: sugestões pedagógicas para abordagem dos nomes de lugares no contexto do Ensino Fundamental. **Revista Humanidades e Inovação**, v.8, n.66, P. 245-257. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/6212>. Acesso em: 20 out. 2022.

BERNAL, S. O. V. **Introducción a la lingüística antropológica**. Nexos entre lenguaje, pesamiento, cultura e sociedad. Germany: Editorial Académica Española, 2011.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Geografia cultural: um século (3)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002. p. 83-131.

BRASIL. **Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937**. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Rio de Janeiro, 1937.

BRASIL. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Rio de Janeiro, 1937.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Brasília - DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Portaria nº 375, de 19 de setembro de 2018**. Institui a Política de Patrimônio Cultural Material do Iphan e dá outras providências. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/portaria3752018sei\\_iphan0732090.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/portaria3752018sei_iphan0732090.pdf). Acesso em: 26 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: Língua portuguesa/ Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Serviço Social da Indústria. Departamento Nacional. **Glossário de Cultura**. CASCÃO, R. et. al. Eustáquia Salvadora de Sousa e Cláudia Martins Ramalho (coords.). Brasília: SESI/DN, 2007. 71p. ISBN 978-85-7710-049-1. Disponível em: [https://www.sesipr.org.br/cultura/uploadAddress/3.\\_Glossario\\_de\\_Cultura\[59198\].pdf](https://www.sesipr.org.br/cultura/uploadAddress/3._Glossario_de_Cultura[59198].pdf). Acesso em: 13 out. 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Preparação de candidaturas para o Patrimônio Mundial**. Brasília: UNESCO Brasil, Iphan, 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CULTURA. IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Patrimônio imaterial**. Disponível em: [encurtador.com.br/msFL9](http://encurtador.com.br/msFL9). Acesso em: 26 set. 2022.

BRONCKART, J. P. **Atividade de Linguagem, Textos e Discursos**: Por um Interacionismo Sócio-discursivo. Trad. A. R. Machado. São Paulo: EDUC, 1999.

BUTTNER, A. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (Org.). *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: Difel, 1982. p. 165-193.

CABRERA, G. T. **Sobre Toponômica**. Disponível em: [http://www.webs.ulpgc.es/canatlantico/pdf/8/7/Sobre\\_toponomastica.pdf](http://www.webs.ulpgc.es/canatlantico/pdf/8/7/Sobre_toponomastica.pdf), 2002. Acesso em: 30 set. 2020.

CALLAI, H. C. Aprendendo a ler o mundo: a geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. *Cad. Cedes, Campinas, SP*, v. 25, n. 66, p. 227-247, maio/ago. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/7mpTx9mbrLG6Dd3FQhFqZYH/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 23 mar. 2022.

CANCLINI, N. G. **Diferentes, desiguales y desconectados**. Mapas de la Interculturalidad. Barcelona, Espanha: Gedisa, 2004. Disponível em: <https://oibc.oei.es/uploads/attachments/123/garcia-canclini-nestor-diferentes-desiguales-y-desconectados-mapas-de-la-interculturalidad.pdf>. Acesso em: 24 ago. 2021.

CARDOSO, L. A. **Toponímia brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1961.

CARLOS, A. F. A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007. Disponível em: [https://gesp.ffiich.usp.br/sites/gesp.ffiich.usp.br/files/O\\_lugar\\_no\\_do\\_mundo.pdf](https://gesp.ffiich.usp.br/sites/gesp.ffiich.usp.br/files/O_lugar_no_do_mundo.pdf). Acesso em: 22 maio 2022.

CARVALHINHOS, P.; SANTOS, C. A. N. Os nomes próprios entre o logos e a práxis: A busca pela interdisciplinaridade na Onomástica brasileira. **Domínios de Linguagem**, [S. l.], v. 15, n. 2, p. 263–298, 2021. DOI: 10.14393/DL46-v15n2a2021-1. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/61071>. Acesso em: 13 jun. 2022.

CARVALHINHOS, P. J. Onomástica e lexicologia: o léxico toponímico como catalisador e fundo de memória. estudo de caso: os sociotopônimos de Aveiro (Portugal). **Revista USP**, [S. l.], n. 56, p. 172-179, 2003. DOI: 10.11606/issn.2316-9036.v0i56p172-179. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/33819>. Acesso em: 20 maio 2020.

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. Tradução Klaus Brandini Gerhardt. 9. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

CASTIGLIONI, A. C. Topônimos compostos por lândia e pólis: alguns aspectos discursivos. **Confluência** (Rio de Janeiro), vol. 41-42, p. 140-151, 2012. Disponível em: [https://repositories.lib.utexas.edu/bitstream/handle/2152/22581/41-42%20\(1\).pdf?sequence=8](https://repositories.lib.utexas.edu/bitstream/handle/2152/22581/41-42%20(1).pdf?sequence=8). Acesso em: 13 fev. 2020.

CAZDEN et al. **Uma pedagogia dos multiletramentos**. Desenhando futuros sociais. (Orgs. Ana Elisa Ribeiro e Hércules Tolêdo Corrêa; Trad. Adriana Alves Pinto et al.). Belo Horizonte: LED, 2021.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 3ª ed. Petrópolis, Vozes, 2012, p. 295-316.

CHAIM, M. M. **Os Aldeamentos Indígenas na Capitania de Goiás**. Goiânia: Oriente, 1974.

CHAUI, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2000.

CHOAY, F. **Alegoria do Patrimônio**. 3ª ed. Lisboa: Edições 70, 2014.

COPE, B.; KALANTZIS, M. “Multiliteracies”: new literacies, new learning. **Pedagogies: An International Journal**, 4 (3), 2009, 164–195. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/242352947\\_Multiliteracies\\_New\\_Literacies\\_New\\_Learning](https://www.researchgate.net/publication/242352947_Multiliteracies_New_Literacies_New_Learning). Acesso em: 13 out. 2022.

COPE, B.; KALANTZIS, M. **New Learning**: elements of a Science of education. Australia: Cambridge University Press, 2008.

CORNEILLE, J.P. **A linguística estrutural: seu alcance e limites**. Coimbra: Livraria Almedina, 1982.

CORRÊA, R. L. Formas simbólicas e espaço: algumas considerações. **Aurora Geography Journal**, v.1, 2007, p.11-19. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/download/13530/8730>. Acesso em: 23 set. 2022.

CRUZ, A. **Prefácio à edição brasileira**. In: W. D. Whitney. A vida da linguagem (prefácio). Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

DAL PIZZOL, E. V. **Os nomes das escolas da cidade de Bento Gonçalves: uma perspectiva onomástico-cultural**. 2014. 163p. Dissertação (Mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade da Universidade de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul. 2014.

DARGEL, A. P. T. P.; ISQUERDO, A. N. A toponímia do Bolsão sul-mato-grossense e a questão dos estratos lingüísticos formadores dos topônimos. **Estudos Lingüísticos XXXIV**, p. 310-315, 2005. Disponível em:

<http://www.gel.hospedagemdesites.ws/estudoslinguisticos/edicoesanteriores/4publica-estudos-2005/4publica-estudos-2005-pdfs/a-toponimia-do-bolsao-sul-1030.pdf?SQMSESSID=a38ffc79c82bcbe561e1c641326fd16c>. Acesso em: 21 set. 2022.

DIAS, A. L. C. **Toponímia dos primeiros municípios tocantinenses**. 2016. 207p. (Tese). (Doutorado em Linguística). Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2016.

DIAS, M.G.A. **Memórias e Existências: identidades e valores na representação social do patrimônio no Recôncavo da Bahia**. 2015. 206p. 2 v.: il. (Tese). (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura, 2015.

DICK, M. V. P. A. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. Arquivo do Estado de São Paulo, São Paulo, 1990a.

DICK, M. V. P. A. **Toponímia e antroponímia no Brasil**. Coletânea de Estudos. 2 ed. São Paulo:1990b.

DICK, M. V. P. A. Toponímia e Línguas Indígenas do Brasil. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 8, n. 22, p. 435-436, dez. 1994. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ea/a/VND5RCxT94ttCbfKYSm8Dbx/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 21 mar. 2020.

DICK, M. V. P. A. Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira. In: ISQUERDO, A. N.; KRIEGER, M.G. (Org.) **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia**. V 2. Campo Grande: Ed. UFMS, 2004, p. 121-130.

DIETZCH, M. J. M. Crátilo e a origem dos nomes. **Revista Internacional d'Humanitats.**, v. 10, n. 12, p. 47-60, 2007. Disponível em: <http://www.hottopos.com/rih12/maryj.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2020.

DOLZ, J.; NOVERRAZ, M.; SCHNEUWLY, B. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: ROJO, R.; CORDEIRO, G. (Orgs.). **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 2004. p. 95-128.

DRUMOND, C. **Contribuição do Bororo à toponímia brasílica**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1965.

DUBOIS, J. et al. **Dicionário de linguística**. 2.ed. São Paulo: Cultrix, 2014.

ESMERALDO, M. S. José Décio Filho e Cora Coralina: poéticas da cidade. **RevLet – Revista Virtual de Letras**, v. 06, nº 02, ago./dez, 2014. Disponível em: <http://www.revlet.com.br/artigos/243.pdf>. Acesso em: 11 de mar. de 2021.

FAGGION, C. M.; DAL CORNO, G. O. M.; FROSI, V. M. Topônimos em Bento Gonçalves: motivação e caracterização. In: **Métis: história e cultura**. v. 1, n. 1. Caxias do Sul: Educs, 2008. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/704/510>. Acesso em: 22 jun. 2020.

FAGGION, C. M.; MISTURINI, B. Toponímia e memória: nomes e lembranças na cidade. **Linha D'Água (Online)**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 141-157, dez. 2014. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/83370/91674>. Acesso em: 29 jun. 2020.

FARIA, G. C. S. **Tradição e memória**: um estudo antroponímico dos nomes de logradouros da cidade de Ponte Nova- Minas Gerais. 2017. 686 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós- Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2017.

FAZENDA, I. C. A. JOSE, M. A. M; SANTOS, C. A. M. dos. Formar Pesquisadores Interdisciplinares. **Revista Ciências Humanas** - Educação e Desenvolvimento Humano-UNITAU, Taubaté/SP - Brasil, v. 9, n 1, edição 16, p. 62 - 69, 2016.

FERNANDES, M. L. **Decodificando geografias pretéritas e hodiernas de ilha de Guaratiba**. Dissertação (Mestrado em Geografia). PPGeo-UERJ, 2010. 99f. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Geografia, 2010.

FERREIRA, F. R. **A figura da mulher na toponímia urbana do município de Porto Nacional (TO)**. 2019. 152f. Dissertação (Mestrado em Ensino de Língua e Literatura) - Universidade Federal do Tocantins, 2019.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989

FUZA, Â. F.; OHUSCHI, M. C.G.; MENEGASSI, R. J. Concepções de linguagem e o ensino da leitura em língua materna. **Linguagem e Ensino**. Pelotas, v. 14, n. 2, p. 479-501, jul./dez. 2011. Disponível em <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/rle/article/view/15401>. Acesso em: 3 dez. 2021.

GEE, J. P. **Social Linguistics and Literacies**: Ideology in Discourses. London/New York: Routledge, 1996.

GEERTZ, C. **A Interpretação das Culturas**. 13. reimp. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GRUPO NOVA LONDRES. A pedagogy of multiliteracies: Designing social futures. **Harvard Educational Review**, Spring, v. 66, n. 1, 1996. Disponível em: [http://newarcproject.pbworks.com/f/Pedagogy+of+Multiliteracies\\_New+London+Group.pdf](http://newarcproject.pbworks.com/f/Pedagogy+of+Multiliteracies_New+London+Group.pdf). Acesso em: 13 out. 2022.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 7.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004/2012.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

HOLZER, W. O lugar na geografia humanista. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano IV, nº 7, jul/dez. Rio de Janeiro, 1999.

HORTA, M. L.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia Básica de Educação Patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

HUMBOLDT, W.V. **Sobre pensamento e linguagem**. Tradução e apresentação Antonio Ianni Segatto. São Paulo, 2009, p.193-198.

HUMBOLDT, W.V. **Sobre la diversidad de la estructura del lenguaje humano y su influencia sobre el desarrollo espiritual de la humanidad**. Barcelona: Anthropos, 1990.

IBGE. **Natividade/TO**. 1958. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/tocantins/natividade.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2022.

IBGE. **Palmas – TO**. História & Fotos. 2014. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/palmas/historico>. Acesso em: 26 set. 2022.

IPHAN. **Catedral Nossa Senhora das Mercês**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/galeria/detalhes/169>. Acesso em: 16 fev. 2022.

IPHAN. **Natividade (TO)**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/106>. Acesso em: 16 fev. 2022.

IPHAN. **Porto Nacional (TO)**. <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/107>. Acesso em: 16 fev. 2022.

IPHAN. **O que é tombamento?** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/perguntasFrequentes?categoria=9#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20tombamento%3F,Torre%20do%20Tombo%2C%20em%20Lisboa..> Acesso em: 26 set. 2022.

IPHAN. **Bens Tombados**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>. Acesso em: 26 set. 2022.

IPHAN. **Patrimônio Material – TO**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/533#:~:text=Em%20Tocantins%2C%20a%20Superintend%C3%Aancia%20do,igrejas%20datadas%20do%20s%C3%A9culo%20XVIII..> Acesso em: 26 set. 2022.

IPHAN. **Patrimônio Imaterial**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234#:~:text=Os%20bens%20culturais%20de%20natureza,que%20abrigam%20pr%C3%A1ticas%20culturais%20coletivas>). Acesso em: 26 set. 2022.

IPHAN. **Natividade (TO)**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/106/>. Acesso em: 26 set. 2022.

IPHAN. **Monumentos e Espaços Públicos Tombados - Porto Nacional (TO)**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1220/>. Acesso em: 26 de set. de 2022.

ISQUERDO, A. N. O fato linguístico como recorte da realidade sócio-cultural. 1996. 409 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Araraquara, 1996.

JAPIASSU, H. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

KLEIMAN, A. B. **Os significados do letramento**. Campinas: Mercado das Letras, 2003.

KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

LANKSHEAR, C.; KNOBEL, M. **New Literacies: Everyday Practices and Classroom Learning**. 2ª ed. Open University Press, 2006.

LARAIA, R. B., 1932. **Cultura: um conceito antropológico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Jorge "Zahar" Editora, 2001.

LATOUR, B. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afóra**. 2.ed. São Paulo: UNESP, 2011.

LE GOFF, J. **Memória e história**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

LE GOFF, J. **Patrimônio Histórico, cidadania e identidade cultural: O direito a memória**. P. 136-140. In BITTENCOURT, C. M. F. (ORG). o saber histórico na sala de aula. 10 ed. São Paulo. Contexto, 2005.

LE GOFF, Jaques. **Memória e história**. Campinas: UNICAMP, 2007.

LEITE, A. F. O Lugar: Duas Acepções Geográficas. **Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ**, Volume 21, 1998. Disponível em: [http://www.anuario.igeo.ufrj.br/anuario\\_1998/vol21\\_09\\_20](http://www.anuario.igeo.ufrj.br/anuario_1998/vol21_09_20). Acesso em: 9 mar. 2021.

LÉVY, P. **Cibercultura**. Rio de Janeiro, Editora 34, 1999.

**LOCALIZAÇÃO geográfica da cidade de Palmas**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/to/palmas/panorama>. Acesso em: 28 fev. 2022.

LOPES, L. **Solenidade de posse do primeiro prefeito e dos primeiros vereadores de Palmas**. Acervo do Museu Casa da Cultura de Palmas, (S/D). 1 fotografia.

LOPES, L. **Vista área de Palmas no ano de 1992**. Acervo do Museu Casa da Cultura de Palmas, 1992. 1 fotografia.

LÓPEZ, P. G. Lengua e Cultura. In: LEZA, José Luis Iturrioz (Org.) **Reflexiones sobre la identidad étnica**. Guadalajara: Universidade de Guadalajara, 1995.

LOWENTHAL, D. **The past is a foreign country**. United Kingdom: Cambridge University Press, 2006.

LYONS, J. **Introdução à lingüística teórica**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional; USP, 1979.

MACHADO, A. **Cantares**. (Tradução de Maria Teresa Almeida Pina). Disponível em: <https://blogs.utopia.org.br/poesialatina/cantares-antonio-machado/>. Acesso em: 26 set. 2022.

MACHADO, A. F. S; et al. **Patrimônio Cultural de Palmas**. Gerência de Patrimônio Cultural. Casa da Cultura - Parque Cesamar. Palmas, 2015.

MARANDOLA JR., E. Natureza e sociedade: em busca de uma geografia romântica. **Revista Terceiro Incluído**, Goiânia, v. 7, n. 1, p. 7–18, 2017. DOI: 10.5216/teri.v7i1.46430. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teri/article/view/46430>. Acesso em: 21 set. 2022.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: **Gêneros textuais e ensino**. Ângela Paiva Dionísio, Ana Rachel Machado, Maria Auxiliadora Bezerra (Orgs). São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

MARTINET, A. **A linguística sincrônica**. Rio de Janeiro, Edições Tem po Brasileiro, 1971.

MELLO, J. B. F. de. A humanística perspectiva do espaço e do lugar. **Revista ACTA Geográfica**, Ano V, n. 9, jan./jun. de 2011. p. 07-14. Disponível em: <https://revista.ufr.br/actageo/article/view/429/629>. Acesso em: 22 set. 2022.

MELLO, J. B. F. de. Símbolos dos lugares, dos espaços e dos “deslugares”. **Espaço e Cultura**, [S.l.], p. 167-174, maio 2008. ISSN 2317-4161. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/6145/4417>>. Acesso em: 19 abr. 2021.

MILANI, S.E. **Humboldt, Whitney e Saussure**: romantismo e cientificismo-simbolismo na história da Linguística. 2000. 166p. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

MILANI, S. E. O signo para Humboldt, para Saussure e para Bakhtin. **Signo**, v. 40, n. 68, p. 55-65, 5 jan. 2015. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/signo/article/view/3461>. Acesso em: 21 set. 2029.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2005.

NASCIMENTO, R. V.; ANDRADE, K. S. Sistema toponímico do Tocantins (SISTOP): experiências pedagógicas com professores do ensino fundamental. **Revista GTLex**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 23–40, 2020. DOI: 10.14393/Lex5-v3n1a2017-2. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/GTLex/article/view/48452>. Acesso em: 7 nov. 2022.

NASCIMENTO, N. N. do; BALSAN, R. O processo de patrimonialização no centro histórico de Porto Nacional – TO. **Revista Interface (Porto Nacional)**, [S. l.], n. 07, 2014. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/interface/article/view/694>. Acesso em: 26 set. 2022.

NASCIMENTO, R.V.; ANDRADE, K. S. Sistema Toponímico do Tocantins (SISTOP): resultados de um software pedagógico. In: Aparecida Negri Isquerdo; Celina Márcia de Souza

Abbade. (Org.). **As Ciências do Léxico**. 9ed. Campo Grande - MS: Editora UFMS, 2020, v. IX, p. 144-160.

NASCIMENTO, R. V. Povos e comunidades tradicionais: apresentação de uma proposta pedagógica a partir do léxico toponímico tocantinense. **Revista Philologus**, v. 75, p. 2587-2612, 2020. Disponível em: <https://www.revistaphilologus.org.br/index.php/rph/article/view/625>. Acesso em: 26 out. 2022.

NEVES, D.W.A; MARANHÃO, C.; ANDRADE, K.S.; BODNAR, R. Movimento junino em Palmas: memória, tradição e patrimônio. In: BALSAN, R.; NASCIMENTO, N.N. (Org). **Patrimônio cultural no Estado do Tocantins: materialidade e imaterialidade**. – Palmas, TO: EDUFT, 2020. p.68-79. Disponível em: <https://redeartesanatobrasil.com.br/download/4963/>. Acesso em: 4 de jul. 2022.

NICOLESCU, B. **Educação e transdisciplinaridade**. Brasília: UNESCO, 2000.

NICOLESCU, B. **Definition of transdisciplinarity**, 2003. Disponível em: <http://www.caosmose.net/candido/unisinos/textos/textos/nicolescu1.pdf>. Acesso em: 21 set. 2022.

NUNES, V. R.; ANDRADE, K. S. O onoma e sua relação com a Interdisciplinaridade nos Parâmetros Curriculares do Ensino Fundamental de Geografia: um estudo preliminar com foco na toponímia. **Revista Língua e Literatura** (Online), v. 14, p. 195-210, 2012. Disponível em: <http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistalinguaeliteratura/article/viewFile/379/1251>. Acesso em: 26 out. 2022.

NUNES, V. R.; ANDRADE, K. S. Toponímia na Perspectiva da Teoria da Interdisciplinaridade: Breves Considerações no Contexto do Ensino. **Cadernos do CNLF (CiFEFil)**, v. XIX, p. 216-226, 2015. Disponível em: [http://www.filologia.org.br/xix\\_cnlf/cnlf/02/038.pdf](http://www.filologia.org.br/xix_cnlf/cnlf/02/038.pdf). Acesso em: 26 out. 2022.

NUNES, V. R. Estudo dos topônimos de origem indígena no livro didático de Geografia. **Cadernos do CNLF (CiFEFil)**, v. XX, p. 223, 2016. Disponível em: [http://www.filologia.org.br/xx\\_cnlf/cnlf/cnlf\\_02/018.pdf](http://www.filologia.org.br/xx_cnlf/cnlf/cnlf_02/018.pdf). Acesso em: 26 out. 2022.

NUNES, V. R. **Estudo Hidronímico dos Rios Araguaia e Tocantins: Software Toponímico e suas Contribuições para o Ensino de Língua Portuguesa**. 2022, 241f. Tese (Universidade Federal do Norte do Tocantins) Programa de Pós-Graduação em Ensino de Língua e Literatura, UFNT, Araguaína, TO, 2022.

OLIVEIRA, A.M.P. P de; ISQUERDO, A.N. **As Ciências do Léxico: Lexicologia, Lexicografia, Terminologia**. 2. ed. Campo Grande: Ed. UFMS, 2001.

OLIVEIRA, M. F. **Entre o sertão e o litoral: cultura e o cotidiano em Porto Nacional 1880/1910**. Anápolis: Ed. da Universidade Estadual de Goiás, 2010.

OLIVEIRA, V. F. **A teoria da proposição no Da Interpretação de Aristóteles**. 2013. 80 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Filosofia, 2013.

PALACIN, L. **O século do ouro em Goiás, 1722-1822**: estrutura e conjuntura numa capitania de Minas. Goiânia: Ucg Editora, 1994.

PIETRO, M. de. **Lançamento da pedra fundamental de Palmas- maio de 1989**. Acervo do Museu Casa da Cultura de Palmas, 1989. 1 fotografia.

PREFEITURA de Natividade. **Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos**. Disponível em: <https://www.natividade.to.gov.br/>. Acesso em: 16 fev. 2022.

PREFEITURA de Natividade. **História e Localização geográfica**. Disponível em: <http://www.natividade.to.gov.br/>. Acesso em: 16 fev. 2022.

PREFEITURA de Natividade. **Histórico**. Disponível em: <https://www.natividade.to.gov.br/pagina/Cidade>. Acesso em: 15 fev. 2022.

POCKLINGTON, R. **Introducción a la Toponomástica**. S/D. Disponível em: [https://www.academia.edu/21713543/INTRODUCCI%C3%93N\\_A\\_LA\\_TOPONOM%C3%81STICA\\_2\\_ESTUDIO\\_ETIMOL%C3%93GICO\\_DE\\_LA\\_TOPONIMIA](https://www.academia.edu/21713543/INTRODUCCI%C3%93N_A_LA_TOPONOM%C3%81STICA_2_ESTUDIO_ETIMOL%C3%93GICO_DE_LA_TOPONIMIA). Acesso em: 29 set 2020.

POMBO, O. Epistemologia da interdisciplinaridade. **Ideação**, [S. l.], v. 10, n. 1, p. p.9–40, 2008. DOI: 10.48075/ri.v10i1.4141. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4141>. Acesso em: 21 set. 2022.

RAMOS, G. **Vidas secas**. 120 ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

REIS, A. I. A. Estudo dos nomes de lugares e sua relação com o ensino de História a partir de livros didáticos do ensino fundamental. In: **III Seminário da Rede Internacional de Escolas Criativas - RIEC**, p. 1069-1080, Palmas, 2017. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/868>. Acesso em: 26 out. 2022.

REIS, A. I. A.; ANDRADE, K. S. Os nomes dos lugares nas provas do ENEM: reflexões sobre toponomástica e ensino. **Revista Philologus**, v. 25, p. 2447-2476, 2019a. Disponível em: [http://www.filologia.org.br/xiv\\_jnlflp/resumos/os\\_nomes\\_ANNA.pdf](http://www.filologia.org.br/xiv_jnlflp/resumos/os_nomes_ANNA.pdf). Acesso em: 26 out. 2022.

REIS, A. I. A.; ANDRADE, K. S. Propostas de oficinas pedagógicas para o ensino médio: os topônimos inseridos na prática escolar. In: SOUSA, A. M. de; GARCIA, R.; SANTOS, T. C. dos (Org.). **Perspectivas para o ensino de línguas**. 1ed.São Carlos: Pedro & João Editores, p. 75-84, 2019b. Disponível em: [https://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/8013/ebook\\_perspectivas\\_volume3final.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/8013/ebook_perspectivas_volume3final.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 26 out. 2022.

RELPH, E. As bases fenomenológicas da Geografia. **Revista Geografia**, v. 4, n. 7, p. 1-25, abr., 1979. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/14763/11395>. Acesso em: 21 set. 2022.

RELPH, E. **Place and Placelessness**. London: Pion, 1976.

RIBEIRO, A. E. Que futuros redesenhamos? Uma releitura do manifesto da Pedagogia dos Multiletramentos e seus ecos no Brasil para o século XXI. **Diálogo das Letras**, Pau dos Ferros, v. 9, p. 1-19, e02011, 2020. Disponível em: <https://anadigital.pro.br/wp-content/uploads/2021/07/Dialogo-das-Letras-manifesto-MLM.pdf>. Acesso em: 14 out. 2022.

ROJO, R. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

ROJO, R. Pedagogia dos multiletramentos: diversidade cultural e de linguagens na escola. In: ROJO, R.; MOURA, E. (Org.). **Multiletramentos na escola**. São Paulo SP: Parábola Editora, 2012, p. 11-31.

ROJO, R. Gêneros discursivos do círculo de Bakhtin e multiletramentos. In: ROJO, Roxane (Org.). **Escol@ conectada: os multiletramentos e as TICs**. São Paulo: Parábola Editora, 2013. pp. 13-36.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. de; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>. Acesso em: 27 set. 2022.

SALAZAR-QUIJADA, A. **La toponímia em Venezuela**. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1985.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013

SANTOMÉ, J. T. **Globalização e Interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

SANTOS, A. M. dos. Percursos da patrimonialização no Tocantins. In.: BALSAN, R.; NASCIMENTO, N. N. dos. **Patrimônio cultural no Estado do Tocantins: materialidade e imaterialidade – Palmas, TO: EDUFT, 2020, p.13-20.**

SANTOS, A. R. dos. **Metodologia Científica: a construção do conhecimento**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SANTOS, M. M. D. dos; SEABRA, M.C.T.C. de. Memória do patrimônio linguístico de Minas Gerais: Análise da motivação toponímica de natureza física da Comarca de Vila Rica em registros cartográficos históricos. **Anais do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica**, 2011. Disponível em: [https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/SANTOS\\_MARCIA\\_MARIA\\_E\\_SEABRA\\_MARIA\\_CANDIDA.pdf](https://www.ufmg.br/rededemuseus/crch/simposio/SANTOS_MARCIA_MARIA_E_SEABRA_MARIA_CANDIDA.pdf). Acesso em: 18 maio 2020.

SAPIR, E. **Linguística como ciência**. Tradução Joaquim Mattoso Câmara Jr. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969.

SASAKI, K. A contribuição da Geografia Humanística para a compreensão do conceito de Identidade de Lugar. **Revista de Desenvolvimento Econômico-RDE**, Salvador, Ano

- XIII, n. 22, p.112-120, dez. 2010. Disponível em:  
<https://revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/1524/1212>. Acesso em: 22 set. 2022.  
SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix/Edusp, 1969.
- SAUSSURE, F. **Escritos de Linguística Geral**. São Paulo: Cultrix, 2002.
- SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 7. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.
- SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. **Gêneros orais e escritos na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 2004.
- SEABRA, M.C.T. C de. Referência e onomástica. In: **Múltiplas perspectivas em linguística: Anais do XI Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística (XI SILEL)**. Uberlândia: ILEEL, 2006. p. 1953-1960. Disponível em:  
[http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo\\_442.pdf](http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_442.pdf). Acesso em: 26 jan. 2021.
- SEABRA, M. C. T. C de. Língua, cultura, léxico. In: SOBRAL, Gilberto Nazareno Telles; LOPES, Norma da Silva; RAMOS, Jânia Martins. **Linguagem, Sociedade e Discurso**. São Paulo: Blucher, 2015, p. 65-84.
- SEGATOO, A. Sobre pensamento e linguagem: Wilhelm von Humboldt, In: **Trans/Form/Ação**, São Paulo, 32(1): 193-198, 2009.
- SEIDE, M. S. **A semântica de Michel Bréal: recontextualização, fortuna crítica e aplicação**. 2006. 280 p. Tese (Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- SEIDE, M. S. Proposta de definição interdisciplinar de nome próprio. **Onomástica desde América Latina**, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 70–94, 2021. DOI: 10.48075/odal.v0i0.27562. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/onomastica/article/view/27562>. Acesso em: 14 jun. 2022.
- SEIDE, M. S. Toponomástica e Antroponomástica: paradigmas e métodos. **Confluência** (Revista do Instituto de Língua Portuguesa), n. 44/45, 1º e 2º semestre de 2013, p. 165-183. Disponível em: <https://revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/610>. Acesso em: 10 fev. 2021.
- SEMINÁRIO São José**. Disponível em: <https://dioceseportonacional.org.br/seminario-sao-jose/>. Acesso em: 16 fev. 2022.
- SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico** [livro eletrônico]. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2013.
- SILVA, C. C. **A relação entre língua e meio ambiente nos hidrônimos do Estado de Goiás**. 2020. 214p. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade de Brasília. Brasília, 2020.
- SILVA, T. R. B. da C. Pedagogia dos multiletramentos: principais proposições metodológicas e pesquisas no âmbito nacional. **Letras**, [S. l.], n. 52, p. 11, 2016. DOI:

10.5902/2176148525319. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/25319>. Acesso em: 13 out. 2022.

SOARES, M. Novas práticas de leitura e escrita: letramento na cibercultura. **Educação & Sociedade** [online]. Campinas, v. 23, n. 81, pp. 143-160, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002008100008>. Acesso em: 23 set. 2021.

SOARES, M. **Letramento**: um tema em três gêneros. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SOMMERMAN, A. **Formação e transdisciplinaridade**: uma pesquisa sobre as emergências formativas do CETRANS. 2003. Dissertação (Mestrado Internacional em Educação) Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa; Département des Sciences de l'Education et de la Formation, Université François Rabelais de Tours, Lisboa, 2003. 2 v.

SOUSA, A. M. de; GOUVEIA, A. P. T. Toponímia e memória: uma proposta de atividade para as aulas de Língua Portuguesa no Ensino Médio. **A Cor das Letras**, [S. l.], v. 18, n. 3, p. 241–253, 2018. DOI: 10.13102/cl.v18i3.1965. Disponível em: <http://periodicos.uefs.br/index.php/acordasletras/article/view/1965>. Acesso em: 26 out. 2022.

SOUSA, A. M. de. Para a aplicação da toponímia na escola. In: SOUSA, A. M. de; GARCIA, R.; SANTOS, T. C.; KICKHOFEL, J. R. (Org.). **Questões de linguística aplicada ao ensino**: da teoria à prática. 1ed. Curitiba: Appris Editora, v. 01, p. 57-70, 2017.

SOUSA, A. M. de. Metodologia para a pesquisa toponímica em Língua Brasileira de Sinais. In: SOUSA, A. M. de; GARCIA, R.; SANTOS, T. C. dos (Org.). **Perspectivas para o Ensino de Línguas** (Volume 2). 1ed. Rio Branco: NEPAN Editora, v. 02, p. 08-37, 2018. Disponível em: [https://issuu.com/rosane\\_garcia/docs/perspectivas\\_volume2](https://issuu.com/rosane_garcia/docs/perspectivas_volume2). Acesso em: 26 out. 2022.

SOUSA, A. M. de; QUADROS, R. M. O Web Software Toponímia em Libras: pesquisa e ensino. In: SOUSA, A. M. de; GARCIA, R.; SANTOS, T. C. dos. (Org.). **Perspectivas para o ensino de línguas 3**. 1ed. São Carlos - SP: Pedro & João Editores, v. 03, p. 11-33, 2019. Disponível em: [https://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/8013/ebook\\_perspectivas\\_volume3final.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/8013/ebook_perspectivas_volume3final.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 26 out. 2022.

SOUSA, A. M. de; DARGEL, A. P. T. P. Onomástica: interdisciplinaridade e interfaces. **Revista GTLex**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 7–22, 2020. DOI: 10.14393/Lex5-v3n1a2017-1. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/GTLex/article/view/53813>. Acesso em: 21 set. 2022.

STREET, B. V. Literacy and development: ethnographic perspectives on schooling and adult education. In: \_\_\_\_\_. (Ed.). **Literacy and Development**: Ethnographic perspectives. London and New York: Routledge, 2001.

STREET, B. V. What's "new" in New Literacy Studies? Critical approaches to literacy in theory and practice. **Current Issues in Comparative Education**, vol. 5, no. 2, pp. 77 - 91, 2003.

STREET, B. V. **Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação.** Tradução: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

TEIXEIRA, L. Lugares. In: REZENDE, M. B; GRIECO, B; TEIXEIRA, L; THOMPSON, A. (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural.** 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete). ISBN 978-85-7334-279-6

TOCANTINS. Secretaria do Planejamento e Orçamento - Diretoria de Pesquisa e Informações Econômicas. **Perfil Socioeconômico dos Municípios.** Arraias – TO, 2017.

TOCANTINS. Secretaria de Educação do Estado do Tocantins. **Documento Curricular do Tocantins,** 2019. Disponível em: <https://www.to.gov.br/seduc/documento-curricular-do-tocantins-educacaoinfantil-eensino-fundamental/3pxz92xtgb1p>. Acesso em: 20 maio 2021.

TRAPERO, M. La perspectiva semântica em los estudios de Toponomástica. **Congrés Internacional de Toponímia i Onomástica Catalanes** (Valencia, 18 al 20 de abril de 2000). Universitat de València, 1083-1088. (ISBN 84-370-5443-5). 2002. Disponível em: [http://www.canatlantico.ulpgc.es/pdf/8/7/ART\\_Perspectiva.pdf](http://www.canatlantico.ulpgc.es/pdf/8/7/ART_Perspectiva.pdf). Acesso em: 13 abr. 2020.

TRAPERO, M. **Diccionario de toponimia canaria (Léxico de referencia oronímica).** Prólogo de Eugenio Coseriu. Las Palmas de Gran Canaria: Gobierno de Canarias, Consejería de Educación, Cultura y Deportes y UNED, 1999.

TRAPERO, M. **De la toponimia a la toponomástica.** A propósito del reciente libro de Xaverio Ballester: Amavida. Una introducción a la arqueotoponimia, 2014. Disponível em: [https://www.academia.edu/21713377/INTRODUCCI%C3%93N\\_A\\_LA\\_TOPONOM%C3%81STICA\\_1\\_ASPECTOS\\_UNIVERSALES\\_DE\\_LA\\_TOPONIMIA](https://www.academia.edu/21713377/INTRODUCCI%C3%93N_A_LA_TOPONOM%C3%81STICA_1_ASPECTOS_UNIVERSALES_DE_LA_TOPONIMIA). Acesso em: 25 out. 2020.

TRAPERO, M. **Para una teoría lingüística de la Toponimia.** Las Palmas de Gran Canaria: Universidad, 1995.

TRASK, R. L. **Dicionário de linguagem e linguística.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática.** 1a. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência.** São Paulo: Difel, 1983.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar** [livro eletrônico]: a perspectiva da experiência. Londrina: Eduel, 2015.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente.** Londrina: Eduel, 2012.

UNESCO. **Convenção sobre a salvaguarda do patrimônio mundial, cultural e natural.** Paris, 1972. Disponível em: <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso em: 26 set. 2022.

UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.** Paris, 2003. Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguada.pdf>. Acesso em: 25 set. 2022.

VERGNA, M. A. Concepções de letramento para o ensino da língua portuguesa em tempos de uso de artefatos digitais. **Texto Livre**, Belo Horizonte - MG, v. 14, n. 1, p. e24366, 2020. DOI: 10.35699/1983-3652.2021.24366. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/textolivres/article/view/24366>. Acesso em: 12 nov. 2021.

**VISTA área de Palmas no ano de 2021**. Disponível em: <https://turismo.to.gov.br/palmas/>. Acesso em: 1 de mar. 2022.

WHITNEY, W. D. **A vida da linguagem**. Petrópolis: Vozes, 2010.

WHITNEY, W. D. **The Life and Growth of Language**. London: H. S. King, 1875.

WHORF, B. L. An American Indian model of the universe. **ETC: review of general semantics**, v.8, n.1, 1950. Disponível em: <https://generalsemantics.org/resources/documents/8-1-whorf.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2020.

WOODMAN, P. The Nature of the Endonym. **United Nations Group of Experts on Geographical Names**, 25th Session, Nairobi, 5-12 May 2009, WP 1. Disponível em: <https://unstats.un.org/unsd/geoinfo/UNGEGN/docs/25th-gegn-docs/wp%20papers/wp1-natureofendonyms-wg.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2022.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. In: SILVA, T. T. da (Org.); HALL, S.; WOODWARD, K. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 7-72.

ZABALA, A. **Enfoque globalizador e pensamento complexo**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

ZANIRATO, S.H.; RIBEIRO, W. C. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. **Rev. Bras. Hist.** v. 26, n° 51, p. 251-262. São Paulo, jun. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/NwJwRjnrD9RKZ5pNNvYJTZf/?lang=pt>. Acesso em: 26 set. 2022.